

---

Os usos sociais do *smartphone* por migrantes e refugiados  
venezuelanos no Brasil

Denise Gomes de Moura

Doutoramento em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e  
Sociedade

Orientação:

Doutora Joana Fonseca França Azevedo, Professora Auxiliar,  
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa;

Doutora Maria José Lisboa Brites de Azeredo, Professora Associada,  
Universidade Lusófona do Porto.

Dezembro, 2021





SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Sociologia

Os usos sociais do *smartphone* por migrantes e refugiados  
venezuelanos no Brasil

Denise Gomes de Moura

Doutoramento em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e  
Sociedade

Orientação:

Doutora Joana Fonseca França Azevedo, Professora Auxiliar,  
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa;

Doutora Maria José Lisboa Brites de Azeredo, Professora Associada,  
Universidade Lusófona do Porto.

Dezembro, 2021



Departamento de Sociologia

Os usos sociais do *smartphone* por migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil

Denise Gomes de Moura

Doutoramento em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade

Júri:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Presidente);

Doutor Celso Castro, Professor Catedrático, Fundação Getúlio Vargas (Brasil);

Doutora Elsa Padilla, Professora Associada, Universidade do Sul da Flórida (EUA);

Doutor Vania Baldi, Professor Auxiliar, Universidade de Aveiro;

Doutora Anabela Carvalho, Professora Associada, Universidade do Minho;

Doutora Maria da Conceição Costa, Professora Associada - Universidade Lusófona;

Doutora Joana Azevedo, Professora Auxiliar, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.

Dezembro, 2021





*Dedico esta tese à minha netinha, Nicolle, que nasceu durante o percurso do Doutorado; na esperança de que ela goste de estudar e nunca desista de seus sonhos. Dedico também ao meu pai, João de Moura Rosa, que perdeu a vida para a covid-19 nos últimos dias de conclusão do texto final. Ele sempre foi muito presente na minha vida, de minha mãe e de minhas irmãs; e ensinou a todas, com o próprio exemplo, a importância dos estudos, tendo concluído sua segunda graduação depois de idoso. Deixou um vazio e uma saudade enorme.*





## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre esteve ao meu lado mostrando que sem a fé e a perseverança eu jamais conseguiria concluir este trabalho.

Agradeço ao Instituto Federal de Brasília (IFB) por ter financiado meus estudos por meio de edital de afastamento.

Às minhas orientadoras, professoras doutoras: Joana Fonseca França Azevedo e Maria José Lisboa Brites de Azeredo, que tiveram paciência comigo e muita dedicação ao ler e reler o trabalho, além de terem realizado várias reuniões orientativas ao longo desses anos.

Aos participantes e entrevistados, que cederam seu tempo e atenção. Responderam a questionamentos e forneceram informações preciosas para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha amiga, doutora Carmem Lussi, que esteve ao meu lado a partir do último ano da execução da pesquisa, me estimulando, orientando, lendo, relendo o texto e me ensinando o passo a passo da *Grounded Theory*, metodologia utilizada nesta tese.

À amiga e colega de IFB, Flávia Furtado Rainha Silveira, com quem tive uma conversa definitiva e encorajadora no momento mais difícil da construção desta tese.

Aos meus pais, João e Lely, que me ensinaram a importância dos estudos, me educaram e me apoiaram desde criança na construção do conhecimento ao longo da vida.

Ao meu marido Roberto e às minhas filhas Kárita e Carolina, por me lembrarem que a família é o porto seguro quando tudo parece ser ventania e tempestade.

Às minhas irmãs Maísa, Norma Lílian e Regina Célia, por estarem sempre dispostas a conversar e ouvir minhas inquietações e dificuldades.



## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar a importância do *smartphone* para um grupo específico de pessoas: imigrantes e refugiados provenientes da Venezuela, em jornada migratória no Brasil. Para compreender a dinâmica e a importância do uso desta mídia digital por este novo fluxo migratório, contamos com a colaboração, por meio de testemunhos, de venezuelanos e venezuelanas recém-chegados, que viviam em Boa Vista, Pacaraima, São Paulo e Brasília. O trabalho de campo foi composto por observações, redação de relatórios, perfis e diários, conversas informais e entrevistas. A *Grounded Theory*, metodologia qualitativa, cujos resultados emergem dos dados, foi utilizada de forma exploratória nesta tese de doutoramento. Os dados coletados mostraram que o *smartphone*, ligado à internet, é uma ferramenta que tem potencial para contribuir à superação de vulnerabilidades relacionadas com as trajetórias migratórias. Os mesmos dados mostraram também que é necessário, para isto, ter literacia digital. Chegou-se à conclusão que ao ter literacia e possuir um dispositivo de comunicação como o *smartphone* há o empoderamento dos usuários, que passam a praticar a comunicação para a transformação social e melhor qualidade de vida. Constatou-se que há uma circularidade no processo de empoderamento por meio dessa mídia, pois o uso do *smartphone* traz inclusão e mais literacia, enquanto essa, por sua vez, favorece maior eficácia no uso do telefone inteligente para transpor entraves e buscar soluções para as vulnerabilidades encontradas nas trajetórias migratórias. O *smartphone* utilizado por quem tem literacia digital pode favorecer o exercício da cidadania no país de imigração.

Palavras-chave: *smartphone*, literacia digital, imigração venezuelana, refugiados, *Grounded Theory*



## **ABSTRACT**

This work investigates the importance of smartphones for immigrants and refugees from Venezuela, on the migratory journey in Brazil. To understand the dynamics and the importance of the usage of this digital media for this new migratory flow, we count on the collaboration, through testimonies, of Venezuelans who had recently arrived, and who lived in Boa Vista, Pacaraima, São Paulo and Brasilia. The field work was composed by observations, writing reports, profiles and diaries, informal conversations and interviews. Grounded Theory, a rigorous qualitative methodology, whose results emerge from the data, was used exploratorily in this doctoral thesis. The data collected showed that smartphones, connected to the internet, are tools that have the potential to contribute to surpass vulnerabilities related to migratory trajectories. The same data also showed that it is necessary, for this, to have digital literacy. In conclusion, by having literacy and a digital media device like a smartphone, the empowerment of users occurs, using communication for social transformation and better quality of life. It was found that there is a circularity in the empowerment process through this digital media, as the usage of smartphones brings inclusion and more literacy, while this, in turn, favors greater efficiency in the usage of the device to overcome obstacles and seek solutions for the vulnerabilities found in the migratory trajectories. The smartphone used by those with digital literacy can benefit the exercise of citizenship in the country of immigration.

Keywords: Smartphone, Digital Literacy, Venezuelan Immigration, Refugees, Grounded Theory



## ÍNDICE GERAL

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	iii
<b>RESUMO</b> .....	v
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS</b> .....	xiii
<b>GLOSSÁRIO DE SIGLAS</b> .....	xv
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	xix
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	1
<b>MIGRAÇÕES E TICs</b> .....	1
<b>1.1. O cruzamento entre comunicação, tecnologias e migrações forçadas</b> .....	1
<b>1.2. Migrações forçadas e TICs</b> .....	4
<b>1.3. Estudos de migração digital</b> .....	9
<b>1.4. O uso das mídias sociais e o seu impacto nas sociedades</b> .....	15
<b>1.5. A passagem digital</b> .....	16
<b>1.6. As plataformas digitais</b> .....	18
<b>1.7. Plataformas digitais de notícias e informações para refugiados</b> .....	20
<b>1.8. O papel do <i>smartphone</i> na experiência migratória de refugiados</b> .....	21
<b>1.9. Plataformas digitais de apoio a imigrantes nas Américas</b> .....	24
<b>1.10. Práticas midiáticas das migrações transnacionais na América Latina</b> .....	27
<b>1.11. As Literacias e as TICs</b> .....	31
<b>1.12. Literacia Digital</b> .....	38
<b>1.13. As literacias como desafio e oportunidade</b> .....	41
<b>1.14. Reflexões finais do capítulo</b> .....	46
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	49
<b>MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL</b> .....	49
<b>2.1. Trajetória da legislação migratória brasileira</b> .....	49
<b>2.2. Nova Lei da Migração entra em vigor em 2017</b> .....	52
<b>2.3. Brasil: um país de entrada e saída de migrantes</b> .....	52
<b>2.4. O novo cenário das migrações no Brasil</b> .....	55
<b>2.5. Aumento do número de refugiados e solicitantes de refúgio</b> .....	59
<b>2.6. Brasil: um país acolhedor para imigrantes?</b> .....	61
<b>2.7. Os imigrantes na mídia brasileira</b> .....	63

2.9. Roraima e os imigrantes .....	70
2.10. O acolhimento a venezuelanos no Brasil .....	72
2.11. A Operação Acolhida .....	78
2.12. Reflexões finais do capítulo .....	81
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	84
<b>A MOBILIDADE HUMANA NA VENEZUELA</b> .....	84
3.1. Diáspora: um termo em construção.....	85
3.2. Venezuela: país que vem provocando uma diáspora .....	89
3.3. Presidente da Venezuela sem reconhecimento.....	91
3.4. A economia venezuelana .....	93
3.5. Os direitos humanos na Venezuela .....	96
3.6. O Grupo de Lima .....	97
3.7. Os números da diáspora venezuelana.....	98
3.8. Dificuldades de mobilidade dos venezuelanos na América Latina .....	100
3.9. A fuga de cérebros venezuelanos .....	102
3.10. Governo de Roraima tenta fechar a fronteira .....	103
3.11. Viver na fronteira.....	105
3.12. Reflexões finais do capítulo .....	107
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	110
<b>O PERCURSO DESSA <i>GROUNDING THEORY</i>: METODOLOGIA E PESQUISA</b> .....	110
4.1. Pesquisa com a <i>Grounding Theory</i> .....	112
4.2. A utilização da GT em várias áreas do conhecimento .....	117
4.3. O diferencial da abdução e os procedimentos da pesquisa da <i>Grounding Theory</i> .....	120
4.3.1. Motivos para a escolha da <i>Grounding Theory</i> .....	123
4.4. Identificação dos personagens .....	124
4.5. As etapas da pesquisa de campo .....	128
4.6. As primeiras impressões sobre o cenário em Roraima .....	133
4.7. Análise dos dados.....	135
4.8. Da imersão à complexificação .....	147
4.9. <i>Smartphone</i> e suas ambiguidades.....	150
4.10. O <i>smartphone</i> nas redes sociais e migratórias.....	156
4.11. Falta do <i>Smartphone</i> e exclusão.....	158
4.12. Reflexões finais do capítulo .....	163
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	165
<b>O <i>SMARTPHONE</i> E A LITERACIA DIGITAL COMO POTENCIALIDADES PARA SUPERAR VULNERABILIDADES</b> .....	165
5.1. A resposta à pergunta de pesquisa.....	166
5.2. A importância do <i>smartphone</i> .....	170

5.3. As potencialidades do <i>smartphone</i> : instrumento para resiliência e <i>agency</i> .....	175
5.4. Vulnerabilidades transversais aos processos migratórios e comunicativos: o peso da interseccionalidade .....	179
5.5. Vulnerabilidades transversais aos processos migratórios: a importância da comunicação que tem potencial de transformar.....	186
5.6. <i>Smartphone</i> com literacia: circularidade que empodera migrantes e refugiados.....	191
5.7. Reflexões finais do capítulo .....	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
Limitações do estudo .....	204
Pesquisas futuras .....	206
FONTES.....	209
REFERÊNCIAS .....	212
ANEXOS .....	227
ANEXO A – Foto da rodoviária de Boa Vista .....	227
ANEXO B – Foto da porta de uma instituição religiosa .....	228
ANEXO C – Foto de homem na rodoviária de Pacaraima.....	229
ANEXO D – Foto do banner anunciando corte de cabelo .....	230
ANEXO E – Termo de consentimento para entrevista.....	231
ANEXO F – Breve cronograma das atividades de campo do período 20-28.03.2019, realizadas em Boa Vista - Roraima.....	232
ANEXO G – Perfil dos entrevistados em Boa Vista no período de 20 a 28.03.2019.....	233
ANEXO H – Perfil dos informantes escutados durante as atividades de campo no período de 22 a 28.09.2019, realizadas em Boa Vista e Pacaraima, Roraima .....	234
ANEXO I – Perfil dos informantes escutados durante as atividades de campo no período de 23.10.2019 a 28.11.2019, realizadas em Brasília, Distrito Federal .....	237
ANEXO J – Perfil dos informantes escutados durante as atividades de campo no dia 15.01.2020, realizadas na cidade de São Paulo, SP.....	239
ANEXO K – Informe da Organização Internacional para as Migrações [OIM] referente à Operação Acolhida: Deslocamentos assistidos de venezuelanos. Brasil – Junho/2020 .....	240



## ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

<b>Mapa 2.1:</b>	Localização de Roraima no mapa do Brasil .....	67
<b>Infográfico 3.1:</b>	Diáspora venezuelana. Estimativa de refugiados e migrantes em junho/2019 .....	100
<b>Diagrama 4.1:</b>	Foco no uso do <i>smartphone</i> .....	138
<b>Diagrama 4.2:</b>	Foco na integração no país de acolhimento .....	146
<b>Diagrama 5.1:</b>	Foco na principal potencialidade do <i>smartphone</i> .....	170
<b>Diagrama 5.2:</b>	Resumo da <i>Grounded Theory</i> .....	175
<b>Tabela 4.6.1:</b>	Declarações <i>in vivo</i> sobre uso do <i>smartphone</i> .....	140
<b>Tabela 4.6.2:</b>	Declarações <i>in vivo</i> sobre literacia digital .....	145
<b>Tabela 4.6.3:</b>	Sobre literacia digital .....	147
<b>Tabela 4.7.1:</b>	Declarações <i>in vivo</i> sobre usos do <i>smartphone</i> em relação ao país de Origem .....	149
<b>Tabela 4.8.1:</b>	Declarações <i>in vivo</i> sobre oportunidades e riscos do <i>smartphone</i> .....	153
<b>Tabela 4.10.1:</b>	.Declarações <i>in vivo</i> sobre <i>smartphone</i> e exclusão .....	162



## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABPEducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação

ACM – Alto Comissariado para as Migrações (Portugal)

ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas sobre Direitos Humanos

ACNUR – Alto Comissariado das nações Unidas para os Refugiados

ACO – Ação Civil Originária

ACT – Agindo Contra o Tráfico de Seres Humanos (Aplicativo)

AMI – Alfabetização midiática e informacional

APIP – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

BCV – Banco Central da Venezuela

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BRICKS – *Building on the Internet by Combating Hate Speech* (Projeto europeu)

CATR – Centro de Acolhimento de Refugiados

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

Cepaz – Centro de Justicia y Paz

CID – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CNDH – Conselho Nacional dos Direitos Humanos

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

COE - *Council of Europe*

COMMIT – *Community Media Institute*

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados (Brasil)

Conatel – Comissão Nacional de Telecomunicações

COSPE – *Cooperazione per lo Sviluppo dei Pesi Emergenti*

CPF – Cadastro Nacional de Pessoa Física (Brasil)

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CPR – Conselho Português para Refugiados

DiCi-Educa – Centros Educacionais com Competências Digitais e Cívicas

DRC – Conselho Dinamarquês para Refugiados (*da sigla em inglês*)

DTM – Matriz de Monitoramento de Deslocamento

EMN – European Migration Network

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

ENCOVI – Pesquisa Nacional de Condições de Vida (*da sigla em espanhol*)

EpM – Educação para os Media  
EPT – Educação Profissional e Tecnológica  
EUA – Estados Unidos da América  
FAB – Força Aérea Brasileira  
FFHI – Federação Humanitária Internacional  
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
GILM – Grupo Informal sobre Literacia Mediática  
GLO.ACT – Ação Global contra o Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Migrantes  
GPS – Global Positioning System  
GT – *Grounded Theory*  
HRW – Human Rights Watch  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
ICT – *Information and Communication Technologies*  
IFB – Instituto Federal de Brasília  
IIES – Instituto de Pesquisa Econômica e Social  
IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos  
INE – Instituto Nacional de Estadística de la República Bolivariana de Venezuela  
IPF – Instituto Paulo Freire  
ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa  
JRS – *Jesuit Refugee Service*  
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero  
LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (e outras identidades de gênero)  
LM – Literacia para os media  
MERCOSUL – Mercado Comum dos Países do Cone Sul  
MIL – *Media and information literacy*  
MOM – Monitor de Propriedade de Mídia (*da sigla em inglês*)  
MOOC – *Massive Open Online Course*  
MPI – *Migration Policy Institute*  
MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil  
NAMLE – *National Association for Media Literacy Education*  
NCE-USP – Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo

NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação  
OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais (Brasília- Brasil)  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OIM – Organização Internacional para as Migrações  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OKA – Nome do aplicativo brasileiro para imigrantes e deslocados internos  
OM - Observatório das Migrações (Portugal)  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
PANA – Nome de um Projeto da Caritas Brasileira que colaborou na interiorização  
PAR – Plataforma de Apoio a Refugiados  
PETRI – Posto de Triagem de Imigrantes  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua  
Prouca – Programa denominado ‘Um Computador Por Aluno’  
R4V – *Response for Venezuelans*  
RIM – Rede Interinstitucional para Migrantes  
RR – Roraima – Brasil (Estado da Federação)  
SciComPT – Congresso da Rede de Comunicação de Ciência e Tecnologia de Portugal  
SEN – Sistema Estadístico Nacional (Venezuela)  
Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação  
STF – Supremo Tribunal Federal (Brasil)  
TFD – Teoria Fundamentada em Dados  
TI – Terra Indígena  
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação  
TSJ – Tribunal Supremo de Justiça (Venezuela)  
UCAB – Universidade Católica Andres Bello  
UE – União Europeia  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRR – Universidade Federal de Roraima

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

## INTRODUÇÃO

Esta tese, que conclui um ciclo de estudos de doutoramento em Ciências da Comunicação, é resultado da quarta edição do programa interinstitucional de doutorado instituído pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), intitulado Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade. O certificado é conferido por 4 instituições envolvidas: Universidade do Minho, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Universidade da Beira Interior e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Ao longo do programa as aulas foram ministradas nas cidades de Braga, Covilhã e Lisboa.

O interesse pelo tema migração humana e comunicação surgiu da nossa experiência enquanto imigrante em Portugal. Ao viver como estudante, longe de nossa família por dois anos ininterruptos, durante o período de curso das disciplinas do programa de doutoramento, sentimos empatia por pessoas em jornadas migratórias, como era o nosso caso naquela altura, e quisemos assim, investigar o campo de estudos das migrações internacionais em intersecção com as ciências da comunicação. Enquanto ainda cursávamos os componentes curriculares do programa doutoral, nos anos 2016, 2017 e 2018, atuamos no voluntariado apoiando imigrantes e refugiados e participamos de eventos científicos onde apresentamos alguns trabalhos. Durante o referido período, foi possível ter acesso e estudar, seja pela leitura ou pelo debate acadêmico, trabalhos em várias áreas das Ciências da Comunicação que tratam temáticas relacionadas com as migrações e o refúgio, em seus cruzamentos com a comunicação em geral, e com as mídias digitais, em particular.

As pesquisas bibliográficas realizadas para a produção de artigos serviram como introdução para o campo das migrações e do refúgio. O crescente interesse pelo tema abriu oportunidades de participação em eventos. Fizemos leituras complementares, especialmente de referências bibliográficas nos idiomas espanhol e português; produzidas em Portugal e no Brasil.

A delimitação do tema aconteceu após o retorno ao Brasil, em 2019, quando demos continuidade aos estudos, com um projeto específico de investigação com atividades de campo voltadas ao novo fluxo migratório que começava a se estabelecer a partir da região norte do país. Eram venezuelanas e venezuelanos que chegavam, via terrestre, muitos inclusive a pé, pelos postos de fronteira e, quando esta foi fechada ou o fluxo limitado, entravam no Brasil

pelos acessos alternativos, caminhando por entre a vegetação de savana. Famílias inteiras, que ao atravessar a fronteira com o Brasil, não encontravam acolhimento adequado; uma vez que o país não estava preparado para recebê-los, nem politicamente tinha decisões ou estratégias de resposta à situação daquela população em movimento. Aquele cenário e as interrogações formuladas por meio do encontro entre aquela realidade e a bagagem de estudos sobre comunicação e mobilidade humana que nos havia acompanhado nos primeiros anos do percurso acadêmico de doutoramento determinaram o tema e a metodologia desta pesquisa. Foi então que ao observar, por meio de matérias jornalísticas veiculadas nas emissoras de televisão, em jornais impressos e na internet, percebemos a precariedade de vida daquelas pessoas e a necessidade que tinham de manter contato com seus familiares e amigos que ficaram na Venezuela, assim como a urgência de se situarem no país de acolhimento. Então, surgiu um questionamento que foi progressivamente se configurando como a pergunta de pesquisa, que orientou todo o trabalho de campo e a sistematização que culminou nessa tese: qual a importância do *smartphone* para migrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil?

O jornalismo, que é a nossa formação e onde atuamos por duas décadas na função de repórter, falava mais alto que a posição de estudante de doutoramento. Queríamos conhecer aquele ambiente, a porta de entrada dos imigrantes, conversar com aquelas pessoas, saber o que os moradores locais pensavam a respeito daquele fluxo migratório em larga escala, avaliar o impacto daquele fluxo intenso de pessoas na cidade de Boa Vista – RR; enfim, entrevistar, reportar. E naquele momento, em março de 2019, decidimos ir a campo, mesmo sem ter ainda metodologia definida e sem um plano de trabalho científico estruturado. Na qualidade de repórter e estudante de doutorado, viajamos até o norte do país. Levamos um roteiro/guião de entrevista, o qual posteriormente constatamos ser insuficiente para o doutoramento, mas amplamente propício para uma primeira incursão em campo, tendo favorecido a imersão no tema e a possibilidade de elaborar, então, um plano de estudos capaz de integrar atividades de coleta de dados junto a pessoas provenientes da Venezuela naquele fluxo, e sistematização e análise de dados para o aprofundamento do tema escolhido. Fizemos a primeira aproximação com o *corpus* e tivemos a certeza de que aquele era mesmo o nosso tema de pesquisa.

Após uma semana imersa naquele universo fazendo entrevistas, fotos, relatórios, diários de campo, mantendo conversas informais, vivendo aquela realidade, retornamos a Brasília. As reflexões a respeito daquela situação foram se intensificando, assim como a busca por uma metodologia que pudesse dar conta de um fenômeno tão complexo. Estávamos convencidas que deveria ser uma metodologia qualitativa, que havia muitas formas de olhar para aquele

fenômeno e de interpretá-lo. Mais do que dados a informar e cruzar, tratava-se de processos socioculturais e existenciais, humanos e comunicacionais a mapear, entender, significar e interpretar. Era necessária uma metodologia rigorosa e abrangente. Depois de muito investigar, descobrimos a *Grounded Theory* (GT). A escolha pela metodologia da *Grounded Theory* foi acompanhada de acurada pesquisa acadêmica para uma adequada apropriação de suas especificidades e do conhecimento analítico de suas ferramentas, por meio de diversas fontes e em diferentes idiomas.

Tínhamos a intenção de responder à pergunta-problema: qual a importância do *smartphone* para migrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil? Para isto, fomos a campo. A primeira viagem, em março de 2019, foi a Boa Vista, capital de Roraima, estado localizado na região norte do país, que faz fronteira com a Venezuela. É a principal porta de entrada de venezuelanos no Brasil, por onde ingressam via terrestre. O objetivo da viagem a Boa Vista era fazer uma escuta mais sistemática àquela população e tentar compreender qual a função do ‘telefone inteligente’ para o êxito dos projetos migratórios dessa população em território brasileiro. Ou ainda: que papel assume o *smartphone* e suas potencialidades nas trajetórias de venezuelanos e venezuelanas que escolheram o Brasil para reconstruir suas vidas em terra estrangeira? As várias formulações da pergunta de pesquisa abrem um leque de significações e de possibilidades de observação e escuta da realidade, no processo de imersão em campo e de interações para a coleta de dados da pesquisa.

O objetivo geral deste trabalho é identificar os usos sociais do *smartphone* por migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. E os objetivos específicos são: a) traçar as características do recente fluxo migratório da Venezuela em direção ao Brasil; b) identificar as necessidades de venezuelanos em jornada migratória no Brasil para que possam exercer a cidadania com o uso do *smartphone*; c) compreender as formas de auxiliar migrantes e refugiados venezuelanos a se integrarem no Brasil utilizando o *smartphone*.

Após a primeira imersão em campo, analisamos os dados coletados, elaboramos parte da revisão bibliográfica com o objetivo de compreender melhor o fenômeno e identificar trabalhos publicados com temas semelhantes. Sentimos necessidade de retornar ao campo. Assim voltamos a Roraima em setembro do mesmo ano. Desta feita, fizemos o percurso inverso ao que continua sendo realizado por venezuelanos e venezuelanas, passando por Pacaraima, a cidade limítrofe no Brasil, chegando a Santa Elena do Uairén, do lado venezuelano. Conhecemos um pouco da realidade dessas pessoas na fronteira brasileira e do lado de lá, na Venezuela. Foi uma experiência valiosa para compreender melhor o fenômeno que estávamos analisando. E nesse vai e vem de leituras, análises dos dados e reflexões, percebemos a

necessidade de conversar com venezuelanas e venezuelanos em situação diferente; ou seja, mais estabilizados, num estágio mais adiantado de integração. Por meio da rede de apoio a imigrantes que passamos a integrar em Brasília, identificamos pessoas provenientes da Venezuela com estatutos de refugiados, solicitantes de refúgio e de residência temporária. E no mesmo ano de 2019, fizemos a aproximação com dezenas de imigrantes venezuelanos com estatutos diferentes, quando realizamos conversas em profundidade, assim como diálogos informais. No início do ano de 2020 fomos a São Paulo para uma formação em educação e aproveitamos a oportunidade para conhecer a Missão Paz, que presta assistência a imigrantes, onde entrevistamos dois solicitantes de refúgio provenientes da Venezuela.

Quando falamos em literacia digital, estamos nos referindo ao documento do Unicef de 2019 que o descreve como um termo “abrangente que inclui uma sequência de significados que se estendem desde a capacidade de usar dispositivos digitais ou *software*, até a habilidade de consumir e produzir conteúdo digital e a aptidão para participar de forma significativa em comunidades digitais” (Nascimbeni, 2019, p.10). Para além deste conceito, discutimos aqui vários outros conceitos de literacia ligados à área da comunicação que não são sinônimos, porém convergentes e dialogam entre si. Mas optamos pelo de literacia digital devido às particularidades deste estudo em específico.

Esta tese está estruturada em 5 capítulos cujos assuntos estão assim organizados:

Iniciamos a elaboração da tese, com a construção do Capítulo 1, tratando do tema: Migrações e TICs. Neste começo de revisão bibliográfica damos os primeiros passos no campo das migrações, onde abordamos as suas tipologias variadas, com ênfase para as migrações forçadas, que é como entendemos as venezuelanas, o *corpus* desta pesquisa, no período que foi realizada a análise. Falamos das tecnologias para informação e comunicação e trazemos exemplos do uso de TICs e *smartphones* em especial por migrantes e refugiados nos continentes europeu e americano. Discutimos também as literacias e suas diferentes denominações e conceitos.

Avançamos na elaboração do Capítulo 2, no qual debatemos sobre migrações internacionais no Brasil. Fazemos um breve apanhado histórico dos processos migratórios neste país desde o período colonial, quando as políticas migratórias atendiam ao projeto de eugenia e o fluxo era predominantemente de entrada de imigrantes com preferência para aqueles provenientes de determinados países europeus, até os dias atuais. Mostramos os aspectos legislativos migratórios no país com a aprovação da nova lei da migração vigente. E abordamos os novos fluxos migratórios com entrada pela região norte, enfatizando o de venezuelanos.

A mobilidade humana na Venezuela foi o foco temático do Capítulo 3, que permitiu fechar a parte de contextualização e revisão bibliográfica e preparou o desenvolvimento dessa teoria enraizada nos dados. Denominamos de diáspora a emigração que vem ocorrendo naquele país em grande escala a partir de 2015. Mostramos que os países escolhidos estão na América Latina, sendo preferencialmente a Colômbia, seguida do Brasil. Com um breve panorama da situação econômica e política da Venezuela nos últimos 6 anos, procuramos compreender os motivos que têm levado a esta emigração. Discutimos as violações de direitos humanos na Venezuela e a articulação dos países reunidos no Grupo de Lima para tentar ajudar os venezuelanos.

Concluídos os textos preliminares, nos adentramos na codificação e análise dos dados coletados em campo, com a explanação sobre a metodologia, a apresentação do percurso teórico-metodológico deste estudo e a apresentação dos resultados obtidos. O Capítulo 4 se detém no percurso desta *Grounded Theory*: pesquisa e metodologia. Informamos os motivos que levaram à escolha desta metodologia. Detalhamos a realização da pesquisa de campo, o percurso realizado. Complexificamos o fenômeno em estudo, mostramos as ambiguidades do uso do *smartphone* e como esta mídia digital é utilizada por migrantes em geral e por esta população em especial. Apresentamos diagramas, declarações ‘*in vivo*’, categorizações e movimentos circulares que levaram à emergência da teoria. Sinalizamos para a reflexão teórica emergida dos dados.

A GT que os dados dessa investigação permitiram formular, teve seus conteúdos aprofundados no Capítulo 5, onde dialogamos com estudos e categorias consolidadas, com referência a elaborações teóricas reconhecidas internacionalmente. Além de apresentar e debater sobre a GT do *smartphone* e da literacia digital como potencialidades para superar vulnerabilidades nas trajetórias migratórias, ampliamos a interlocução com estudos afins que chegaram a resultados similares. Neste capítulo procuramos explicar a teoria emergida dos dados. Discutimos o conceito de cidadania relacionado com o de transformação social pela comunicação e tratamos da plataformização enquanto fenômeno contemporâneo intimamente ligado ao uso das tecnologias da informação e comunicação. Abordamos as vulnerabilidades enfrentadas por venezuelanos e venezuelanas em jornada migratória no Brasil, a interseccionalidade que aprofunda e complexifica suas lutas e as potencialidades para a superação das dificuldades e a busca de sucesso no desenvolvimento de projetos e sonhos que animam as trajetórias desses imigrantes e refugiados. A circularidade que envolve o uso do *smartphone* com ou sem literacias conclui este capítulo.

E para encerrar a obra, apresentamos reflexões finais, reconhecemos os limites deste trabalho e indicamos possibilidades de investigações futuras que o estudo dos aspectos

aprofundados desse fenômeno e dessa mídia digital nessa tese doutoral apontam como interessantes e promissoras.

# CAPÍTULO 1

## MIGRAÇÕES E TICs

*Por vezes, as pessoas têm sentimentos complicados ou internamente inconsistentes sobre a migração. É o assunto de que todos falam hoje em dia - na verdade é um tema que se discute há décadas, mas agora o foco é particularmente intenso. Se pudermos ajudar a levar este debate para um espaço cultural bem informado, então penso que podemos dar um verdadeiro contributo para um debate público mais calmo e mais razoável sobre a migração.*

(Vlachou, 2017, p. 66)

### **1.1. O cruzamento entre comunicação, tecnologias e migrações forçadas**

Pesquisar a importância que imigrantes venezuelanos em situação de migração forçada no Brasil atribuem ao *smartphone* é transitar pelo campo das migrações transnacionais no Sul Global. É fazer intersecções entre os estudos de ciências da comunicação e tecnologias da informação com migrações forçadas e falar de seus cruzamentos. Seja para uso social: coletivo ou particular no dia a dia, as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), especialmente os telefones móveis inteligentes, tornaram-se imprescindíveis. Trataremos nesta pesquisa do relacionamento entre imigrantes venezuelanos no Brasil, independente do estatuto social (refugiado, solicitante de refúgio ou de residência temporária), com os telefones móveis inteligentes (*smartphones*).

TICs é um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si. Proporcionam por meio das funções de *hardware*, *software* e telecomunicações a automação e a comunicação dos processos; sejam eles comerciais, culturais, de negócios diversos e de estudos. As TICs compreendem tanto a infraestrutura física, os componentes que permitem codificar, armazenar, processar e transmitir a informação, quanto aplicações e sistemas. Inclui tecnologias digitais e analógicas; embora a maioria das tecnologias tenha migrado para digitais (Senado Federal, 2012).

Dentre as TICs, há diversos tipos de dispositivos considerados tradicionais. São eles: correio postal, telégrafo, telefone, fotografia, cinema, computador de mesa (*desktop*), computador pessoal (PC – *personal computer*), câmera de vídeo e foto para computador (*webcam*), suportes para gravar e portar dados, como discos rígidos ou HDs, cartões de memória, *pendrives* e outros. Esses foram os primeiros a possibilitar o contato das pessoas a distância e armazenar dados provenientes desses contatos. Aos poucos surgiram novos, que não inviabilizaram o uso dos anteriores. Alguns coexistem até hoje (Takahashi, 2000). Os mais recentes chegaram a ser denominados durante um período por NTIC (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação).

Dentre as TICs em uso destacamos: TV por assinatura, TV a cabo, TV por parabólica, TV digital, rádio digital, *streaming*, *podcasting*, a própria internet, *word wide web*, *web sites* e *home pages*, quadros de discussão (*message boards*), os *e-mails*, os *chats* para trocas de mensagens escritas de forma síncrona e os dispositivos de conversa *on-line* com vídeo, como Skype, Zoom, Google Meet e Cisco Webex, por exemplo. Há ainda: a captura eletrônica ou digitalização de imagens por meio de *scanners*, tecnologias digitais de captação e tratamento de imagens e sons (Vimeo, Youtube, last FM), tecnologias de acesso remoto (wi fi, bluetooth, RFID), além de telefones móveis inteligentes, entre outros. Apesar da diversificação de dispositivos, pesquisas científicas recentes mostram que: “el teléfono resulta el primer artefacto tecnológico utilizado por los migrantes para conectarse con sus familias” (Melella & Perret, 2016, p. 75).

Como estratégia de marketing, o termo *smartphone* foi introduzido no mercado, referindo-se a uma nova classe de telefones celulares que fornecem serviços integrados de comunicação, computação e setores móveis, incluindo comunicação de voz, mensagens, aplicativos de gerenciamento de informações pessoais (PIM) e capacidade de comunicação sem fio. Na verdade, o *smartphone* é um telefone celular com recursos e funcionalidades avançadas que vão além das funcionalidades tradicionais, como fazer chamadas e enviar mensagens de texto. Os *smartphones* são equipados com recursos para exibir fotos, jogar jogos e reproduzir vídeos. Conta com câmera embutida, faz reprodução e gravação de áudio/vídeo, serve para enviar/receber e-mail, tem aplicativos integrados para sites sociais e navegar na web, internet sem fio e muito mais. Pelas mesmas razões, o *smartphone* tornou-se uma escolha comum para os consumidores, juntamente com o uso nos negócios, uma vez que foi inicialmente destinado apenas para usuários comerciais (Sarwar & Soomro, 2013).

O fato de ser o telefone celular o dispositivo mais utilizado por migrantes em suas jornadas migratórias contemporâneas foi o primeiro motivo para a nossa opção por estudar o uso social que venezuelanos no Brasil fazem deste aparelho. Outro motivo foi a convergência, que torna

o aparelho celular inteligente a soma de diversos outros dispositivos de comunicação. Com um único aparelho: o *smartphone*, é possível pesquisar informações, assistir vídeos, filmes e áudios, participar em *chats* de mensagens, fazer ligações com ou sem vídeo, tirar fotos, criar *web sites*, consumir, produzir e publicar conteúdo em diversos sítios, inclusive em inúmeras redes sociais. Para o *smartphone* convergem toda essa gama de dispositivos de comunicação, que o tornam um aparelho imprescindível na atualidade, especialmente para pessoas em jornada migratória.

“A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre as tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos” (Jenkins, 2008, p. 43). A convergência refere-se a um processo e não a um ponto final e altera a lógica com que a indústria midiática opera, assim como a maneira de consumirmos esses meios. Para esclarecer melhor o que é convergência, Henry Jenkins (2008) cita o exemplo de um jovem fazendo a lição de casa que pode trabalhar ao mesmo tempo com várias janelas minimizadas no computador enquanto navega na internet, pode ouvir e baixar músicas em arquivos MP3, conversar com amigos, digitar um trabalho da escola, responder e-mails e fazer outras atividades de forma alternada enquanto prepara a tarefa de casa. A convergência está ocorrendo, segundo Jenkins, dentro dos mesmos aparelhos, das mesmas franquias e empresas, dentro do cérebro dos consumidores e dos mesmos grupos. “A convergência envolve uma transformação tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação” (Jenkins, 2008, p. 44).

A sociedade da cultura de massas, na qual a comunicação acontecia de um para todos sofre grande transformação. Vivemos na “sociedade em rede”, termo cunhado por Manuel Castells. Durante conferência inaugural do programa de doutoramento em Sociedade da Informação e Conhecimento, da *Universitat Oberta de Catalunya*, realizada em Barcelona, em outubro de 2000, Manuel Castells, profere a palestra intitulada: Internet e Sociedade em Rede. Naquela ocasião, há 2 décadas, Castells dizia: “internet é o tecido de nossas vidas neste momento. Não é futuro. É presente” (Castells, 2009, p. 255).

Este sociólogo defende que a internet não é simplesmente uma tecnologia. É sim o meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades. Ele compara a internet ao que foi a fábrica na era industrial. E acrescenta: “a internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação” (Castells, 2009, p. 287). Algumas das características da internet são: alta velocidade na transmissão de informações; possibilidade de envio e recebimento de grande volume de informações e interatividade com a troca simultânea de texto,

som e imagem. Na contemporaneidade, com as plataformas digitais, que possibilitam a participação ativa dos usuários em rede, há uma desconstrução da lógica linear clássica do processo comunicativo que falava em emissor, mensagem e receptor. Para este investigador, “comunicação e informação tem sido fontes fundamentais de poder e contra-poder, de dominação e mudança social ao longo da história” (Castells, 2007, p. 3).

Assim como a migração, a comunicação na contemporaneidade ocorre numa escala global. Com o desenvolvimento dos novos meios eletrônicos houve uma remodelação do tempo e do espaço. Mensagens são transmitidas com facilidade a grandes distâncias de forma imediata. Com o uso das novas tecnologias pessoas desenvolvem teleconferências e conversam entre si a partir dos lugares mais remotos. Esta globalização tem sido um processo estruturado e desigual “que beneficiou mais a uns do que a outros, e que incluiu mais rapidamente algumas partes do mundo nas redes de comunicação global do que outras” (Thompson, 2009, p. 143). De acordo com este autor a concentração dos veículos de comunicação é uma das características desta globalização, assim como o fluxo assimétrico dos produtos de informação e comunicação dentro do sistema global e as desigualdades no acesso às redes de comunicação.

Segundo Ignacio Ramonet, “a informação circula hoje à velocidade da luz, ou seja, 300 mil quilômetros por segundo” (Ramonet, 2009, p. 247). Tanto a produção como a divulgação do conteúdo passam a ser de muitos para todos em forma de redes diversas. Esta sociedade multimidiática mistura texto, imagem e áudio. Antes havia um universo do texto, outro da imagem e um universo próprio do áudio. Atualmente não existem máquinas de comunicar somente sonoras ou apenas com imagem. Hoje está tudo junto e misturado num único aparelho, cujo *smartphone* é o exemplo mais representativo. Os meios de comunicação multiplataforma tornaram-se populares e de fácil acesso a populações cada vez mais jovens, que são ao mesmo tempo consumidores e produtores de conteúdo, participantes do novo paradigma sociocomunicacional contemporâneo, altamente complexo.

## **1.2. Migrações forçadas e TICs**

A área de estudos das migrações internacionais divide as migrações de forma convencional, em voluntárias e forçadas. No entanto, essas duas palavras não traduzem a complexidade que está embutida no ato de migrar, seja de uma forma ou de outra. Porque se a migração ocorre por força da violência; ou seja, forçada, isto não quer dizer que o indivíduo não tenha outros motivos fortes para migrar, como a expectativa de condições dignas de vida no país de destino, por exemplo. Assim como o indivíduo que decide voluntariamente pela migração, não está imune de sofrer violência e violações dos seus direitos no percurso migratório. Mesmo que este tenha

sido planejado e realizado de forma voluntária. A crescente onda de violência em diversos países produz migração não voluntária. E esta pode ser uma combinação de fatores que não estão no cerne das causas da migração. Portanto, a categorização dos tipos de migrantes não pode ser feita com precisão irrevogável. Há muita subjetividade na divisão dos migrantes por categorias.

As causas da migração são complexas e variadas. E a mobilidade humana para outro país diferente daquele de nascimento ocorre, na maioria das vezes, quando forçada, em condições de vulnerabilidade. Pablo Ceriani Cernadas (2016), vice-presidente do Comitê das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores/as Migrantes e suas Famílias, propõe uma reflexão sobre as estratégias discursivas, os conceitos e seus impactos na violação de direitos dos migrantes. De acordo com este autor, alguns conceitos no campo das migrações internacionais desempenham funções como explicar e definir realidades, assim como, contraditoriamente, ocultar aspectos dessa mesma realidade.

Um grupo de cientistas da Universidade de Georgetown (EUA) introduziu no meio acadêmico, em 2013, o conceito de migração de crise. Susan Martin, Sanjula Weerasinghe e Abbie Taylor, defendem que as categorias: voluntária ou forçada - para as migrações, são insuficientes para abarcar todos os tipos de migrantes. Segundo elas, há o reconhecimento por parte dos gestores públicos, dos acadêmicos e até da sociedade civil, de que existem lacunas na proteção dos direitos humanos daqueles que migram de um país para outro.

O projeto denominado Migração de Crise<sup>1</sup>, do Instituto para Estudos da Migração Internacional, coordenado pelas referidas investigadoras, pretende descrever o fenômeno da migração de crise. Para elas, os movimentos migratórios provocados pelas crises humanitárias têm implicações que podem ser divididas em 3 categorias: deslocamento; mudança preventiva; e relocação. Admitindo que categorizar os migrantes de crise é um grande dilema para os investigadores e legisladores, elas também discordam da divisão entre migrantes voluntários ou forçados, pois afirmam que cada vez menos migrantes o são de forma totalmente voluntária ou totalmente forçada. De acordo com Martin et al. (2013) quase todas as migrações implicam um grau de coação, assim como quase todas implicam em fazer escolhas ao longo do processo de deslocamento.

Os migrantes de crises, para essas cientistas, são aqueles provenientes de países que enfrentam crises humanitárias. E estas, acontecem pelos mais variados motivos. As mudanças

---

<sup>1</sup> Informações sobre o projeto disponíveis em: *Revista Forced Migration Review*. RMF 45. Marzo, 2014. [www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/es/crisis/martin-weerasinghe-taylor.pdf](http://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/es/crisis/martin-weerasinghe-taylor.pdf).

climáticas e suas consequências apresentam-se como um dos principais motivos para crises. Catástrofes ambientais como enchentes, desertificações, furacões, secas e incêndios florestais são manchetes dos veículos de comunicação frequentemente. As vítimas desses fenômenos, segundo as três investigadoras, deveriam estar aptas à migração, inclusive internacional, com seus direitos básicos humanos garantidos, na qualidade de imigrantes de crise. Elas também incluem nesta categoria os que vivem em países onde há ausência de proteção do Estado, instabilidade política ou conflitos violentos, entre outros impulsionadores da vulnerabilidade humana.

De acordo com as investigadoras, é preciso repensar a proteção internacional para outros imigrantes, além dos refugiados; a única categoria, segundo elas, que dispõe de instrumentos legais para uma proteção adequada. Martin, Weerasinghe & Taylor (2013) identificaram nos migrantes de crise as seguintes características: causalidade, geografia, temporalidade e vulnerabilidade. A causalidade é resultado de acidentes, especialmente ambientais, causados ou não pela ação humana. A geografia diz respeito a conflitos internos que causam crise humanitária e forçam seus habitantes a migrarem dentro do próprio país, ou no máximo, para países fronteiriços. A dimensão temporal ocorre geralmente com a migração em grandes grupos por causa de acontecimentos sazonais ou que nunca ocorreram anteriormente. A vulnerabilidade, segundo as cientistas, é uma característica presente em simultâneo com todas as demais. Alguns grupos de migrantes são inerentemente vulneráveis, como: crianças, pessoas com necessidades especiais e idosos.

Venezuelanos no Brasil apresentam características migratórias distintas que poderiam receber estatutos diversos. No entanto, a eles só restam duas alternativas: solicitar refúgio ou residência temporária. O Coordenador do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima, professor e investigador João Carlos Jarochinski Silva (Silva & Abrahão, 2018), alerta para a dificuldade de enquadrar a maior parte dos venezuelanos que chegam ao Brasil nas categorias jurídicas estabelecidas. Mesmo admitindo essa dificuldade, o investigador arrisca em defender que a maioria dos venezuelanos emigrados recentemente para o Brasil pode ser considerada como “migrante de sobrevivência” e não refugiado. De acordo com Silva & Abrahão, os venezuelanos estão “buscando alimentos para sobrevivência, uma vez que a Venezuela passa por grave crise de abastecimento, o que tem se tornado um fator de expulsão de pessoas significativo” (Silva & Abrahão, 2018, p. 657). Para esses investigadores os fatores preponderantes que geram nos venezuelanos a decisão de emigrar são o desabastecimento e a fome.

Investigações que tratam de temas pertinentes aos usos das TICs por migrantes forçados ganharam impulso a partir de 2015, especialmente nos países do norte europeu, naquele que foi considerado o ano da “crise dos refugiados” na Europa. Esta crise foi um discurso construído a partir da constatação de que cerca de 1 milhão de pessoas provenientes de Iraque, Afeganistão, Eritreia e Síria haviam solicitado refúgio no continente europeu no ano de 2015. No entanto, este quantitativo representava menos de 0,5% da população da União Europeia e para termos de comparação, já viviam muito mais de um milhão de refugiados em países como Líbano, Turquia e Egito. Estavam na condição de migrantes forçados há muito mais tempo.

Naquela ocasião criou-se e ainda prevalece no imaginário popular um estereótipo do refugiado vulnerável, a correr sério risco de morte na ousada travessia para a Europa. O cenário mais frequente era, e continua a ser, o Mar Mediterrâneo e os botes infláveis abarrotados de seres humanos na tentativa de conseguir refúgio em Itália, Grécia ou Espanha, como ponto de chegada no continente europeu e provável partida posterior para países localizados mais ao norte. As travessias para a Europa pelo Mar Mediterrâneo podem ser divididas em 3 grandes rotas: Mediterrâneo Central, que parte da Líbia e tem como principal destino a Itália, entrando pela ilha de Lampedusa, próxima à costa Africana; a rota pelo Mediterrâneo Ocidental, que reúne predominantemente pessoas provenientes de Marrocos, Tunísia e Argélia; e a do Mediterrâneo Oriental, que faz ligação entre Turquia e Grécia. Para além das rotas do Mediterrâneo, parte reduzida de migrantes chegavam e continuam a chegar por terra, atravessando a Turquia, muitas vezes à pé, até alcançar a Grécia ou a Bulgária.

Segundo o *Missing Migrant Project*<sup>2</sup> da Organização Internacional para as Migrações, somente no ano de 2018 morreram na travessia do Mediterrâneo 435 pessoas. Foi o ano de maior registro de mortes por aquela via, tentando chegar em território europeu. Para além desse cenário que ficou banalizado, as rotas dos migrantes pelo mar acontecem também a partir do mar Egeu em direção à Europa, ou pelo Oceano Pacífico em direção à Austrália. Já as rotas terrestres mais conhecidas são: nos Bálcãs, em direção ao norte da Europa ou no México em direção aos Estados Unidos da América.

A migração forçada na atualidade é um fenômeno global. Na metade do ano de 2021, segundo o Relatório Tendências Globais<sup>3</sup>, produzido e divulgado pelo ACNUR, 26,6 milhões

---

<sup>2</sup> Mais informações sobre esse projeto estão disponíveis em:  
<https://missingmigrants.iom.int/region/mediterranean>.

<sup>3</sup> Relatório Tendências Globais de 2021: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/618ae4694/mid-year-trends-2021.html>

eram refugiados. Desses, 20,8 milhões de refugiados estavam sob o mandato do ACNUR. 3,9 milhões de venezuelanos estavam deslocados para o exterior; mas este número exclui requerentes de asilo e refugiados venezuelanos. Este relatório traz dados menos recentes, do final de 2020, segundo os quais, 48 milhões eram pessoas deslocadas internamente. Um pouco antes, no final de 2019, quase 80 milhões de pessoas ao redor do mundo eram migrantes forçados. “Estamos presenciando una realidad distinta en la que el desplazamiento no solo está mucho más extendido, sino que ya no es un fenómeno temporal y a corto plazo” (ACNUR, 2020b, p. 6). De acordo com este relatório, nos últimos dez anos vários fatores contribuíram para migrações forçadas massivas como os conflitos: na Síria; no Sudão do Sul; na Ucrânia; em Myanmar; no Afeganistão, no Iraque, na Líbia, na Somália, na Etiópia; no Iêmen; e na República Democrática do Congo. Além da chegada de refugiados e migrantes na Europa, pelo mar, o mais recente fluxo migratório em grande escala é a emigração de venezuelanos, preferencialmente para países da América Latina e Caribe.

O fator principal para o deslocamento, no caso das migrações forçadas, é a compulsoriedade. “Quando as migrações são forçadas representam interrupções e perturbações de vidas e violações de direitos humanos” (Jubilut, Frinhani & Lopes, 2018, p. 11). Diversos podem ser os motivos para a migração forçada como: temor de perseguições generalizadas e graves violações de direitos humanos, catástrofes ambientais, crises humanitárias e econômicas, entre outros. Para além de todas as dificuldades de uma migração involuntária e compulsória, há o fato de que: “as migrações forçadas contam ainda hoje com pouca regulamentação internacional e @s migrantes forçad@s não têm seus direitos assegurados” (Jubilut, Frinhani & Lopes, 2018, p. 11). Esta falta de garantia de direitos pode ocorrer em função da inexistência de regras específicas ou em decorrência da violação dos direitos que já deveriam estar garantidos.

A construção histórica da categoria de refugiado está ligada ao fenômeno de migrantes forçados a fugir de seu país de origem por motivos diversos como: conflitos internos ou transnacionais, perseguições políticas, violação dos direitos humanos, catástrofes ambientais e violência generalizada. São pessoas que necessitam da proteção do Estado. A categoria de refugiado reforça o tripé: território-cidadão-Estado. Nesta tríade, o refugiado ocupa o espaço do deslocado, do não-cidadão, aquele que não pertence à Nação, uma vez que não está no seu país de origem, onde teve seus direitos violados e transita entre Estados soberanos.

---

Refugiados são categorizados como migrantes forçados. Estudos sobre refugiados tornaram-se reconhecidos enquanto campo de investigação científica somente a partir dos anos 1980. As universidades de York, Canadá e Oxford lançaram programas sobre este tema em 1982 (Harrel-Bond & Voutira, 2007). Em 2007 Roger Zetter já criticava a categorização de migrantes a partir do que ele denominou de “rótulos”. De acordo com este estudioso, os rótulos servem como instrumentos de discriminação utilizados para excluir determinados migrantes e privilegiar outros, considerados merecedores da proteção do Estado. Para Zetter (2007), os rótulos são respostas políticas dos países receptores aos fluxos migratórios e servem a determinados interesses estatais.

Para o investigador Oliver Bakewell (2008), da Universidade de Oxford, no Reino Unido, definir o termo refugiado de forma restritiva, tendo como base apenas um ponto de vista, como o do ACNUR, por exemplo, pode tornar invisíveis algumas categorias de migrantes forçados. Segundo ele, para que uma investigação científica de caráter social possa fazer diferença na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, por meio de políticas que os atendam de forma prática e duradoura, é necessário ampliar o máximo possível a extensão do termo (p. 433). De acordo com Bakewell, para que a academia produza novos conhecimentos que sirvam como base para políticas realmente relevantes para os necessitados, é preciso lançar luz sobre todos os seres humanos que vivem nos campos de refugiados, nos centros de acolhimento e nos países que os receberam e não tornar invisíveis determinadas categorias de migrantes forçados (Bakewell, 2008, p. 451). A migração contemporânea de venezuelanos, localizada no sul global, pode ser considerada, entre outras categorias, como forçada.

### **1.3. Estudos de migração digital**

Muitos venezuelanos solicitam refúgio ao ingressar no país de migração. Neste trabalho de investigação estamos tratando de migrantes e refugiados provenientes da Venezuela, em situação de migração forçada e os usos sociais que fazem do *smartphone* no sul global. No entanto, grande parte da nossa referência está em Europa, por vir daquele continente as mais recentes pesquisas no âmbito dos estudos de migração digital.

Apesar dos movimentos populacionais serem um fenômeno que, desde os tempos antigos, passa por fases críticas causadas por eventos que podem desencadear fluxos de intensidade muito superior à média do período, a partir de 2015, na Europa, a intensificação dos fluxos de pessoas fugindo de guerras e de situações generalizadas de violações de direitos humanos desencadeou uma série de reações e interpretações, midiáticas e políticas, que levaram ao fenômeno que ficou conhecido como a crise dos refugiados na Europa. A chamada crise dos

refugiados se refere à dificuldade dos governos europeus e respectivas sociedades dos países membros de gerenciar a emergência da acolhida de milhares de pessoas em situação de risco chegando na Europa em fluxos não previamente autorizados nem previstos. Tais fluxos eram compostos por solicitantes de refúgio que chegavam fugindo de guerras e outras situações de risco à própria vida, junto com outras categorias de pessoas em mobilidade, sem regular autorização de ingresso no território da UE. A guerra vivida na Síria foi um dos principais fatores a causar essa, que foi considerada a maior crise de refugiados, desde a segunda guerra mundial (OECD, 2016, p. 15).

Medidas para a contenção dos fluxos foram tomadas pelos governos, como o fechamento de fronteiras na rota balcânica, um acordo controverso entre a Itália e a Guarda Costeira da Líbia, de onde muitas pessoas tentavam embarcar em direção à Europa e, também, várias iniciativas para conter a rota pela Turquia. O símbolo do pico da crise dos refugiados, foi um acordo assinado entre a União Europeia e a Turquia, amplamente criticado pelos defensores de direitos humanos porque supostamente o acordo feria elementos do direito internacional referentes aos direitos humanos de solicitantes de refúgio; como por exemplo, o de não serem rejeitados (princípio do *non refoulement*)<sup>4</sup>.

Esta situação de altos fluxos migratórios não ocorre apenas no continente europeu. De acordo com o Relatório Estatístico do Asilo 2020 do Observatório das Migrações (OM) de Portugal, se a análise for feita por continente do território de acolhimento, identifica-se que são os continentes asiático (49,7%) e africano (33,3%) os que acolheram maior proporção de refugiados no mundo em 2018. O continente europeu vem em terceiro lugar com 13,6% de refugiados no planeta. O tema da crise dos refugiados na Europa foi tratado por dois documentos da OCDE em 2016: O Panorama da Migración Internacional referente a 2016 intitulado *International Migration Outlook* e o Resumo das Políticas sobre a Crise dos Refugiados, cujo título em inglês foi *Policy Brief on the Refugee Crisis*.

A chegada massiva de pessoas procurando proteção internacional e buscando sobreviver no âmbito geopolítico europeu constituiu um problema político e socioeconômico para os

---

<sup>4</sup> *Non Refoulement* ou princípio da não repulsão é considerado parte do Direito Internacional Consuetudinário. É mais frequentemente referido no contexto da proteção de refugiados, dada a sua codificação no Artigo 33 da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados e nos instrumentos regionais de direito dos refugiados. Nas últimas décadas o princípio também foi incluído em diversos tratados de direitos humanos.

governos, que precisava ser gerenciado com recursos sempre limitados e com previsão de implicações socioculturais a médio e longo prazo, nos países europeus. Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, em pronunciamento de 2016, considerou a crise como alarmante e reconheceu a necessidade dos países realizarem um acordo de distribuição equitativa dos refugiados no interior da Europa e de respostas políticas à crise a médio e longo prazo (OCDE).

A crise dos refugiados afetou também a sociedade em geral, especialmente os nichos onde temores de perda e flexibilização do emprego já preocupavam a população pelo medo que a chegada de refugiados pudesse reduzir a qualidade e o acesso aos serviços públicos, especialmente saúde e assistência social. Discursos políticos e da mídia sobre os custos que a chegada do contingente de refugiados poderia apresentar, podendo eventualmente acrescentar impostos, fomentou em alguns países reações de xenofobia contra essa população, com manifestações de intolerância e preconceito e até com a criminalização da solidariedade de pessoas e organizações que colaboraram na acolhida e proteção dos refugiados, especialmente em relação ao fluxo de sírios (Sant’Egidio, 2019). A relevância da crise chegou a ser analisada como indicador de uma crise da própria União Europeia (Rivera, 2016), pela força exercida política e culturalmente no auge de sua emergência, entre os anos de 2015 e 2016.

A gestão buscada visava encontrar uma solução conjunta, salvando os países fronteiriços da União de serem sobrecarregados e deixados sem apoio na gestão dessa crise. No *International Migration Outlook 2016*, a OCDE insistia na importância de buscar soluções coletivas para a crise: “Deixar países individuais para lidar com fluxos maciços, como recentemente testemunhado com a crise de refugiados, não pode resolver os problemas de forma adequada. A cooperação internacional deve ser intensificada, com diferentes países fazendo diferentes contribuições” (OECD, 2016, p. 7). A interpretação da situação dos refugiados pela Amnesty International, no ano de 2015, apontava para uma crise global dos refugiados, considerando o aumento expressivo e as interpretações que os governos vinham fazendo em relação a essa questão (Amnesty Internacional, 2015).

Em Relatório do Conselho d’Europa de 11 de maio de 2017, sobre a cobertura mediática da crise dos refugiados, afirma-se que

a imprensa europeia tem desempenhado um papel fundamental ao retratar a chegada de refugiados e migrantes em 2015 às fronteiras da Europa como uma crise para o continente. Embora a cobertura da “crise” seja caracterizada por grande diversidade, os recém-chegados

eram geralmente vistos como indesejáveis, diferentes dos europeus e como intrusos vulneráveis ou perigosos (Conseil de L'Europe, 2017).

Em 2015 um tema recorrente nos discursos sobre a crise europeia de refugiados foi o fato de os media divulgarem como uma novidade a constatação de que grande parte dos refugiados possuía *smartphones* e usava aplicativos para navegar durante suas jornadas migratórias. Assim como surgiram cenários de horror, com corpos de refugiados a boiar no oceano, tornaram-se populares também, até mesmo em coberturas feitas pela grande mídia, *selfies* de imigrantes, a mostrarem que chegaram com vida ao continente europeu. Isto não era um fato novo, mas contribuiu para o aumento das plataformas de mídias sociais, que surgiram como meio de comunicação para compartilhar informações sobre o processo de migração. Grande parte dessas plataformas foram construídas com financiamento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e instituições de acolhimento e de ajuda humanitária. O surgimento dessas plataformas digitais ocorreu em larga escala a partir daquele ano no continente europeu, com recorrências mundo afora, inclusive no Brasil.

O novo campo de estudos, denominado: *digital migration studies*, em inglês, apresenta algumas variações de denominações no idioma português como: estudos de migração digital, da web-diaspórica e estudos de *e-diáspora*, entre outras. O que pretendem os estudiosos que atuam nessa área do conhecimento é esclarecer a relação entre migração e tecnologias de mídia digital. De um modo geral, esses estudos procuram compreender como as TICs em geral e os *smartphones* em particular, estão transformando as experiências dos migrantes, refugiados e migrantes forçados nas suas jornadas migratórias. Para Leurs & Prabhakar (2018; 249-256) há três paradigmas nos estudos de migração digital: 1) migrantes no ciberespaço; 2) vida diária do migrante digital; e 3) migrantes como dados. Esses três paradigmas apresentam graus variados de centralização das tecnologias digitais como o objeto principal dos seus estudos.

Em Junho de 2016 o Conselho Dinamarquês para Refugiados (DRC, da sigla em inglês – *Danish Refugee Council*) produziu uma série de publicações resultados de estudos de caso sobre o uso das TIC's por migrantes nos fluxos migratórios mistos contemporâneos na Europa. O artigo assinado por Frouws, Phillips, Hassan & Twigt (2016), é resultado de uma investigação sobre migração irregular e constatou que uma característica fundamental de fluxos migratórios mistos para a Europa nos anos 2015 e 2016 era o uso massivo das TIC's. As mídias sociais mais utilizadas, de acordo com essa pesquisa eram: *Facebook e Twitter*. Ainda segundo este artigo, para obter informações sobre rotas e destinos pretendidos, assim como para ter contato com

contrabandistas, os migrantes irregulares utilizavam os aplicativos: *WhatsApp, Skype, Viber e Google Maps*.

Os investigados foram aqueles imigrantes e refugiados provenientes do Médio Oriente com destino à Europa que usaram *smartphone* durante o processo migratório. Este projeto de investigação (Frouws, Hassan & Twigt, 2016) propõe e apresenta uma tipologia de maneiras pelas quais as TICs de um modo geral e as mídias sociais em particular são usadas por migrantes e refugiados antes, durante e depois do processo de migração irregular. As necessidades e formas de uso das TICs foram assim enumeradas: obter informações atualizadas sobre rotas de migração; iniciar contato com contrabandistas ou traficantes; obter dados sobre o país de destino; e saber sobre segurança e possibilidades de salvamento/resgate na rota a ser feita. Uma das constatações da pesquisa realizada por Frouws, Hassan & Twigt (2016), foi o alerta, por parte dos entrevistados, da necessidade de criação de plataformas na internet que dessem voz a migrantes e refugiados; o que na altura já vinha sendo feito no continente europeu.

Como dissemos anteriormente, o uso de TICs pela população em situação de migração forçada não é um fato novo. A socióloga Dana Diminescu, da *École Nationale Supérieure des Télécommunications* (Paris), que criou a *Fondation Maison des Sciences de l'Homme*<sup>5</sup> e coordenava o projeto *e-diasporas*, havia lançado há mais de uma década, em 2008, o artigo: *The connected migrant: an epistemological manifesto*<sup>6</sup>, que trouxe grandes contribuições para os estudos da mobilidade e das migrações. Este artigo demonstrava que os migrantes, ao contrário da forma como eram percebidos até então, como pessoas sem raízes, continuam com as suas ligações ao mudarem de país. Naquela época os migrantes já eram usuários massivos das TICs. E com isto, mesmo distantes, mantinham relações de proximidade com parentes em seus países de origem, assim como estreitavam novos relacionamentos. Esta evolução, segundo a pesquisadora, marca uma nova era na história das migrações (Diminescu, 2008).

O Projeto *E-Diasporas Atlas*, coordenado por Diminescu em 2011 concentrava-se em estabelecer como a conectividade funcionava entre grupos diaspóricos migrantes analisando suas manifestações em *sites* específicos. Com isto sua equipe criou o Atlas Digital das Diásporas. Segundo Diminescu, Bourgeois & Renault (2011), o migrante conectado depende cada vez mais das TICs e por isto torna-se necessário mapear tópicos como zonas geográficas e estratos sociais gerados através de dados digitais transnacionais e em larga escala. Baseados

---

<sup>5</sup> *Fondation Maison des Sciences de l'Homme*. <https://www.facebook.com/FondationMSH/>.

<sup>6</sup> O manifesto está disponível em: <https://philpapers.org/rec/DIMTCM>.

no pressuposto de que estudar a web envolve um compromisso com a tecnologia, o referido projeto propõe que o digital importa não apenas como objeto/campo de investigação, mas também como meio e ferramenta de pesquisa.

Mas a investigadora faz um alerta: esse tipo de pesquisa, orientada por meio de dados digitais pode ajudar a identificar e examinar problemas e redes *online* em maior escala. No entanto, para ela permanece uma questão, que é saber se essas visualizações dos migrantes estudados captam a natureza real da conectividade, pois, de acordo com Diminescu, é importante identificar as razões digitais por trás dos traços digitais, sugerindo a necessidade de incluir nos projetos de investigação abordagens etnográficas em conjunto com a coleta de dados digitais. Neste projeto especificamente Diminescu e sua equipe utilizaram métodos digitais não separados, mas em conjunto com os métodos tradicionais de ciências. Um dos objetivos cruciais desse projeto foi gerar uma interface entre as redes sociais e as ciências e promover ciências sociais equipadas digitalmente.

Tendo como cenário países do continente europeu que serviram de destino para migrantes forçados, vários pesquisadores investigaram o uso de tecnologias para a conexão desses imigrantes com familiares e amigos nos seus países de origem. Além desses tipos de conexões, investigadores como: Horst, 2006; Vertovec, 2004 e Panagakos & Horst, 2006 estudaram também o uso das tecnologias para criar novos relacionamentos e conexões nos países de destino. Eles constataram que os telefones inteligentes desempenham também um importante papel emocional e contribuem na manutenção de intimidades e relacionamentos a distância. Segundo Thomas & Lim (2010) o uso frequente das TICs pode melhorar o bem-estar dos utilizadores, seja os imigrantes da comunidade em diáspora no país de destino, seja seus interlocutores nos países de origem.

Witteborn (2018) investigou como a tecnologia estrutura a imaginação, os discursos e as práticas de gênero em relação à migração. Procurando evitar uma perspectiva tecnocêntrica, esta investigadora da Escola de Jornalismo da Universidade Chinesa de Hong Kong realizou estudo de caso de mulheres provenientes da Somália e do Afeganistão em busca de asilo na Alemanha. Para ela, a interação entre humanos e tecnologia tornou-se o foco, não apenas o artefato ou o ator nos estudos sobre migração digital. Witteborn (2018) constatou que as mulheres usaram táticas criativas para se envolver com a tecnologia. E passaram a navegar na internet com habilidade, criando espaços próprios. O artigo reitera a importância de entender como as práticas e as normas de gênero se cruzam com a migração forçada. A investigadora avaliou os usos, consumos e produções digitais dessas mulheres que vivem na Alemanha e

procuram se integrar na comunidade local, assim como permanecer em contato com familiares em seus países de origem.

#### **1.4. O uso das mídias sociais e o seu impacto nas sociedades**

O periódico *Social Media + Society*, que se propõe a discutir as mídias sociais e seu impacto nas sociedades, lançou em 2018 um número especial dedicado à reflexão sobre o uso de TICs por migrantes forçados na Europa. Intitulado: “migração forçada e conectividade digital na (para) Europa”, este número historiciza, contextualiza, fundamenta empiricamente e reflete conceitualmente sobre o impacto das tecnologias digitais na migração forçada. Este número apresenta a migração digital como um campo de pesquisa em desenvolvimento. Toma como ponto de partida a atenção excepcional para a mediação digital e reflete sobre os principais desafios conceituais, metodológicos e éticos para este campo emergente. Apresenta como este campo emergente de estudos está se configurando por meio de diálogos interdisciplinares e em interação com política e debate público. Em artigos publicados por investigadores de diversos países daquele continente discutiram-se, a partir de pontos de vista diversificados, porém localizados no norte de Europa, os impactos das tecnologias digitais na migração forçada.

Leurs & Smets (2018) ao sintetizar e apresentar o conteúdo deste número, explicam que os artigos são contextualizados e refletem com fundamentos empíricos o impacto das tecnologias num público específico por meio de diálogos interdisciplinares em interação com políticas e debates públicos. Os autores propõem 5 questões consideradas centrais para os “estudos de migração digital”, que são: 1) por que Europa? 2) onde estão o campo e o foco dos estudos sobre migração digital? 3) onde está o ser humano na migração digital? 4) onde está o político na migração digital? e 5) como podemos descentralizar a Europa nos estudos de migração digital? Essas questões bastante perturbadoras guiam o trabalho dos pesquisadores. Leurs & Smets (2018) alertam para o cuidado que investigadores desta área do conhecimento devem ter para não fazer abordagens centradas na mídia digital. Segundo eles, isto pode perpetuar entendimentos estereotipados dos migrantes forçados como se fossem pessoas especiais e inesperadas, saídas de países diversos, portando tecnologias que permitem fazer *selfies*, como se isto fosse algo de “outro mundo”.

Essas perguntas são respondidas a partir de interpretações distintas. O que se depreende, em modo geral, para responder ao questionamento por que Europa? É que essa crise de refugiados na Europa foi um discurso construído para alertar para algo que poderia modificar o “modo de vida europeu”. E que teve o apoio dos órgãos governamentais de controle da imigração. Sobre a questão 2, o foco e o campo dos estudos sobre migração digital, são

apontados por autores diferentes, diversas nomenclaturas para significados quase semelhantes, os quais são chamados de “chavões acadêmicos”. Os autores citados nesta edição especial cunharam os seguintes termos: “migrantes conectados” e “e-diásporas” (Diminescu, 2008); “migrantes mediatizados” (Hepp, Bozdaq & Suna, 2011); “diásporas digitais” (Brinkerhoff, 2009; Everett, 2009; Gajjala, 2008); “diásporas na nova era da mídia” (Ojarzabal & Alonso, 2010); “mecanismos de feedback” migrantes (Bakewell, Engbersen, Fonseca & Horst, 2016); “união digital” (Marino, 2016); “co-presença baseada em TIC” (Baldassar, Nedelcu, Merla & Wilding, 2016); “polymedia migrante” (Madianou & Miller, 2012); “intimidades virtuais” (Wilding, 2006); e “transnacionalismo on-line” (Sahoo & De Kruif, 2014).

A terceira questão colocada por Leurs & Smets (2018) é uma provocação para a crítica feita por eles aos estudos de migração digital, de que falta investigar o migrante enquanto ser humano. Para estes investigadores as práticas cotidianas, as experiências de empoderamento e subordinação que desnudam as hierarquias de poder que envolvem essa comunidade precisam ser observadas com maior cuidado. Segundo eles, falta o corpo humano com suas emoções e experiências distintas nos estudos dessa área do conhecimento. A quarta pergunta: onde está o político na migração digital? É respondida com outra crítica aos investigadores de migração digital. Os autores alegam que um dos aspectos mais invisíveis da migração forçada, é sua natureza política. E acrescentam que os migrantes são seres políticos, a decisão pela migração é uma decisão política e os fluxos dos migrantes são orientados politicamente. Esses aspectos não estão recebendo o destaque que, segundo Leurs & Smets, deveriam ter.

E finalmente a última questão, que é um chamamento à reflexão para investigadores da migração digital, especialmente aqueles localizados no continente europeu. Leurs & Smets (2018) propõem que o primeiro passo para descentralizar a Europa dessa linha de pesquisa é ter concepções menos monolíticas da migração em massa para aquele continente, colocando em primeiro plano as experiências dos migrantes em cidades específicas, com rotas próprias, mostrando como as vidas são reconstruídas com especificidades. Outra proposta apresentada é realmente ir além daquele continente e realizar pesquisas empíricas em outros continentes, em outras localidades. Evitar o eurocentrismo é a mensagem central apontada nesta edição (2018) do periódico *Social Media + Society*.

### **1.5. A passagem digital**

Outro estudo, também de 2018 (Gillespie, Osseiran & Cheesman), contribui para o debate sobre a migração digital e vai além da disputa entre benefícios e malefícios das tecnologias para o processo migratório ao apontar para a ambivalência do uso das TICs, especialmente o

*smartphone*. O artigo trata especificamente de migração forçada e conectividade digital. O trabalho apresenta um dos resultados do projeto de investigação: *Mapping Refugee Media Journey: Smartphones and Social Media Networks* (Gillespie et al., 2018), uma parceria entre a *Open University* e *France Medias Monde*, com base na França. O estudo examina o uso do *smartphone* nas viagens dos refugiados. Traça riscos e possibilidades oferecidas pelos telemóveis inteligentes para facilitar a comunicação no processo migratório. Foram entrevistados sírios e iraquianos que fizeram a travessia para a Europa. Para eles os *smartphones* são linhas de vida, tão importantes quanto água e comida. Esses aparelhos oferecem o planejamento, a navegação e a documentação de viagens. Permitem o contato regular com a família e amigos, e com aqueles que ajudam. Mas também permitem ser encontrados por contrabandistas, guardas de fronteira e forças repressivas de seus países de origem, estando expostos a novas formas de exploração e vigilância.

A viagem, o trajeto feito pelos refugiados para a Europa utilizando o *smartphone* é definido no referido trabalho como “passagem digital”, um termo bastante utilizado também por Latonero & Kift (2018). Como a maioria dos estudos a este respeito está centrada no continente europeu como rota de chegada, acrescentou-se a localização à metáfora, que ficou assim construída: “passagem digital para a Europa”. Um dos autores desse termo, Mark Latonero, é professor e investigador da *Data & Society*<sup>7</sup>, instituto com sede em Nova Iorque, que estuda as tecnologias inovadoras e as práticas sociotécnicas que reconfiguram a sociedade. Para Latonero & Kift (2018) a passagem digital é definida por artefatos e infraestrutura que possibilitam relações sociotécnicas. Essas relações são carregadas de tensão, pois de acordo com os autores, a passagem digital representa muito mais que uma mobilidade, uma jornada física, um local temporário, representa também um ambiente midiático. E para que esta passagem digital ocorra, não basta possuir e saber manejar um *smartphone*. São necessárias infraestruturas associadas, como estações de recarga, cartões SIM e *Wifi*, por exemplo. O sucesso dos refugiados em chegar a espaços seguros depende cada vez mais do acesso, não apenas a uma infraestrutura física segura, mas também a uma infraestrutura digital.

No entanto, de acordo com Latonero & Kift (2018) muitas das plataformas e dispositivos que refugiados e outros atores utilizam na passagem digital são fornecidos por corporações privadas como *Google*, *Yahoo*, *Facebook* e *Western Union* (câmbio e remessa de dinheiro) por exemplo. Essas plataformas usadas por consumidores para inúmeros aspectos da vida cotidiana,

---

<sup>7</sup> *Data & Society*. Informações disponíveis em: <https://www.datasociety.net>.

também são úteis para refugiados. Mas estes não são usuários comuns, são uma população vulnerável que tem preocupações com a privacidade, porque podem estar fugindo de perseguição política, violência e outros perigos provenientes dos seus países de origem. E o aumento da visibilidade dos refugiados nas redes sociais pode colocá-los em risco, assim como seus familiares que ficaram para trás. As plataformas de mídias sociais fornecem serviços necessários para os refugiados enquanto os vigiam e rastreiam para fins comerciais; assim como acontece com qualquer outro usuário. Cada mensagem de texto, transferência de dinheiro, login em mídia social e conexão *wifi* gera dados sobre seus usuários.

Latonero & Kift (2018) questionam se uma infraestrutura digital que permaneça como parte de um espaço global, privatizado e comercial e que seja principalmente voltada para a obtenção de lucro pode, ao mesmo tempo, ser reaproveitada para a proteção dos direitos fundamentais. Para os autores, rótulos como usuário e cliente não se aplicam aos refugiados da mesma maneira que às pessoas que não correm risco e vivem tranquilamente nos países onde nasceram. Apelar para que aumentem as políticas de segurança do usuário dessas empresas para populações vulneráveis como refugiados é a sugestão dos referidos investigadores para proteger essas pessoas.

## **1.6. As plataformas digitais**

Na passagem dos séculos XX para XXI a sociedade da cultura de massas, na qual a comunicação acontecia de um para todos sofre grande transformação. A migração para a cultura multimidiática acontece rapidamente e vem marcada pela enxurrada de informações disseminadas globalmente numa velocidade até então nunca imaginada. Tanto a produção como a divulgação do conteúdo passam a ser de muitos para todos em forma de redes diversas.

Vivemos a “era das plataformas”, como denominou Pérez Tornero (2017). Segundo este assessor da Unesco em matéria de *media education* e consultor da União Europeia em matéria de alfabetização midiática e informacional (AMI) desde que a internet e a Web se consolidaram como sistema global de comunicação, estamos assistindo a uma revolução baseada na criação e consolidação de plataformas. Estas estão afetando múltiplos aspectos da nossa vida. O autor considera como plataformas: *Facebook, Google Search, Youtube, Twitter, WordPress, Spotyfy, Wikipedia, Blogger e Moodle*, entre outras. Essas plataformas podem ser de naturezas distintas e finalidades diversas, mas de um modo geral todas combinam atuações complementares de pessoas com robôs. Toda plataforma realiza operações gerais e globais que integram as distintas operações próprias de cada um dos elementos que participam.

Plataformização é o nome criado por Pérez Tornero (2017) para o fenômeno que vivemos na contemporaneidade. Para este, a plataformização supõe uma desconstrução de fluxos e sistemas que até agora pareciam estáveis e que bruscamente estão entrando em crise. Esta desconstrução pode ser reconhecida de diferentes pontos de vista, desde o econômico ao social, passando pelo estritamente comunicativo e informacional. A plataformização está transformando o ecossistema comunicativo de modo fundamental e ao mesmo tempo está introduzindo grandes mudanças na organização da produção e do consumo, assim como é capaz de determinar escolhas estratégicas em percursos migratórios internacionais como atravessar ou não uma fronteira e até partir para milhares de quilômetros de distância por oportunidades laborais separando famílias e abandonando relações. Do ponto de vista econômico este fenômeno está dando lugar a grandes empresas multinacionais como: Apple, Google e Microsoft, por exemplo. Do ponto de vista da mobilidade humana, ainda cabem estudos para entender como e com qual relevância a plataformização nas comunicações sociais impulsiona deslocamentos populacionais.

As plataformas surgem no sistema comunicacional empacotando, agrupando e formatando funcionalidades, conteúdos e inclusive os atores que participam delas. Nas plataformas há um sistema de produção constante de alertas e de relação que depende dos procedimentos baseados na inteligência artificial e que em grande parte é alheia à vontade dos atores. Esta capacidade de automatizar processos e relações é a chave do atrativo especial das plataformas, apesar das restrições e limitações que seus usuários têm. É essa também sua grande facilidade de ser adotada como espaço de interação, sem necessidade de treinamento para adesão e uso, mesmo por pessoas e grupos humanos com baixa literacia digital e até com nichos de analfabetismo funcional, uma vez que som e imagem podem substituir e completar a comunicação verbal. No caso específico do fluxo de pessoas provenientes da Venezuela, houve exemplos encontrados na pesquisa de campo em que, mesmo sem alfabetização, o *smartphone* pôde ser usado porque o venezuelano enviava áudios aos familiares, que também não sabiam ler/escrever.

Ao explicar como diferenciar uma plataforma de uma rede convencional de comunicação, Pérez Tornero (2017) usa como exemplo a distribuição de água. De acordo com o pesquisador uma rede convencional de comunicação seria equivalente a uma rede de distribuição de água que usa o líquido de forma livre e contínua, sendo que a única limitação de consumo é a vontade do usuário/utente. Já a plataforma seria equivalente a distribuição de água engarrafada, a qual o consumidor pode usar, mas terá que atentar para formatos, quantidade e modalidades limitadas. O poder das plataformas consiste em restringir e condicionar as opções dos usuários para fazê-las simples e rotineiras. “Por tanto, son menos creativas y estereotipadas, pero son, al

mismo tiempo, más económicas: requieren menos esfuerzo y menos decisiones para ser usadas” (Pérez Tornero, 2017, p. 122). A leveza e praticidade do *smartphone* e seu custo sempre mais acessível, torna essa difusão ainda mais rápida e capilar, especialmente entre sujeitos e comunidades que não dispõem de canais mais sofisticados de comunicação como páginas web restritas, por exemplo.

Na era das plataformas os usuários/consumidores encontram-se em situação de comunicação e relação que dependem de programas e códigos que eles não têm acesso e muitas vezes nem conhecimento. Essas plataformas escondem uma boa parte de seus mecanismos de funcionamento, o que os tornam de certa forma alienados por uma máquina que mistura agendas pessoais, com calendários e dados de geolocalização e assim determina um cardápio diário para cada usuário/consumidor de acordo com as suas movimentações na plataforma. Isto torna a internet, por meio das plataformas, com acesso viável através de *smartphone*, mais fácil de ser usada, porém mais difícil de ser dominada. “Las plataformas son, sin duda, fruto de una especie de tsunami mediático que hemos vivido a finales del siglo XX y principios del XXI” (Pérez Tornero, 2017, p. 126).

### **1.7. Plataformas digitais de notícias e informações para refugiados**

No ano de 2016, no auge da migração em massa para a Europa, as organizações humanitárias internacionais produziram ou patrocinaram a produção de pesquisas científicas com o objetivo de descobrir maneiras de melhor proteger os migrantes forçados que chegavam aos milhares no continente europeu. O estudo *Mapping Refugee Media Journey: Smartphones and Social Media Networks*, por exemplo, forneceu a justificativa e as evidências para a Comissão Europeia financiar novas plataformas de notícias e informações digitais para refugiados. A *InfoMigrantes.net*<sup>8</sup>, lançada em 2017, foi uma delas. Este sítio na internet é um grande repositório de vídeos, *podcasts*, artigos científicos e histórias de vida com caráter humanitário. No entanto, muitos refugiados e migrantes em geral desconhecem a existência desta plataforma.

Outra iniciativa em favor de migrantes e refugiados foi um aplicativo gratuito para *smartphones* criado pelo Observatório Português do Tráfico de Pessoas em cooperação com a Ong “Movimento Democrático de Mulheres”. Este aplicativo foi denominado ACT<sup>9</sup> (Agindo

---

<sup>8</sup> Plataforma disponível na internet em 4 idiomas no endereço: <https://www.infomigrants.net/en/>.

<sup>9</sup> Informações adicionais sobre este aplicativo e outras iniciativas europeias a favor de refugiados e migrantes, podem ser pesquisadas na publicação: 2019, *Annual Report Migration and Asylum*. European Migration Network – EMN.

Contra o Tráfico de Seres Humanos) e tem como objetivo apoiar na identificação e assistência às vítimas de tráfico de seres humanos, assim como atuar na prevenção. Disponível nos idiomas português, inglês, espanhol, russo, romeno e francês, esta ferramenta digital pode ser utilizada não apenas pelos profissionais que trabalham em regiões de fronteira e locais de acolhimento. Pode ser instalado pelo público em geral, sendo direcionado a imigrantes, refugiados e cidadãos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A COMMIT (*Community Media Institute*) elaborou, em 2018, a pedido do Conselho da Europa, a publicação: *Spaces of Inclusion: an explorative study on needs of refugees and migrants in the domain of media communication and on responses by community media*. Os resultados dos estudos, publicados na forma de relatório (COMMIT, 2018) integram uma campanha em favor dos direitos dos imigrantes e refugiados que vivem na Europa. No contexto desses estudos, inclusão significa o reconhecimento de refugiados e imigrantes como significativa parcela da população europeia com interesses e necessidades específicas, como por exemplo, informações sobre seus direitos.

Os estudos mostram a evolução dos chamados media comunitários desde a sua criação até os chamados *social media*, que impera no momento, especialmente a partir da popularização do acesso por meio dos *smartphones*. Os temas abordados dizem respeito à cobertura dos media sobre imigrantes, assim como a maneira que eles gostariam de ser abordados pelos media. Na referida publicação há um capítulo dedicado à pesquisa realizada na Áustria, onde foram ouvidos imigrantes e refugiados que têm experiência com mídias comunitárias, especialmente rádios. Este estudo procurou identificar o papel desempenhado pelos media em geral e pelos comunitários, em particular, no cotidiano dos imigrantes e refugiados. Realizado com pessoas recém-chegadas à Áustria, provenientes de diversos países, o estudo confirma descobertas anteriores sobre a importância de *smartphones* e dispositivos similares quando se trata de ter acesso a diferentes conteúdos.

### **1.8. O papel do *smartphone* na experiência migratória de refugiados**

Em revisão de literatura, Mancini, Sibila, Argiropoulos, Rossi & Everri (2019) investigadores da Irlanda e da Itália, mapearam 43 artigos científicos relacionados ao tema: o papel do *smartphone* na experiência migratória de refugiados. Esses artigos foram publicados entre o período de 2013 a 2018 em 4 diferentes bases de dados. O objetivo foi o de fornecer um

---

[https://emnbelgium.be/sites/default/files/publications/00\\_eu\\_arm2019\\_synthesis\\_report\\_final\\_en.pdf](https://emnbelgium.be/sites/default/files/publications/00_eu_arm2019_synthesis_report_final_en.pdf), consultado em 23.08.2019.

panorama dos estudos existentes sobre o papel dos telefones móveis<sup>10</sup>, sobre a experiência dos refugiados e informar a prática e a formulação de políticas para o avanço do uso dos telefones celulares para a promoção dos direitos humanos dos migrantes.

A partir desses estudos surgiram 5 diferentes tópicos sobre o uso dos telefones celulares: 1) as práticas midiáticas no cotidiano dos migrantes; 2) oportunidades e riscos do uso do aparelho na jornada migratória; 3) o papel dos telefones celulares na manutenção e desenvolvimento de relações sociais; 4) o potencial dos telefones celulares para a auto-afirmação e o auto-empoderamento dos refugiados; 5) telefone celular para a saúde e a educação dos refugiados de forma a favorecer os direitos humanos dos requerentes de asilo ou de refúgio. Este trabalho investigativo focou nos riscos e oportunidades do uso dos telefones móveis na experiência dos refugiados, favorecendo e ameaçando os direitos dos requerentes de asilo e dos refugiados. Ao final os investigadores apresentam propostas e recomendações à formulação de políticas públicas e serviços para o avanço do uso das tecnologias móveis, como o *smartphone* em particular, para a proteção dos direitos dos migrantes.

Os direitos dos migrantes podem ser exercidos por meio da atuação nas redes sociais digitais. No *website* do Conselho da Europa<sup>11</sup>, há manuais (em módulos)<sup>12</sup> que ensinam como participar de comunidades *online*. E cartilhas que sugerem estratégias para que os imigrantes possam combater o discurso de ódio. Esses últimos integram também os resultados parciais da campanha *Media Against Hate* (mídia contra o ódio), uma iniciativa da *European Federation of Journalists* (Federação Europeia de Jornalistas) e várias entidades da sociedade civil organizada e dos media, incluindo: COMMIT (*Community Media Institute*) e a COSPE (*Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti*). Um dos projetos é o BRICKS<sup>13</sup> (*Building on the Internet by Combating Hate Speech*).

---

<sup>10</sup> No referido artigo: *The opportunities and risks of mobile phones for refugees experience: a scoping*, os telefones celulares são denominados de *mobile phone* e abreviados por PM, como é tratado em todo o artigo.

<sup>11</sup> Informações adicionais em: <https://www.coe.int>. Neste *website* do *Council of Europe* estão disponíveis esta e outras publicações sobre o tema.

<sup>12</sup> O módulo 4 – *Training module: How to conter hate speech and manage na online Community* está disponível no modo *online*: [https://europeanjournalists.org/mediaagainsthate/wp-content/uploads/2018/08/EFJ\\_module4\\_def.pdf](https://europeanjournalists.org/mediaagainsthate/wp-content/uploads/2018/08/EFJ_module4_def.pdf). Os demais módulos podem ser lidos no mesmo endereço, mudando apenas o número do módulo.

<sup>13</sup> O projeto europeu Bricks (construindo respeito na internet pelo combate ao discurso de ódio) visa combater a disseminação do discurso de ódio on-line contra migrantes e minorias. O combate é feito por meio da alfabetização midiática e do envolvimento ativo de usuários e produtores de

Os exemplos acima demonstram iniciativas dos países europeus, enquanto bloco, reunidos na União Europeia em conjunto com a sociedade civil organizada e os media para compreender as necessidades dos imigrantes e refugiados. A partir de estudos como estes, os países membros podem aprimorar o acolhimento e a integração de pessoas de diversas origens, promovendo a multiculturalidade. Campanhas em larga escala, como as promovidas na União Europeia, desenvolvidas a partir da audição dos anseios e expectativas dos imigrantes contribuem também para as práticas da tolerância por parte dos cidadãos europeus e para a cultura da paz.

Da mesma forma que inúmeros *sites* e aplicativos foram criados, especialmente na Europa, com o objetivo de proteger e informar os migrantes, esses mesmos dispositivos, ao deixarem de existir, não foram excluídos. A inovação digital possibilitou registrar e acompanhar o deslocamento humano global. O uso massivo do *smartphone* pelos migrantes forçados internacionais resultou em relatórios e investigações que propiciaram financiamento público para criação de aplicativos e portais na internet. No entanto, não se deu importância à manutenção ou cancelamento desses sítios quando os mesmos deixavam de existir. De acordo com Meghan Benton (2019) dezenas de mapas *on-line*, plataformas que pretendiam consolidar iniciativas educacionais e outras oportunidades para refugiados agora estão repletos de *hiperlinks* quebrados ou divulgam coisas que não existem mais. A autora apresenta como exemplo os *sites* de empregos, que publicam vagas antigas, já preenchidas.

Informações desatualizadas, *sites* fantasmas e hiperlinks quebrados são considerados como lixo digital. O *link rot*, quando a URL aparece uma mensagem “página não encontrada” ou “erro 404” é cada vez mais crescente e significa que o conteúdo foi renomeado, movido ou excluído. Se este fenômeno causa transtornos a cidadãos comuns, é muito mais prejudicial a refugiados e pessoas vulneráveis que podem perder um tempo precioso atrás de informações que afinal estão desatualizadas. A ausência de longo período de exposição a redes sem fio, aliada à barreira linguística e à baixa literacia midiática, de acordo com Benton (2019) tornam os refugiados pessoas necessitadas de informação de qualidade, acessível e atualizada.

Críticas à maneira como instituições europeias criaram dispositivos e plataformas digitais para auxiliar refugiados e migrantes forçados e depois deixaram de lado, sem fechar o ciclo, são frequentes. Benton (2019) sugere que o fluxo migratório em larga escala para a Europa mostrou que há inúmeros jovens capacitados em tecnologia dispostos a trabalhar voluntariamente em favor dos refugiados. Para a autora, esses jovens deveriam ser encorajados

---

conteúdo da web. Informações adicionais podem ser encontrados em: <https://www.bricks-project.eu/>

a apagar o lixo digital antes de iniciar um novo projeto. Ben Mason, cientista do *Betterplace Lab*<sup>14</sup> com um projeto de investigação sobre inovação digital em torno de migrantes e refugiados, detectou que a maioria dos 169 projetos de tecnologia cívica digital para refugiados criados em 2015 e 2016 tornou-se inativa até julho de 2018. Mas segundo o autor, muitas dessas mortes *off-line* não receberam o enterro *on-line* que precisavam. Sites inativos, em desuso ou desatualizados são resíduos confusos que podem se tornar enganosos. O *BetterPlace Lab*, instituição alemã, formada por jovens investigadores desenvolve pesquisas sobre tecnologias digitais e migração com foco na Europa e África, em menor escala.

Vem da África do Sul propostas de mecanismos de comunicação para instituições responsáveis por acolhimento de refugiados naquele país. Estudos de Bacishoga, Hooper & Johnston (2016) indicam que os telefones celulares inteligentes podem ajudar imigrantes a superar barreiras no processo de adaptação e integração no país africano. Os investigadores detectaram o poder dos *smartphones* para facilitar principalmente atividades econômicas de refugiados no país de acolhimento. Por outro lado, constataram que a troca de mensagens, de ideias e os diálogos ocorriam apenas entre imigrantes e seus amigos e parentes, nos seus países de origem. Essa interação não acontecia entre imigrantes e refugiados com os nascidos em África do Sul. De acordo com Bacishoga et al. (2016) havia obstrução de comunicação por parte das autoridades e do setor privado. Essa falta de interação entre imigrantes e nativos também foi atribuída pelos autores às atitudes e comportamentos dos próprios refugiados e imigrantes. As discussões e descobertas feitas por esses autores contribuíram para melhorar, por meio do uso dos *smartphones*, as relações entre imigrantes e refugiados em processo migratório na África do Sul.

### **1.9. Plataformas digitais de apoio a imigrantes nas Américas**

Enquanto investigadores estão a discutir sobre as plataformas digitais de apoio a imigrantes e refugiados que foram criadas e extintas no continente europeu, na América Latina a realidade é bem diferente<sup>15</sup>. No contexto das Américas, plataformas digitais de apoio a imigrantes e refugiados não tiveram apoio e financiamento massivo de ONGs (Organizações Não

---

<sup>14</sup> Nesta plataforma que reúne jovens cientistas em torno de assuntos como direitos humanos, tecnologias digitais e migração, entre outros temas da atualidade, estão disponíveis informações sobre serviços como: consultoria, eventos, implantação de apps e plataformas. Há também publicações do *Betterplace Lab*, disponíveis em: <https://www.betterplace-lab.org>.

<sup>15</sup> Abrimos aqui um parênteses para lembrar que a presente pesquisa de doutoramento está situada no Sul Global, na América Latina e no Brasil, onde o cenário é outro.

Governamentais). Os poucos projetos implementados foram públicos ou de organismos internacionais. Em julho de 2016 a ONU (Organização das Nações Unidas) lançou uma iniciativa<sup>16</sup> de gerenciamento de informações que tinham abrangência no triângulo norte da América Central. O projeto tinha como objetivo fortalecer as capacidades dos governos de El Salvador, Guatemala e Honduras para coletar, analisar e compartilhar informações sobre mobilidade humana na região. E desta forma, apoiar a ação humanitária e proteger populações vulneráveis nos 3 países centro americanos.

No ano seguinte, em 2017, também com foco na América Central, ampliando o raio de abrangência para Caribe e América do Norte, surge nova iniciativa. A OIM (Organização Internacional para as Migrações), agência de migração da ONU, lançou o primeiro programa piloto de iniciativa global cujo objetivo central era tornar a migração internacional mais segura por meio do uso de *smartphone*. O aplicativo denominado MigrantApp<sup>17</sup> disponibilizava informações diversas sobre assistência em centros de saúde, de acolhimento e de documentação, assim como serviços, entre os quais, o de compartilhamento de rota de migração em tempo real, de maneira privada, com seus parentes e amigos.

Em 2018 a OIM apresenta um aperfeiçoamento do aplicativo MigrantApp, que passa a ser denominado MigApp 3.0<sup>18</sup>. Este novo projeto, com abrangência para toda a América do Sul, foi disponibilizado nos idiomas: italiano, chinês, russo, francês, árabe, inglês, espanhol e português. Esta versão traz de forma mais descomplicada informações seguras e serviços confiáveis para pessoas em situação de migração internacional. Há contatos de mais de 1.700 serviços como: centros médicos, escritórios consulares, de imigração e de assistência ao tráfico de pessoas.

Somente em 2019 surgiu no Brasil a primeira plataforma<sup>19</sup> robusta, na forma de aplicativo para *smartphones*, patrocinada por uma ONG com informações essenciais para migrantes e

---

<sup>16</sup> Informações adicionais sobre este projeto estão disponíveis em: <https://news.un.org/pt/story/2016/07/1558131-oim-lanca-programa-de-informacao-sobre-migracao-na-america-central>.

<sup>17</sup> Informações sobre este aplicativo disponíveis em: <https://www.iom.int/news/un-migration-agency-launches-mobile-app-migrants-mesoamerica>. Segundo a referida notícia, o aplicativo poderia ser encontrado no endereço: [www.vengasdondevengas.com](http://www.vengasdondevengas.com). No entanto, este website já não abria na data desta consulta: 17.05.2020.

<sup>18</sup> O lançamento deste aplicativo foi noticiado no *site*: <https://news.un.org/pt/story/2018/11/1647431>.

<sup>19</sup> OKA é um aplicativo que visa auxiliar imigrantes e refugiados com informações sobre saúde, documentação, programas de assistência e outras consideradas fundamentais para pessoas em

refugiados, denominada OKA. A ausência de informações confiáveis destinadas especificamente a imigrantes e refugiados no Brasil é evidente. Os organismos governamentais responsáveis por migração não dispõem de *websites* ou portais de informação com conteúdo de qualidade para seu público. Até mesmo os dados estatísticos necessários às investigações científicas são de difícil acesso. Algumas boas iniciativas partiram de organizações não governamentais, instituições filantrópicas e da sociedade civil organizada. Atualmente algumas das plataformas de apoio a imigrantes que se encontram estruturadas e atualizadas periodicamente no Brasil são: Migraflix<sup>20</sup>, com textos em português e espanhol e foco na capacitação profissional; *Open Taste*<sup>21</sup>, também voltado para capacitação profissional, porém especializado em gastronomia, oferece formação para *chefs* de cozinha; apesar de ser coordenado por pessoas de nacionalidades diferentes, este site está disponível apenas no idioma português; Abraço Cultural<sup>22</sup>, um projeto de ensino dos idiomas: árabe, francês, inglês e francês, onde refugiados trabalham como professores. Neste sítio da internet também falta pluralidade de idiomas. O que é incompreensível, por se tratar do ensino de línguas.

Em dezembro de 2020 foi lançada no Brasil a plataforma *U-Report Uniendo Voces*<sup>23</sup>. A iniciativa do projeto, que usa *software* de código aberto, foi da Plataforma Regional de Coordenação Interagências para Refugiados, Refugiadas e Migrantes da Venezuela (R4V, da sigla em inglês). Este consórcio reúne agências das Nações Unidas e organizações da sociedade civil para apoiar os governos da América Latina na resposta ao fluxo de deslocamentos da Venezuela, o maior da história recente da região. Por meio da *U-Report Uniendo Voces*, jovens migrantes da Venezuela têm acesso gratuito a uma ferramenta com conteúdos exclusivos, produzidos em parceria com a instituição Viração Educomunicação. Este é um espaço aberto onde os jovens também podem se manifestar. Esta plataforma poderá contribuir para melhorar a situação de imigrantes no Brasil, especialmente aqueles que têm baixo nível de escolaridade e que não dominam o idioma português. Esses sentem dificuldade para obter informações

---

situação migratória. Informações adicionais disponíveis em: <https://igarape.org.br/instituto-lanca-aplicativo-para-ajudar-migrantes-e-refugiados/>.

<sup>20</sup> A plataforma Migraflix pode ser acessada no endereço: <https://www.migraflix.com.br/>.

<sup>21</sup> O projeto Open Taste está disponível no endereço: <https://www.opentastebrasil.org/>.

<sup>22</sup> Abraço Cultural pode ser acessado em: <http://www.abracocultural.com.br/>.

<sup>23</sup> Website da plataforma: <https://xn--uniendovocesbr-h72h.ureport.in/>. Perfil da plataforma no Facebook: <https://www.facebook.com/ureportuniendovoces>.

básicas de sobrevivência por falta de mecanismos de comunicação específicos. Este é o retrato do Brasil no ano de 2021. Em 2015, quando teve início o fluxo da imigração venezuelana em larga escala, a situação era bem mais precária.

### **1.10. Práticas midiáticas das migrações transnacionais na América Latina**

Cabalceta (2018) investigou o impacto do uso do telefone móvel por haitianos em situação migratória no norte da Costa Rica, quase na fronteira com a Nicarágua. De acordo com esta investigadora, a Costa Rica se converteu em ponto de passagem obrigatória de haitianos em sua rota até a América do Norte. Além dos Estados Unidos, dois outros países surgiram como destino para haitianos na migração contemporânea: Brasil e Chile. Os países de trânsito para haitianos são: Peru, Panamá e Costa Rica. Cabalceta (2018) constatou que migrantes haitianos têm capacidade de se apropriar das tecnologias para desenvolver múltiplas estratégias próprias para criar modalidades de interação que lhes permitam avançar em seus projetos de vida. Ela concluiu que “la migración haitiana representa además de un ejemplo ilustrativo de los nuevos flujos multiformes y multicausales que reconfiguran los patrones migratorios continentales” (Cabalceta, 2018, p. 8).

Os padrões migratórios continentais na atualidade não podem ser avaliados sem a inclusão de uma ferramenta muito importante, utilizada para o planejamento do projeto migratório, durante a passagem, e na chegada ao país de trânsito ou de acolhida, que são as TICs. Essas têm trazido para nossas sociedades contemporâneas mudanças estruturantes que precisam ser estudadas, questionadas e compreendidas. É necessário desenvolver novos enfoques que tenham em conta as inovações tecnológicas e o seu impacto na vida das pessoas em situação migratória. Com o avanço, a massificação e o barateamento das novas tecnologias, especialmente o *smartphone*; assim como a evolução do sistema de transportes, as migrações transnacionais ganharam impulso e novas configurações.

Melella (2016) estudou, a partir da Argentina, a presença de associações de migrantes de países andinos na web. Por meio da análise das redes sociais dos migrantes colombianos e equatorianos, que representam uma migração mais recente e dos peruanos e bolivianos, que já migravam há mais tempo, e retratam uma migração mais tradicional, Cecilia Melella contribuiu para a reflexão sobre TICs e migração no eixo sul-sul. Segundo ela, na Argentina o uso e a apropriação da internet por coletivos de migrantes permitiu o desenvolvimento de diferentes práticas como a imprensa de migrantes *online*, os sítios web de associações políticas, culturais e sociais. Ela observou também a presença heterogênea desses povos andinos imigrantes na Argentina em participação ativa na rede Facebook. Os sítios web analisados evidenciam “el

cambio del concepto de comunidad que pasa del lugar físico a la red” (Melella, 2016, p. 23). Nesta rede prevalece um vínculo simbólico com a origem, sendo cada um referente a um dos países andinos estudados, onde os temas giram em torno de informações e serviços para os recém-chegados à Argentina. Esses sítios web fomentam também a solidariedade e a criação de laços comunitários entre os imigrantes.

Juntamente com Gimena Perret, a investigadora Cecilia Melella amplia o *corpus* de imigrantes estudados na Argentina. Antes restrita aos povos andinos, em novo estudo ambas expõem resultados de pesquisa com latino-americanos na Argentina. Esse grupo mais alargado era formado, segundo o Censo de 2010<sup>24</sup> por: “los paraguayos, los bolivianos, los chilenos, los brasileños, los uruguayos y los peruanos” (Melella & Perret, 2016, p. 75). Na mesma linha da investigação anterior, as autoras expõem os usos e aplicações das TICs na construção de redes transnacionais, que se configuram como espaços mediáticos diaspóricos. Latino-americanos em processo migratório na Argentina utilizaram as redes por eles criadas, com o uso das TICs e da internet, como ferramentas para a organização e a participação política. As investigadoras chegaram à conclusão que as TICs: 1) possibilitaram diversas estratégias para que latino-americanos pudessem desenvolver seus processos migratórios; 2) serviram como ferramentas de intervenção que fortaleceram formação de laços comunitários e a participação política; 3) possibilitaram a ressignificação da saudade pelo país de origem, uma vez que as TICs reconfiguram os espaços e as distâncias tornando o migrante que está longe, ao mesmo tempo perto e presente no ambiente de origem. Essa dupla presença do migrante, possibilitada pelo uso das TICs no país de destino e no de origem potencializa a reflexão da própria experiência migratória de cada latino-americano a viver na Argentina. (Melella & Perret, 2016, pp. 71-92).

No Brasil, Cogo (2015) analisou as iniciativas de apropriações e usos da internet por grupos migratórios para tratar de suas experiências migratórias e seus processos de cidadania. A partir das narrativas desses imigrantes na rede social Facebook foi exposto um conjunto de evidências diaspóricas no contexto brasileiro. Segundo Cogo (2015, p. 103) “essas evidências nos informam sobre como esses imigrantes constroem redes sociocomunicativas – mediadas e/ou não mediadas pelas tecnologias da comunicação – que lhes possibilita a produção de espaços de relativa autonomia”. Essas redes também facilitam os processos de inserção no novo

---

<sup>24</sup> Censo de Población, Hogares y Viviendas, realizado na Argentina em 2010. Segundo este censo, “residen en el país 550.713 paraguayos, 345.272 bolivianos, 116.592 uruguayos, 41.330 brasileños, 17.576 colombinos y 4.820 ecuatorianos” (Melella & Perret, 2016, p. 75).

contexto de imigração naquilo que se refere às dinâmicas de planejamento e implementação do projeto migratório.

Antes da vaga migratória venezuelana ter início no Brasil, estudos (Brignol, 2010; Brignol, 2015; Cogo & Barth, 2009) mapearam as práticas midiáticas das migrações transnacionais de latino-americanos. Foram analisadas 90 mídias produzidas por latino-americanos que viviam nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Buenos Aires, Barcelona e Lisboa. Constatadas a fragmentação e na maioria dos casos, a característica individual das iniciativas, essas práticas foram reconhecidas como “espaços de ação transnacional de mobilização e articulação da diáspora migratória latino-americana dispersa globalmente” (Cogo, 2012, p. 62). As práticas midiáticas de latino-americanos em diáspora, de acordo com esta autora, representam o exercício da cidadania comunicativa desses migrantes e “buscam a constituição de um campo discursivo alternativo e contra-hegemônico de representação” (Cogo, 2012, p. 62).

Pesquisas recentes (Brignol, 2021; Cogo & Alles 2020; Cogo & Zanforlin, 2020) trazem relatos de experiências de refugiados e imigrantes senegaleses, sírios e haitianos no Brasil. O que estes estudos têm em comum é o uso das TICs para a prática da cidadania em território estrangeiro. Enquanto protagonistas em migração transnacional, os atores que dominam as tecnologias e têm literacias são capazes de criar relações ao ponto de se sustentarem e se articularem por meio das mídias digitais. Eles se engajam em ações ativistas e criam espaços midiáticos para discutir a questão migratória, produzem estratégias de agregação entre migrantes/refugiados, se tornam multiplicadores de informação, debatem os direitos e deveres de migrantes em convívio social com brasileiros e brasileiras, assim como com outros imigrantes de diversos países. Por meio da internet relacionam-se fazendo uso de redes sociais, onde constroem narrativas de si, mantêm vínculos, constroem redes de apoio, fazem uma ressignificação da experiência da própria diáspora e discutem entre outros assuntos, políticas antirracistas. Às redes criadas nessas condições, Brignol denomina de web diaspóricas em sua tese de doutoramento intitulada ‘Migrações transnacionais e usos sociais da internet: identidades e cidadania na diáspora latino-americana’, defendida em 2010 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), no Rio Grande do Sul. A pesquisadora vem utilizando este termo em todos os trabalhos de sua autoria que tratam do tema e que foram publicados nos últimos onze anos.

Encontramos outros estudos semelhantes (Gómez, Freeman y Velásquez, 2018; Coelho, Costa & Neto, 2018; Cabalceta, 2018; Melella y Perret, 2016; Eyzaguirre, 2006) que relatam experiências de fluxos de imigrantes da Colômbia, Chile, Argentina, Costa Rica, México e Equador, países do sul global que utilizam as TICs para integrarem-se nos países de

acolhimento por meio das redes sociais e espaços midiáticos por eles criados. Mas da Venezuela ainda não encontramos qualquer pesquisa ou trabalho acadêmico neste sentido.

Os migrantes que assumem protagonismo diante das plataformas de comunicação na internet são vistos como sujeitos de um cenário de mudanças nos usos das TICs. Aqueles que criam conteúdo próprio, autoral, publicam e compartilham periodicamente; que discutem temas ligados à lógica do deslocamento e tratam de suas experiências na diáspora, são os produtores do que (Brignol, 2011) denominou de web-diaspóricas. Para esta investigadora, o conceito de web-diaspórica deve ser entendido como “múltiplos ambientes de comunicação na web criados, mantidos, atualizados, usados por migrantes” (Brignol, 2011, p. 8). Esses migrantes passam a se apropriar da facilidade de acesso à esfera da produção na internet para promover seus próprios objetivos e demandas.

Para Brignol (2011), em web-diaspóricas estão incluídas, tanto páginas web, *sites* que abordam a temática das migrações, quanto *weblogs*, *sites* pessoais, *sites* de ONGs, portais de notícias, fóruns desenvolvidos por migrantes ou dirigidos a grupos de migrantes e associações que tratam de questões relacionadas aos fluxos migratórios contemporâneos. Nesses espaços de comunicação virtual criados por migrantes em diversos países percebe-se o protagonismo de seus criadores, que passam a desempenhar os papéis de consumidores e produtores de conteúdo. Brignol (2011) investigou a importância que as web-diaspóricas assumem para seus produtores e consumidores. Ela buscou entender o papel da internet enquanto potencializadora da experiência da própria diáspora.

Brignol (2015; 2018) explorou também o processo de consumo das TICs por migrantes senegaleses no Rio Grande do Sul. Ela analisou as suas práticas e seus processos de comunicação, construídos entre usos sociais das mídias e comunicação interpessoal e intercultural. Como a investigadora constatou, no fenômeno migratório senegalês em direção ao Brasil há uma “grande formação de redes e fluxos de intercomunicação entre esses migrantes” (Brignol, 2018, p. 18). Para esta investigadora, as redes são constituídas por fatores de localização, amizade, regionalização e interconhecimento. Por intermédio dessas redes, que possibilitam trocas formais e informais são expostas diversas maneiras como os migrantes passam a estabelecer relação com o seu país de origem enquanto vivem e trabalham no país de imigração. “Os senegaleses que migram para o Brasil identificam-se, em sua maioria como adeptos da religião muçulmana” (Brignol, 2018, p. 18). Daí o aspecto religioso a alimentar de forma contundente as redes de senegaleses que vivem no sul do país.

### 1.11. As Literacias e as TICs

Independente dos países de origem e de acolhimento de refugiados e migrantes em projeto migratório ao redor do mundo, o uso que essas pessoas fazem das tecnologias de informação e comunicação pode ser influenciado, em grande parte, pelo conhecimento, pela literacia, que têm dos dispositivos e dos media. Desde Barcelona, na Espanha, Gros, Zhang-Yu, Ayuste & Escofet (2018) entrevistaram imigrantes provenientes de Marrocos, Paquistão e Bangladesh. Identificaram a larga utilização do telefone móvel como dispositivo de comunicação. O principal motivo apontado por eles para uso do aparelho foi manter contatos com familiares e amigos no seu país de origem. De acordo com esses investigadores, os outros usos que imigrantes fazem do aparelho de telefonia móvel não difere do resto da população de Barcelona, a saber: relações sociais, orientação e geolocalização, gestão cotidiana, ócio e entretenimento. No entanto, quando se discute o aproveitamento dos recursos tecnológicos para o desenvolvimento pessoal e profissional, a realidade é diferente. De acordo os pesquisadores, quando está em causa a criação de conteúdo, transações comerciais, busca de trabalho e busca por formação educacional, observou-se “diferencias entre los participantes que tienen que ver con el nivel educativo, el poder adquisitivo o la competencia tecnológica” (Gros et al., 2018, p. 14). Esta pesquisa científica levanta uma questão importante que conduz a outra área dos estudos de comunicação: a das literacias.

Há várias nomenclaturas<sup>25</sup> para as diversas literacias. Os termos a seguir não são sinônimos. Têm significados com algumas semelhanças. Mídia-educação, educação para os media (EpM), educação para a comunicação, alfabetização midiática, alfabetização midiática e informacional (AMI), literacia mediática, literacia digital, literacia para os media (LM), literacia noticiosa, literacia da informação e dos media, pedagogia da comunicação e/ou dos media, educomunicação, educação para os media, *media literacy*, *new media literacy*, *media and information literacy* (MIL), *media education*, *ed COMUNICACIÓN*, *alfabetización mediática y de la información*.

A terminologia relacionada ao tema não se encerra nas nomenclaturas acima referidas. Tem como noção geral a competência das pessoas para manejar TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), além de compreender e analisar de forma crítica o conteúdo veiculado por meios de comunicação. Apesar de não terem o mesmo significado, houve quem defendesse a unificação do termo, da mesma forma que houve outra tendência que considera que se

---

<sup>25</sup> Para essas nomenclaturas não há traduções exatas. Não se trata de sinônimos. Há divergências entre elas e até uma certa evolução dos termos utilizados ao longo dos estudos neste campo.

mantenham os termos diferentes, de acordo com as conveniências e aproximações com seus centros de estudos. O importante é que a essência dos conceitos é a mesma: a preocupação em apoiar os cidadãos a tomar consciência e a decodificar o universo da informação e dos meios de comunicação social, para deles tirar o maior partido.

Sem entrar no debate sobre esses múltiplos conceitos e significados, nesta seção iremos descrever algumas definições de literacia. A palavra literacia, sozinha, sem o complemento digital, assim como letramento (não dicionarizada no Brasil até 2001) refere-se à condição de quem é letrado. Vem de *literacy* (em inglês). Este substantivo feminino aparece em alguns dicionários brasileiros como sinônimo de alfabetizado e de letrado. “Qualidade da pessoa letrada, de quem é capaz de adquirir conhecimento através da escrita e da leitura para desenvolver suas capacidades”<sup>26</sup>. Apesar de existir larga literatura sobre o tema literacias (no plural), ainda não existe um consenso para o seu significado, nem para a sua designação, a qual também não é única. Encontramos autores que consideram sinônimos os seguintes termos: literacia digital, educação para a comunicação, literacia dos media ou literacia mediática. Não incluímos aqui as denominações no idioma inglês, que também são várias. Na América Latina há ainda as designações: alfabetização midiática e educomunicação. Cada um desses conceitos coloca ênfase em determinados aspectos que vão desde o processo até os resultados alcançados.

Nos últimos anos aconteceu um aumento das possibilidades lexicais devido às mudanças provocadas pelas mídias digitais e as novas competências a serem adquiridas na nova era digital. E apareceram mais denominações como: educação para os media em ambientes digitais, educação para os media 2.0, literacia computacional, literacia da informação, literacia da publicidade, literacia da imagem ou ainda literacia midiática e informacional, entre outras. Esses termos não são sinônimos, nem são equivalentes, eles apresentam suas particularidades, cada um à sua maneira. Mas dialogam entre si.

As teorias que mais influenciaram essas conceitualizações vêm do campo das ciências da comunicação. Mas as ciências da educação também trouxeram grandes contribuições para os conceitos e designações. A Universidade do Minho adotou em 1988 a designação: educação para a comunicação social. Esta foi uma tentativa de “enriquecer a multidireccionalidade e a dimensão cívico-política da comunicação” (Pinto, 2011, p. 22). Nesta publicação patrocinada pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social em Portugal e produzida por um grupo de investigadores dessa área do conhecimento, são apresentados um panorama geral e a

---

<sup>26</sup> Dicionário on-line de português. <https://www.dicio.com.br/literacia/>.

evolução histórica das literacias naquele país e na União Europeia. Desde então esse mesmo grupo, juntamente com outros investigadores, vem desenvolvendo uma verdadeira militância, atualmente no Grupo Informal sobre Literacia Mediática (GILM), em favor da conscientização sobre a literacia enquanto potencialidade de formar pessoas, desde a infância, para a cidadania. Como enfatizou Pinto (1999, p. 8): “refiro-me à importância que tem, nas sociedades democráticas em que vivemos, a formação para um uso crítico dos media, entendida como educação para a cidadania e comunicação”.

Na América Latina e especialmente no Brasil o termo mais utilizado é educomunicação. A sua prática desenvolveu-se mais intensamente sob a coordenação de entidades da sociedade civil organizada na educação informal. Apesar de haver vasta produção acadêmica nos países latinoamericanos sobre educomunicação, este termo não alcançou visibilidade universal, como admite o pesquisador Ismar de Oliveira Soares, que é referência nesta área do conhecimento no Brasil. A essência do termo educomunicação traz como finalidades a construção e a criação coletiva, através do intercâmbio simbólico e do fluxo de significados. Para isto, estão implícitos 3 pressupostos básicos: a sua natureza colaborativa e participativa, suas possibilidades criativas e transformadoras e os meios e códigos através dos quais se estabelece o processo comunicativo. “El sentido procesual de la práctica hace que a entendamos como un movimiento en la búsqueda de una utopia social, que és la ciudadanía plena mediada por la transversalidad de la acción comunicativa” (Oliveira-Soares, 2019 p. 20).

Em 2018 o professor Manuel Pinto esteve no Brasil, a convite do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE-USP) e da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) para integrar a mesa de debates “Inovação e protagonismo social na educação midiática” do II Congresso Internacional de Comunicação e Educação e VIII Encontro Brasileiro de Educomunicação. Na ocasião, Pinto concedeu entrevista à Revista Comunicação & Educação, quando declarou que defende o conceito de educomunicação. Mas que este não seria adequado para a realidade na qual ele está inserido porque “obviamente somos também fruto do nosso contexto” (Rehder & Saldanha, 2019, p. 7). Para além do conceito de educomunicação, o professor referiu-se aos conceitos *media literacy* e *media education* da seguinte maneira: “eu julgo que são conceitos muito importantes porque exprimem realidades e vêm de práticas, de modo que todos expressam à sua maneira uma preocupação que eu considero comum: como os mundos da comunicação e da educação podem dialogar” (2019, p. 11). Pinto considera que é importante haver diferentes designações e que todas dialoguem.

Independente da designação e de qual literacia estamos falando, um aspecto indiscutível em todas elas, é a questão da literacia enquanto impulsionadora do senso crítico, da cidadania e do protagonismo dos seus praticantes, que podem se enxergar como atores empoderados e conscientes da função social que desempenham. Um olhar mais apurado, várias leituras de mundo, repletas de pluralidade e diversidade é o que a literacia deve buscar ao tratar de sua finalidade primordial, que é formar cidadãos. Tudo isto acontece a partir da convivência com familiares, amigos, colegas de trabalho e vizinhos de moradia. E com a mediação dos meios de comunicação, tanto os tradicionais como rádio, TV e jornais impressos, como os mais recentes, trazidos pela popularização da internet, como páginas web, blogs e redes sociais, as mais diversas. Os vários conceitos de literacia destacam, cada um deles, aspectos como: o processo, a qualidade da informação, prioridades, interesses, além de questões políticas, sociais e econômicas. Neste trabalho adotaremos o termo literacia digital por ser aquele que mais se aproxima do nosso objeto de estudo: o uso, a importância e a função do *smartphone* em contextos migratórios de pessoas recém-chegadas da Venezuela no Brasil.

Lá em 2007 quando a internet ainda não era acessível a todos, quando não havia tecnologias da informação e comunicação tão avançadas e a preços acessíveis, quando o *smartphone* ainda não existia como objeto onipresente na vida da maioria da população, estava sendo discutida a questão da informação enquanto direito de todos. O jornalismo e os jornalistas na condição de detentores da informação de qualidade estavam sendo colocados em cheque com o surgimento do jornalismo cidadão, aquele praticado pelas pessoas comuns, quando a informação deixava de ser passada de um para todos e começava a ser difundida de muitos para todos. Naquela altura foi realizado o 5. Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom)<sup>27</sup>, na cidade de Braga, quando Silva (2008), já fazia alguns alertas à classe jornalística: “pertence aos cidadãos, e não aos jornalistas, a titularidade originária do direito à informação: do direito a informar, a informar-se e a ser informado” (Silva, 2008, p. 2748).

Previsões de futuro relacionando informação e cidadania foram feitas por Silva (2008), as quais, 13 anos depois se concretizaram. O palestrante de encerramento daquele congresso já previa que cidadãos, empoderados pela literacia para a comunicação social, titulares do direito à informação, passariam a cobrar dos *media*: independência, objetividade e pluralismo. Alertava também para o fato de que essas liberdades implicam no direito de exprimir e divulgar livremente o pensamento por qualquer meio, proibindo a censura. Mas ao mesmo tempo,

---

<sup>27</sup> Informações adicionais em: <https://www.sopcom.pt/page/home>

concedendo o direito de resposta dos que se sentissem ofendidos e a obrigatoriedade da retificação das informações comprovadamente errôneas, por parte de quem as houvesse divulgado. A reserva da intimidade da vida privada e familiar, assim como a proteção legal contra a discriminação deveriam ser garantidas. Lembrando mais uma vez que somente cidadãos com literacia estariam conscientes para cobrar esses direitos.

Em 2006 o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia estabeleceram um Quadro de Referência<sup>28</sup> que define as competências essenciais a adquirir ao longo da vida. Essas competências seriam necessárias para a realização pessoal, a cidadania, a coesão social e a empregabilidade. Pretende-se assim, “preparar os cidadãos para a sociedade da informação e da comunicação, proporcionando-lhes a aquisição de competências que lhes permitam uma maior e melhor adaptação a um mundo globalizado e em constante mudança” (Pereira, Aguiar & Pereira, 2018, p. 7).

De acordo com a recomendação da Comissão sobre Literacia Mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitivos e uma sociedade do conhecimento inclusivo, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, em 29.08.2009, “Literacia Mediática é a capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspectos dos media e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos” (Recomendação 2009/625/CE). Esta definição consta também da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões de 20.12.2007. Países de língua inglesa adotaram as nomenclaturas: *media education* e *media literacy*.

Brites observa: “Relativamente à literacia para as notícias, fica claro que será benéfico ligá-la à literacia para a cidadania e à literacia para os media” (Brites, 2015, p. 49). Esta afirmação vem no segmento de 5 anos de estudos que refletem sobre o impacto das notícias no âmbito das culturas juvenis, em diferentes vertentes, possibilidades de uso e iniciativas por parte dos jovens. A investigadora respondeu à questão central “qual o papel das notícias na construção da participação (cívica e política) ao longo do tempo?” O seu *corpus* era formado por jovens que vivem em Portugal. Essa participação dos jovens acontece no contexto de uma sociedade mediatizada, onde os consumos de notícias dependem das apropriações mediáticas. Segundo ela, ouve-se com frequência sobre os jovens, que eles “deveriam ser mais ativos, interventivos e preocupados com as questões políticas e sociais” (Brites, 2015, p. 7). O uso do jornalismo,

---

<sup>28</sup> Recomendação 2006/962/CE do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as competências chave para a aprendizagem ao longo da vida (18.12.2006).

por meio das notícias como ferramentas educacionais, ou seja, a literacia para os media, apresenta-se como uma proposta de sucesso na formação de cidadãos participativos. O alcance da literacia para o público jovem migrante e para filhos de migrantes ou refugiados pode ser um diferencial, considerando a importância que o acesso às TICs tem para pessoas em situação de mobilidade.

O desenvolvimento dessas literacias pode ser feito na educação não-formal, informal ou no contexto escolar. As iniciativas partem das mais variadas instituições: associações, sindicatos, clubes etc. Capacitar pessoas para a literacia midiática é considerada uma questão de formar para a cidadania. Esta formação pode ser proporcionada aos frequentadores de museus, bibliotecas e rodas de conversa. Existem inúmeras vias, métodos e estratégias para capacitar pessoas e ajudá-las a se alfabetizarem para as tecnologias de informação e comunicação. Mas essa educação para as TICs acontece de forma desigual, de acordo com as classes sociais e as regiões do mundo. Migrantes, refugiados, estudantes estrangeiros, famílias transnacionais e comunidades em diáspora compõem nichos de população para os quais a literacia carrega um valor agregado maior, devido à necessidade de apropriação dos canais que viabilizam não somente contatos com pessoas queridas, mas sobretudo acesso às informações que autóctones conhecem por convivência e a direitos imprescindíveis para trajetórias existenciais.

Para garantir inclusões efetivas de cidadãos e reduzir as diferenças na utilização dos dispositivos de comunicação, é necessária educação para tal. Foi o que constatou projeto de pesquisa (Jorge, Brites & Francisco, 2001) que caracteriza os usos dos media por jovens e seus familiares para manter contatos, obter informações e para entretenimento. Esses pesquisadores compararam os usos de meios digitais por diferentes populações em Portugal e nos Estados Unidos. E perceberam que “apesar de possuírem computador e ligação à internet, nem todas as famílias tiram todas as oportunidades desse acesso e não o atualizam em usos de acordo com os seus interesses, objetivos e prioridades” (Jorge et al., 2001, p. 126). Essa desigualdade no aproveitamento dos media está diretamente relacionada com a literacia. “Os usos de informação, por seu lado, denunciam as desigualdades no aproveitamento do potencial dos media digitais para a inclusão” (Jorge et al., 2001, p. 126).

A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) foi fundada em 1945 e poucos anos após sua criação já começou a desenvolver um ativo trabalho em favor da educação para a comunicação. Partindo das iniciativas da Unesco que visavam disseminar a proposta e mobilizar países para a importância de educar para a comunicação, um dos marcos foi a Declaração de Grünwald sobre a educação para os media, de 1982. Esta

declaração reconhece a onipresença dos media na vida cotidiana das pessoas e alerta para o fato de que grande parte das crianças ao redor do mundo, naquela época, passava mais tempo a assistir televisão do que a frequentar escolas. Naquela ocasião admitiam-se o poder dos media, aceitavam seu impacto significativo e sua penetração no mundo como um fato consumado; assim como sua importância na qualidade de difusores de cultura no planeta.

A Declaração de Grünwald funciona como uma convocação às autoridades competentes para iniciar e apoiar programas de educação (formal, informal e não-formal) para os media impressos e eletrônicos. Apesar das enormes transformações ocorridas com o desenvolvimento das TICs após a assinatura desse documento muitas propostas ali apresentadas ainda são pertinentes na atualidade. Era o prenúncio dos sistemas interativos de comunicação que têm a internet como seu maior exemplo. Naquela altura, educar para os media já era uma ferramenta a ser desenvolvida não apenas no ambiente escolar, mas em diversos outros ambientes da vida social.

Ter literacia midiática pode ser interpretado como um direito humano, porque “a alfabetização midiática e informacional aprimora a capacidade das pessoas de usufruírem de seus direitos humanos fundamentais, em especial os expressos no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos” (Unesco, 2013: 20) adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, pela Resolução 217-A, de 10 de dezembro de 1948. No seu artigo 19, está escrito: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1946). No artigo 26 a Declaração traz uma sinalização para a alfabetização midiática e informacional quando diz: “A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais”. Esse direito humano fundamental pode ser usufruído mais intensamente a partir do momento em que o cidadão adquire competências necessárias para analisar os conteúdos divulgados e produzir suas próprias ideias e opiniões.

Na obra “Literacia para os Media e Cidadania Global: Caixa de Ferramentas”, Oliveira & Caetano (2017, p. 46) afirmam que é consensual a existência de três tipos de aprendizagens para a obtenção da literacia para os media. São eles: 1) saber procurar, guardar, arrumar, avaliar criticamente e partilhar informações pertinentes; 2) compreender quem produz, o quê, com que objetivo e por quais meios; 3) fazer uso criativo dos media para expressar ideias e promover a participação cívica na sociedade. As autoras vão além do que é considerado consenso e acrescentam mais três requisitos para que a Literacia para os Media seja mais eficaz: “a

capacidade de produzir comunicação de uma forma transformadora e empoderada; a irreverência e o pensamento crítico (...); e a promoção do conhecimento, descodificação e maior domínio das linguagens” (Oliveira & Caetano, 2017, p. 47).

Esta dimensão, a da ferramenta, é incorporada e pode ser observada no conceito trabalhado pelo professor Manuel Pinto. Para ele, Literacia para os media entende-se como “o conjunto de competências e conhecimentos que permitem aos cidadãos uma utilização consciente e informada dos meios de comunicação social” (Pinto, 2011, p. 7). A capacidade de domínio das TICs de forma a tirar o melhor proveito delas depende da literacia que se tem para os meios de comunicação de forma geral e para cada dispositivos de tecnologia em específico.

A literacia para os media vem ingressando de forma gradual na agenda da educação. E mais recentemente tem sido incorporada às agendas da cidadania e da inclusão. Alguns projetos que visam à inclusão e à cidadania por meio do incentivo à participação cívica com o uso de tecnologias têm se mostrado eficazes enquanto contam com financiamentos. Vem de Portugal um exemplo de projeto sustentável, que começou a partir de financiamento, tornando-se eficaz e sustentável, que não está diretamente ligado a populações migrantes, mas poderia perfeitamente atender a esse público por seu caráter inclusivo e de empoderamento social.

O projeto *RadioActive Europe* voltado para o empoderamento de jovens em contexto de semi-exclusão, utiliza as potencialidades do meio radiofónico em contexto digital, com a rádio *online*. Influenciado pelo pensamento de Paulo Freire na implementação de projetos centrados na comunicação participativa e no empoderamento social, este projeto é realizado numa plataforma na internet para uma rádio pan-europeia que incorpora as potencialidades da web 2.0. Além de Portugal, o projeto é aplicado na Alemanha, em Malta, no Reino Unido e na Roménia. O *RadioActive* é um projeto fora do contexto escolar que reforça capacidades valorizadas na empregabilidade e utiliza os media “para uma inclusão mais efetiva de membros da sociedade e uma maior participação cívica e pública, desde logo nas comunidades mais imediatas de inserção” (Brites, Correia dos Santos, Jorge & Navio, 2014, p. 166). Este projeto científico e pedagógico é um exemplo a ser analisado por instituições que trabalham com acolhimento a imigrantes, independente do país.

### **1.12. Literacia Digital**

Nesta tese de doutoramento estamos nos referindo à literacia digital no sentido do documento do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef (Nascimbeni, 2019, p. 10) que diz:

A alfabetização digital pode ser vista como um termo abrangente que inclui uma sequência de significados que se estendem desde a capacidade de usar dispositivos digitais ou *software*, até a habilidade de consumir e produzir conteúdo digital e a aptidão para participar de forma significativa em comunidades digitais (Alexander, Adams Becker e Cummins, 2016). Além disso, existem vários entendimentos e usos sobrepostos dos termos 'literacia digital', 'habilidades digitais' e 'competências digitais' (Brown et al. 2016), bem como uma série de conceitos coordenados para o termo literacia digital, como alfabetização em informática, alfabetização informacional, habilidades do século 21, nova alfabetização midiática, alfabetização midiática e informacional (*tradução nossa*).

Decidimos adotar o termo 'literacia digital'. Mas seria este o termo correto para o que abordamos nesta tese de doutoramento? A resposta é dada pelo professor catedrático da Universidade do Minho e investigador Manuel Pinto na publicação Literacias cívicas e críticas: refletir e praticar, editada por Brites, Amaral & Silva:

Neste quadro evolutivo e nesta convivência de tradições e visões diferentes da educação para uma cidadania esclarecida e interventiva no campo dos media e das redes sociais, poderá surgir a tentação de procurar estabelecer ou de simplesmente buscar a “linha justa” ou “correta”. Não existe. O que existe são múltiplos entendimentos e uma variedade de práticas, dos quais podemos colher inspiração para o que achamos necessário fazer, no tempo, lugar e circunstâncias que são os nossos (2019, p. 8).

Como o próprio Manuel Pinto afirma, não existe um único termo que seja o correto, o único, que traga a verdade absoluta sobre a discussão em curso. São vários entendimentos sobre uma complexidade de práticas.

### **1.13. Literacias e cidadania**

A cidadania está intimamente ligada ao exercício de reivindicação e apropriação de espaços e de direitos. O conhecimento desses direitos deve ser socializado com a população. E as literacias cumprem este papel na medida em que aqueles que as detêm podem ser sujeitos autônomos e críticos que atuam na sociedade de forma transformadora, contribuindo com o fortalecimento da cidadania. Para Alfaro (2003) cidadania é a soma do sujeito enquanto indivíduo e coletividade. É a soma de interesses particulares e públicos. São cidadãos aqueles que assumem e cumprem com seus direitos e, também, com seus deveres.

Mas a cidadania não se consolida com atos isolados, pontuais ou esporádicos. Ela acontece no dia a dia, em várias situações, contextos e práticas diárias. É uma postura que mantém os sujeitos alertas para agirem em defesa dos direitos e no cumprimento dos deveres, segundo Resende (1992). A cidadania não é algo dado, mas construído, especialmente para pessoas imigrantes ou refugiadas, para as quais, em muitos países, há limitações e até discriminação nos direitos de cidadania, como foi no Brasil, especialmente durante toda a vigência do Estatuto do Estrangeiro<sup>29</sup>, que se inspirava na lei de segurança nacional considerando toda pessoa proveniente do exterior como potencial inimigo ou ameaça para a nação. De acordo com Demo (1993), a construção da cidadania acontece a partir da educação, uma vez que para este autor, a educação é instrumento de participação política. Peruzzo (1999) acrescenta que a cidadania é histórica, varia conforme o contexto vivido e o seu momento histórico. E que é uma conquista do povo, a qual aumenta na medida em que cresce a participação política de qualidade dos indivíduos.

A cidadania pode ser explicada, em parte, pelo que assevera Pinto (2003):

Apesar de existir consenso de que uma prática democrática da cidadania encontra o perfeito campo para seu exercício na relação crítica com os meios, nos países que sofreram a experiência de regimes autoritários – e que possuem uma experiência democrática ainda insuficiente entretecida nas práticas cotidianas – resulta difícil conquistar um espaço para a educação para os meios (p. 1).

Ao fazer esta afirmação em artigo publicado e disponível na internet, em HTML, o professor Manuel Pinto refere-se a Portugal. Mas o exemplo serve muito bem para a Venezuela, que ainda vive um regime autoritário e, também, para o Brasil, que esteve durante décadas sob uma ditadura militar e ainda não se libertou de resquícios desta ditadura, como também não conquistou a democracia plena.

Um estudo publicado na Itália (Schiesaro, 2018) sobre o uso de *smartphones* por migrantes e solicitantes de refúgio em suas trajetórias migratórias mostrou que o referido aparelho e suas potencialidades se tornam indispensáveis para quem escolhe a travessia do Mediterrâneo, por

---

<sup>29</sup> O Estatuto do Estrangeiro foi a legislação brasileira criada durante o período em que o Brasil ainda se encontrava sob a Ditadura Militar – Lei de 19 de agosto de 1981 (6.815). Foi substituído pela nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), a qual foi elaborada com ampla participação da sociedade civil e se inspira, ao menos declaradamente, na perspectiva dos direitos humanos (Claro, 2020).

exemplo, pois pode ser a única chance de sobrevivência, sendo que é o canal através do qual é possível pedir socorro ao largo das águas territoriais europeias quando podem se encontrar em risco de morrer<sup>30</sup>. O volume cita um estudo de Dekker & Engbersen (2012), realizado a partir de uma pesquisa que utilizou levantamento de dados realizado com migrantes brasileiros, ucranianos e marroquinos nas cidades de Amsterdã e Roterdã, os quais revelaram que o *smartphone* desenvolve quatro funções relevantes para quem está em jornadas migratórias: 1) Manter laços fortes que já tinham antes de iniciar o projeto migratório; 2) Fortalecer laços fracos, que mesmo assim são importantes. “Os laços fracos nos locais de destino podem funcionar como pioneiros, fornecendo informações ou assistência a novos migrantes, por exemplo, para encontrar uma casa ou um emprego. Em alguns casos, os vínculos fracos evoluem e se transformam em vínculos fortes” (Schiesaro, 2018, p. 82); 3) Ativar novas relações e conexões; e 4) Ser fonte de informação aberta, toda a informação disponível na web, que sem um *smartphone*, grande parte da população em movimento não teria acesso ou teria só raramente e ocasionalmente (*tradução livre*).

Na mesma esteira, uma tese de doutoramento em filosofia defendida em março de 2020 pela University of Leeds (Vollmer, 2020), elaborada com pesquisa etnográfica sobre práticas de alfabetização digital de refugiados sírios recém-chegados no Reino Unido para promover e fortalecer processos de inserção social e integração no contexto de chegada. Em seu estudo Vollmer mostrou como os refugiados recém-chegados integram os telefones inteligentes em suas vidas cotidianas como parte de sua nova realidade. Os resultados da referida pesquisa oferecem indicações importantes sobre as interconexões entre tecnologias móveis e processos de assentamento de refugiados, e por analogia também de migrantes, em países de imigração.

#### **1.14. As literacias como desafio e oportunidade**

Um aspecto bastante importante das literacias é reconhecer os sujeitos como protagonistas da própria vida e como agentes de transformação social. Entendemos protagonismo no valor semântico do que o inglês normalmente entende por *agency* das pessoas em situação de mobilidade. Da etimologia *protos*, que no teatro da antiga Grécia era o primeiro ator da companhia, o que interpretava o personagem principal e *agon*, também de raiz grega, que é a

---

<sup>30</sup> O *Missing Migrant Project* da Organização Internacional para as Migrações (<https://missingmigrants.iom.int/>) registra dados de casos de desaparecimento e mortes de migrantes em diferentes pontos focais do planeta. No Mediterrâneo, somente de 01 de janeiro a 24 de abril de 2021, contou 453 mortos.

raiz de *agonismo*, que inclui referências tais como à luta, aos esforços e até ao sofrimento, como é o caso da palavra da mesma raiz – agonia (Lussi, 2017b, p. 574).

Dois artigos em idiomas e disciplinas diferentes ajudam a ilustrar melhor a relação entre o que chamamos de literacia digital e o protagonismo dos sujeitos em situação de mobilidade humana internacional, ambos com revisão de literatura acadêmica sobre o tema tratado, um no Brasil e outro nos Países Baixos.

Primeiramente Rodrigo Eduardo Botelho-Francisco, doutor em ciências da comunicação, trabalhou em sua tese doutoral o conceito de literacias emergentes em contextos digitais. Ele afirma que é possível compreender “as literacias a partir de um processo de apropriação consciente do ciberespaço, numa postura de aprendizado dinâmico, colaborativo e constante” (Botelho-Francisco, 2017, p. 21). Segundo o autor, a literacia se revela então como sendo uma estratégia, para construir conhecimento e avançar na participação. Quando esse dinamismo é em ato entre pessoas imigrantes, a literacia digital faz toda a diferença para a qualidade de vida, as chances de sucesso em suas iniciativas de inserção na nova realidade e o êxito nos esforços de reinvenção de seus projetos migratórios após a imersão no país de chegada.

Por outro lado, Amanda Alencar, docente do Departamento de Media & Communication, da Erasmus University de Roterdã, a partir de revisão da literatura, aprofundou o tema da apropriação pelos refugiados das tecnologias de comunicação móvel. Ela partiu do pressuposto que “os desafios associados à (falta de) alfabetização digital e acessibilidade entre os refugiados e os riscos associados ao uso da tecnologia podem afetar negativamente seu empoderamento e participação em uma sociedade “midiatizada”” (Alencar, 2020, p. 1). A autora analisa o modo como estudiosos tratam “as possibilidades e vulnerabilidades das comunicações móveis, as condições sociais e a agência de refugiados no envolvimento com tecnologias móveis nas diferentes dimensões temporais e espaciais de suas trajetórias de migração” (Alencar, 2020, p. 1).

Os estudos analisados pela pesquisadora interpretam a apropriação de *smartphones*, por exemplo, por parte dos refugiados, como um exercício de *agency*, “por meio de telefones celulares em outros espaços físicos e digitais” (Alencar, 2020, p. 9). Ao mesmo tempo, emerge que os “processos de apropriação de tecnologia moldam as experiências dos refugiados contemporâneos”. Uma circularidade sobre a qual voltaremos a discutir nesta tese. A revisão da literatura proposta por Alencar indica também que nos contextos de imigração, mais presumivelmente em realidades de fluxos de média e longa data, “as tendências atuais da literatura conectam os recursos e possibilidades de ação fornecidos pelos telefones celulares aos diferentes desafios socioculturais, linguísticos, econômicos, políticos, psicológicos e

afetivos que os refugiados encontram ao negociar suas condições, necessidades e interesses local e transnacionalmente” (Alencar, 2020, p. 9).

No caso de imigrantes e refugiados em jornada migratória em país estrangeiro, ter literacia digital e possuir ou até mesmo usar emprestado um *smartphone* é ter capacidade de exercer um protagonismo que sem o aparelho eles não seriam capazes de fazê-lo. Pinto, Pereira & Brites (2015) proporcionam a crianças e jovens este protagonismo por meio de uma agenda de atividades a ser desenvolvida de forma multidisciplinar em indistintas escolas, mas não só na educação formal. São 29 propostas de atividades, passíveis de desenvolvimento durante todo um ano letivo por professores ou líderes de organizações da sociedade civil, interessados em discutir o tema dos refugiados com seus alunos/as e educandos/as. Com muita criatividade, recorrendo aos *media* e às suas informações, essa publicação é uma ferramenta fundamental para ensinar a compreender melhor as circunstâncias, as causas e a situação de pessoas em migração, especialmente refugiados. Por meio da leitura crítica das notícias, as crianças e os jovens podem desenvolver o protagonismo e a independência ao realizar as atividades ali propostas com a orientação de uma liderança, seja um/a professor/a ou qualquer outro/a líder.

O domínio das literacias segue no sentido da comunicação para o desenvolvimento e a transformação social, um componente curricular presente em grande parte dos cursos das ciências da comunicação. Em oposição ao determinismo tecnológico, a literacia digital, por exemplo, empodera para a leitura crítica do mundo, para as mobilizações e para o protagonismo de seus atores sociais. Grandes mudanças no desenvolvimento da sociedade têm sido processos que começaram de baixo para cima e cresceram a partir de grupos de pessoas que se mobilizaram, lutaram e defenderam seus direitos. Esses movimentos deram voz e espaço a seus protagonistas e realçaram as reivindicações dos cidadãos envolvidos provocando mudanças na sociedade. Dois dos exemplos mais recentes foram a Primavera Árabe e o Movimento *Occupy*, ambos em 2011. No entanto, esses movimentos não estão ligados diretamente à academia, nem a agências de desenvolvimento e tampouco foram frutos de estratégias de comunicação. São resultado da nova geração de movimentos sociais.

Movimentos sociais contemporâneos são espaços horizontais de deliberação que não se encaixam na lógica da maioria das organizações de desenvolvimento e nas suas estratégias de comunicação para o desenvolvimento. Esses movimentos vêm ocorrendo fora de ambientes institucionalizados e formais, “sem estruturas organizacionais claras, sem associação fixa, nenhuma estratégia de comunicação explícita no papel, e muitas com um movimento “em fluxo”, que é difícil de identificar, monitorar e avaliar claramente” (Tufté, 2013, p.64). Grande parte das redes de ativistas globais não apresenta comandos hierárquicos de organização. Elas

desenvolvem ações em que a voz, a cidadania e as atividades coletivas comandam os movimentos facilitados pelas novas mídias digitais. São novas dinâmicas entre cidadãos e poderes governamentais constituídos.

Imigrantes em jornada migratória têm desenvolvido redes de mobilização para as quais ter literacia e ainda ter a oportunidade de fazer uso de um *smartphone* ligado à internet pode proporcionar a mudança de vida de si próprio e também de toda uma comunidade com a qual o/a imigrante se relaciona. “La participación debe desbordar los límites del campo comunicativo y tecnológico, para impregnar el conjunto de prácticas sociales transformadoras que están vinculadas a las iniciativas comunicativas” (Bringe & Dragon, 2014, p. 71). Estes autores tratam da comunicação para o desenvolvimento e a transformação social. Na perspectiva deste tipo de comunicação, a educação é algo primordial. Mas não é qualquer educação; e sim aquela que liberta, aquela conhecida como freiriana, em alusão ao patrono da educação brasileira: Paulo Freire (1921-1997). É dele uma frase célebre que resume em poucas palavras a essência da sua filosofia: “educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. O método Paulo Freire, ministrado pelo instituto que tem o seu nome e é coordenado por professores que estudaram e trabalharam com ele, direcionado à alfabetização especialmente de jovens, adultos e idosos, já alfabetizou dezenas de milhares de pessoas em diversos países e continua sendo o grande legado do educador para a humanidade.

Ao fazer uma análise de vários trabalhos que estudaram o legado de Paulo Freire, os pesquisadores Jiménez-Martínez, Tufte & Suzina concluíram que alguns tratam mais de comunicação que outros, “mas todos sostienen que la comunicación no debería tratarse como un aspecto separado del desarrollo de la sociedade civil, no es una herramienta sino un componente crucial de la experiencia liberadora en busca de construir una sociedade emancipada” (2020, p.40). Estes mesmos pesquisadores, que são professores em universidades do Reino Unido, promoveram em junho de 2019, na Loughborough University, um seminário intitulado ‘Desenvolvimento da sociedade civil e comunicação participativa no novo contexto atual: diálogos sobre o legado de Paulo Freire’. Buscando ir além do reconhecimento da significância de Freire, o evento discutiu as ideias do educador sobre a relação opressor-oprimido, a digitalização da comunicação social e as possibilidades de resistência e mudanças. Ao final eles declararam estarem convencidos de que a discussão que apresentaram “tem relevância para além do caso brasileiro e pode inspirar reflexões e práticas atualizadas e instigantes no campo da comunicação e mudança social em outros contextos” (Jiménez-Martínez, Tufte & Suzina, 2020, p. 12).

Literacias cívico-mediáticas é outro termo que dialoga com literacia digital e que foi construído a partir do conceito apresentado por Paulo Freire como ‘consciência crítica’ e que faz repensar a literacia para os media. Na lógica do dualismo opressor-oprimido, bastante discutido por Freire, como uma herança do colonialismo, o educador brasileiro defende que a educação deve ter um papel libertador e não ser uma extensão da cultura colonizadora. Por meio desta educação, os educandos descobrem a melhor maneira de participar na transformação do próprio mundo em que vivem, compreendendo as injustiças que devem ser corrigidas. E para que os oprimidos possam participar da transformação social, são necessários: reflexão crítica com rejeição das desigualdades sociais; ter determinação e praticar ações individuais e coletivas; e agir criticamente, denunciando políticas institucionais injustas. Neste sentido, reflexão e ação se complementam. E as pessoas só agem para mudar as suas condições “quando se tornam conscientes da natureza injusta das mesmas e, simultaneamente ao agirem à luz dessas injustiças, desenvolvem uma compreensão mais sofisticada da opressão estrutural” (Clark, Jimenez & Suskin, 2019, p. 82).

Portanto, a criação e circulação de mensagens nas mídias é um tipo de competência comunicacional, essencial para a participação cívica e política. Neste sentido, a literacia cívico-mediática apresenta-se como um processo comunicativo coletivo e não prática de indivíduos isolados, que proporciona a transformação social. No caso de pessoas migrantes que ainda se situam na condição de recém-chegados em terra estrangeira, a literacia no uso do *smartphone*, que é o foco desse estudo, é imprescindível para o acesso às informações relativamente aos seus dois mundos sociopolíticos e culturais de referência, junto aos quais e por causa dos quais, podem e precisam desenvolver e reelaborar critérios de interpretação dos fatos e significação dos processos, com os quais interagir, no caso, a partir de uma conscientização na linha da herança freiriana.

Os projetos: DiCi-Educa, Media in Action e Radio Active Europe, desenvolvidos no continente europeu, seguem nesta linha. Fazendo uso da comunicação para os media, com foco na educomunicação, realizada no âmbito da educação informal, esses projetos têm como finalidade melhorar a qualidade de vida das comunidades onde estão sendo realizados. São exemplos de investigação-ação, onde a pesquisa científica se desenvolve diretamente ligada às necessidades do dia a dia dos seus participantes enquanto protagonistas exercendo cidadania. Nesses casos praticam-se a comunicação para a transformação social. Entendem-se a ação comunicativa como ação interventiva. Pressupõem-se “a articulação e a interseção entre as literacias ativas, a comunicação para a mudança social e as práticas do quotidiano” (Brites, 2019, p. 86).

DiCi-Educa (Centros Educacionais com Competências Digitais e Cívicas) é o nome de um projeto que pensa o mundo de jovens e crianças na sociedade contemporânea digitalizada. Após três anos de existência editou uma publicação (Brites & Castro, 2021) que reúne experiências de pesquisas científicas desenvolvidas, tanto na educação formal quanto informal. Seus participantes são jovens infratores internos em centros de recuperação. Todas as pesquisas apresentadas utilizaram a comunicação para a transformação social por meio da educomunicação ou educação para os media. São jovens que se encontram em processo de recuperação e mesmo internos, sofrem de exclusão e estão vulneráveis. Ao participar dos projetos eles adquirem competências cívico-mediáticas e desenvolvem cidadania por meio de estratégias colaborativas e participativas. Esta publicação de 2021, editada por Maria José Brites e Teresa Sofia Castro, apresenta pesquisas desenvolvidas em diversas regiões de Portugal, Singapura, Reino Unido, Espanha, Estados Unidos da América e Brasil. Apresenta-se como mais uma possibilidade de modelo para projetos que poderiam ser desenvolvidos com imigrantes e refugiados venezuelanos no Brasil, levando em consideração a situação de vulnerabilidades a que estão submetidos. Não por terem cometido atos infracionais, mas pelo simples fato de serem imigrantes num país onde não dominam o idioma e têm pouca literacia cívico-mediática e digital, estando assim desprovidos de cidadania.

### **1.15. Reflexões finais do capítulo**

Investigar a importância do *smartphone* para imigrantes e refugiados venezuelanos em situação de migração forçada no Brasil implica na compreensão de alguns contextos. O telefone móvel inteligente é a TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) mais utilizada por migrantes em jornadas migratórias contemporâneas.

Investigações acerca do uso das TICs por migrantes forçados foram impulsionadas a partir da intensificação de fluxos migratórios ao redor do mundo. A migração forçada na contemporaneidade é um fenômeno global e os países em desenvolvimento são os que mais recebem refugiados. Estes por sua vez, não estão localizados no norte global. Diversos são os motivos para a migração forçada: temor de perseguição, violação dos direitos humanos, desastres ambientais causados pelas mudanças climáticas ou fenômenos naturais, crises humanitárias e econômicas, entre outras. Pessoas em situação de migração forçada na maioria dos casos estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com ausência de garantia dos seus direitos.

Refugiados e solicitantes de refúgio provenientes de várias partes do mundo que tiveram os países europeus como destino utilizaram as TICs antes, durante e após a jornada migratória.

Investigações sobre as formas e as motivações dos usos das tecnologias por esse segmento de migrantes proporcionaram a criação de aplicativos e *web sites* de apoio a refugiados. No continente europeu esses ambientes virtuais de convivência e de fonte de informações foram construídos em larga escala com o apoio de organizações não-governamentais. Grande parte desses sítios deixaram de existir, mas seus endereços na internet não foram apagados, gerando links quebrados para quem busca informações. Na América Latina, onde está localizado o campo desta pesquisa, espaços virtuais de apoio a imigrantes e refugiados começaram a ser criados com apoio da sociedade civil organizada mais recentemente e ainda não constam os fechamentos desses espaços.

O trabalho empírico de parte considerável dos estudos de migração digital está concentrado na Europa. E esta é uma das críticas feitas por estudiosos dessa área que defendem a descentralização geográfica dos trabalhos de campo nessa área de investigação. Para a abordagem acerca desse fenômeno foram criados diversos “chavões acadêmicos”, entre os quais: migrantes conectados, migrantes mediatizados, diásporas digitais, diásporas da nova era da mídia e transnacionalismo *online*, entre outros. Outra crítica apontada para os estudos de migração digital diz respeito à ausência das abordagens humana e política.

O consumo e as práticas de produção de conteúdo, assim como a sua publicação e divulgação em meios digitais são condicionados pela literacia, pelo conhecimento que se tem de aparelhos e dispositivos, dos media, dos meios de comunicação. Ter competência para analisar de forma crítica o conteúdo veiculado pelos media, descodificar as informações postadas nas redes sociais e tirar o melhor proveito dos dispositivos de comunicação, é ter literacia midiática ou diversos outros termos com significado semelhante. Capacitar pessoas para isto, é formar para a cidadania; o que pode acontecer de maneira informal, não-formal e no contexto escolar. Mas a formação para essas literacias acontece de forma desigual, de acordo com classes sociais e regiões.

Para exercer plenamente o direito à liberdade de opinião e expressão, assim como para ter acesso a informações e serviços não conhecidos e nem sempre acessíveis para pessoas que chegam de outras terras em países que se transformam em terras de adoção, os cidadãos devem dominar literacias que lhes proporcionem esse exercício. Produzir e divulgar textos, vídeos, imagens que transmitem ideias e informações por diversos meios exige competências que precisam ser avaliadas. Há desequilíbrio e uma certa defasagem de estudos que investiguem o fenômeno da migração forçada, o uso de TICs e as literacias de migrantes nos países do sul global. Esta pesquisa científica se propõe a colaborar com a redução dessa defasagem ao trazer

informações sobre o uso do *smartphone* por imigrantes provenientes da Venezuela em jornada migratória no Brasil.

## CAPÍTULO 2

### MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

*Tudo aqui... eu sinto diferente.... eu sempre penso, já vai chegar o momento de ir embora e dizer “até mais, Brasil!”*

*Mas... também me pergunto....*

*Será que eu vou ter a mesma vida de antes?*

*Como será?*

*Será que vai ser pior.... vai ser melhor?*

*Acho que pior...*

(Imigrante peruana a viver no Brasil – Dutra, 2013, p. 330)

#### **2.1. Trajetória da legislação migratória brasileira**

Desde a sua independência de Portugal, em 1822, o Brasil alternou momentos de incentivo à imigração para suprir demandas do mercado de trabalho e momentos de restrição ao ingresso de estrangeiros em seu território. A questão migratória dependia das conveniências, principalmente as econômicas do momento. As primeiras manifestações a favor de uma política migratória brasileira remetem ao Império e início da República. O primeiro marco legal aconteceu em 18.09.1850, com a Lei nº 601, também conhecida como Lei de Terras, que tinha o propósito de regular a distribuição de terras, priorizando a ocupação rural. Esta lei permitia que estrangeiros que comprassem terras com seus próprios recursos, depois de dois anos vivendo nessas terras, poderiam naturalizar-se brasileiros. Alguns anos depois foi baixado o Decreto nº 528, de 28.06.1890, que vem regularizar a introdução e localização de imigrantes no país. Mas não era qualquer imigrante. Este decreto, de forte teor racista, deixava de fora asiáticos e africanos (Arruda, 2015). Havia preferência pelos caucasianos. Ao longo do processo de colonização o Brasil recebeu milhões de imigrantes, formados em sua maioria por europeus e escravos africanos. Esses povos, somando-se aos indígenas que já viviam no país, formaram a população brasileira.

Até as últimas décadas do século XIX não houve restrições formais à entrada de imigrantes no Brasil. Mas já naquela altura o projeto do governo republicano era o branqueamento da população e a europeização da cultura. Estavam em evidência as teses darwinistas sociais e raciais que pregavam a desigualdade de raças, segundo as quais os brancos europeus eram superiores aos demais. O projeto do governo republicano adaptava as teses darwinistas à realidade brasileira propondo um projeto de nação que previa o “abrasileiramento” da população. Isto seria possível por meio da colonização dos espaços vazios na zona rural através da imigração exclusivamente europeia. Acreditava-se que ao longo do tempo negros e índios desapareceriam por completo. No início da República a preferência pela imigração europeia estava expressa “no próprio texto da Constituição de 1891: incentivando especialmente aqueles mais próximos da cultura latina (italianos, espanhóis, portugueses). O que comprovava que este era realmente o projeto das autoridades” (Silva, 2013, p. 106).

Durante toda a República Velha (1889-1930) houve restrições à imigração de asiáticos, índios e negros. A partir de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder pela primeira vez (1930 a 1945) foram aprovadas legislações restritivas que proibiram a entrada de europeus refugiados. E após alguns meses no exercício do mandato, Vargas proíbe totalmente a imigração. A Constituição de 1934 estabelece regime de cotas para a entrada de imigrantes no Brasil, o que é mantido pela nova Constituição de 1937 e reafirmado por dois decretos em 1938. De acordo com o regime de cotas, a maioria dos imigrantes deveria ser formada por agricultores. “Este regime favorecia a entrada de certos grupos europeus (espanhóis, portugueses e italianos), considerados “desejáveis”” (Hamid, 2012, p. 87). Mesmo restringindo a entrada de imigrantes por meio de cotas e direcionando-os para a agricultura, o governo brasileiro ainda instituiu a Lei dos 2/3, deixando evidente a política nacionalista de Getúlio Vargas. Segundo esta lei, pelo menos 2/3 de seus trabalhadores deveriam ser brasileiros. De acordo com Sonia Hamid (2012) as justificativas para a implantação de legislações restritivas e de controle dos imigrantes no Brasil são entre outras, “o temor despertado pelos novos grupos migratórios (apátridas e refugiados), cujo perigo estaria não apenas em sua raça indesejada, mas também nas ideologias políticas que carregariam (o comunismo)” (Hamid, 2012, p. 87).

Em seguida, algumas imigrações são permitidas no Brasil, mas de forma bastante restritiva, somente por meio da instituição de cartas por chamadas, enviadas aos consulados dos países emissores e por meio do atendimento de cotas por nacionalidade. Naquela ocasião o Brasil foi pressionado para ter sensibilidade quanto à questão dos refugiados, mas o posicionamento brasileiro foi aderir com restrições à 14ª Assembleia da Liga das Nações, que reconhecia o problema internacional dos refugiados como uma questão econômica, financeira e social. O

Brasil preferiu pautar-se por critérios técnicos e não por sentimento humanitário (Silva, 2013). Em 1935 com a tentativa de golpe de Estado por parte da Intentona Comunista, Getúlio Vargas aprova a Lei de Segurança Nacional que permite deportar estrangeiros considerados “alienígenas”, ou nocivos aos interesses do governo.

Outro marco regulatório da política migratória brasileira aconteceu durante a ditadura Vargas (1937 a 1945 no Estado Novo) com o primeiro Estatuto do Estrangeiro no Brasil (Decreto-Lei nº 406, de 04.05.1938). Este Decreto cria a primeira delegacia migratória brasileira e regulamenta também os refugiados judeus, a quem foi permitida a entrada no país de forma bastante restritiva graças às pressões internacionais e da comunidade judaica local. Após a queda da ditadura Vargas com a criação de organismos internacionais que tratavam do movimento migratório, especialmente devido aos refugiados surgidos no pós-guerra, o Brasil, sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra, foi pressionado a receber imigrantes deslocados de guerra. O presidente então baixou em 1945 o Decreto-Lei nº 7.967, que estimulava a entrada de imigrantes, mas de preferência aqueles com ascendência europeia e que tivessem qualificação para atividades industriais, uma vez que o país passava por um processo de industrialização (Silva, 2013).

A Constituição da República de 1946 proporcionou que a partir daquele ano até meados dos anos 1960 houvesse imigrações de povos de diversas nacionalidades para o Brasil, que necessitava de mão de obra especializada para a indústria e famílias para trabalhar na agricultura. Com o golpe de 1964 e a instalação do regime militar o Brasil novamente fecha as portas à imigração, afasta-se dos organismos internacionais de promoção dos direitos humanos e passa a cometer todo tipo de atrocidade contra ativistas contrários ao governo. No ano de 1980 foi instituída a Lei nº 6.815, também conhecida como o Estatuto do Estrangeiro, que estabeleceu as regras para a imigração. “Essa lei se caracterizava pelo forte componente ideológico, destacando-se a ênfase nos aspectos da segurança nacional” (Oliveira, 2017, p. 141). Mesmo com o fim da ditadura militar e a instalação da Nova República, em março de 1985, foi esta a legislação sobre migração que vigorou até 2017.

A história da legislação sobre migração no Brasil aponta para o fato de que a imagem de um país acolhedor para imigrantes merece dedicada atenção. Durante muito tempo o projeto das autoridades locais foi o de melhoramento genético do povo brasileiro. Para isto, a legislação foi restritiva à entrada de negros (exceto escravos como mão-de-obra gratuita no período escravagista), não-brancos, doentes, pobres e sem qualificação profissional. A questão humanitária da imigração não esteve em causa por parte dos gestores públicos, não havia

políticas públicas para estes fluxos, sendo exceção as práticas das instituições religiosas e associações de imigrantes já estabelecidos.

## **2.2. Nova Lei da Migração entra em vigor em 2017**

A Lei nº 13.445, de 24.05.2017<sup>31</sup>, que instituiu a Lei da Migração, após ter sido discutida por entidades da sociedade civil organizada e passar pela aprovação do Congresso Nacional e posterior sanção do presidente da República, entrou em vigor em 24 de novembro de 2017. O documento não foi sancionado integralmente; sofreu alguns vetos, como por exemplo: a permissão para imigrantes exercerem cargos públicos eletivos, especialmente nos poderes Legislativo e Executivo; a disposição que oferecia *status* de residente a todos os estrangeiros que chegaram antes de julho de 2016; e a isenção do serviço militar aos brasileiros naturalizados do sexo masculino, caso eles já tivessem servido em outro país (Wejsa & Lesser, 2018). Mas de um modo geral esta legislação é mais coerente com os direitos humanos e com a Constituição de 1988, em vigor no país. Trouxe avanços como: a eliminação de discriminações contra imigrantes, a facilitação da regularização migratória, e da concessão de vistos e autorização de residência por questões humanitárias, e a não criminalização da migração.

Num país de extensão continental como o Brasil, para que ocorra uma boa governança migratória é necessária participação efetiva e conjunta das esferas de governo municipal, estadual e federal. As contribuições surgidas a partir de conferências regionais e da nacional foram importantes para a construção da Lei nº 13.445, de 24.05.2017, que é a atual lei magna sobre migração vigente no país. “Embora a normativa brasileira sobre migrações internacionais não seja escassa” (Marinucci, 2015, p. 77), somente em 2017 entrou em vigor uma lei migratória que contou com a participação da sociedade civil organizada na sua elaboração. Foi preciso o país enfrentar a primeira imigração em massa, ocorrida a partir de 2010 com os haitianos, intensificada com a dos venezuelanos, a partir de 2016, para tomar providências sérias no sentido de regulamentar a migração no Brasil.

## **2.3. Brasil: um país de entrada e saída de migrantes**

Desde o ano de 1819 até o final da década 1940 o Brasil era um país que recebia muitos imigrantes. A cifra que é senso comum sobre a entrada de estrangeiros para viver no Brasil naquele período é da ordem de 5 milhões. A contribuição da imigração estrangeira para o

---

<sup>31</sup> Texto oficial disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/nova-legislacao/item/13760-lei-n-13-445-de-24-de-maio-de-2017>.

crescimento da população brasileira variou por período e nacionalidade. “No período de maior fluxo migratório (1890 a 1920) a contribuição estimada chegou a 11% do crescimento” (Levy, 1974, p. 68). O país recebeu em maior escala imigrantes provenientes de Portugal, Japão, Itália, Espanha e Estados Unidos. Houve também a chegada, embora em números menos expressivos, de russos, polacos, sírio-libaneses e austríacos. O sul do país era o destino prioritário desses migrantes que buscavam zonas rurais, pois trabalhavam na agricultura. A chegada desses estrangeiros era pautada pela situação internacional e por políticas internas que tinham interesse na contratação de mão de obra europeia e asiática.

“No caso dos portugueses, a imigração<sup>32</sup> aconteceu por um longo período de tempo, que vai do descobrimento a meados do século XX” (Jubilut, Frinhari & Lopes, 2018, p. 583). A partir de 1930, a imigração deixa de ser essencialmente para a zona rural, com a finalidade de produção agrícola. “Após a década de 1930, esses imigrantes buscaram preferencialmente a cidade de São Paulo, com inserção em atividades na área industrial e no comércio” (Jubilut, Frinhari, & Lopes, 2018, p. 585). O Brasil continuou a receber imigrantes até os anos 1950 e parte da década de 1960. Esta realidade começa a mudar quando são interrompidos, em meados de 1960, os fluxos migratórios internacionais em direção ao Brasil, que aos poucos, passa a ser um país de emigrantes. Os fluxos migratórios de saída de brasileiros intensificam-se nas décadas seguintes, conforme constataram Vitorio (2007) e Garcia (2005).

A década de 1980 no Brasil, em consequência dos altos índices de inflação e da precária situação social e econômica, ficou conhecida como a “década perdida”. E este foi o principal motivo para a emigração acentuada de brasileiros pelo mundo nesse período. Essa emigração ocorreu de forma mais concentrada para países e cidades onde já havia raízes de redes migratórias de brasileiros em anos anteriores. Naquela ocasião, as redes familiares de descendentes de emigrantes foram fortalecidas. Segundo Sales & Loureiro (2004), os diversos fluxos migratórios têm especificidades. Para estes investigadores, no caso de brasileiros em direção a países europeus e aos Estados Unidos há grande número de trabalhadores das classes média e baixa que emigraram para trabalhar em serviços que não são atrativos para os nativos por serem serviços não especializados e de baixa remuneração.

Um fluxo migratório do Brasil em direção aos Estados Unidos que teve início na década de 1980 e foi se intensificando até se tornar notório é dos habitantes de Governador Valadares,

---

<sup>32</sup> Por ser uma citação direta curta, a frase está escrita exatamente como na publicação citada. As autoras referem-se ao Brasil. Como esta tese é defendida em Portugal, o termo “imigração” grafado com “i” não deve ser confundido com imigração de portugueses no próprio país, mas emigração para o Brasil.

em Minas Gerais. Esta migração transnacional chegou a ser conhecida como “migração valadareense” criando quase uma categoria à parte nas discussões sobre a emigração brasileira. Naquela cidade rica em minérios viveram funcionários de empresas norte-americanas que divulgaram entre os nascidos no interior mineiro o que seria o “sonho americano”, o *American way of life*, que impulsionou a emigração de valadarenses em busca de uma vida com melhores oportunidades. O censo demográfico de 2010 coloca Governador Valadares como a sétima entre os dez municípios brasileiros com maior número de emigrantes internacionais<sup>33</sup>.

“O migrante valadareense se insere nos patamares mais baixos do mercado de trabalho norte-americano” (Fusco, 2002, p. 70). O mercado secundário e o mercado informal, cujas ocupações são geralmente preenchidas por imigrantes nos Estados Unidos é o reservado aos provenientes daquela região mineira. A ocupação predominante entre as mulheres mineiras é o de empregada doméstica, uma função rara no país receptor. Esse tipo de emprego, geralmente sem vínculo empregatício, em grande parte dos casos, é favorecido pela condição de imigrantes que vivem em condição migratória irregular e não têm outra alternativa ocupacional. O fluxo de valadarenses em direção aos Estados Unidos é formado por imigrantes de escolaridade mediana, muitos em situação regular. Mas há também uma grande quantidade que consegue ingressar no país de forma irregular e não tem visto de permanência.

Nos anos 1990 aumenta o fluxo de brasileiros para o exterior, especialmente para países como Estados Unidos, Japão, Paraguai e Portugal. E o Brasil continua mantendo-se na posição de país de emigração até aproximadamente o ano de 2008. A partir de então, segundo Denise Cogo “intensificam-se na mídia brasileira fluxos narrativos que apontam para o retorno do Brasil à condição de país receptor de imigrantes” (Cogo, 2015, p. 92). De acordo com esta pesquisadora, alguns dos fatores que contribuíram para isto foram: “a crise global dos EUA e da Europa e do próprio fortalecimento econômico e político vivenciado pelo Brasil no cenário internacional” (2015, p. 92). O Brasil começa a se posicionar, embora de forma gradual, como país de imigração e torna-se a partir de 2008 destino de migrantes transnacionais.

Dados sobre migração no Brasil não estão centralizados e não recebem sistematização periódica, além de que as fontes divergem. Há que se levar em consideração também a grande quantidade de imigrantes irregulares, indocumentados. O último censo demográfico nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no país foi em 2010. Naquele ano, de acordo com este censo, 491.243 brasileiros residiam no exterior. E quase a

---

<sup>33</sup> Mais informações sobre a emigração de Governador Valadares em direção aos Estados Unidos, publicadas na BBC News, disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51743342>.

mesma quantidade de estrangeiros (510.068) viviam no Brasil. Apenas um ano depois, em 2011, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) estimava que entre 2 e 3,7 milhões de brasileiros viviam fora do país. E a Organização Internacional para as Migrações (OIM) previa entre 1 e 3 milhões de brasileiros a viver em outro país. Esta dificuldade de estimativa demográfica é admitida pelo órgão federal responsável por esta ação, o IBGE<sup>34</sup>, que reconhece que o volume de brasileiros emigrados estaria subdimensionado. A maior parte dos emigrantes brasileiros vivia nos Estados Unidos, seguido do Japão e do Paraguai. No continente europeu os países com maior presença de brasileiros era o Reino Unido, seguido da Espanha e de Portugal. Ao estudar o tema migração, especialmente no Brasil, é necessário analisar as diferentes fontes estatísticas de informação referentes ao fenômeno migratório.

#### **2.4. O novo cenário das migrações no Brasil**

A partir de 2008 o cenário das migrações no Brasil sofre alterações. Começa uma nova fase nos fluxos das migrações transnacionais. Além da redução no número de brasileiros que emigraram, ocorreu o fenômeno do retorno daqueles que viviam no exterior. “Um dos motivos para o retorno de muitos brasileiros ao Brasil é o aumento da taxa de desemprego devido à crise econômica mundial em muitos países que foram destino de migração de brasileiros nas décadas de 80 e 90” (Cogo & Badet, 2012, p. 19). O Censo demográfico de 2010 do IBGE divulgou que os retornados ao país, naquela década, haviam aumentado em mais de 86%, totalizando 268,5 mil, dos quais 65% eram brasileiros. Os países de origem dos brasileiros retornados foram os Estados Unidos, Japão, Paraguai, Portugal e Bolívia, nesta ordem. Outro motivo, mais recente, apontado para que o Brasil tenha se tornado destino migratório foi a realização de obras de infraestrutura relacionadas aos grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Cresce o interesse público pelo debate em torno da nova imigração no Brasil. No período de 2010-2018 foi significativa a chegada de imigrantes no país, “especialmente composta por novos fluxos migratórios, caracterizados por pessoas originárias do hemisfério sul” (Cavalcanti, Oliveira & Macedo, 2019, p. 3). À medida que o país adquire visibilidade, começa a povoar o imaginário dos migrantes como destino possível e concreto de projetos de migração. “Na atual década, o Brasil acolheu imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados com

---

<sup>34</sup> Informações adicionais no endereço:

<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/noticias/censo-ibge-estima-brasileiros-no-externo-em-cerca-de-500-mil>.

diferentes origens: geográficas, sociais, culturais, entre outras” (Cavalcanti, et al., 2019, p. 3). Esta imigração contemporânea é composta por uma diversidade de perfis, histórias e motivos que a justificam. Os motivos vão desde a situação de vulnerabilidade socioeconômica até a migração formada por profissionais qualificados em busca de melhores propostas e condições de trabalho.

Não há cifras oficiais, mas estima-se que em 2009 havia mais de 50 mil imigrantes em situação irregular de documentação no Brasil. Havia também uma demanda reprimida por solicitações de residência que os órgãos públicos responsáveis não conseguiam atender. Foi então que o governo brasileiro promoveu uma anistia para os estrangeiros a viver em situação irregular no país. Na ocasião, 45 mil foram anistiados e conseguiram a regularização de seus documentos que permitem a permanência. “Do total dos solicitantes de anistia, em torno de 40% são bolivianos (16.881). Parte era explorada como mão de obra semi-escrava e alvo de traficantes” (Milesi & Andrade, 2010, p. 6). O segundo lugar em número de anistiados foi o contingente de chineses, seguidos por peruanos, paraguaios e coreanos.

Diferente das migrações do final do século XIX e princípios do XX, em que os fluxos migratórios para o Brasil eram formados em sua maioria por pessoas do norte global, basicamente europeus, na atualidade os imigrantes são provenientes do sul global. São esses os que ocupam o ranking das primeiras nacionalidades a imigrarem para o Brasil. Quando nos referimos ao país de origem dos fluxos contemporâneos de imigrantes no Brasil, observamos o incremento da migração latino-americana e africana. Há também aumento da modalidade do tipo fronteiriço, como são os casos de Venezuela e Colômbia. “Temos ainda a presença significativa de asiáticos – chineses e coreanos” (Cogo & Badet, 2012, p. 30). Entre os migrantes da América Latina destacam-se aqueles que preferem áreas metropolitanas, como os colombianos e os bolivianos. Estes últimos são, em sua maioria, trabalhadores do ramo de confecções, que se instalam principalmente em São Paulo, onde foram denunciados vários casos de exploração laboral de imigrantes dessa nacionalidade, em grande parte indocumentados, a trabalhar em condições precárias.

Quanto à migração no Brasil de origem africana ressaltamos a dos provenientes da República Democrática do Congo, formada em grande parte por pessoas não especializadas. Há também a imigração de africanos cujo objetivo principal é o de estudar. São eles: angolanos, moçambicanos e caboverdianos, atraídos por programas de intercâmbio em universidades públicas e privadas. A maioria desses estudantes deve retornar ao seu país de origem após a conclusão dos estudos, embora alguns decidam permanecer. Nessa nova configuração da imigração brasileira, há o caso específico dos senegaleses e haitianos, que não costumavam ter

o Brasil como destino. E também espanhóis e portugueses, que voltam a ter o país como ponto final do projeto migratório.

Brignol (2015; 2018) estudou e jogou luz sobre os imigrantes senegaleses no Rio Grande do Sul. Este é considerado um novo fluxo de migração transnacional para a região sul do Brasil. A partir de 2000 e com maior intensidade depois de 2014 percebe-se aumento do número de imigrantes provenientes desse país africano, especialmente em Caxias do Sul, que foi a primeira cidade gaúcha a contar com centro de referência municipal<sup>35</sup> para imigrantes. De acordo com Brignol (2018) trata-se de um fluxo migratório majoritariamente laboral, com grande viés econômico, com maior presença no comércio, formado por homens jovens e solteiros que têm o compromisso de enviar remessas de dinheiro para seus familiares que ficaram no Senegal.

Os haitianos chegaram ao Brasil a partir de 2010, quando um terremoto de grandes proporções destruiu parte daquele país. Em 2012 um outro terremoto expulsou mais haitianos, que emigraram para diversos destinos. “Esta situación generó una nueva oleada de desplazados haitianos a lo largo del continente americano con una diversificación de los destinos, incluyendo países como Brasil y Chile” (Cabalceta, 2018, p. 3). Segundo esta pesquisadora, antes mesmo dos incidentes ambientais, a migração era “una práctica cultural en la sociedad haitiana” (Cabalceta, 2018, p. 3). Estima-se que entre os anos de 2011 a 2012 cerca de 5 mil haitianos migraram para o Brasil. “Segundo a Pastoral do Migrante de Manaus até maio de 2014 já haviam passado pela capital amazonense mais de 8 mil haitianos, dos quais mais de mil continuam na cidade. Os demais seguiram viagem para outros estados brasileiros” (Silva, 2016, p. 139).

A imigração de haitianos, assim como a de venezuelanos, está concentrada na Amazônia brasileira, ao norte do país. Estados como Amazonas e Acre são os primeiros destinos em solo brasileiro daqueles provenientes do Haiti. Muitos deles não tiveram o Brasil como primeiro país de chegada, tendo passado pela República Dominicana ou outro país caribenho, sua principal região de imigração. Outro ponto de partida para haitianos logo após o terremoto de 2010 era a Venezuela. “Com o agravamento da crise econômica no país vizinho e com as dificuldades de enviar recursos às suas famílias, a vinda ao Brasil passou a ser um desdobramento de um processo de migração que já havia começado há algum tempo” (Silva, 2016, p. 140). Isto reforça o caráter cada vez mais transnacional das migrações de um modo geral.

---

<sup>35</sup> Informações adicionais estão disponíveis em:

<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2020/03/caxias-do-sul-sera-a-primeira-cidade-gaucha-a-ter-um-centro-de-referencia-municipal-para-imigrantes-12192493.html>.

Outro grupo de imigrantes que vem ganhando importância no cenário das migrações transnacionais no Brasil com entrada pela região amazônica é o de peruanos. Fatores geográficos como a fronteira comum entre os dois países, a crise econômica e a recessão enfrentada pelo Peru são apontadas como motivos para a decisão de migrar. Neide Patarra (2012) analisou o perfil dos migrantes peruanos no Brasil e observou que “poucos possuem alguma qualificação profissional” (2012, p. 11). A maioria apresenta baixo nível de escolaridade. Apesar da presença de alguns médicos, dentistas, bioquímicos, engenheiros, técnicos em geral, dentre outras categorias profissionais, esse perfil representa a minoria. E acrescenta: “são camponeses ou pertencentes a etnias indígenas peruanas” (Patarra, 2012, p. 11).

Um fenômeno a ser ressaltado nas migrações internacionais da contemporaneidade é a sua feminilização. Délia Dutra (2013) destaca que atualmente as mulheres representam quase a metade do total mundial de migrantes internacionais: “são 105 milhões de mulheres migrantes – chegando inclusive em alguns continentes a ultrapassarem a quantidade de homens migrantes” (Dutra, 2013, p. 105). Ao estudar o fenômeno migratório de mulheres latino-americanas no Brasil, Dutra focou nas peruanas trabalhadoras domésticas no Distrito Federal. Nesta região do país prevalece a migração interna; ou seja, mais da metade da população não nasceu ali. Isto porque é uma cidade nova, planejada e construída para ser a capital, com pouco mais de 60 anos de idade. Há moradores provenientes de toda parte do país e por este motivo é considerado “um microcosmo da cultura brasileira” (Dutra, 2013, p. 101). Mulheres peruanas a realizar trabalhos domésticos em Brasília foi um recorte para a investigação que trouxe luz à uma categoria de imigrantes quase invisível.

Ao refletir sobre as diferentes nacionalidades que formam o atual cenário brasileiro, devemos citar que os asiáticos também já representam uma grande parcela de imigrantes a viver no Brasil. Do censo demográfico de 2000 para o de 2010 houve um aumento de 173% de residentes no Brasil que se declararam “amarelos”. Passaram a ser 2,084 milhões<sup>36</sup> de asiáticos a viver no país. Entre 2009 e 2011 a presença de chineses no país aumentou 25%, de acordo com o Ministério da Justiça. Favorecidos pelas ampliações de acordos entre Brasil e China, os chineses começaram a chegar no país para trabalhar no comércio, na agricultura e na infraestrutura. “Muitos atuam na economia informal, no setor de serviços, alimentos e comércio

---

<sup>36</sup> Informações divulgadas em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/356645/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>.

de importados” (Cogo & Badet, 2012, p. 32). Os coreanos também estão presentes no cenário de imigrantes brasileiros. Eles iniciaram o processo migratório para o Brasil há cerca de 50 anos e estão concentrados, sobretudo, na cidade de São Paulo.

## **2.5. Aumento do número de refugiados e solicitantes de refúgio**

A imigração que aumentou muito no Brasil contemporâneo foi a de solicitantes de refúgio e refugiados. O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) até 2016 tinha entendimento semelhante. “Em 2015 e 2016, das 2.463 solicitações de refúgio de venezuelanos, apenas 6 foram deferidas” (Silva & Abrahão, 2018, p. 654). Em 2017 as solicitações de refúgio no Brasil cresceram de forma exponencial. 33.866 pessoas solicitaram a condição de refugiado no país<sup>37</sup>. Desse total de solicitantes, 17.865 são venezuelanos. E o CONARE, assim como a Polícia Federal, órgãos responsáveis por analisar os pedidos de refúgio, não estavam conseguindo tramitar os processos de pedidos, que se acumulavam desde o início da migração em massa. De acordo com relatório do próprio Ministério da Justiça, o Refúgio em Números, 3ª edição, em 2017 havia 86.007 solicitações de refúgio em trâmite. Nesses dados estão contabilizados acúmulos de processos em trâmite de anos anteriores.

A migração contemporânea de venezuelanos, localizada no sul global, pode ser considerada, entre outras categorias, como forçada. Esta apresenta números expressivos. De acordo com o referido Relatório Tendências Globais: “A finales de 2019, más de 4,5 millones de venezolanos habían abandonado su país y viajado principalmente hacia América Latina y Caribe. Se trata del mayor éxodo en la historia reciente da la región” (ACNUR, 2020b, p. 10). Segundo o mesmo relatório, até o final de 2019 os países da América Latina concederam juntos mais de 2,4 milhões de permissões de residência e outras formas legais de ingresso de venezuelanos nesses países. Nota-se que a diferença entre a quantidade de venezuelanos em situação regular em relação àqueles que ainda não conseguiram regularizar seus documentos é grande. Isto deixa essas pessoas em situação de vulnerabilidade. Conforme constatou este relatório do ACNUR, na Colômbia, país de destino da maior parte dos venezuelanos, “más del 50% de los refugiados y migrantes venezolanos en Colombia se encontraban en situación irregular” (ACNUR, 2020b, p. 10).

Em 2019 começa uma sensível melhoria nesta situação. Por questões políticas o governo brasileiro não reconhecia violação de direitos humanos por parte do governo venezuelano

---

<sup>37</sup> Informações adicionais em: Refúgio em Números – 3ª edição. Ministério da Justiça.  
<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>

contra sua população. Em junho daquele ano o CONARE passou a reconhecer um cenário de grave e generalizada violação dos direitos humanos em território venezuelano, o que estava a forçar sua população a buscar refúgio em outros países. Com este reconhecimento por parte do governo brasileiro o procedimento de reconhecimento do estatuto de refugiado torna-se mais ágil e rápido. As análises dos processos de solicitação são analisadas em bloco com o uso de ferramentas digitais para cruzamento de dados. Com esse novo procedimento foi possível reconhecer de uma só vez 21 mil venezuelanos como refugiados em 2019. Com isto o Brasil atingiu a marca de 27 mil venezuelanos reconhecidos como refugiados, o que o tornou o país com maior número de venezuelanos legalizados com estatuto de refugiado na América Latina<sup>38</sup>.

A partir da reflexão sobre esses dados fica evidente o uso político da questão migratória no Brasil, onde os seres humanos que empreendem uma jornada migratória estão sujeitos aos arranjos políticos vigentes no país na época da migração. Quando o governo brasileiro reconheceu que na Venezuela havia violação de direitos humanos, passou a ocorrer o favorecimento à solicitação do estatuto de refugiado para imigrantes venezuelanos no Brasil. Em 2019 o governo brasileiro incorpora a definição ampliada de refúgio estabelecida pela Convenção de Cartagena de 1984, segundo a qual “refugiadas são pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições relacionadas a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política”. Com o acréscimo feito pela Convenção de Cartagena, refugiadas são também pessoas que sofrem graves violações de seus direitos humanos.

“Em 2011 a maioria provinha da Ásia (Bangladesh e Paquistão) e, em 2017 a maioria era da África e América Latina, destacando-se, Senegal, Gana e Venezuela” (Cavalcanti, Oliveira & Macedo, 2019, p. 95). O ano de 2018 foi o que apresentou o maior número de solicitações de refúgio<sup>39</sup>. Os venezuelanos impulsionaram esses números. No total, foram mais de 80 mil solicitações de estatuto de refúgio. Sendo que 61.681 foram de venezuelanos. Em segundo lugar em número de solicitantes de refúgio estão os haitianos, com 7 mil solicitações. Na sequência vêm: cubanos (2.749), chineses (1.450) e bengaleses (947). Em 2020 o Brasil torna-se, com 37

---

<sup>38</sup> Mais informações sobre refugiados no Brasil no site da ONG Conectas Direitos Humanos disponíveis em: [https://www.conectas.org/noticias/brasil-reconhece-mais-17-mil-venezuelanos-como-refugiados?gclid=Cj0KCQjw6ar4BRDnARIsAITGzIAi3xk3V8aRjWqUqntZ0AnfFyrRGcuSPA1vvPvpAyVIAQNp\\_DecGU4aAv5WEALw\\_wcB](https://www.conectas.org/noticias/brasil-reconhece-mais-17-mil-venezuelanos-como-refugiados?gclid=Cj0KCQjw6ar4BRDnARIsAITGzIAi3xk3V8aRjWqUqntZ0AnfFyrRGcuSPA1vvPvpAyVIAQNp_DecGU4aAv5WEALw_wcB).

<sup>39</sup> Informações adicionais sobre refúgio no Brasil estão disponíveis em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>.

mil venezuelanos refugiados, o país da América Latina com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos.

O número de carteiras de trabalho emitidas para pessoas com estatuto de refugiado ou solicitante de refúgio é um dado sobre a inserção laboral dessa categoria. De acordo com Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais 2019:

a movimentação de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho formal brasileiro, experimentou tendência de crescimento em toda a série histórica (2011-2018). Houve um crescimento significativo de concessão de carteiras de trabalho a partir de 2017. Os nacionais de Haiti e Venezuela ocupam os primeiros lugares das movimentações dos imigrantes no mercado de trabalho formal (Cavalcanti et.al., 2019, p. 3).

Segundo este mesmo relatório, em 2018 as principais nacionalidades que receberam carteiras de trabalho no Brasil foram pessoas com estatuto de solicitantes de refúgio e refugiadas das seguintes nacionalidades, em ordem decrescente: venezuelanos, haitianos e cubanos. Um fato a ser destacado nessa migração é “um crescente percentual da presença feminina nesses fluxos” (2019, p. 103).

O aumento da quantidade de imigrantes provenientes de diversos países em direção ao Brasil não significa que a emigração de brasileiros esteja estagnada. É tudo muito dinâmico. Os números de entrada estão acelerados. Mas nem por isto os números de saídas de brasileiros em busca de novas oportunidades em terras estrangeiras estão zerados. Em 2017 a população brasileira residente em Portugal aumentou 5,1% em relação ao ano anterior. “Analisando as particularidades que a imigração brasileira para Portugal apresenta nos últimos quatro anos, é possível supor o surgimento de uma terceira vaga migratória do Brasil para Portugal” (França & Padilla, 2018, p. 05). Os novos fluxos de entrada são inferiores aos identificados no início dos anos 2000. Mas é visível a retomada do crescimento. Com esta novidade de um novo fluxo migratório para Portugal, percebemos a dinâmica da imigração *versus* emigração, muito presente no Brasil.

## **2.6. Brasil: um país acolhedor para imigrantes?**

A imagem do Brasil como um país acolhedor para imigrantes vem sendo disseminada há anos em vários fóruns, inclusive nos discursos oficiais de algumas instituições públicas. Na principal página na internet do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) há a seguinte afirmação atribuída a António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas: “o Brasil

é um país de asilo e exemplo de comportamento generoso e solidário”<sup>40</sup>. Ele teria feito esta afirmação quando de sua visita ao país em 2005. Na época, Guterres exercia o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados. O então presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), em 2015, Paulo Sérgio de Almeida, declarou: “o Brasil é um exemplo para o mundo em políticas públicas de imigração e seguido por suas iniciativas, consideradas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como modelo de boas práticas”<sup>41</sup>.

A imagem da receptividade do povo brasileiro a imigrantes vem sendo reforçada, mas as ações da população, de alguns legisladores e da mídia de um modo geral, deixam pistas sobre a possível falta de veracidade dessa suposta receptividade dos brasileiros aos imigrantes. Para Rosana Baeninger, “é esse mito que na contemporaneidade volta a reforçar a identidade de um país acolhedor e com a negação da presença de preconceitos e xenofobias” (Baeninger, 2017, p. 25). No entanto, contraditoriamente à imagem difundida, com o aumento do fluxo de entrada de venezuelanos no norte do país, observou-se especialmente no Estado de Roraima, o crescimento do discurso discriminatório contra imigrantes. Essas manifestações nas falas dos populares “têm sido estimuladas por lideranças políticas locais, para quem a xenofobia pode representar uma forma de alienar a população em relação às causas estruturais dos diversos problemas que enfrentam os roraimenses” (Milesi, Couri & Rovey, 2018, p. 76).

A partir de 2016 tem início um debate em todo o país acerca da nova legislação sobre migração que estava sendo elaborada. Diversas manifestações públicas anti-imigrantes, especialmente contra muçulmanos, foram realizadas em vários estados brasileiros. As discussões não foram feitas em larga escala pelos veículos de comunicação tradicionais como: rádios, emissoras de TV ou jornais impressos. As redes sociais, as quais fizeram uso de *fake news* (notícias falsas), algumas com implícito discurso de ódio, foram o palco principal desse debate. É curioso observar que até então houve hostilidades contra venezuelanos e haitianos que imigraram em larga escala para o país. No entanto as campanhas e manifestações contrárias à nova legislação registradas nas redes sociais colocavam como ameaça apenas os muçulmanos. Um texto intitulado “Sobre o avanço do Islã no Ocidente”, sem assinatura, foi massivamente divulgado pelos *smartphones*, via *whatsapp*. O objetivo deste texto era convencer os leitores de que os muçulmanos têm um grande projeto estratégico de derrubar as nações mais ricas, implantar o islamismo e dominar o mundo. Este texto trazia, entre outras afirmações, que

---

<sup>40</sup> Disponível em: [www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-acnur-no-brasil/](http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-acnur-no-brasil/).

<sup>41</sup> Disponível em: [www.jb.com.br/informe-cnc/noticias/2015/12/14/brasil-e-modelo-mundial-em-politicas](http://www.jb.com.br/informe-cnc/noticias/2015/12/14/brasil-e-modelo-mundial-em-politicas).

agentes do estado islâmico estavam infiltrados em barcos de imigrantes que chegavam diariamente à Europa, se fazendo passar por refugiados. Em vários trechos, há a repetição da frase: “não se trata de crise humanitária. É uma invasão!”.

Um áudio, também vastamente veiculado por meio do aplicativo *whatsapp*, cuja autoria era atribuída ao senador Magno Malta (Partido da República – PR, pelo estado do Espírito Santo), trazia um forte discurso de ódio contra a imigração muçulmana no Brasil. O áudio dizia que se a Lei da Migração fosse aprovada sem alterações e vetos, haveria um verdadeiro incentivo à invasão de refugiados e muçulmanos. E que estes viriam para impor a cultura islâmica que, de acordo com esse áudio, não respeita mulheres, não permite a liberdade de imprensa e de religião. Dava a falsa notícia de que um barco lotado de muçulmanos já estava a caminho do porto de Santos (SP), onde aportaria em breve. Algumas entidades da sociedade civil organizada, de posições direitistas como os movimentos: ‘Vem para a Luta Brasil’ e ‘Brasil Livre’ se posicionaram claramente contra a aprovação da lei convocando manifestações de rua e postando mensagens neste sentido nas redes sociais.

A Fundação Getúlio Vargas [FGV], por meio da sua Diretoria de Análise de Políticas Públicas desenvolveu um estudo<sup>42</sup> que consistiu no acompanhamento na rede social *Tweeter* da discussão sobre a temática migratória no Brasil entre 17 de abril e 25 de maio de 2017, período entre a aprovação do projeto de lei pelo Senado e sua sanção pelo presidente da República. Neste período foram produzidos 28 mil *tweets* sobre migração, dos quais a maioria era de repúdio à nova legislação, na seguinte proporção: *hashtags* #vetatemer (22,6 mil), #migracaooveta (1,9 mil), #migracaoao (1,3 mil), e #vetamigracaotemer (1,3 mil). No polo oposto e visivelmente minoritário houve uma difusão de postagens que criticavam os opositores à legislação e defendiam os direitos dos migrantes e refugiados. Estes usaram a *hashtag* #migrarédireito. As alegações mais frequentes daqueles que se opunham à nova legislação era de que a lei deixaria de proteger o mercado de trabalho brasileiro e que facilitaria a entrada de criminosos e terroristas no Brasil (FGV, 2017).

## **2.7. Os imigrantes na mídia brasileira**

Gustavo Barreto de Campos, em tese de doutoramento defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2015, analisa a construção da imagem e o papel social dos

---

<sup>42</sup> Mais informações sobre o estudo “Debate sobre a Lei de Migração” da FGV/DAPP de 2017 estão disponíveis em: <http://dapp.fgv.br/debate-sobre-lei-de-migracao-nas-redes-mobiliza-discurso-de-odio/>.

etranceiros pelos meios de comunicação social brasileiros no período de 1808 a 2015. O pesquisador consultou 11 mil edições de periódicos impressos no país e destes, selecionou 200 matérias jornalísticas, nas quais observou que a herança rural e escravocrata ainda se faz presente na sociedade brasileira, que continua a negar direitos a certos seres humanos, especialmente alguns imigrantes. E que apesar da descolonização da sociedade, a imprensa ainda não foi descolonizada. Tomando como base os estudos migratórios ele concluiu que:

Racista, autoritária e guiada por profundos interesses econômicos, grande parte da elite brasileira fez da imprensa um de seus principais instrumentos para a realização de seu projeto nacional, de caráter fortemente assimilacionista e seletivamente xenófobo. Os imigrantes não são seres humanos, mas ‘braços’. Não migram, são ‘importados’. Devem ser parte de uma ‘multidão trabalhadora (Campos, 2015, p. 528).

A mídia tradicional do Brasil (emissoras de rádio e TV, jornais e revistas impressas) demonstrou pouco interesse pelo debate em torno da nova legislação sobre migração. Portanto, grande parte da população que não tem acesso à internet não foi informada e ficou de fora das discussões sobre este tema de interesse público. Esta não foi a primeira vez que a democracia brasileira correu risco com a marginalização de parte da sociedade por falta de acesso à informação. Isto porque a concentração da mídia no país é muito alta. Uma iniciativa internacional denominada Monitor de Propriedade de Mídia (MOM, na sigla em inglês)<sup>43</sup>, organizada pela entidade Repórteres Sem Fronteiras, cuja coordenação no Brasil foi feita pelo grupo Intervozes, revelou que o Brasil apresenta os piores indicadores para a pluralidade na mídia. Para este estudo foram analisados 12 países em desenvolvimento. A pesquisa mapeou 50 veículos de comunicação, entre os quais: TVs abertas e por assinatura, redes de rádio, mídia impressa e portais de notícias *on-line*. E concluiu que 71,1% de toda a audiência do país está concentrada em apenas 4 redes de TV aberta (Globo, SBT, Record e Band). Este grau de concentração foi considerado de alto risco para a pluralidade de ideias.

Para além da alta concentração da mídia outro fator que prejudica a democracia brasileira, uma vez que impede o debate qualificado dos assuntos de interesse público, é a baixa capacidade do brasileiro mediano de analisar de forma crítica o conteúdo veiculado na mídia, o que pode ser observado pelos comentários postados nas redes sociais por ocasião do debate

---

<sup>43</sup> Estudo disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/>.

em torno da nova legislação sobre migração. Falta literacia mediática (no português de Portugal)<sup>44</sup>, também conhecida como alfabetização midiática ou literacia noticiosa.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou no final de 2017 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) referente ao tema educação no ano de 2016<sup>45</sup>. De acordo com este levantamento, o Brasil tinha, em 2016 quase 12 milhões de analfabetos e perto de 25 milhões de jovens entre 14 e 29 anos de idade fora da escola. E mais da metade da população adulta no país concluiu apenas o ensino fundamental. O percentual da população que concluiu o ensino superior é de 15,3%. A situação da educação no país vem piorando ano a ano. Em 2017 foi divulgado o *ranking* da qualidade na educação<sup>46</sup> elaborado com base em dados divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Este *ranking* foi feito a partir dos resultados de 3 testes internacionais aplicados a alunos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental. Dos 40 países pesquisados, o Brasil aparece na penúltima posição. Portanto, a literacia mediática, além de ser escassa ou inexistente entre grande parte da população brasileira, não entra na agenda dos gestores públicos.

## **2.8. A porta de entrada: Roraima**

---

<sup>44</sup> No Brasil denomina-se mídia, palavra feminina e singular, os veículos de comunicação. Em Portugal denomina-se os media, palavra masculina, utilizada no plural, para o mesmo significado; por isto, mediática.

<sup>45</sup> Estudo disponível em: [https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/educacao\\_2016\\_pnad..pdf](https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/educacao_2016_pnad..pdf).

<sup>46</sup> Informações adicionais em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/brasil-esta-em-penultimo-lugar-em-ranking-de-qualidade-na-educacao/>.

Venezuelanos da nova vaga migratória em direção ao Brasil chegam ao país pela fronteira terrestre com o estado de Roraima (RR). Este é o menos populoso dos 27 estados brasileiros, com 631.181 habitantes, de acordo com estimativa de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>47</sup>. Segundo o censo de 2010, a densidade demográfica é de 2,01 habitantes por quilômetro quadrado. Mais da metade dos habitantes do Estado concentra-se na capital, Boa Vista, onde a população estimada pelo IBGE<sup>48</sup> para 2018 era de 375.374 habitantes, o que resulta numa densidade demográfica de 49,99 habitantes por quilômetro quadrado.

Roraima faz parte da Amazônia Legal, uma região de domínio amazônico em território brasileiro, juntamente com outros 7 Estados: Pará, Amazonas, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Tocantins. É importante ressaltar a diferença entre Amazônia Legal, totalmente em território brasileiro, e a Amazônia, a grande floresta internacional que abrange, além do Brasil, os seguintes países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

No total, 15 municípios compõem o Estado. Situado na região norte, 1.922 Km do Estado de Roraima estão em fronteiras internacionais. Com a Venezuela ao norte e noroeste, são 958 km de fronteira. E com a República Cooperativa da Guiana, a leste, 964 km. Roraima faz divisa ainda com os estados brasileiros do Pará a sudeste e do Amazonas, a sudeste e oeste. O que hoje corresponde ao Estado de Roraima integrava o Estado do Amazonas. Em 1943, por meio de um decreto do então presidente Getúlio Vargas, Roraima deixa de ser parte integrante do Estado do Amazonas, com a criação do Território Federal do Rio Branco. Em 1962 a nomenclatura passa para: Território Federal de Roraima. E em 1988, com a promulgação da Constituição brasileira em vigor, o território é elevado à categoria de Estado, sendo denominado a partir de então: Estado de Roraima. Desde 1988 a população elege seus governadores.

Atualmente 46,37% da extensão territorial de Roraima (224.300,805 km<sup>2</sup>) é composta por Terras Indígenas, totalizando 101.710,15 Km<sup>2</sup>. Nessa área estão distribuídas 32 Terras Indígenas, sendo elas em áreas contínuas ou na forma de ilhas. Em Roraima convivem cerca de 38 mil índios pertencentes a 8 etnias (IBGE, 2009). Outros 8,42% do território são formados por Unidades de Conservação, de Proteção Integral e de Uso Sustentável. O Estado possui significativos recursos hídricos, no total 14 rios, que fazem parte da Bacia Amazônica. O Rio Branco é o principal da região, tendo ainda a destacar os rios Orinoco, Negro, Itacutú e

---

<sup>47</sup> Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>.

<sup>48</sup> Informações adicionais no sítio: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>.

Uraricoera e seus afluentes. O clima predominante é o equatorial úmido, com ocorrências de tropical sub-úmido em algumas localidades<sup>49</sup>. A temperatura média varia de 20 a 38 graus célsius. Nas localidades de altitudes acima de mil metros, como o Monte Roraima e toda a fronteira setentrional, a mínima noturna pode chegar a 6 graus e as temperaturas durante o dia não ultrapassam 20 graus durante todo o ano.



**Mapa 2.1:** Localização de Roraima no mapa do Brasil<sup>50</sup>

A história de Roraima é marcada por conflitos violentos entre índios e não-índios, sendo que a maioria tem como fator principal a questão fundiária. No Vale do Rio Branco, região onde Roraima se situa, havia centenas de povos indígenas antes da colonização portuguesa. Houve resistência dos caciques indígenas à colonização, o que gerou diversos conflitos. Muitas terras indígenas foram ocupadas e ali instalados fortes e feitorias. Com a chegada dos negros

---

<sup>49</sup> Informações sobre aspectos físicos e turísticos de Roraima podem ser obtidas no sítio da Secretaria Estadual de Turismo: [www.turismo.rr.gov.br](http://www.turismo.rr.gov.br).

<sup>50</sup> Imagem disponível em: <https://cidades.a77.com.br/>

trazidos de África para o trabalho escravo, novos conflitos aconteceram. Na época da colonização, além dos minérios, outra extração que interessava aos europeus era a das chamadas “drogas do sertão”, especiarias amazônicas como: urucum, canela, guaraná, baunilha e outros produtos que atendessem às indústrias de perfumes, condimentos e remédios da Europa (Sousa, 2016). A extração mineral sempre foi uma grande fonte de renda para o Estado, cujos recursos naturais mais abundantes atualmente são o ouro e o níquel. Devido a prevalência da etnia<sup>51</sup> Makuxi<sup>52</sup> na região, Roraima é conhecida também como Terra dos Makuxi, ou *Makuxiland*, como assinala Burgardt (2006).

Além da resistência dos indígenas à colonização portuguesa, eles também recusavam a imposição de seitas e religiões, especialmente a implantação do projeto católico nas aldeias. Acrescente-se a isto, os conflitos interétnicos. Um dos conflitos interétnicos que causou grande repercussão foi entre os povos Macuxi e Wapixana, ocorrido em 2007 na Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol e relatado por Wanderley Gurgel de Almeida (2008). Segundo ele, apesar de habitarem a mesma área e estabelecerem casamentos entre si, indivíduos e grupos “expressam tensões agravadas com a demarcação e o reconhecimento legal da área, a qual gerou disputas inter e intra-etnias, principalmente com a intrusão de fazendeiros e rizicultores e a forma de influência governamental” (Almeida, 2008, p. 10).

Em Roraima prevalece o mito de que há bom relacionamento entre índios e não-índios. Denominado de *mito da convivência pacífica*, este é bastante difundido pelos mais variados grupos e foi criado provavelmente com o objetivo de evitar a demarcação das terras indígenas. Sem a oficialização da posse de suas terras, as populações indígenas estariam muito mais vulneráveis e teriam que aceitar as ocupações ilegais por parte de garimpeiros e rizicultores, que sempre ocorreram. Em tese de doutoramento defendida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Jaci Guilherme Vieira (2003) derruba o mito da convivência pacífica ao demonstrar que desde o final do Século XVIII tiveram início as instalações de fazendas por brancos, responsáveis por expulsar os índios para as cabeceiras dos rios e para as fronteiras com a Venezuela e a Guiana.

---

<sup>51</sup> Etnia: comunidade definida por afinidades linguísticas, culturais e sociais. Definição expressa em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010. *Censo Demográfico 2010. Características gerais dos indígenas. Resultados do universo*. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd\\_2010\\_indigenas\\_universo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf).

<sup>52</sup> Há divergência na grafia. Alguns autores escrevem Macuxi com “c” e outros com “k”.

De acordo com Vieira (2003), “no conflito entre índios e não-índios no Brasil, os primeiros foram sempre o elo mais fraco e, mesmo assim, conseguiram resistir de forma extraordinária a séculos de genocídio” (Vieira, 2003, p. 8). A nova base missionária da Igreja Católica, ligada à Teologia da Libertação, é reconhecida por este investigador, como importante ator social na organização política dos povos indígenas, especialmente de Roraima, para lutarem pela homologação de suas terras. Segundo ele, “houve um rompimento com a subordinação dos fazendeiros. A igreja fundou e apoiou projetos importantes que foram ao encontro dos interesses das populações indígenas, os quais, contribuíram para a sua “autodeterminação” (Vieira, 2003, p. 215). Grupos de interesses diversos sustentam que as populações indígenas são obstáculos para o desenvolvimento da agroindústria e da pecuária no Estado. “Esse discurso corrente, que está no cotidiano da maioria dos cidadãos é reforçado pelos intelectuais da região, que se empenham em negar o lugar do índio” (Vieira, 2003, p. 212). Este investigador conclui que os maiores obstáculos para o desenvolvimento do Estado não são as populações indígenas. Mas sim a falta de políticas públicas e projetos econômicos que envolvam as comunidades indígenas; além do combate à corrupção. Os escândalos de desvio de dinheiro público envolvendo políticos da região estão presentes no cotidiano desse Estado há anos.

De acordo com a Constituição Federal vigente no país os povos indígenas têm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Em 2010, o primeiro e único censo específico para os indígenas (IBGE, 2010), registrou 505 Terras Indígenas reconhecidas; o que corresponde a 12,5% do território nacional, com significativa concentração na região amazônica. Das 505 Terras Indígenas reconhecidas naquele ano, em todo o país, 182 ainda não tinham a homologação concluída. Este censo constatou que a população indígena em 2010 era de 896,9 mil pessoas, de 305 etnias diferentes, falantes de 274 idiomas. Somente a partir deste estudo de magnitude nacional foi possível maior compreensão da grande diversidade indígena existente no país e da composição sociodemográfica deste segmento populacional, que passa a existir nas estatísticas oficiais. “Os aspectos levantados nas análises dos resultados retratam a população indígena, segundo as características demográficas e socioeconômicas com base na categoria indígena do quesito cor ou raça dos Censos Demográficos realizados em 1991, 2000 e 2010” (IBGE, 2010, Introdução).

O desenvolvimento da região norte de um modo geral e do Estado de Roraima, em particular, foi motivado pela intervenção do Estado. Desde a década de 1940, período da segunda guerra mundial, é forte a influência do governo brasileiro na política fundiária da região. Em 1940 o então presidente da República, Getúlio Vargas, criou políticas de povoamento na região norte com o objetivo de proteger as fronteiras. Foram implementados

projetos de grande magnitude considerados até mesmo faraônicos, como a construção da rodovia Transamazônica e diversos projetos de extração mineral. Esses projetos possibilitaram o incentivo à imigração de trabalhadores, principalmente dos Estados nordestinos, para Roraima.

A sua capital, Boa Vista, é a única brasileira totalmente no hemisfério norte, acima da linha do Equador, e está a 200km da divisa com a Venezuela. Boa Vista carece de urbanização. Conta com baixo nível de esgotamento sanitário. Apenas 54,1% dos domicílios da cidade possuem esgotamento sanitário adequado, de acordo dados do IBGE (2010)<sup>53</sup>. Segundo esses mesmos estudos, somente 4,3% de domicílios urbanos estão em vias públicas com urbanização adequada; ou seja, com bueiro, calçada, meio-fio e pavimentação. Boa Vista, nem mesmo qualquer região do Estado, dispõem de energia elétrica própria, todo o abastecimento provém da Venezuela. Segundo Victor Hugo V. Burgardt, é no maciço de Guayana que nascem os rios da margem direita do Orinoco “onde se localiza o grande lago da gigantesca usina hidrelétrica de Guri, que abastece de energia elétrica toda parte sul da Venezuela e o Estado de Roraima, no Brasil” (2006, p. 42).

## **2.9. Roraima e os imigrantes**

Um dos maiores desafios de gestão no Estado de Roraima atualmente são os conflitos sociais. Antes eles ocorriam com maior frequência em torno da questão fundiária de reconhecimento e homologação de Terras Indígenas. Com a homologação da Raposa Serra do Sol há pouco mais de 10 anos, os conflitos foram reduzidos. A partir de 2015 a preocupação passa a ser com os imigrantes venezuelanos que começam a ingressar em larga escala no Estado, com a intenção de fixar moradia, ou apenas refugiar-se temporariamente. O crescimento contínuo e vertiginoso da população, resultante da imigração venezuelana, trouxe consequências pouco avaliadas por investigadores e gestores, por ser ainda incipiente.

Roraima sempre foi um Estado cuja população é formada por imigrantes, inicialmente nacionais e mais recentemente, internacionais. Desde a última década do século passado o Estado vem recebendo um grande fluxo migratório de brasileiros representado em sua maioria por nordestinos, principalmente do Maranhão. Os maranhenses constituem importante parcela da população. Sua migração ocorreu especialmente por meio de um programa de governo que visava aliviar as tensões no meio rural do Maranhão e ocupar os assentamentos agrícolas abertos

---

<sup>53</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>.

em Roraima. Por ter sido parte do Estado do Amazonas e por ser Estado limítrofe, a presença de amazonenses em Roraima é considerada como algo natural (IBGE, 2009). É representativa também a presença de sulistas no Estado, principalmente paranaenses e gaúchos. Este tipo de imigração é representativo não pela quantidade de pessoas, mas pela transformação que implantou na agricultura ao introduzir cultivos mecanizados de arroz e soja.

Desde 2011 a média de crescimento populacional anual de Roraima, que girava em torno de 8 mil, vem crescendo ano a ano<sup>54</sup>. De 2012 para 2013 o aumento foi de 18 mil e no ano seguinte reduziu um pouco, mas continuou ainda alto: 17 mil pessoas. De 2017 até julho de 2018 o crescimento superou qualquer expectativa e chegou a 54 mil pessoas, o que representa um percentual de 10,31%, o maior crescimento populacional entre todos os 27 Estados do país. Mesmo assim, continua sendo o Estado menos populoso, com 576,6 mil habitantes, o que corresponde a 0,3% da população total do país, estimada em 208,5 milhões de habitantes, segundo a mesma estimativa realizada pelo IBGE e divulgada em 29.08.2018<sup>55</sup>. O município que mais se destaca é Pacaraima, com 14% de aumento do número de habitantes em relação ao ano anterior. O segundo em evidência pela alta taxa de crescimento é a capital, Boa Vista, com aumento de 7%. A imigração de venezuelanos é responsável por este crescimento vertiginoso da população em pouco tempo. Como a maioria entra no país por via terrestre, a partir da fronteira com Pacaraima, este município foi o que apresentou maior crescimento populacional.

Relatório elaborado de forma colaborativa por 3 instituições: Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal de Roraima [UFRR] e Observatório das Migrações Internacionais [OBMigra] em 2020, constatou que Roraima registrou crescimento e diversificação econômica durante o período de intensificação da chegada de venezuelanos. Por outro lado, o desemprego e a pobreza aumentaram. De 2016 a 2017, mesmo com o aumento da pobreza e do desemprego o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 2,3% mais que o crescimento médio de 1,4% dos outros estados brasileiros no mesmo período. Entre os anos de 2017 e 2018 Roraima se destacou como o estado com o maior aumento registrado de área plantada (28,9%), bem acima do segundo colocado, o estado da Paraíba com aumento de 10,3%. Há de se destacar que o Brasil como um todo amargou uma redução de 0,6% de área plantada no mesmo período. Além de aumentar a

---

<sup>54</sup> Reportagem assinada por Paola Carvalho e publicada na Folha de Boa Vista de 30.08.2018 com base em pesquisa de estimativa do IBGE divulgada em 29.08.2018. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Populacao-de-Roraima-cresceu-10-/43341>.

<sup>55</sup> Outra reportagem repercute a pesquisa de estimativa populacional de Roraima em veículo de comunicação local. <https://roraimaemtempo.com/noticias-locais/populacao-de-rr-estado-menos-populoso-do-pais-chega-a-576-6-mil-habitantes-diz-ibge,280463.jhtml>.

área plantada, Roraima diversificou a produção de bens agrícolas, passando a ser produtor reconhecido de castanha do Pará e alguns itens da pecuária. Entre final de 2018 e início de 2019 houve aumento de arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da ordem de 25%.

Estes mesmos estudos identificaram que a imigração venezuelana contribuiu para o crescimento do Estado e que a população proveniente da Venezuela em Roraima é majoritariamente em idade ativa (15 a 64 anos). E que o mercado de trabalho no estado tem absorvido venezuelanos especialmente no setor de serviços, com destaque para restaurantes e lanchonetes. Eles têm sido empregados também no comércio varejista e em alguns setores da indústria, como a construção civil, por exemplo. Por outro lado, ainda de acordo com esse relatório, a pobreza em Roraima no ano de 2018 foi da ordem de 5,1%, o que não é totalmente atípico, “dado que a taxa de pobreza em Roraima já foi de 5,9% em 2013, sem que houvesse ainda um influxo venezuelano considerável” (FGV, 2020, p. 87). Outro dado revelado por esse relatório e que vai contra o senso comum é que “não foram observados indícios de sobrecarga dos centros de referência a partir da chegada dos imigrantes” (FGV, 2020, p. 90). Os pesquisadores envolvidos nesse trabalho levantam uma hipótese para a baixa procura por serviços de saúde e assistência social: “desconhecimento por parte dos venezuelanos da existência e do tipo de assistência oferecida por esses equipamentos públicos” (FGV, 2020, p. 91).

## **2.10. O acolhimento a venezuelanos no Brasil**

Ao chegar ao Brasil os imigrantes venezuelanos podem solicitar ingresso no país por meio do pedido de refúgio ou de residência temporária. Esta enquadra-se na Resolução Normativa nº 126/2017 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que permite residência por até 2 anos ao estrangeiro que tenha ingressado no território brasileiro por via terrestre e seja nacional de país fronteiriço, para o qual ainda não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum dos Países do Cone Sul (Mercosul) e países associados. Os imigrantes provenientes dos países signatários desse acordo: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai têm o direito de obter residência temporária no Brasil por 2 anos.

O processo de determinação do estatuto de refugiado é coordenado pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão administrativo que julga a credibilidade dos solicitantes de refúgio e tem poder de decisão sobre os casos, com participação da sociedade civil. A presidência do CONARE está a cargo do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Participam do comitê diversos ministérios, o Departamento de Polícia Federal, entidades da sociedade civil

como Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e Cáritas; além do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que tem direito somente a voz, não a votar.

De posse do documento temporário de solicitante de refúgio ou de residência, o imigrante está regularizado pelo período de 1 ano para o solicitante de refúgio, quando ao final do prazo, deverá obter o estatuto ou renovar a solicitação. No caso do solicitante de residência temporária, o prazo de validade do documento provisório é de 2 anos. A quantidade de imigrantes venezuelanos que solicita residência temporária é muito grande. Credita-se parte desta escolha, ao fato de o prazo de validade do primeiro documento ser maior. Outro fator importante pode ser a dificuldade de deferimento do pedido de refúgio. Independente da segurança que o estatuto de refugiado pode garantir, como é o caso do princípio de não-devolução (*no refoulement*), expresso na Convenção de 1951, e seu Protocolo de 1967. Atualmente esse princípio, que prevê que nenhum solicitante de refúgio pode ser devolvido ao seu país de origem, é inquestionável no âmbito do Direito Internacional.

Os estudos intitulados: R4V<sup>56</sup> (*Response for Venezuelans*) América Latina e Caribe, refugiados e migrantes venezuelanos na região – agosto de 2019, disponível na plataforma do ACNUR, indicam que havia, em maio de 2019, no Brasil, 178.575 refugiados e migrantes da Venezuela em situação regular. Portadores de visto temporário ou definitivo de residência eram 74.860 provenientes da Venezuela. Solicitantes de refúgio, vindos do mesmo país e que ainda aguardavam o trâmite do processo no Brasil somavam 103.697 em maio de 2019. Alguns meses depois, neste mesmo ano, o Comitê Nacional de Refugiados no Brasil (CONARE), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em julgamento feito em bloco, e que foi reconhecido como um marco histórico na proteção de refugiados no país, concedeu de uma só vez, a condição de refugiados a 21.432 venezuelanos<sup>57</sup>. A decisão foi tomada por unanimidade pelo colegiado de 7 membros. A concessão de refúgio em bloco é resultado de outra decisão anterior do CONARE que reconheceu que a situação na Venezuela representava violações graves e generalizadas dos direitos humanos, conforme descrito na Declaração de Cartagena, de 1984 sobre refugiados. Com isto, os processos de solicitação de refúgio devem tramitar mais rapidamente, uma vez que a entrevista com o solicitante fica dispensada, caso ele cumpra com

---

<sup>56</sup> Os estudos podem ser baixados no endereço: <https://data2.unhcr.org/en/search>.

<sup>57</sup> Informações divulgadas em dezembro de 2019. Para maiores detalhes, acessar as informações: <https://www.novo.justica.gov.br/news/conare-concede-refugio-para-21-mil-venezuelanos> e <https://nacoesunidas.org/acnur-elogia-decisao-do-brasil-de-reconhecer-milhares-de-venezuelanos-como-refugiados/>.

os requisitos necessários. Por meio do uso de sistemas de inteligência utilizando estratégia de cruzamento de dados será possível agilizar a tramitação dos processos desde esta primeira experiência de julgamento de pedidos em bloco, o que deverá ser uma tendência no CONARE.

Ao tratar de refugiados estamos nos referindo ao termo estabelecido na Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados (que leva em consideração a Declaração Universal dos Direitos Humanos) e seu protocolo de 1967. Segundo esses documentos, “refugiado é qualquer pessoa que temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade”<sup>58</sup>.

Referimo-nos à designação do termo, ampliada pela Declaração de Cartagena sobre os Refugiados de 1984, que considera também refugiadas:

as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (Declaração de Cartagena, Artigo 3 § 3º).

O refúgio é um instituto jurídico internacional e global, visto como decisão humanitária que cumpre compromissos em convenções e protocolos das Nações Unidas (ONU). O refúgio só pode ser solicitado assim que o migrante chega ao país de destino. Segundo Moreira & Sala (2018), enquanto categoria jurídico-política o instituto de refúgio remonta ao começo do Século XX, quando nos anos 1920 houve grande fluxo de emigrantes a fugir da constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. De acordo com esses investigadores, com a Revolução Bolchevique “os chamados russos brancos passaram a ser perseguidos e, em face disto, a deixar seus países de origem” (Moreira & Sala, 2018, p. 17). Por este motivo, em 1921 foi criado o Alto Comissariado para os Refugiados Russos. Enfrentando questões políticas distintas em seus Estados-Nação não somente russos, mas armênios e alemães também foram perseguidos. A institucionalização do refúgio tem como marco a Convenção relativa ao *Status* dos Refugiados, de 1951 e a fundação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Castro (2020) considera injusta a estrutura decisória sobre a aceitação do pedido de refúgio. Para esta investigadora, “questionar as práticas epistêmicas pelas quais o *status* de refugiado é determinado no Brasil é apenas o primeiro passo em direção a novos debates sobre o que seria um processo justo – e como alcançá-lo” (2020, p. 163). Por meio de julgamentos de

---

<sup>58</sup> Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados – Artigo 1 § 2º.

credibilidade, os depoimentos dos solicitantes de refúgio são avaliados. O refúgio por elegibilidade, segundo Castro, coloca o solicitante em posição de desvantagem com uma série de obstáculos que interferem de forma negativa no deferimento de pedido. Ela ressalta os aspectos subjetivos nos julgamentos de credibilidade na solicitação de refúgio como preconceitos, por exemplo, por parte daqueles que se encontram numa posição privilegiada; aqueles que ela denomina “técnicos do refúgio”, os responsáveis pela análise e decisão a respeito dos pedidos. Castro (2020) questiona especialmente a participação da sociedade civil nesse processo, de uma maneira que ela considera pouco representativa.

Conforme destacado anteriormente, os venezuelanos que chegam ao Brasil para passar uma temporada ou para viver definitivamente optam entre 2 tipos de estatuto: residente temporário ou refugiado. De 2015 até final de 2018 cerca de 96 mil venezuelanos deram entrada a pedido de regularização migratória na Polícia Federal. De acordo com a Plataforma de Coordenação para e Migrantes da Venezuela<sup>59</sup> – R4V, atualizada em maio de 2020, até novembro de 2019 haviam sido emitidas no Brasil 123.507 autorizações de residência temporária e permanência regular. Enquanto no mesmo período haviam sido registrados 129.988 pedidos de refúgio, dos quais 37.467 foram reconhecidos.

Assim que chegam ao Brasil os venezuelanos ingressam pela rodovia que dá acesso à Pacaraima. Lá há um centro de triagem de imigrantes, onde os venezuelanos são registrados e questionados se pretendem seguir viagem para a capital do Estado, Boa Vista. Se forem permanecer em Pacaraima devem fazer todo o procedimento de ingresso no país naquela cidade. Caso informem que pretendem se mudar para Boa Vista, são orientados a procurar o Posto de Triagem para Imigrantes (PETRI), um centro de triagem estruturado, localizado ao lado da Polícia Federal, naquela cidade. Mesmo aqueles que passaram pela triagem em Pacaraima, ao chegarem à capital, devem procurar o PETRI. Ali eles se submetem a entrevista, e em seguida são vacinados, caso não tenham sido em Pacaraima. Depois são divididos de acordo com a situação de cada um: mulher, grávida, pessoa violada, vítima de assédio, com crianças, deficiente físico, solteiro, doente, LGBT ou outra situação específica. De acordo com suas necessidades são encaminhados para setores determinados. No centro de triagem decidem se querem pedir refúgio ou residência temporária. Ninguém paga nada pelos documentos.

No centro de triagem há diversas tendas com aparelho de ar-condicionado onde funcionam serviços como atendimento médico e psicossocial. Mulheres lactantes têm local para

---

<sup>59</sup> Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela – R4V. Acessível no endereço: <https://r4v.info/es/situations/platform>.

amamentar e permanecer em silêncio com o bebê. A comunidade LGBT recebe orientação sobre relação sexual com segurança e outros tipos de informações úteis a eles. Recebem doação de preservativos e lubrificantes. No centro de triagem há atividades lúdicas e educativas com as crianças imigrantes. Os que passam pelo centro tiram documentos como: CPF, carteira de trabalho e protocolo de refúgio ou residência temporária. Na entrevista eles são questionados sobre a intenção de ir para outro estado brasileiro e a eles é oferecida a possibilidade de participar do projeto de realocação promovido pelo governo brasileiro em parceria com entidades da sociedade civil: o Projeto Acolhida. Aqueles interessados são separados de acordo com a formação educacional, experiência profissional e interesses pessoais. Em seguida entram numa lista de espera para a interiorização.

Se houver vaga em um dos 11 abrigos de Boa Vista eles são encaminhados para o que for mais apropriado ao perfil do imigrante, pois há abrigos onde são misturados solteiros e casados, há 2 somente para indígenas (Janokoida, em Pacaraima e Pintolândia, em Boa Vista), outro para comunidade LGBT, para famílias com bebês e/ou portadores de necessidades especiais, e 1 apenas para homens solteiros. Se não houver vaga em abrigo, são liberados e orientados a procurar uma forma de sobrevivência. No centro de triagem não há alojamento. No entanto, a segurança alimentar é assegurada porque mesmo que não haja vaga em abrigo, são servidas, na rodoviária, 2 refeições para os que estão nas ruas. E algumas instituições religiosas oferecem café da manhã diariamente.

Em abril de 2020, de acordo com o relatório mensal de registro e abrigamento em Roraima (ACNUR, 2020a), produzido pelo ACNUR e agências que atuam no Estado, havia 5.896 venezuelanos abrigados em todo o Estado. Neste total estão contabilizados os 2 abrigos de Pacaraima e os 11 de Boa Vista. Nesses locais os abrigados têm uma carteira de identificação e podem sair e voltar nos horários estabelecidos. No entanto, quem não está alojado, não pode fotografar e nem falar com servidores, voluntários, tampouco com abrigados.

Com o objetivo de dar apoio técnico e financeiro aos municípios mais impactados, 16 órgãos do governo federal e diversas agências da Organização das Nações Unidas [ONU] que atuam com migração, refúgio e temas correlatos, estão unidos para atuação conjunta. Desde dezembro de 2016 algumas das instituições envolvidas vêm realizando visitas à região de fronteira com a Venezuela. As estruturas de gestão desse fluxo migratório começaram a ser implementadas em Roraima com o apoio do ACNUR. No entanto, a resposta federativa brasileira para a questão migratória foi bastante tardia, tendo ocorrido de forma efetiva somente a partir de 2018, pouco depois de entrar em vigor a nova legislação sobre migração, a lei nº 13.445/2017, do ano anterior.

Em janeiro de 2017 foi assinado o Plano Integrado de Ação para a Saúde dos Imigrantes no Estado de Roraima. O objetivo deste plano era garantir assistência adequada aos imigrantes venezuelanos e aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social daquele Estado que necessitam dos serviços públicos e gratuitos de assistência à saúde. Aportes de recursos foram feitos a partir de 2016 e ao longo do ano de 2017 para custear as despesas com saúde pública na região mais afetada pelas imigrações de venezuelanos. A Defensoria Pública da União apresentou em abril de 2017 o Projeto Roraima, que consistiu numa missão itinerante daquela defensoria, foi de encontro à Ação Global contra o Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Migrantes [GLO.ACT]. Esta, uma ação conjunta de 4 anos (2015 a 2019) entre a União Europeia e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), em parceria com a Organização Internacional para as Migrações [OIM] e o Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF]. O GLO.ACT visa prevenir e abortar o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes em 13 países estrategicamente selecionados em todo o mundo. São eles: Brasil, Bielorrússia, Colômbia, Egito, Quirguistão, República Democrática Popular do Laos, Mali, Marrocos, Nepal, Níger, Paquistão, África do Sul e Ucrânia.

O Projeto Roraima foi desenvolvido por 4 defensorias públicas federais, lotadas em diferentes estados do Brasil. Dividido em 3 atividades principais, o projeto foi realizado nas cidades de Boa Vista (capital do Estado) e Pacaraima, porta de entrada dos venezuelanos no país. As atividades mais importantes foram: reuniões com atores sociais locais que trabalham no combate ao tráfico de pessoas; a prestação de assistência jurídica e a capacitação de atores públicos locais para lidar com a questão.

Com a intensificação da imigração, o Governo Federal reconheceu a situação de crise humanitária de caráter emergencial e agiu de forma mais direta no acolhimento aos venezuelanos. O governo brasileiro regulamentou a gestão migratória venezuelana a partir de uma instância de governança intersetorial. O Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018, baixado pelo então presidente, Michel Temer, estabeleceu um Comitê Federal de Assistência Emergencial. Este decreto estabeleceu uma estrutura de governança em âmbito federal, coordenando as ações relativas ao tema. Na mesma data da entrada em vigor daquele documento, 15.02.2018, foram baixados o Decreto nº 9.285, que reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório e a Medida Provisória nº 820, que estabelece medidas de assistência para acolhimento. Em 21 de fevereiro de 2018 foi baixada a Resolução nº 1, que propõe um ordenamento da fronteira com a Venezuela, além da ampliação e qualificação de abrigos para imigrantes. O primeiro decreto, o 9.285, reconhece a situação crítica do Brasil, especialmente do estado de Roraima e o segundo, o 9.286, define a

composição, as competências e as normas do comitê. A este conjunto de ações integradas em prol dos imigrantes venezuelanos denominaram “Operação Acolhida”.

### **2.11. A Operação Acolhida**

No mês seguinte, à instituição da Operação Acolhida, em março de 2018, a medida provisória nº 823 abriu crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa para as providências necessárias. A partir daí os imigrantes passaram a ser geridos diretamente pelo Governo Federal, pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR] e pela Organização Internacional para as Migrações [OIM]. Foram abertos mais 5 abrigos para imigrantes e os 4 existentes foram reformados e ampliados. Em julho de 2018<sup>60</sup> havia 3.800 imigrantes venezuelanos alojados em abrigos públicos. Neste mesmo ano novos repasses foram feitos para o fortalecimento da assistência social na região. Foi implantado o projeto de interiorização dos imigrantes por alguns Estados brasileiros (Amazonas, São Paulo, Mato Grosso, Distrito Federal, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro) visando desafogar o Estado de Roraima.

A Operação Acolhida é uma ação conjunta, interagências, de natureza humanitária, que envolve vários órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, além de agências internacionais e organizações não governamentais, sob a coordenação das Forças Armadas do Brasil, que por meio do Exército Brasileiro, estabeleceu a “força-tarefa logística humanitária” para gerir a operação. O coordenador desta operação até maio de 2020 era o general Eduardo Pazuello. A atuação da Operação Acolhida está pautada no tripé: “ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização dos imigrantes” (Kanaan, Tássio & Sidmar, 2019, p. 69). As atividades desenvolvidas pela operação vão desde o apoio logístico com identificação, imunização, alimentação e abrigo até o suporte para o processo de interiorização.

Apesar de estarem envolvidos diversos atores na gestão dos fluxos migratórios, a resposta e coordenação são asseguradas sobretudo, pelas Forças Armadas, por meio do Exército Brasileiro, subordinado ao Ministério da Defesa. Esta vertente de resposta e acolhimento militarizada levanta um debate no Brasil. Órgãos de defesa de direitos humanos têm criticado a coordenação por parte dos militares alegando constantes episódios de violência e violação de direitos. Sobre a militarização do processo de acolhimento, Paiva & Gonçalves, 2021, asseveram: “requer atenção dos organismos democráticos e republicanos já que, além de

---

<sup>60</sup> Dados relativos a julho de 2018. Disponíveis em <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/historico>.

substituírem o lugar das políticas públicas de modo emergencial, como ocorreu no caso de Roraima, têm reproduzido as formas de dominação de classe que moldaram o Estado brasileiro” (Paiva & Gonçalves, 2021, p. 15).

Com posição contrária aos autores acima citados, Enetério, Enetério & Silva (2019), reconhecem que há divergência de opiniões no que diz respeito ao emprego dos militares em questões humanitárias. Segundo estes autores, “diversas entidades relacionadas ao humanitarismo entendem tais ações como uma incompetência dos estados em proverem outros meios para substituir as capacidades militares” (Enetério, Enetério & Silva, 2019, p.144). Constatada por esses autores a incompetência do Estado na questão específica de resposta a venezuelanos no Brasil, eles afirmam que: “as organizações humanitárias têm a oportunidade e, talvez, o dever do trato com os militares para limitar os riscos intrínsecos à sua atuação e maximizar os benefícios potenciais aos sistemas de resposta a desastres”. Para esses pesquisadores, “a questão não é mais se envolver com os militares, mas sim como e quando fazê-lo” (Enetério, Enetério & Silva, 2019, p. 145).

Os gestores dos abrigos concedem alimentação, acomodações, assistência médica e sanitária, serviços de lavanderia e coleta de lixo, assim como limpeza em geral das áreas de convivência. A Operação Acolhida instalou em Pacaraima, único acesso legal via terrestre entre Venezuela e Brasil, uma ampla estrutura para o ordenamento da fronteira e o controle migratório. Neste local foi construído um posto de recepção e identificação para o trabalho de triagem. Há também um hospital de campanha, um alojamento de passagem com capacidade para 500 imigrantes, além de uma área de apoio para os integrantes da força-tarefa e voluntários. O abrigo exclusivo para indígenas venezuelanos em Pacaraima, denominado Janokoïda, foi ampliado pela operação. Em Boa Vista o abrigo para indígenas é o Pintolândia.

A Operação Acolhida coordenou a reforma de 2 abrigos existentes e criou mais 9 outros. Além disso, reforçou a infraestrutura da rodoviária internacional, onde estabeleceu um posto de informações, guarda-volumes e pontos de doação, assim como banheiros e área de pernoite temporária para aqueles que aguardam vagas nos abrigos da cidade.

O processo de interiorização, como a última etapa dos trabalhos da Operação Acolhida, envolve atores como: as forças armadas, as agências nacionais e internacionais, instituições civis e empresárias. Todos trabalham juntos para distribuir e receber os imigrantes pelas diversas regiões do país. O objetivo é reduzir o impacto do fluxo em Roraima e proporcionar melhores condições de acolhida e integração aos venezuelanos que pretendem viver no Brasil. Ao ser interiorizado, o imigrante deverá estar de acordo com o emprego e a moradia que lhe são oferecidos. Esses acordos e entendimentos entre os que recebem e os que enviam os

imigrantes, são realizados antes do embarque, que geralmente ocorre em grupo, em avião cedido pela Força Aérea Brasileira (FAB); ou ainda por meio de vagas em vôos comerciais como doação de empresários.

A interiorização de estrangeiros como o terceiro item do tripé em que está baseado a Operação Acolhida, conseguiu interiorizar em torno de 15 mil venezuelanos em pouco mais de um ano de funcionamento. De acordo com matéria especial publicada pela revista Veja, o processo de acolhimento e integração vem apresentando bons resultados graças em muito pela colaboração do empresariado brasileiro. Como é o caso da empresa de carnes Seara que empregou 420 venezuelanos na cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Segundo a mesma reportagem, outro empresário que colaborou foi o milionário Carlos Wizard Martins, que se mudou com a família para Roraima com o objetivo de ajudar de perto no acolhimento a imigrantes, por meio da sua religião, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos dias (Thomas, 2019).

Atualizando os dados, as estatísticas oficiais apontam para 38.643 venezuelanos beneficiados com a interiorização no Brasil, até junho de 2020. De acordo com o Relatório da Operação Acolhida, divulgado pela OIM (OIM, 2018), conf. Anexo J, nesse processo de interiorização, também denominado de deslocamentos assistidos, 34.713 fizeram o trajeto de realocação por via aérea e 3.930 por via terrestre. Segundo este mesmo documento os Estados que mais receberam venezuelanos pela Operação Acolhida foram: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Quando nos referimos aos municípios, os mais beneficiados com a chegada de venezuelanos foram: Manaus, São Paulo, Curitiba, Dourados e Porto Alegre.

Simões & Rocha (2018) defendem que “as ações e políticas da governança migratória em Roraima seguem um movimento *top-down*, no qual atores globais influenciaram as ações de agentes locais, governamentais e da sociedade civil” (2018, p. 79). Os autores desse artigo, que são professores da Universidade Federal de Roraima (UFRR), defendem que o modelo é de cima para baixo (*top-down*) porque as políticas de gestão de crise são elaboradas pelas agências internacionais em suas sedes e implementadas pelos escritórios locais, pelos atores governamentais e pela sociedade civil. De acordo com os professores, a universidade presta serviço à comunidade na medida em que questiona, critica e em alguns momentos se opõe à lógica trazida de fora para dentro, sem diálogo com os atores globais.

A questão migratória no país durante muito tempo foi tratada como assunto de segurança; e os migrantes vistos como perigo a ser enfrentado. A nova lei, a de nº 13445/2017, em vigor atualmente, avança em diversos aspectos e trata os migrantes do ponto de vista humanitário.

No entanto, a sua interpretação e o seu cumprimento são controversos. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH, 2018), em relatório elaborado por técnicos e publicado no início de 2018 reclama da assistência aos migrantes e alerta para o fato de que até aquele momento a assistência aos migrantes “foi, em grande parte, realizada pela sociedade civil com o apoio técnico das agências do Sistema das Nações Unidas – ACNUR, OIM e UNFPA” (2018, p. 32). Este documento vai além, ao acusar o governo de não dar a atenção necessária aos imigrantes indígenas que chegam da Venezuela em situação de vulnerabilidade.

Indígenas das etnias *Warao* e *E'ñepa* têm chegado ao Brasil por Roraima, sendo que esta última etnia é mais rara. Os *Warao* são nômades e viajam em grupos. Entram e saem do país conforme a conveniência. Produzem artesanato e colhem mel, produtos que vendem nos países vizinhos, especialmente o Brasil. Com o dinheiro arrecadado compram comida e itens de necessidade e levam para os que ficaram na Venezuela. É difícil estimar com fidelidade a imigração indígena venezuelana no Brasil. Além de ser um constante entra e sai do país, muitos não passam pelo registro oficial de fronteiras. Os números confiáveis, porém, altamente oscilantes são os dos 2 abrigos indígenas em Roraima: o Pintolândia, em Boa Vista e o Janokoida, em Pacaraima, ambos sob a gestão da instituição religiosa católica Fraternidade Federação Humanitária Internacional (FFHI). Em agosto de 2018 (R4V, 2019), somavam mais de 1.300 os indígenas da etnia *warao* alojados nesses 2 abrigos, dos quais 28% eram crianças.

O processo migratório interno que ocorre no Brasil com venezuelanos que decidem sair do Estado fronteiro de Roraima, por onde ingressaram, participando para isto do programa de interiorização do Projeto Acolhida, pode ser denominado de migração dirigida. Baeninger (2018) considera adequado o conceito de migrações dirigidas porque apresenta dois elementos principais que caracterizam este tipo de migração: “tanto a presença do Estado nesta governança e direcionamento dos fluxos internos no país quanto pela seletiva decisão dos imigrantes de saírem da fronteira” (Baeninger, 2018, p. 139). Esse tipo de migração demanda uma diversidade de atores envolvidos, trabalhando de forma contínua e integrada para torná-lo possível. Envolve atores sociais estabelecidos na origem e no destino; uma vez que é necessário um grande entendimento entre as partes para que o migrante possa viajar para outra região do país com garantia de moradia e trabalho.

## **2.12. Reflexões finais do capítulo**

O perfil migratório do Brasil passou por várias mudanças desde a sua independência de Portugal, em 1822. O país alternou momentos de incentivo à imigração para suprir demandas do mercado de trabalho e momentos de restrição ao ingresso de estrangeiros em seu território.

A questão migratória dependia das conveniências, principalmente as econômicas do momento. O país recebeu milhares de imigrantes, especialmente europeus e asiáticos como mão de obra para trabalhar na agricultura. Durante muito tempo o projeto das autoridades locais foi o de melhoramento genético do povo brasileiro. Para isto, a legislação foi restritiva à entrada de negros (exceto escravos como mão-de-obra gratuita no período escravagista), não-brancos, pobres e pessoas sem qualificação profissional. A questão humanitária da imigração não esteve em causa por parte dos gestores públicos, sendo exceção as práticas das instituições religiosas e associações de imigrantes já estabelecidos.

A Lei nº 13.445, de 24.05.2017, também conhecida como Lei de Migração, foi a primeira do Brasil a contar com a participação popular. Embora esta participação não tenha sido muito expressiva, houve tentativas de manipulação da opinião pública, por meio de *fakenews* e discurso de ódio contra alguns trechos da lei, quando da sua votação em plenário. O processo de construção da legislação migratória em vigor no país foi lento e negociado com representantes da sociedade civil organizada. Somente a partir de 2017 imigrantes a viver no Brasil tiveram seus direitos garantidos de acordo com a nova realidade da migração internacional.

Nos anos 1980 a emigração de brasileiros para os Estados Unidos foi intensa e até uma cidade do Estado de Minas Gerais ganhou nomenclatura própria com a emigração em direção aos EUA. Foi a chamada migração valadareense. Atualmente está em andamento a reconfiguração dos espaços migratórios no norte do Brasil. Este processo teve início em 2010 com a chegada dos haitianos pelos estados do Acre e do Amazonas e tem continuidade com os venezuelanos a ingressarem a partir de 2013, com maior intensidade a partir de 2015, pelo estado de Roraima. A migração venezuelana para o Brasil nunca havia ocorrido nessas proporções, principalmente pela fronteira terrestre. Venezuelanos da nova vaga migratória em direção ao Brasil chegam ao país pela fronteira terrestre com o menos populoso dos 27 estados brasileiros.

Desde 2011 a média de crescimento populacional anual de Roraima, que girava em torno de 8 mil, vem crescendo com a ajuda da imigração internacional e já representa um percentual de 10,31%, o maior crescimento populacional entre todos os Estados do país. Mesmo assim, continua sendo o Estado menos populoso, com 0,3% da população total do país, estimada em 208,5 milhões de habitantes.

Os imigrantes venezuelanos solicitam ingresso no país por meio do pedido de refúgio ou de residência temporária. Com a intensificação da imigração, o Governo Federal reconheceu a situação de crise humanitária de caráter emergencial e agiu de forma mais direta no acolhimento

aos venezuelanos federalizando a gestão migratória venezuelana a partir de uma instância de governança intersetorial. Em março de 2018 foi instituída a Operação Acolhida. As atividades desenvolvidas pela operação vão desde o apoio logístico com identificação, imunização, alimentação e abrigo até o suporte para o processo de interiorização, que consiste no deslocamento de imigrantes para outros Estados no interior do país. As cidades brasileiras que mais receberam venezuelanos participantes do processo de interiorização foram: São Paulo (SP), Dourados (MS) e Manaus (AM).

Este fenômeno migratório que ocorre no norte do país é complexo e necessita ser compreendido na sua totalidade para que políticas públicas sejam implementadas no sentido de proporcionar melhor acolhimento aos imigrantes. O fluxo migratório de venezuelanos em direção ao Brasil representa um grande desafio aos gestores públicos nacionais. Esse desafio é ainda maior quando levado em consideração o fato de muitos imigrantes serem indígenas, em sua maioria da etnia *Warao* e não falantes de espanhol e tampouco português. Apesar de dispor de 2 abrigos específicos para indígenas no Estado, sendo um em Pacaraima e outro em Boa Vista, as vagas disponíveis não atendem à demanda, muito maior que a capacidade de atendimento.

Este capítulo representa uma breve contextualização da situação migratória no Brasil nos últimos anos para posteriormente inserir novamente o tema do uso das tecnologias, especialmente o *smartphone*, por imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no país. Investigar a importância do *smartphone* para essas pessoas em um momento decisivo em suas vidas, que é a experiência migratória, consiste no objetivo principal deste trabalho.

## CAPÍTULO 3

### A MOBILIDADE HUMANA NA VENEZUELA

*“Em tempos de redes sociais e polarização, o ente ‘venezuelanos’, toma corpo e é usado como argumento em debates rasos onde o sujeito venezuelano refugiado está oculto. Esse fenômeno, gerador de preconceito, ofusca o processo de acolhimento dessas pessoas, visto que, a opinião pública, forte como é, tem dificuldade de enxergar os seres humanos que estão vivendo a experiência migratória”.*

(Chico Max\*, em: Baeninger & Silva, 2018, p. 15)

O fluxo migratório internacional venezuelano já é considerado um dos maiores da América Latina. Estudos (Baeninger & Silva, 2018) apontam que aproximadamente 10% da população da Venezuela já havia deixado o país em 2018. Em suas jornadas migratórias, venezuelanos enfrentam inúmeras adversidades, especialmente nas fronteiras terrestres com os países vizinhos: Colômbia e Brasil. De acordo com o boletim 163<sup>61</sup>, de dezembro de 2020, produzido pela *Acción Solidária*, em parceria com outras 8 instituições da sociedade civil organizada, somente na Colômbia foi registrado em 2019 em comparação com 2018 um aumento de 92% de violência sexual contra mulheres venezuelanas. No final do ano de 2019 havia 573 imigrantes venezuelanas internadas em clínicas colombianas vítimas de abuso sexual, sendo que a maioria estava concentrada na cidade fronteiriça de Cúcuta.

As entidades da sociedade civil de ajuda humanitária que atuam na Venezuela vêm sendo criminalizadas pelo governo do presidente Nicolás Maduro e seus dirigentes ameaçados e detidos arbitrariamente. De acordo com o Boletim *Crisis en Venezuela* nº 168<sup>62</sup> com informações da instituição Transparência Venezuela, nas primeiras semanas do ano de 2021 pelo menos três sedes de instituições humanitárias foram invadidas. A organização Azul Positivo teve cinco ativistas presos de forma considerada arbitrária pelas instituições. Segundo este mesmo boletim, em todo o ano de 2020 aconteceram 303 ataques a entidades de ajuda

---

<sup>61</sup> Boletim disponível em: <https://crisisenvenezuela.com/>.

<sup>62</sup> Boletim nº 168. Crisis en Venezuela. Disponível em <https://crisisenvenezuela.com/wp-content/uploads/2021/02/Boletin-168-Crisis-En-Venezuela-ES-B.pdf>.

humanitária. O governo federal busca por meios legais dispositivos que limitem e até impossibilitem as organizações humanitárias de receber financiamento internacional para suas ações em território venezuelano.

Outra calamidade vivida pela população venezuelana, especialmente a feminina, é o aumento dos casos de feminicídio. De acordo com o Boletim nº 169<sup>63</sup>, produzido por nove instituições da sociedade civil organizada da Venezuela, no primeiro mês de 2021 foram registrados 18 casos de feminicídios contra venezuelanas, o que contabiliza 1 feminicídio a cada 38 horas. Dos casos registrados, cerca de 60% ocorreram em território colombiano. Esses dados foram fornecidos pela Cepaz (Centro de Justicia y Paz), uma organização venezuelana sem fins lucrativos cujas principais ações são: o empoderamento feminino e a promoção da cultura de paz. Esta instituição criou o Observatório Digital de Feminicídios de Venezuelanas no país de origem e no estrangeiro.

### **3.1. Diáspora: um termo em construção**

O fenômeno vivenciado por venezuelanos a partir dos anos 2010 de forma gradual e mais acentuada a partir de 2016 queremos considerar uma diáspora em construção. Este é um termo também em fase de estruturação. Em alguns casos o termo diáspora é usado como sinônimo de migração. O que não é de todo um equívoco porque está relacionado com a dispersão de povos, por motivos políticos ou religiosos. Serve para descrever qualquer comunidade religiosa ou étnica que vive fora do seu local de origem. Costuma receber conotação negativa como deslocamento forçado, vitimização, perda e alienação. O termo diáspora vem do grego e é composto por: *dia* (através, por meio de) e *speirō* (dispersão, disseminar ou dispersar). Está mais próximo de “êxodo”, que também vem do grego: saída ou partida. Êxodo é um livro da Bíblia que conta a saída dos israelitas do Egito, onde viviam escravizados. Seria mais prudente dizer que diáspora é um tipo de migração, que se apresenta como um termo mais complexo e abrangente. As diásporas mais conhecidas são: a judaica, a primeira da história mundial; a africana, também conhecida como diáspora negra; e a chinesa.

“O conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora” (Hall, 2003, p. 33). Ao se referir à experiência do Caribe, Stuart Hall salienta que naquela realidade há uma diferença que “não

---

<sup>63</sup> Boletim nº 169. Crisis en Venezuela. Disponível em <https://crisisenvenezuela.com/2021/02/15/boletin-no-169-del-15-al-22-de-febrero-de-2021/>.

funciona através de binarismos” (Hall, 2003, p. 33). O conceito de diáspora amplia o de identidade e o afasta de uma ideia fechada de diferença binária, marcada por uma fronteira definida que distingue rigidamente o que está dentro e o que é de fora. Hall (2003) ressalta que o significado das palavras é muito importante e chega a ser crucial à cultura. No entanto, reconhece que “o significado não pode ser fixado definitivamente” porque tudo o que parece fixo “continua a ser dialogicamente reapropriado” (Hall, 2003, p. 33). A cultura caribenha, na visão de Hall, é constituída por uma estética diaspórica.

Apesar de ser antigo, o conceito de diáspora vem sendo politizado e se tornado popular, seja no meio acadêmico ou nos discursos públicos. Faist (2010) analisa o conceito de diáspora junto e em comparação com o de transnacionalismo, uma vez que a diáspora é um fenômeno transnacional vinculado ao país de origem e os de destino. Segundo este autor, “recientemente, incluso los países de origen de la inmigración usan ‘diáspora’ para incentivar inversiones y promover la lealtad política entre los expatriados exitosos” (Faist, 2010, p. 11). Tanto governos como grupos nacionalistas, segundo este autor, usam o conceito de diáspora para defender agendas de construção de nação ou controlar populações que vivem no exterior. Ao relacionar o conceito de diáspora ao de transnacionalismo este último parece ser útil para contextualizar, entender e descrever a diáspora. Serve ainda, como uma ferramenta conceitual para compreensão, não apenas do fenômeno migratório, mas também da complexidade de seus atores, contextos, suas situações e sua evolução no tempo.

Beatriz Padilla (2021) ao se referir ao caso específico da Venezuela afirma que este fenômeno pode ser considerado uma diáspora em construção porque tanto a politização e a ideologização, como o grau de transnacionalismo e articulação da migração venezuelana são evidentes. Em investigação científica onde entrevistou, entre 2018 e 2020, migrantes venezuelanos em jornadas migratórias na Argentina, nos Estados Unidos (Flórida) e em Portugal, a cientista social constatou que os 3 países de destinos dos venezuelanos possuem diferentes políticas migratórias de integração (ou falta delas) e vínculos com a diáspora venezuelana. Ao tratar dos motivos que contribuíram para a diáspora venezuelana, Padilla assevera: “así, la presencia del estado como máquina represiva, por un lado y sua ausencia como prestador de servicios por el outro, intactúan como factores de expulsión” (Padilla, 2021, p.10). Ela acrescenta que “todos los entrevistados mencionaron experiencias de persecución política y/o el aumento desmedido de la violencia en la sociedad ya sea por robos, secuestros, atentados y muertes de familiares y/o amigos, incluyendo violencia ejercida o facilitada por el estado” (Padilla, 2021, p.10).

Russi (2010) defende que o processo diaspórico vai além do ato de sair corporalmente de um local. Para este pesquisador, a diáspora também toma forma dentro das fronteiras do país de origem, já que aqueles que ficam também configuram significação, da mesma forma como aqueles que estão buscando sair, mas ainda não conseguiram. Ou seja, para Russi, a simples possibilidade de levar adiante um projeto migratório, mesmo que este não seja concretizado, constitui “a diáspora que se reelabora nas instâncias microssociais” (Russi, 2010, p. 28). O Glossário sobre Migração, da Organização Internacional para as Migrações traduz diáspora de forma objetiva e simplificada: “qualquer pessoa ou população étnica que abandona a pátria tradicional da sua etnia, estando dispersa por outras partes do mundo” (OIM, 2009, p.18).

O fluxo migratório de senegaleses para viver principalmente no sul do Brasil, visível a partir do Censo Demográfico de 2010 é interpretado (Brignol, 2015; Brignol & Costa, 2018) como a diáspora senegalesa. Brignol & Costa (2018) partem da noção de diáspora “como uma metáfora explicativa para se pensar os múltiplos deslocamentos e pertencimentos identitários em sociedades cada vez mais multiculturais” (2018, p. 12). Os senegaleses entrevistados no estado do Rio Grande do Sul mantêm conexão transnacional com o uso de TICs, apresentando dinâmicas de comunicação em rede com implicações interculturais. Os usos sociais que senegaleses fazem das mídias foram interpretados como experiências diaspóricas porque, de acordo com essas investigadoras (Brignol & Costa, 2018) entre outros fatores, implicam na existência de uma identificação coletiva ou um sentimento de pertencimento onde há relação de encontro entre as culturas.

Embora as diásporas se originem como dispersão ou migração, nem todas as dispersões podem ser definidas como diásporas. De acordo com Cohen (2008) os estudos sobre diáspora têm 4 fases: 1) clássica, destinada ao estudo da experiência judaica. Na década de 1970 o termo começa a ser estendido e passa a descrever também a dispersão de africanos, armênios e irlandeses. Posteriormente os palestinos foram adicionados ao grupo; 2) nos anos 1980 o termo é ainda mais alargado e passa a significar diferentes categorias de pessoas expatriadas, expulsas, refugiados políticos, imigrantes, minorias étnicas e raciais; 3) a terceira fase dos estudos diaspóricos surge em meados dos anos 1990 e tenta desconstruir o que vinha sendo consolidado até então, além de inserir a questão da pátria na discussão; 4) a quarta e atual fase dos estudos sobre diáspora teve início com a virada do Século XXI e tem sido interpretada como a fase da consolidação dos estudos e a reafirmação da ideia diaspórica reincorporando seus elementos fundamentais (Cohen, 2008, pp. 1-2).

Os elementos considerados fundamentais para a compreensão da diáspora são: identidade nacional ou étnica, pátria ancestral, localização geográfica, memória, dispersão, conexão

afetiva com a pátria, busca de trabalho, alienação, mito coletivo, visitas intermitentes, discriminação nas sociedades anfitriãs e consciência de grupo, entre outros. Dos elementos constitutivos da diáspora, três são características duradouras: dispersão, conexão afetiva e manutenção de identidade. Para Ogunyemi (2020) ao explorar essas características os estudiosos devem se concentrar nas funções políticas e socioculturais que servem aos grupos de migrantes. Ele acrescenta que essas funções, nesse contexto, referem-se à consciência da diáspora para o próprio grupo. Segundo este pesquisador, a questão central é se o conceito de diáspora está servindo aos grupos étnicos que o adotaram. Ele acredita que a cultura da diáspora pode ajudar a manter um senso de comunidade e de pertencer a uma entidade social mais gratificante e acolhedora (Ogunyemi, 2020, p. 5). Este autor defende que o foco da pesquisa contemporânea da diáspora mudou das características históricas da dispersão, mitos e memórias para outras características como: migração, identidade, integrações, engajamento e vínculos transnacionais.

Ogunyemi (2020, pp. 3-14) trabalha na perspectiva da diáspora enquanto designação metafórica. E essas metáforas são usadas para comunicar as funções que a diáspora serve aos grupos diaspóricos. Das metáforas mais notáveis e indicadas pelo autor, destacamos: da identidade, da perda, do relacionamento, do engajamento, da produção cultural, a nacionalista, a de produção cultural e da mediação. Neste caso específico onde estamos a investigar a importância e o uso do *smartphone* por venezuelanos refugiados e imigrantes em experiência migratória no Brasil, importa-nos especialmente as duas últimas metáforas da diáspora.

A metáfora da diáspora da produção cultural denota a interação e a comunicação através das fronteiras (culturais, linguísticas e genéticas). Essa metáfora serve para descrever como a visibilidade das diversidades na mídia diaspórica atrai grupos da diáspora para o centro dos debates políticos sobre inclusão, segregação, segurança e democracia. A metáfora da mediação denota os processos pelos quais as relações se produzem e reproduzem por meio de um conjunto de mídias. Em grupos de *Facebook*, de *WhatsApp* e fóruns de discussão criam-se espaços sociais compartilhados que são os campos de estudo dessa vertente da diáspora. Esses estudos revelam como as TICs mediam um amplo senso de pertencimento e conectividade.

O fluxo migratório de venezuelanos pelo mundo na primeira década deste século tem como motivos principais os socioeconômicos e políticos. Ocorre em grande quantidade e com características semelhantes. Os primeiros destinos são os países mais próximos, por onde podem chegar via terrestre. A própria Organização dos Estados Americanos (OEA) reconhece este fluxo migratório como “diáspora venezuelana”. No documento *Informe preliminar sobre la crisis de migrantes y refugiados venezolanos en la región* (2019) a OEA chama a

comunidade internacional a concentrar atenção na diáspora venezuelana, assumindo responsabilidades decorrentes do Pacto Global sobre Refugiados, que é parte do Pacto Global para Migração aprovado pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2018.

Mesmo com o reconhecimento da existência de graves violações dos direitos humanos na Venezuela por parte da comunidade internacional identifica-se que a proteção dos migrantes forçados venezuelanos nos países da América Latina ainda é frágil. Para Jubilit & Fernandes (2018, p. 166) “a comunidade latino-americana tem se posicionado quanto à situação na Venezuela, em vários níveis institucionais”. No âmbito da OEA a eleição presidencial da Venezuela em 2018 não foi reconhecida por suspeitas de fraudes. O país foi suspenso do Mercosul (Mercado Comum do Sul) em 2017 com base na cláusula democrática de direitos do Protocolo de Ushuaia II. O Grupo de Lima desenvolveu várias iniciativas junto à ONU em favor da promoção da democracia na Venezuela. Solicitou investigações sobre a violação de direitos humanos naquele país. O Grupo de Lima encaminhou também solicitação ao Tribunal Penal Internacional para que a prática de crimes contra a humanidade naquele país fosse investigada.

### **3.2. Venezuela: país que vem provocando uma diáspora**

A República Bolivariana da Venezuela, como é conhecida oficialmente, localiza-se ao norte da América do Sul, está constituída por continente e pequenas ilhas no mar do Caribe. Entre os maiores países em extensão territorial, a Venezuela ocupa o trigésimo segundo lugar. Suas fronteiras são assim delimitadas: ao norte com o mar do Caribe, a oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil e a leste com a Guiana. O país tem diversas reservas de gás natural e petróleo, é rico em recursos naturais, tem diversidade ambiental e grande variedade de áreas protegidas.

A Venezuela foi uma das primeiras colônias hispano-americanas a declarar independência do Império Espanhol, em 1811. O território era colonizado desde 1522. Mas a independência só foi realmente consolidada em 1830, quando o país deixou de ser um departamento da Gran-Colômbia, a primeira união de nações independentes da América Latina, que teve Simon Bolívar como presidente no período de 1819 a 1830. Desde a sua independência e durante todo o Século XIX a Venezuela sofreu com a instabilidade política.

A partir de 2014 este país começa a enfrentar diversas crises. Instabilidade e repressão política, violação dos direitos humanos, constantes apagões de energia elétrica, economia falida, com hiperinflação, violências urbana e rural, escassez de alimentos e remédios são algumas características da conjuntura da Venezuela nos anos 2014 a 2020. A cesta básica de alimentos para uma pessoa se sustentar por um mês naquele país, de acordo com boletim mensal

de novembro de 2020<sup>64</sup>, custava 131.723.370,17 Bs (Bolívar Soberano, moeda local). Este valor correspondia a 188,31 dólares, conforme cotação de 01.11.2020. O salário mínimo vigente no país neste mesmo mês valia 1.200.000,00 Bs. Este valor, de acordo com o câmbio de 01.11.2020, correspondia a R\$ 5,19 (reais – moeda brasileira). O poder aquisitivo deste salário mínimo venezuelano correspondia a 0,9% da cesta básica. Com essa situação, muitos trabalhadores, até mesmo os que possuem empregos considerados qualificados, realizam serviços informais como: fretes, serviços domésticos e comércio em geral, quando podem receber pagamento em dólar, a moeda mais utilizada no país depois do Bolívar Soberano, a moeda local.

O estudo denominado pesquisa nacional de condições de vida (ENCOVI), realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IIES) da Universidade Católica Andres Bello (UCAB) da Venezuela (Motta & Fiúza, 2020), divulgado em julho de 2020, constatou que o percentual de pobreza generalizada naquele país havia aumentado muito nos domicílios da população. Os estudiosos classificaram a situação dos lares venezuelanos como de “pobreza multidimensional”. A pobreza multidimensional (relacionada a indicadores como educação, padrão de vida, emprego, serviços públicos e moradia) afeta 64,8% das famílias e cresceu 13,8% entre 2018 e 2019. Esses índices colocam a Venezuela nas mesmas condições de países da América Central, Caribe e África em termos de pobreza e desnutrição. De acordo com reportagem publicada em julho de 2020 na Gazeta do Povo<sup>65</sup>, considerando pobreza, desigualdade social e instabilidade política, a Venezuela aparece em segundo lugar na lista de 12 países, atrás apenas da Nigéria e com situação pior do que a de países como Congo, Irã e Zimbábue. O cenário é especialmente grave para as crianças venezuelanas. A pesquisa aponta que 30% das crianças menores de 5 anos têm desnutrição crônica e 8% apresentam desnutrição global por indicador de peso/idade.

Diante da dificuldade de sobrevivência dos trabalhadores na Venezuela, as famílias que dispõem de alguma economia estão enfrentando as incertezas da emigração. Em 2018 mais de 340 mil venezuelanos solicitaram asilo ao redor do mundo (IOM, 2020). O número de cidadãos

---

<sup>64</sup> Boletins mensais com informações sobre custo de vida na Venezuela vem sendo divulgado pelo CENDA (Centro de Documentación y Analisis para los Trabajadores), uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1976. Este centro realiza estudos, análises e publicações dos temas e processos que impactam o mundo laboral dos trabalhadores na Venezuela. Informações adicionais em: [www.cenda.org.ve](http://www.cenda.org.ve).

<sup>65</sup> Reportagem disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/pesquisa-aponta-nivel-de-pobreza-alarante-na-venezuela/>.

venezuelanos a viverem fora do país até dezembro de 2019 já ultrapassava 4,8 milhões, conforme relatório produzido pelo *Migration Policy Institute* (MPI), a pedido da Organização dos Estados Americanos (OEA) (Selee & Bolter, 2020). O maior fluxo migratório ocorreu entre 2015 e 2018 quando o número de venezuelanos vivendo no exterior saiu de pouco mais de 700 mil e saltou para 3 milhões. Desses, quase 2 milhões e meio, vivem na América do Sul. Os dados estatísticos nacionais estão sob a responsabilidade do *Instituto Nacional de Estadística de la República Bolivariana de Venezuela* (INE), por intermédio do *Sistema Estadístico Nacional* (SEN)<sup>66</sup>. O último censo realizado na Venezuela<sup>67</sup> foi em 2011. A partir desse censo, o SEN fez projeção de que em 2015 viviam 30.620.404 pessoas naquele país. A instituição Datos Macro, que não é governamental, projetou para 2018 uma população de 28.870.195 pessoas. A mobilidade em grande escala de venezuelanos é um fenômeno novo, tanto pelo volume de pessoas como pela natureza do fluxo.

A partir de 2014 tem início a emigração em massa da Venezuela. Com o passar do tempo há uma diversificação dessa emigração, seja na composição do fluxo, seja nos países de destino, ou ainda no perfil social daqueles que abandonam o país de origem. Os fluxos iniciais eram compostos por pessoas de classes abastadas, como empresários e estudantes internacionais em direção aos Estados Unidos e à Europa. Numa segunda etapa há uma diversificação que inclui a classe média em direção a destinos semelhantes e também, a outros países como: Colômbia, Panamá e República Dominicana. A terceira etapa da emigração venezuelana coincide com a deterioração generalizada da situação social, econômica e política da Venezuela, a morte de Hugo Chávez e o aumento da violência no país. Esta terceira etapa é formada por pessoas de diferentes faixas etárias, classes sociais e níveis educativos e profissionais (Freitez, 2018).

### **3.3. Presidente da Venezuela sem reconhecimento**

O ano de 2019 foi tumultuado na Venezuela. Após eleição para a presidência da República, Nicolás Maduro, que já estava no poder desde 2013, não é reconhecido como presidente reeleito daquele país pelos membros do Grupo de Lima<sup>68</sup>, inclusive pelos Estados Unidos da América.

---

<sup>66</sup>Dados demográficos oficiais podem ser obtidos no website:

[http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com\\_content&view=section&id=1&Itemid=2](http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=section&id=1&Itemid=2).

<sup>67</sup> Informações demográficas não oficiais sobre a Venezuela podem ser consultadas em:

<http://datosmacro.expansion.com/demografia/poblacion/venezuela>.

<sup>68</sup> O Grupo de Lima foi criado em agosto de 2017 na capital do Peru, Lima. Os seus propósitos estão expressos na Declaração de Lima, dos quais destacamos o de discutir a questão da Venezuela e viabilizar formas de intervir para restaurar a democracia naquele país. Integram o Grupo de Lima

Maduro está na presidência desde março de 2013, quando na qualidade de vice-presidente do país, assumiu o cargo maior do executivo com a morte de Hugo Chávez, então presidente. Logo em seguida, em 14 de abril de 2013, foi eleito para um mandato de 6 anos, pelo voto direto, presidente da Venezuela com 50,61% dos votos contra 49,12% de seu opositor. Uma diferença bastante apertada numa eleição cuja participação eleitoral foi de 79,68%.

Nicolás Maduro tomou posse de seu segundo mandato em 10 de janeiro de 2019. As eleições, ocorridas em 20 de maio de 2018, estiveram envoltas em suspeitas de fraudes. O índice de abstenção foi alto, houve antecipação e várias mudanças de data, além de muitas irregularidades. Várias organizações internacionais como: União Europeia (UE), Organização dos Estados Americanos (OEA), Grupo de Lima e Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos não reconhecem a legitimidade das eleições realizadas na Venezuela em 2018. O Poder Legislativo do país também não reconhece Maduro como presidente. O qual, por sua vez, enfrenta dificuldades com o parlamento, cuja maioria é de oposição. Poucos dias após sua posse, a Assembleia Nacional aprovou atos contra Nicolás Maduro e o declarou “usurpador do cargo de presidente”. Logo em seguida o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), que é governista, declarou nulos todos os atos aprovados pelo Parlamento.

O presidente da Assembleia Legislativa da Venezuela<sup>69</sup> e líder da oposição, Juan Guaidó, se declarou em 23 de janeiro de 2019, presidente interino do país<sup>70</sup>. A declaração aconteceu durante manifestação de opositores ao governo de Nicolás Maduro, numa data emblemática: celebração dos 61 anos da queda do regime militar de Marcos Pérez Jiménez. O evento de auto-declaração de posse aconteceu em Caracas. Mas houve protestos em diversas cidades espalhadas pelo país. Da mesma forma que aconteceram manifestações contra o governo houve muitas outras a favor, financiadas pelos cofres públicos. O país viveu momentos de turbulência. Houve depredação, vandalismo e violência generalizada em várias cidades, com concentração na capital, Caracas. Em todo o ano de 2018 foram contabilizados pela organização não-

---

os seguintes países americanos: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru. Os Estados Unidos da América não integram oficialmente o grupo, mas participam das reuniões.

<sup>69</sup> A Assembleia Nacional da Venezuela, o órgão que exerce o poder legislativo no país segue o modelo unicameral (não há Senado) com número de membros variável, eleitos para mandato de 5 anos.

<sup>70</sup> Reportagem de *O Globo* publicada em 23.01.2019 no endereço: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/23/juan-guaido-presta-juramento-como-presidente-interino-da-venezuela.ghtml>.

governamental, *Observatorio Venezolano de Conflictividad Social*<sup>71</sup> mais de 10 mil protestos por direitos sociais e 14 manifestantes morreram.

A Venezuela é alvo de disputa ideológica mundial, seja contra ou a favor do governo de Nicolás Maduro, que recebe o apoio de países como: China, Cuba, Coreia do Norte, Irã, Rússia, Turquia e dos vizinhos: Equador, Bolívia, México e Nicarágua. Os países que declararam apoio a Juan Guaidó como presidente interino são: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Reino Unido. O ano de 2020 na Venezuela seguiu sem tantas turbulências quanto os anos anteriores, porém sem mudanças na sua conjuntura. Juan Guaidó continua como presidente da Assembleia Legislativa, recebendo apoio do Grupo de Lima, da União Europeia e dos Estados Unidos. Porém o presidente da República de fato é Nicolás Maduro, que não alterou a forma de governar o país.

### **3.4. A economia venezuelana**

No início do Século XX a Venezuela descobriu suas reservas de petróleo e esta descoberta mudou a vida do país. Nos anos 1920 teve início a exploração comercial das reservas de petróleo ao redor do lago Maracaibo, na região noroeste do país. Durante muitos anos o Estado viveu praticamente desse recurso, deixando de ser exportador de *commodities* agrícolas como café e arroz. A Venezuela chegou a ser o sétimo maior produtor de petróleo do mundo e o ingresso dos recursos arrecadados com a importação no país aconteciam sob a forma de *royalties* creditados diretamente nos cofres do Estado. Em 1960 a Venezuela atuou como membro fundador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O setor petrolífero chegou a contabilizar cerca de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) da Venezuela. O petróleo já representou cerca de 70% das exportações do país; e já foi o motor da economia. Porém, não resultou em visível e significativo desenvolvimento para o país.

O censo econômico mais recente realizado pelo governo, o quarto, aconteceu há mais de 10 anos, é referente ao período 2007-2008, divulgado somente em 2010, e encontra-se disponível na página do *Instituto Nacional de Estadística* (INE), um website muito lento que está constantemente fora do ar. De acordo com IV Censo Econômico da Venezuela (INE, 2010), das 471.922 unidades econômicas ativas em 2008 naquele país, 93,2% pertenciam ao setor privado e 6,8% ao setor público. Das unidades econômicas ativas, 51,6% eram de atividades

---

<sup>71</sup> Informações adicionais em: [www.observatoriodeconflictos.org.ve](http://www.observatoriodeconflictos.org.ve).

relacionadas ao comércio, seguidas do setor de serviços, que representavam 23,6% dos estabelecimentos. Naquela ocasião havia cerca de 240 mil instituições comerciais em todo o país e mais de 47 mil hotéis e restaurantes. Dos serviços prestados em 2018, cerca de 43 mil eram serviços comunitários.

O economista Celso Furtado<sup>72</sup> (1920-2004), ex-membro da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) analisa a situação da Venezuela em 1957 na obra: “Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas”, publicada após sua morte, em 2008, no Brasil. Ele tem uma posição otimista com relação ao futuro daquele país. 17 anos após sua primeira análise, Furtado volta à Venezuela a convite daquele governo para estudar *in loco* a sua economia. A sua segunda análise encontra-se na mesma obra com o título: Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais, 1974. Ele continua otimista quanto ao fato de o país sair do subdesenvolvimento por meio da exploração do petróleo. Naquela ocasião o preço deste recurso natural no mercado mundial alcançava altos patamares.

Em 1957 a Venezuela vivia o último ano da ditadura militar de Marcos Pérez Giménez, que havia se instalado no poder em 1952. O presidente, que era general, não via com bons olhos quem quisesse observar de perto a economia e seus problemas. Era um momento de grandes arrecadações com o comércio do petróleo e da construção de obras de infraestrutura que possibilitavam desvio de dinheiro e corrupção. Celso Furtado, apesar de otimista quanto ao desenvolvimento da Venezuela, já alertava para o fato de que para superar o subdesenvolvimento o país deveria aumentar a produtividade do setor industrial, melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e reduzir os incentivos à importação.

De acordo com Furtado o câmbio e o incentivo à importação prejudicam a produção local e contribuem para: “ampliar o excedente estrutural da mão-de-obra deprimindo os salários dos segmentos sociais de inferior nível de vida” (Furtado, 2008, p. 121). Isto aprofundaria o subdesenvolvimento. Ele acrescenta que aquele país é: “um sistema econômico-social fundamentalmente orientado para o consumo e o desperdício e no qual a renda é muito concentrada e provavelmente tende a se concentrar de forma permanente” (Furtado, 2008, pp. 121-122). Foi o que aconteceu na Venezuela, como previa o economista. O caminho apontado por Celso Furtado (2008) para sair do subdesenvolvimento seria: aumento e diversificação da produção industrial, garantia de emprego bem remunerado, satisfação das necessidades

---

<sup>72</sup> Informações adicionais sobre vida e obra de Celso Furtado estão disponíveis na página: [www.centrocelsofurtado.org.br](http://www.centrocelsofurtado.org.br).

coletivas básicas e ampliação do acesso à educação. Mas o Estado não optou por esse caminho e manteve a enorme dependência do país à exploração e comercialização do petróleo.

A moeda venezuelana é uma das mais desvalorizadas do mundo (Yepes, Reyes & Páez, 2019). A inflação no país acumulada dos últimos 5 meses do ano de 2018 foi de 12.000%. E a projeção para o ano de 2019, era de 10.000.000%, que se concretizou. A moeda corrente da Venezuela era o bolívar, (forma abreviada: Bs) criada em 1879 em homenagem ao herói latino-americano. No primeiro dia de janeiro de 2008 houve um reajuste cambial, quando foram cortados 3 zeros e a moeda passou a ser denominada bolívar forte, localmente assim abreviada: Bs.F. A partir de então, 1 Bolívar Forte passou a valer 1mil Bolívares. Dez anos depois, em 20 de agosto de 2018 são eliminados 5 zeros da moeda Bolívar Forte e novamente a nomenclatura muda.

Em fevereiro de 2021, a moeda oficial da Venezuela chamava-se Bolívar Soberano. Havia ainda uma outra moeda corrente no país que era o Petro, uma criptomoeda, a unidade contábilística de referência para a empresa estatal de petróleo, a Petróleos de Venezuela S.A. O Banco Central da Venezuela (BCV) controla o câmbio no país. No entanto, o câmbio verificado nas ruas apresenta diferenças em relação ao câmbio oficial e traduz a realidade local. Para se ter ideia da diferença, no dia 20 de março de 2020, a cotação no mercado paralelo<sup>73</sup> era de 72.731,72 bolívares por 1 dólar americano. Nesse mesmo dia, 78.561,17 bolívares eram necessários para comprar 1 euro.

Em 2018 Nicolás Maduro anunciou o início da execução de um plano de recuperação econômica denominado: *Plan Económico de Recuperación y Crecimiento para Prosperidad Futura*. A empresa de investigação de mercado venezuelana Datanalisis elaborou um estudo sobre os impactos desse plano cinco meses após a sua implementação. Publicado em janeiro de 2019, o estudo conclui que o plano de recuperação não conseguiu atingir os seus propósitos e a economia continuava a piorar drasticamente. Dividida em 6 tópicos, a análise avalia: 1) a reconversão monetária, acarretou a falta de dinheiro, em efetivo no mercado; 2) a moeda Petro não segue valor de mercado e varia de acordo com conveniência do poder executivo; 3) o aumento salarial do piso dos trabalhadores foi de 3.364%, reajuste este que foi rapidamente diluído pela espiral hiperinflacionária superior a 12 mil por cento desde o início de vigência do plano; 4) a flexibilização de operações cambiais, prevista no plano não significou uma

---

<sup>73</sup> Cotação disponível em: <https://rpp.pe/mundo/venezuela/dolartoday-precio-del-dolar-venezuela-hoy-20-de-marzo-de-2020-monitor-dolar-usd-bolivares-venezolanos-dolar-cucuta-cambios-italo-soles-a-bolivares-noticia-1252929>.

liberação real do mercado cambiário, uma vez que o mercado oficial continua a se mover de acordo com a vontade do executivo; 5) a promessa de elevar o preço do combustível e diminuir o enorme déficit fiscal acarretado pelo subsídio aos combustíveis não se concretizou; 6) oferecer incentivos fiscais à indústria para aumentar a produção não resultou. A produção de petróleo caiu 7% desde a implantação do plano. E durante todo o ano de 2018 a queda da produção foi de 30% (Yepes, Reyes & Páez, 2019, p. 6).

Ainda de acordo com esses estudos, o plano de ajuste implantado por Nicolás Maduro com a pretensão de superar a crise que atravessa a Venezuela não alcançou os resultados esperados principalmente porque os critérios políticos foram priorizados em detrimento dos critérios econômicos. Segundo os investigadores Yepes, Reyes & Páez “ha sido el principal factor que ha determinado estos resultados, los cuales no solamente reflejan que no ha podido detener la crisis hiperinflacionaria, sino que además se ha profundizado” (2019, p. 7).

### **3.5. Os direitos humanos na Venezuela**

Resultado da 39ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas realizada em setembro de 2018, é publicada uma resolução (ONU, 2018) que apela à promoção e proteção dos direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela. Este documento traz à memória outras resoluções semelhantes do mesmo conselho. Dentre os estudos citados está o relatório intitulado: *Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight*, publicado em junho de 2018 (OHCHR, 2018).

A versão 2019 do Relatório Mundial sobre Direitos Humanos, editado anualmente pelo Observatório *Human Rights Watch* (HRW, 2019), divulga nas páginas 645 a 653 informações sobre a Venezuela. A publicação deste relatório ocorreu logo após a visita da alta comissária da ONU para direitos humanos, Michelle Bachet, à Venezuela, em junho de 2019. Depois de tudo o que viu na capital venezuelana, a alta comissária discursou diante do conselho de direitos humanos da ONU em Genebra. Ela relatou casos de assassinatos, uso excessivo da força contra manifestantes, detenções arbitrárias, maus-tratos e tortura. Michelle Bachelet colaborou também com a elaboração de um estudo do Alto Comissariado das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (ACNUDH), para o qual foram entrevistados 550 venezuelanos. O referido estudo aponta: “66 mortes durante protestos entre janeiro e maio de 2019, dos quais 52 foram atribuídas às forças de segurança do governo ou a grupos armados pró-governo, conhecidos

como “*collectivos*”<sup>74</sup>. O ACNUDH, por meio desse relatório, afirma que até 31 de maio de 2019, cerca 790 pessoas estavam em detenção arbitrária. Entre essas, 58 eram mulheres.

Dentre os emigrantes da Venezuela, uma parcela significativa é formada por indígenas. Parte da explicação para a grande emigração de populações indígenas venezuelanas está no relatório<sup>75</sup>, que causou protestos dos seguidores de Maduro em Caracas. De acordo com o documento, os povos indígenas foram afetados com a perda de terras para as forças militares, gangues organizadas e grupos armados. Como se não bastasse terem suas terras invadidas, as populações indígenas foram vítimas da mineração sem responsabilidade ambiental, que desrespeitou seus costumes e modos de vida tradicionais.

Outro tipo de violação dos direitos na Venezuela, diz respeito à liberdade de expressão. A organização não governamental venezuelana *Voces en el paredón*, registrou em seu relatório anual de 2019 que houve 1.032 violações à liberdade de expressão e acesso à informação pública para jornalistas e cidadãos. Os principais agressores contra a liberdade de expressão no país foram o poder Executivo, por meio das forças armadas e a Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel), que regula o conteúdo em meios digitais, rádios e emissoras de televisão. A regulação dos conteúdos acontece tanto dos nacionais como internacionais. De acordo com esse relatório aconteceram 326 agressões e ataques diretos a jornalistas e à mídia. 76 jornalistas, incluindo estrangeiros, foram detidos de forma arbitrária. Essas detenções arbitrárias ocorreram com jornalistas que cobriam tópicos relacionados com direitos humanos, ajuda humanitária e protestos políticos contra o governo. Das restrições relatadas no documento, 40 foram ataques a profissionais de websites informativos. Houve 38 bloqueios de mídias sociais e sites de notícias, dos quais os mais prejudicados foram *El Pitazo*, *Efecto Cocuyo*, *Armando.info* e *Runrun.es*.

### **3.6. O Grupo de Lima**

Os encontros do Grupo de Lima vêm ocorrendo nos países membros em média a cada 2 meses e pouco têm conseguido avançar em favor da população venezuelana. Criado com o objetivo de discutir a situação da Venezuela e contribuir com a restauração da democracia naquele país,

---

<sup>74</sup> Informações adicionais sobre este assunto estão disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/bachelet-pede-que-venezuela-ponha-fim-as-graves-violacoes-de-direitos-humanos-no-pais/>.

<sup>75</sup> Tema em debate no sítio: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/07/13/interna\\_internacional,1069494/seguidores-de-maduro-protestam-contrarelatorio-de-bachelet-sobre-dire.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/07/13/interna_internacional,1069494/seguidores-de-maduro-protestam-contrarelatorio-de-bachelet-sobre-dire.shtml).

o Grupo de Lima tem este nome porque a reunião de sua criação ocorreu em 8 de agosto de 2017 na capital do Peru, Lima. 12 países americanos (Costa Rica, Colômbia, Guatemala, Peru, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Paraguai, Panamá, Honduras e México) assinaram um documento: a Declaração de Lima. Neste está definida a posição do grupo sobre a situação da Venezuela e sua preocupação com os direitos humanos naquele país. O principal objetivo das reuniões e articulações do Grupo de Lima tem sido o de pressionar Nicolás Maduro para que ele convoque novas eleições na Venezuela.

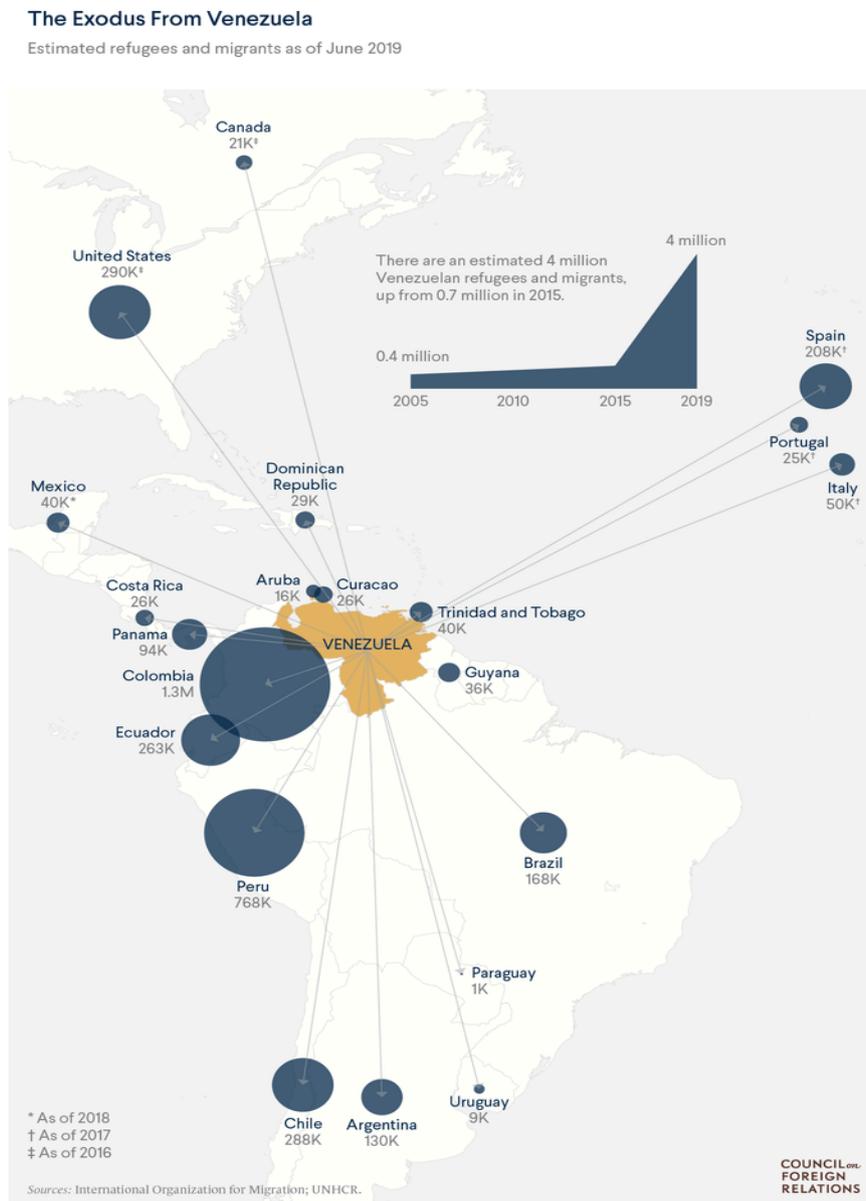
O resultado de uma dessas reuniões, a 15ª Reunião do Grupo de Lima, está expresso no documento intitulado: Declaração da XV Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Grupo de Lima (2019). Este reitera a preocupação com o agravamento do êxodo migratório venezuelano, e solicita: “que se incremente la ayuda financiera a los países de acogida para dar una respuesta efectiva a las necesidades de los migrantes”. O documento enfatiza que a crise na Venezuela tem dimensão regional; porém, impacto global. E que o restabelecimento da democracia naquele país é uma condição necessária para que a América Latina possa afirmar-se nos caminhos da liberdade e da prosperidade. Os representantes dos países membros do Grupo de Lima decidiram apoiar outros Estados comprometidos com a restauração da democracia na Venezuela, incluindo a União Europeia e os Estados Unidos, que queiram investigar sobre atos de corrupção e atentados aos direitos humanos cometidos pelo governo venezuelano.

O Grupo de Lima tem caráter não intervencionista, segundo proclama a Carta de Lima, que fala em “solução pacífica e negociada”, com respeito ao “princípio da não intervenção”. Os Estados Unidos da América não são membro oficial do Grupo, mas estão sempre se fazendo representar. O Grupo não se posicionou por qualquer atitude que desrespeite a soberania da Venezuela.

### **3.7. Os números da diáspora venezuelana**

A Venezuela era tradicionalmente um país de acolhimento de imigrantes; recebeu milhares de refugiados de várias partes do mundo, principalmente da América Latina e Espanha. O país acolheu solicitações de asilo dos chilenos e espanhóis que fugiam dos regimes ditatoriais de Pinochet e Franco. Esses imigrantes tinham no mercado do petróleo seus maiores empregadores na Venezuela. Na última década tem ocorrido o inverso. A partir de 2014 mudou de forma radical e em grandes proporções o fluxo migratório. Estima-se que o número de chegada de venezuelanos nos países vizinhos no início de 2018 era de 5 mil diariamente (UNHCR, 2018<sup>a</sup>,

p. 5). De acordo com este relatório, um significativo número de venezuelanos encontra-se em situação irregular nos países para onde emigraram.



### 3.1. Infográfico: Diáspora venezuelana.

Estimativa global de refugiados e migrantes em junho de 2019<sup>76</sup>

O infográfico acima, produzido pelo *Council on Foreign Relations*, com dados atualizados até janeiro de 2019, é parte de um artigo assinado por Rocio Cara Labrador e William Merrow, que retrata o fluxo migratório dos venezuelanos na América nos últimos anos. Além da

<sup>76</sup> Disponível em: <https://www.cfr.org/article/venezuelan-exodus>.

América, no mapa aparecem ainda três países europeus: Portugal, Espanha e Itália. O referido artigo trata das estatísticas da migração assim como dos aspectos sociais, alertando para os riscos que sofrem esses emigrantes vulneráveis, sujeitos à fome, miséria, violência e assédio, entre outros perigos.

Em 2005 viviam no exterior 437.280 venezuelanos espalhados por diversas partes do mundo. Somente na passagem dos anos 2017 para 2018 o número de venezuelanos a procurar moradia fora do seu país natal foi de 2,64 milhões. A Venezuela tornou-se um país de emigrantes. Cerca de 80% dos emigrantes venezuelanos nos últimos anos têm procurado refúgio nos países vizinhos. Os países de destino mais buscados pelos venezuelanos são (Grupo de Trabalho de OEA, 2019): Colômbia em primeiro lugar, onde estariam vivendo, em 2018, cerca de 1,2 milhão de venezuelanos, seguido do Peru, com 700 mil, Chile (265.8 mil), Equador (250 mil), Argentina (130 mil) e Brasil (100 mil), nesta ordem decrescente, de acordo com documentos acima citados e relatório elaborado por Sara Staedicke e publicado no sítio do *Migration Police Institute*, em 21.12.2018.

Staedicke (2018) observou que esses emigrantes estão se estabelecendo para estadias de longa duração e os países que os recebem vêm editando medidas restritivas com o objetivo de reduzir a entrada deles. Apesar de que a maioria dos países da América Latina seja signatária de declarações e convenções de proteção humanitária, “um número crescente de venezuelanos vem solicitando *status* de refugiado ou asilo, mas o número de pessoas que recebeu proteção formal permanece pequeno”. Os países vêm promulgando programas de permanência temporária para os venezuelanos, medidas paliativas e pontuais, com permissão de permanência média de 2 anos.

### **3.8. Dificuldades de mobilidade dos venezuelanos na América Latina**

Nessa diáspora, venezuelanos enfrentam dificuldades para partir, transitar e emigrar para alguns países por falta de documentos e por medidas restritivas de entrada de imigrantes. Diferentemente de outros fluxos migratórios, o de venezuelanos tem uma particularidade. Por falta de insumos básicos como papel, por exemplo, as autoridades responsáveis pela emissão de documentos pessoais como identidade e passaporte, não vêm garantindo regularidade na renovação, nem na primeira emissão desses documentos aos cidadãos. Desde 2019 esta situação vem deixando venezuelanos em vulnerabilidade jurídica, o que dificulta e às vezes impede a emigração na forma e no período desejados. Para além da falta de garantia da emissão regular de documentos por parte do estado venezuelano a seus cidadãos, há ainda uma política de desconhecer a emigração. Segundo Anitza Freitez (2019), nos governos Hugo Chávez as

pesquisas enfocaram apenas na imigração para a Venezuela. Não houve qualquer reconhecimento público da emigração de venezuelanos para outros países.

Preocupados com a situação dos emigrantes venezuelanos em alguns países latinos, organizações não-governamentais regionais, além de organizações do Peru, Brasil, Colômbia e Venezuela elaboraram uma carta. Este documento foi entregue em fevereiro de 2019, em Quito, no Peru, durante reunião do Grupo de Lima<sup>77</sup>. Esta carta faz um apelo aos países-membros para que cumpram o que foi acordado na última reunião do grupo, realizada no ano anterior. Em 2018 ficou decidido que seriam aceitos documentos de viagem vencidos como identidade dos venezuelanos para fins migratórios. As instituições querem que seja facilitado o ingresso de imigrantes provenientes da Venezuela nos 12 países membros do Grupo de Lima. E que sejam levados em consideração os demais pontos da Declaração de Quito sobre Mobilidade Humana dos Cidadãos Venezuelanos.

Em termos percentuais os venezuelanos chegaram a ser parte importante das populações de vários países do Caribe. Em Curaçao, por exemplo, em 2018 viviam 26 mil venezuelanos, o que representava 15% do total da população daquela ilha. Em Aruba estavam 16 mil venezuelanos, o equivalente a 10% da população total. As projeções<sup>78</sup> apontavam para mais de 5 milhões o número total de venezuelanos a viverem fora do seu país de origem até o final de 2019. As previsões se concretizaram e a diáspora venezuelana atingiu proporções próximas às do Afeganistão e da Síria.

Pesquisa realizada pela Organização Internacional para a Migração analisou o fluxo migratório de venezuelanos (IOM, 2018a). Foram entrevistados um total de 12.304 venezuelanos, em trânsito e residentes no Brasil, Colômbia e Peru, no período de outubro de 2017 a março de 2018. Venezuelanos a partir dos 14 anos de idade responderam a perguntas que tinham como objetivo traçar um perfil dos imigrantes provenientes da Venezuela nesses 3 países, de forma que esses dados pudessem contribuir para a elaboração de políticas públicas que atendam a essa população. Nos países investigados os imigrantes eram majoritariamente do sexo masculino, jovens na faixa etária dos 30 aos 32 anos de idade, solteiros (56% a 58%). Cerca da metade (49% a 51%) dos entrevistados completaram o ensino médio. Os venezuelanos que emigraram para Brasil, Colômbia e Peru são provenientes principalmente dos seguintes

---

<sup>77</sup> A Carta das ONGs ao Grupo de Lima pode ser lida no endereço:

<https://www.conectas.org.br/wp/wp-content/uploads/2019/03/Carta-ONGs-a-Grupo-de-Lima-Bogota.pdf>.

<sup>78</sup> Informações adicionais disponíveis em: <https://www.cfr.org/article/venezuelan-exodus>.

estados: Zulia (18%), Distrito Capital (12%), Carabobo (10%), Táchira e Anzoátegui (8%) e Monagas e Bolívar (6%).

O relatório do UNHCR (2018b) de maio de 2018 traz a informação de que 180 mil venezuelanos emigraram para o Equador somente nos três primeiros meses de 2018 contra 230 mil em todo o ano de 2017. Este mesmo relatório aponta que no Peru eram recebidos, no ano de 2018, cerca de 700 venezuelanos por dia. Mas a emigração em grande fluxo mesmo estava e continua ocorrendo para a Colômbia, onde chegariam cerca de 4 mil por dia, dos quais metade permaneceria naquele país, enquanto a outra metade seguiria para destinos diversos.

Alguns esforços por parte de países latino-americanos para garantir os direitos dos migrantes venezuelanos foram identificados por Jubilut & Fernandes (2018, pag.168). As pesquisadoras destacam a Resolução 2/2018 da CID (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), que estabelece um marco de responsabilidade compartilhada internacional sobre a temática do refúgio e migrações. Outro esforço conjunto destacado por Jubilut & Fernandes (2018) é o Plano de Ação Regional para as Américas e Caribe, implementado pela OIM em abril de 2018. Este plano criou a Matriz de Acompanhamento de Deslocados, que realiza monitoramento nacional e regional. Lembrando que países latino-americanos elaboraram também a Declaração de Quito sobre a Mobilidade Humana dos Cidadãos Venezuelanos, citada anteriormente. Os países que assinaram essa declaração, em setembro de 2018, comprometeram-se em tornar seus requerimentos migratórios legais mais flexíveis aos venezuelanos por suas vulnerabilidades reconhecidas. Conforme concluem Jubilut & Fernandes (2018, p. 169) “todos esses esforços regionais, contudo, precisam de ações nacionais para que possam ser efetivamente implementados”.

### **3.9. A fuga de cérebros venezuelanos**

A fuga de capital humano, emigração em massa de indivíduos com altas aptidões técnicas ou de conhecimentos, também conhecida como fuga de cérebros ou de talentos, geralmente ocorre em países que enfrentam crises econômicas, catástrofes ambientais, governos de regimes totalitários, entre outros problemas. Na Venezuela não foi diferente. Na década de 1980 tem início indícios que apontavam para este fenômeno. Mas uma mudança mais profunda começa a emergir com a chegada de Hugo Chávez ao poder, em 1999. Em 2011 o *Wall Street Journal*<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> Reportagem do *Wall Street Journal* disponível em:

<https://www.wsj.com/articles/SB10001424052970204479504576636910782660284>.

informava sobre o aumento da fuga de cérebros da Venezuela. Araújo, Fonte & Bento (Eds.) (2013) problematizam o termo “fuga de cérebro”, ao qual caracterizam como um discurso multidimensional. Para esses investigadores, que estudam o fenômeno a partir da realidade portuguesa, fuga de cérebros “é uma componente discursiva estrutural, por um lado, da política interna e, por outro, da imagem de Portugal no estrangeiro”. Araújo et.al., (2013) relacionam a mobilidade e a emigração de profissionais qualificados com os seus efeitos sobre a construção da identidade coletiva daquele país.

Quando se fala em fuga de cérebros, uma categoria de emigrantes venezuelanos analisada por Jaime Requena e Carlo Caputo (2016) foi a dos investigadores. Eles avaliaram o fenômeno no período de 1960 a 2016 e consideraram a situação como de extrema gravidade, especialmente agravada a partir da implantação do que o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez chamou, no ano 2000, de “socialismo do século XXI”. De acordo com os estudiosos, a Venezuela vem perdendo investigadores de todas as instituições acadêmicas, mas a emigração atinge principalmente as 3 universidades públicas, onde são realizadas a maior parte das investigações científicas.

Os investigadores que deixam o país são de diversas áreas do conhecimento, sobressaindo os engenheiros das áreas de petróleo e energia. As pesquisas constataram que até 2016 cerca de 1.783 investigadores deixaram o país, o que corresponde a 14% de “la comunidad de los publicadores nacionales, siendo responsables de la producción del 31% de todas las publicaciones hechas desde Venezuela” (Requena & Maputo, 2016, p. 444). Os investigadores venezuelanos que optam pela emigração, de acordo com esta pesquisa, procuram países mais desenvolvidos da América do Norte e da Europa. Um fato curioso desvendado por esta investigação foi a descoberta do Equador como um novo destino na América Latina recém e largamente escolhido pelos investigadores venezuelanos.

### **3.10. Governo de Roraima tenta fechar a fronteira**

As reações do Estado brasileiro oscilam entre a afirmação e a negação do direito de refúgio aos venezuelanos. Os gestores têm apresentado diferentes perspectivas possíveis sobre a prática de hospitalidade e de reconhecimento. O direito dos imigrantes nem sempre é respeitado. O que ocorre é uma generalizada ausência de proteção do Estado e a violação dos direitos fundamentais dos venezuelanos em jornada migratória. Em 13 de abril de 2018, o governo de Roraima entrou com a Ação Civil Originária 3121 (ACO 3121). Nesta ação, solicita que o Supremo Tribunal Federal (STF) determine que a União assumisse efetivamente o controle policial e sanitário na entrada dos migrantes no Brasil, inclusive com o fechamento temporário

da fronteira com a Venezuela (Roraima, 2018). A fronteira, de fato, chegou a ser fechada em 2 ocasiões. Mas logo foi reaberta por determinação do STF.

Nesta Ação Civil Ordinária, o governo utiliza argumentos xenofóbicos para responsabilizar exclusivamente o governo federal e ausentar-se das responsabilidades estaduais pela precariedade dos serviços públicos de um modo geral. Esses serviços eram precários muito antes da chegada dos venezuelanos e a situação agravou-se com o fluxo migratório em alta escala. Na referida Ação Civil, para pedir a restrição da entrada de venezuelanos no Brasil, o governo de Roraima baseia-se em elementos como: “o risco de possíveis epidemias” e o “aumento da criminalidade”. O argumento discriminatório está evidente quando se observa a solução proposta para lidar com possíveis surtos de doenças, que é: “a criação de uma barreira sanitária na fronteira. Assim, ao invés de focar na contenção da circulação do vírus por meio de campanhas de vacinação, propõe-se impedir a circulação de pessoas” (Milesi, Couri & Roverly, 2018, p. 67). Mesmo sem apresentar evidências de que o aumento da criminalidade ocorreu em virtude do fluxo migratório, este e outros argumentos que se utilizam da xenofobia podem ser ouvidos frequentemente nos discursos dos governantes e parlamentares daquele Estado.

Se os argumentos contrários à imigração venezuelana são evidentes nos discursos das autoridades locais, isto ecoa nas falas e ações da população menos esclarecida, que incorpora esse tipo de discurso e age cotidianamente na convivência com os novos moradores. O clima entre brasileiros e venezuelanos em parte das relações sociais, não é tranquilo. Há indícios, embora em fatos isolados, de incitação da população brasileira residente em Pacaraima contra os imigrantes. Os ânimos de brasileiros ficaram exaltados em agosto de 2018, quando após uma manifestação contra a imigração venezuelana, um grupo de brasileiros soube da tentativa de assalto a um comerciante local, supostamente praticada por venezuelanos. Houve conflitos. Os brasileiros atacaram imigrantes que se encontravam acampados em espaço público, queimaram seus pertences, jogaram pedras nos acampamentos e destruíram tendas. De acordo com a Folha de S.Paulo<sup>80</sup>, as autoridades brasileiras do local não fizeram intervenção e o Exército, que naquela ocasião estava em missão humanitária na cidade, informou que não iria agir.

No dia seguinte aos ataques o então presidente da República, Michel Temer, reuniu-se com vários ministros, em resposta aos conflitos e decidiram adotar algumas medidas emergenciais.

---

<sup>80</sup> Venezuelanos e brasileiros se confrontam nas ruas de cidade de Roraima. *Jornal Folha de S.Paulo* de 18.08.2018. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/refugiados-venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-de-tendas-em-roraima.shtml?utm\\_campaign=anexo&utm\\_source=anexo](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/refugiados-venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-de-tendas-em-roraima.shtml?utm_campaign=anexo&utm_source=anexo).

De acordo com o *site* de notícias: Poder 360<sup>81</sup>, dentre as ações estavam: o envio de 120 homens da Força Nacional para Roraima, a intensificação do processo de interiorização dos venezuelanos e criar um abrigo de transição para aqueles que aguardavam respostas a seus pedidos de refúgio. O reforço da Força Nacional esteve alguns meses no Estado. Mas o abrigo de transição nunca foi construído. E a falta de habitações suficientes para abrigar todos os refugiados e imigrantes em situação de vulnerabilidade no Estado ainda é uma realidade.

### **3.11. Viver na fronteira**

Em nosso trabalho de campo observamos que para tentar compreender a importância que tem um aparelho celular inteligente para venezuelanos em diáspora a viver no Brasil, precisaríamos primeiramente discutir fronteira. São pessoas que vivem na fronteira. Não estamos nos referindo apenas à fronteira geográfica, mas também à grande parte da subjetividade que o termo emprega. Na concepção de Sousa Santos, viver na fronteira “é viver em suspensão, num espaço vazio, num tempo entre tempos” (2018, p. 93). De acordo com este sociólogo, na fronteira todos os planos e previsões são subvertidos, levando seus habitantes a um certo desespero que os faz recorrer de forma ansiosa a tudo que os possa salvar.

Boaventura de Sousa Santos (2018) considera a fronteira física, geográfica, como um espaço que proporciona um tipo privilegiado de sociabilidade onde as hierarquias são fracas, há pluralidade de poder e de ordens jurídicas, com a prática de tradições levadas à fronteira por pioneiros e emigrantes. Viver na fronteira para ele, seria estar a inventar tudo, inclusive o próprio ato de inventar, dia após dia, novas formas de sociabilidade. “Na fronteira, vive-se da sensação de estar a participar na criação de um novo mundo” (Sousa Santos, 2018, p. 94). É como se o fato de viver na fronteira fizesse com que o indivíduo convertesse para si a criação desse mundo novo, tornando-a uma questão pessoal.

Assim como descreve Boaventura de Sousa Santos (2018) quando se refere às fronteiras físicas dos Estados Unidos da América, a fronteira que separa o Brasil da Venezuela tem algumas semelhanças. Trata-se de um local remoto, distante dos centros de riqueza e de poder; à margem. Boa Vista, capital do estado fronteiro de Roraima, fica a 4.164 km de distância da capital federal, Brasília. Uma única rodovia, perigosa e malconservada, a BR-174, faz a ligação terrestre do estado com o restante do país. A distância da capital mais próxima, Manaus, é de

---

<sup>81</sup> Informações adicionais em: [https://www.poder360.com.br/governo/temer-anuncia-reforco-da-forca-nacional-em-roraima-com-120-homens/utm\\_campaign=anexo&utm\\_source=anexo](https://www.poder360.com.br/governo/temer-anuncia-reforco-da-forca-nacional-em-roraima-com-120-homens/utm_campaign=anexo&utm_source=anexo).

781 km, trajeto este que pelas condições da estrada, não pode ser cumprido em menos de 15 horas de viagem.

As relações sociais dos habitantes da fronteira, como propõe Sousa Santos (2018), apesar de inovadoras, são instáveis porque estão construídas em espaços provisórios e temporários “onde as raízes se deslocam tão naturalmente como o solo que as sustenta” (Sousa Santos, 2018, p. 95). Mas na fronteira também se constroem amizades verdadeiras e duradouras, como justifica este autor: “o caráter imediato das relações sociais, a vertigem da ahistoricidade e a superficialidade das raízes tornam preciosos os laços que é possível estabelecer na fronteira, preciosos justamente pela sua raridade, precariedade e utilidade vital” (Sousa Santos, 2018, p. 98). Muitos dos entrevistados relataram o início de amizades em abrigos e nas ruas, por exemplo, que se tornaram íntimas e duradouras. Como é o caso de Johana<sup>82</sup>, que lembra com saudade da família com quem ficou íntima no Abrigo Latif Salomão, em Boa Vista. Segundo ela, *cada uno fue a un destino*. No entanto, a distância não separara as famílias, que continuam a manter longas conversas por chamada de vídeo utilizando o aparelho celular inteligente.

Na fronteira de Sousa Santos (2018) todos são simbolicamente migrantes indocumentados, deslocados ou refugiados em busca de asilo. O autor faz questão de frisar que a fronteira não tem semelhança com o exílio porque apesar das características comuns: instável, vulnerável e perigosa, a fronteira é mais abrangente e tende a incluir nas suas relações sociais estranhos como membros. Por não ter demarcação nítida entre ser e não ser membro, nessa ambiguidade, é que os moradores da fronteira conviveriam de forma a estar num constante fazer e desfazer de seus lares. Nada é duradouro, o local para viver pode ser a fronteira, assim como pode ser a volta para o local de origem. Já no exílio, voltar à casa está fora de questão. E o exilado, na visão de Sousa Santos, (2018) “não se sente em casa na sua própria casa”.

A subjetividade da fronteira faz com que seus limites não sejam fixos. Esses limites são líquidos, fluídos e navegáveis. Existe uma incompletude nos limites da fronteira que torna esses mesmos limites vulneráveis e abertos à possibilidade de interpenetração com outros limites. Há uma hibridação na subjetividade da fronteira que desorienta seus limites, tornando-os desfiguráveis e em constante confrontação. As experiências das pessoas que se encontram na fronteira, de acordo com Sousa Santos (2018), sejam elas individuais ou coletivas, são vividas

---

<sup>82</sup> Johana, de 32 anos, refugiada, que se auto-intitulou mãe-solteira de 2 filhos, foi entrevistada em 07.11.2019, numa casa compartilhada com outra venezuelana na instituição SOS Aldeia Infantil, em Brasília, onde estava a viver há apenas uma semana, depois de passar quase 2 anos em Boa Vista, em 2 abrigos diferentes e posteriormente num quarto alugado, como ela mesma declarou.

de um modo comunitário. Para este autor, viver na fronteira é inventar novas formas de sociabilidade e atravessar terras desconhecidas com limites variáveis.

Venezuelanos a viver no Brasil, seja na condição de solicitantes de residência ou de refúgio, são seres humanos donos do próprio destino, seguros de seu protagonismo sobre a própria vida, na tentativa de sobreviver e ajudar os seus a sobreviverem. Eles foram obrigados a migrar para um país com o qual não tinham a menor afinidade, sequer linguística. Alguns migraram para este país porque era o mais perto, como justificaram ao serem questionados sobre o motivo da migração: *és el más cercano*. Sentiram-se a perder a cidadania e a serem excluídos de uma vida digna em seu país de origem. Mesmo com toda a coragem que precisaram ter para empreender um projeto migratório ousado como este, podem ter chegado a uma situação de perda de controle do destino de suas vidas.

### **3.12. Reflexões finais do capítulo**

A situação econômica e social da Venezuela a partir de 2016 tem provocado o maior deslocamento humano da história daquele país. Em busca de melhores condições de vida seus habitantes vêm emigrando em grandes fluxos para outros países, especialmente os fronteiriços. Os venezuelanos que lá permanecem sofrem todos os tipos de violações dos seus direitos fundamentais. Não há liberdade de expressão e comunicação. Jornalistas e profissionais de comunicação com ideias opostas ao governo estabelecido são vítimas de intimidação, prisão arbitrária e até desaparecimento. As instituições de ajuda humanitária são criminalizadas, com tentativas, por parte do governo, de limitar e até impedir o recebimento de moeda estrangeira para o desenvolvimento de ações na Venezuela.

Neste capítulo discutimos aquilo que queremos considerar uma diáspora em construção. Este é um termo ainda em consolidação. Mas de acordo com o que percebemos, o que acontece com os povos venezuelanos a partir de 2016 até o momento, no nosso ponto de vista, vem se consolidando numa diáspora. Em alguns casos o termo diáspora é usado como sinônimo de migração. O que não é de todo um equívoco porque está relacionado com a dispersão de povos, por motivos diversos. O termo costuma receber conotação negativa como deslocamento forçado, vitimização, perda e alienação. Seria mais prudente dizer que diáspora é um tipo de migração, que se apresenta como um termo mais complexo e abrangente.

Os elementos considerados fundamentais para a compreensão da diáspora são: identidade nacional ou étnica, pátria ancestral, localização geográfica, memória, dispersão, conexão afetiva com a pátria, busca de trabalho, alienação, mito coletivo, visitas intermitentes, discriminação nas sociedades anfitriãs e consciência de grupo, entre outros. Dos elementos

constitutivos da diáspora, três são características duradouras: dispersão, conexão afetiva e manutenção de identidade. Percebemos que o fenômeno contemporâneo migratório da Venezuela apresenta várias dessas características.

Citamos Ogunyemi (2020, pp. 3-14) que trabalha na perspectiva da diáspora enquanto designação metafórica. E essas metáforas são usadas para comunicar as funções que a diáspora serve aos grupos diaspóricos. Das metáforas mais notáveis e indicadas pelo autor, destacamos: da identidade, da perda, do relacionamento, do engajamento, da produção cultural, a nacionalista, a de produção cultural e da mediação. Neste caso específico onde estamos a investigar a importância e o uso do *smartphone* para venezuelanos refugiados e imigrantes em experiência migratória no Brasil, importa-nos especialmente as duas últimas metáforas da diáspora.

A diáspora em andamento atualmente na Venezuela é provocada pela própria situação enfrentada pelos cidadãos venezuelanos. Neste capítulo fizemos um breve retrospecto da economia e da política naquele país nos últimos anos. Apresentamos os números da emigração, especialmente para os países latino-americanos, e a dificuldade de trânsito dessas pessoas em suas jornadas migratórias. Existem algumas tentativas de ações conjuntas dos países vizinhos para acolher venezuelanos em diáspora. No entanto, em muitos casos, as intenções não saem do papel. Se não houver políticas públicas internas em cada um dos países, direcionadas especificamente para este novo fenômeno migratório, essa população provavelmente deverá continuar vítima de violações dos seus direitos humanos.

Neste capítulo discutimos também o conceito de fronteira em Boaventura de Sousa Santos e mostramos o cenário da vida cotidiana no Estado que faz fronteira com a Venezuela: Roraima. Um ambiente hostil é o que venezuelanos encontram ao atravessar a fronteira para o Brasil. Alguns gestores, políticos e parlamentares de Roraima fazem uso de discurso xenófobo contra venezuelanos e influenciam a população local a tomar atitudes arbitrárias. Encontramos casos de autoridades políticas e governamentais a insuflarem, por meio dos veículos de comunicação, a população menos esclarecida, provocando cenas de violência.



## CAPÍTULO 4

### O PERCURSO DESSA *GROUNDLED THEORY*: METODOLOGIA E PESQUISA

*Sin un celular yo no iba a venir aventurarme en Brasil.*

*Es con el teléfono que yo mantengo  
mis parientes informados sobre mis pasos.*

*No puedo perder el contacto con ellos.*

*Durante todo el trayecto yo hablo con mis hijos en Venezuela.*

*El aparato sirve casi como un guardián a guiarme.*

*Además necesito hacer atención para que no me lo lleven el celular.*

*Así como en mi país, acá en Brasil, tener un celular es el sueño de todos, especialmente  
de los más jóvenes.*

Imigrante venezuelana entrevistada em Boa Vista\*

Esta tese de doutoramento que tem por objetivo identificar a importância do *smartphone* para imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil, foi introduzida com o primeiro capítulo a tratar das migrações e as Tecnologias da Informação e Comunicação. Em seguida, fizemos a contextualização das migrações internacionais no Brasil, com destaque para os fluxos migratórios que vêm ocorrendo no norte do país, na região Amazônica. Dentre esses fluxos, optamos por analisar aquele formado por venezuelanos. E posteriormente, no terceiro capítulo, abordamos a mobilidade humana na Venezuela, com ênfase na contemporaneidade, a partir do ano de 2015, quando teve início a mais recente diáspora venezuelana.

A ideia deste trabalho de investigação começou com o encontro do nosso perfil de comunicadora, tendo atuado por mais de vinte anos no jornalismo diário como repórter, e

---

\* Declaração de Maria, uma senhora de 43 anos de idade, licenciada em Geografia, que se declarou empregada na Venezuela como docente. Ela estava no Brasil há 4 dias quando foi entrevistada, em março de 2019, em Boa Vista. Maria fazia a viagem, nas suas férias escolares, com o objetivo de comprar medicamentos e gêneros alimentícios, e em seguida, retornar ao seu país em no máximo 1 semana.

posteriormente como professora de cursos de formação inicial e continuada, técnicos profissionalizantes e cursos superiores tecnológicos no Instituto Federal de Brasília. No momento em que deixamos o Brasil para viver em Portugal por causa do doutoramento e passamos a viver a condição de migrante, a questão migratória passou a nos afetar diretamente. Estar na condição de imigrante e morar em casa de estudantes num país estrangeiro, trouxe sensibilidade para as situações vivenciadas por essa população.

Com o processo reflexivo que vivenciamos na ocasião a partir da convivência com estudantes estrangeiros, tanto na academia, como na residência, assim como em outros ambientes fora do contexto estritamente acadêmico, sentimos empatia por aquelas pessoas. Este olhar empático, conjuntamente com o interesse em ampliar o conhecimento da realidade da mobilidade internacional de pessoas através das migrações e da busca por refúgio, levou-nos a trabalhar voluntariamente como professora no Serviço Jesuíta para Refugiados [JRS], em Lisboa. Como o público atendido, formado por migrantes e refugiados, em sua maioria, tinha o árabe como primeira língua, chegamos a iniciar curso de árabe para melhor compreendê-los e dispor de mais ferramentas para a comunicação e a interação nas aulas de português onde atuamos como voluntária, colaborando com os projetos de assistência do JRS (sigla em inglês). A junção da temática migratória com a educação e a comunicação, nos fez perceber que a população de imigrantes em território estrangeiro tem uma apropriação singular e intensa com as TICs, especialmente com o *smartphone*. Neste processo de reflexão, definimos o uso do *smartphone* por imigrantes como o objeto de estudo para esta tese de doutoramento em estudos de comunicação.

Desta forma, identificamos que o aporte ao saber no programa de doutoramento seria o aprofundamento deste nicho específico. Com a possibilidade de dar continuidade à investigação diretamente de nossa residência no Brasil, decidimos por estudar a importância do *smartphone* para venezuelanos em território brasileiro. Isto porque atualmente imigrantes desta nacionalidade protagonizam o fluxo migratório internacional mais numeroso e representativo, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Este fluxo migratório emergente e misto, uma vez que parte dele solicita refúgio e outra parte residência temporária, nos chamou atenção. A partir de então teve início o projeto em busca de uma metodologia adequada para esta pesquisa eminentemente qualitativa.

O objetivo da pesquisa qualitativa é entender situações sociais, fenômenos, fatos, grupos e suas interações. Neste tipo de processo investigativo o/a pesquisador/a procura compreender o fenômeno social a partir da comparação, reprodução, catalogação e classificação do objeto de estudo. Para Creswell, “isso implica em imersão na vida diária do cenário escolhido para o

estudo, o pesquisador entra no mundo dos informantes e, através de interação contínua, procura perspectivas e significados dos informantes” (Creswell, 2007, p. 202). A pesquisa qualitativa é realizada em cenários naturais, onde ocorrem os fatos. O foco dos dados que emergem desse tipo de pesquisa está nas experiências e percepções dos participantes e na forma como eles entendem a própria vida.

Para compreender melhor a situação dos imigrantes e refugiados venezuelanos que protagonizam o mais recente fluxo migratório em larga escala na América Latina e mais especificamente no Brasil, buscamos inúmeras fontes disponíveis. Como este fenômeno é de grande interesse para a comunicação e especialmente para o jornalismo, mergulhamos neste universo. Assistimos documentários, filmes que concorreram em festivais internacionais de cinema e vídeos produzidos por organizações de ajuda humanitária. Selecionamos matérias jornalísticas publicadas em veículos impressos e na internet, veiculadas em emissoras de rádio e televisão, nos idiomas espanhol e português. Separamos veículos de comunicação da Venezuela que abordam a temática migratória contemporânea do ponto de vista do governo estabelecido, e, também, aqueles que fazem oposição à atual situação política, tendo acompanhado a cobertura jornalística cotidiana da imprensa venezuelana durante os meses de construção do referencial teórico. Fizemos também amplo leque de leituras de estudos acadêmicos sobre comunicação e migrações em geral, e mais especificamente sobre mídia digital e migrações, assim como sobre o fluxo migratório e de refúgio provenientes da Venezuela. Após exaustivo levantamento de dados e comparações dos diversos enfoques sobre a temática, podemos afirmar que a pergunta proposta nesta tese de doutoramento; ou seja a questão de pesquisa, é algo novo a ser estudado.

#### **4.1. Pesquisa com a *Grounded Theory***

A complexidade e atualidade do tema atiçava nosso ímpeto jornalístico. Era grande a vontade de voltar a atuar na reportagem, apesar de estar cientes que não se tratava de um trabalho jornalístico, senão de uma investigação científica. Não tínhamos um problema pré-definido, nem hipóteses levantadas. Mas a curiosidade sobre “o que está acontecendo aqui?” nos impulsionava para a ida a campo. O que tínhamos a princípio, era a pergunta de pesquisa: “Qual a importância do *smartphone* para imigrantes venezuelanos em jornada migratória no Brasil?”. Ter a sustentação teórica predefinida antes da imersão no campo não nos parecia correto para uma questão tão nova. O fluxo migratório de venezuelanos no Brasil é uma novidade, assim

como o uso que fazem do *smartphone*, uma mídia digital<sup>83</sup>, que apesar de ter sido popularizada há pouco tempo, já faz parte do cotidiano da maioria das pessoas em quase todos os países do mundo.

Por estes motivos, queríamos antes de tudo, investigar empiricamente o objeto. Buscávamos uma metodologia que pudesse responder à dinamicidade e complexidade do tema. A pergunta de pesquisa indicava abordagens pluridisciplinares e os procedimentos metodológicos deveriam proporcionar o envolvimento dos atores implicados neste fenômeno. Então, a metodologia que pareceu mais apropriada para o que intencionávamos era a *Grounded Theory* porque

é uma metodologia utilizada para desenvolver pesquisas fundamentadas no objeto empírico e que tem por principal finalidade a criação de novas teorias. Esse aspecto torna a GT essencialmente importante para as pesquisas na área das Mídias Digitais, que, por serem relativamente novas, ainda carecem de teorias que consigam compreendê-las em sua amplitude e diversidade (Bittencourt, 2015, p. 3).

Ao encontrar a *Grounded Theory*, decidimos seguir o percurso da tese fazendo uso desta metodologia, que tem traduções para o português, mas adotamos preferencialmente sua nomenclatura original, na língua inglesa. A *Grounded Theory*, diferentemente de outros idiomas latinos, em que é traduzida para Teoria Enraizada em Dados, no português, as traduções mais utilizadas são: Teoria Fundamentada em Dados, Teoria Fundamentada nos Dados [TFD], ou ainda, Teoria Fundada. Esta abordagem metodológica surgiu nos anos 1960 como alternativa à tradição hipotético-dedutiva da pesquisa qualitativa da época.

A *Grounded Theory* é uma metodologia utilizada para desenvolver pesquisas fundamentadas no objeto empírico. Sua principal finalidade é a elaboração de explicações a fenômenos novos, especialmente se dinâmicos, teorias novas, as quais se configuram a partir de elementos que surgem internamente aos dados das próprias realidades e/ou atores estudados. Apesar de ainda não ser muito utilizada nas Ciências da Comunicação, a GT parece importante para as pesquisas na área das mídias digitais. Como é uma área relativamente nova, ainda carece de teorias que consigam compreendê-la em toda a sua amplitude e diversidade. Sua complexidade e dinamicidade é adequada para o estudo com a GT, pois esta metodologia é

---

<sup>83</sup> Para Martino (2015, p. 11) mídias digitais são “dados transformados em sequência de números interpretados por um computador: essa é uma das características principais das mídias digitais”.  
Estão incluídas nas mídias digitais os computadores em geral, tablets, smartphones e TVs digitais.

particularmente indicada para investigar fenômenos e processos como realidades múltiplas e complexas, na busca por aprofundamento de objetos de estudos sem recortes abstratos, que desvirtuam o tema ou a realidade pesquisada e sem fragmentar o objeto que, perdendo sua complexidade pode comprometer seu valor epistêmico. A obra que marcou a sua estreia foi: *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, de Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss, publicada em 1967.

No prefácio do volume, assinado pelos autores, eles criticam o *gap* existente naquela altura entre pesquisa teórica e pesquisa empírica. A proposta da obra, explícita logo na abertura, é mostrar que a GT é um método geral de análise comparativa, diferente dos métodos comparativos existentes até então, porque apresenta vários procedimentos projetados para gerar teoria, sem que haja distanciamento entre prática e teoria. Segundo seus criadores, a GT se propõe a aprimorar a capacidade, especialmente dos cientistas sociais, para gerar teorias relevantes. Eles dirigem a obra aos sociólogos, mas acrescentam que o trabalho poderá ser útil também a qualquer investigador interessado em estudar fenômenos sociais, políticos, educacionais, econômicos, industriais ou outro qualquer, especialmente se os estudos forem baseados em dados qualitativos. Uma característica da GT é sua pertinência e relevância para estudar fenômenos dinâmicos, mantendo as complexidades inerentes aos processos ativos.

Ainda na apresentação da obra, nos reconhecimentos e agradecimentos, está citada a divisão de enfermagem dos serviços públicos de saúde dos Estados Unidos da América, onde os autores atuaram. E com base nos estudos lá realizados publicaram: *Awareness of Dying*, em 1965 e posteriormente, em 1967, Jeanne C. Quint, publicou: *The Nurse and the Dying Patient*. São lembrados e agradecidos os profissionais daquela área, assim como professores de diversas universidades americanas que apresentaram sugestões, discutiram procedimentos, resultados e os encorajaram a continuar com as pesquisas. Glaser e Strauss apresentam a obra com a seguinte frase: “The basic theme in our book is the discovery of theory from data systematically obtained from social research” (1967, p. 2).

A ideia inicial desta obra que introduz oficialmente a GT como método na investigação científica surge com a comparação entre hospitais americanos que tratam pacientes de câncer. Após conhecerem hospitais de oncologia no Japão, onde todos os pacientes acometidos de câncer são informados de forma realista sobre as possibilidades de morte, mesmo quando ainda estão em estágio inicial da doença, os pesquisadores resolveram estudar a situação nos Estados Unidos. Diferente do que ocorria no Japão, na América a maioria dos hospitais omitia dos pacientes de câncer a possibilidade de morte, mesmo com a doença em estágio avançado. Alguns poucos hospitais públicos permitiam que profissionais de saúde tivessem conversas

francas com seus pacientes de câncer. Foi assim que tiveram início os estudos comparativos com aplicação da GT.

Depois do lançamento da obra fundadora da *Grounded Theory*, os idealizadores desse método evoluíram seus pontos de vista em obras posteriores afastando-se do paradigma positivista e começaram a ter divergências sobre os procedimentos metodológicos. Assim, adotaram linhas de trabalho independentes. Barney G. Glaser manteve-se fiel na defesa da abordagem original e tornou-se o principal defensor da perspectiva clássica, também conhecida pela derivação do seu nome: perspectiva glaseriana. Já Anselm L. Strauss firmou parceria com Juliet Corbin e incorporou novos instrumentos de análise e novas etapas ao procedimento metodológico. Surgiu então a perspectiva straussiana, também conhecida como perspectiva relativista da GT. Posteriormente, nos anos 2000, a ex-aluna de Barney Glaser, Khaty Charmaz, criou sua própria versão da *Grounded Theory*, inaugurando a perspectiva construtivista deste método. Estas são consideradas as três principais perspectivas metodológicas da GT: clássica, relativista e construtivista.

A principal diferença entre essas três perspectivas é o sistema de análise de dados, com suas particularidades, incorporadas de acordo com a evolução do pensamento científico de cada uma delas. Santos, Cunha, Adamy, Bakes, Leite e Sousa salientam que as três perspectivas metodológicas da GT “apresentam quatro características comuns: (1) amostragem teórica, (2) análise comparativa constante dos dados, (3) elaboração de memorandos e (4) diferença entre teoria substantiva e teoria formal” (2018, p. 2). Essas características comuns às três perspectivas da GT são consideradas princípios inerentes ao método. Esses mesmos pesquisadores destacaram as características diferenciadoras das três perspectivas e as resumiram assim: Vertente clássica: tem como base filosófica o positivismo moderado; usa a revisão de literatura sobre o tema somente ao final da análise e apresenta um sistema de codificação original para descobrir a teoria. Já a vertente relativista tem como base filosófica o pós-positivismo e o interacionismo simbólico; usa a revisão de literatura em todas as etapas e tem um sistema de codificação rigoroso para criar a teoria. E finalmente a vertente construtivista tem como base o construtivismo e o interacionismo simbólico; faz uso da revisão de literatura em todas as etapas de processo e o faz de forma compilada ao final da pesquisa. Esta vertente tem um sistema de codificação aberto para construir a teoria. O interacionismo simbólico possibilita ao pesquisador focalizar sua análise no significado simbólico para entender o comportamento dos atores sociais. Essa compreensão ocorre por meio do ponto de vista dos sujeitos com os quais o pesquisador trabalha com a observação etnográfica (Santos et al., 2018, p. 3).

A GT é uma metodologia que assume diversas facetas, variando de acordo com a escola e a linha de seus pesquisadores. Pode ser considerada tanto como um método geral de recolhimento e análise de dados, como um conjunto de procedimentos e instrumentos concretos para recolher e analisar dados. De acordo com Tarozzi, “a GT tem a ambição de produzir uma teoria complexa e articulada” (2011, p. 19). Para ele, pesquisas científicas conduzidas com a GT são exitosas por apresentar “interpretação racional, densa, articulada e sistemática, capaz de dar conta da realidade estudada” (2011, p. 19). A GT apresenta como característica principal durante todo o seu percurso de existência, íntima ligação entre as pesquisas empírica e teórica, conforme previam seus fundadores. Na GT a coleta e a análise dos dados ocorrem simultaneamente. O pesquisador utiliza os dados com frequência durante o estudo, revisa os questionamentos e busca fatos que acontecem no cenário estudado. A constante comparação durante a pesquisa é usada para desenvolver e refinar as categorias teoricamente relevantes. O processo de análise comparativa continua durante todo o procedimento de coleta de dados até a sua saturação.

A riqueza da GT está na concepção de modelos teóricos que emergem da realidade investigada. A proposta principal desta metodologia é a criação da teoria e não somente a codificação de dados (Petrini & Pozzebon, 2009, p. 2). A GT é um processo de desenvolvimento teórico que recorre à análise interpretativa e à articulação dos conceitos emergentes em crescentes níveis de abstração. E procura compreender o complexo mundo da experiência vivida segundo a perspectiva daqueles que a vivem e lhe atribuem significados. Para isto, é preciso interpretar esses dados, que emergem da imersão em campo, de forma meticulosa. A *Grounded Theory* pode ser construída a partir de vários tipos de dados, desde notas de campo, assim como entrevistas, memorandos, relatórios e fotos. O primeiro passo após a imersão ao campo deve ser o procedimento à codificação aberta ou inicial. É o processo de codificação, ou seja, a atribuição de *code* (em inglês) ou categorias, em português. Os passos seguintes da GT não seguem de forma linear. Não existe uma receita, um passo a passo a ser percorrido, uma vez que o processo é um constante vai e vem, na forma de uma espiral, que segue ritmos e sequências de acordo com cada pesquisa em particular.

Em obra essencial e ao mesmo tempo básica para pesquisadores que pretendem usar a GT como metodologia, a qual seu autor, o professor de metodologia da Universidade de Trento, na Itália, Massimiliano Tarozzi, chama de manual, é possível ter uma visão geral da GT. Tarozzi foi aluno de Barney Glaser em 2005, na Suécia. Ocupou diversos cargos de destaque como professor catedrático e professor associado. Inclusive, de diretor internacional da Escola de Verão de Pesquisa Qualitativa em Método Avançado de *Grounded Theory*, em Bolonha, na

Itália. Tarozzi (2011) parte da sua descoberta, quando a GT é conceituada por seus criadores como um conjunto de procedimentos capazes de gerar uma teoria fundada nos dados. Também definido como um método geral, as definições para GT sucedem-se no tempo, de forma alternada. Há opiniões diferentes de como entender a *Grounded Theory* e qual a sua colocação entre as metodologias existentes. “Para Glaser (1978) e outros, ela é essencialmente uma metodologia, para Juliet Corbin (Corbin & Strauss, 1990) é um método, para Kathy Charmaz (2006), uma constelação de métodos” (Tarozzi, 2011, p. 18).

O termo *Grounded* não pode ser traduzido de forma inequívoca, pois significa ao mesmo tempo “embasado” e “enraizado”. Ou ainda, “encravado, firme à terra”. Outra tradução para *grounded* seria: pôr as bases, os primeiros rudimentos, preparar o fundo. Na GT o enraizamento, o fundamento nos dados, é preciso. “É um enraizamento vital na experiência dos fatos, forte, intenso, às vezes até violento” (Tarozzi, 2011, p. 20). Uma teoria resultante da aplicação da GT “não é somente embasada nos dados ou extraída empiricamente dos dados, é algo mais: dá o sentido de uma ancoragem robusta, profunda, vital na experiência vivida” (Tarozzi, 2011, p. 20). O objetivo final da GT é gerar teoria construída a partir da recolha e análise sistemática e rigorosa dos dados e na orientação dos pesquisadores através de um processo abduutivo de produção de conhecimento.

Na GT a coleta e a análise dos dados ocorrem simultaneamente. O pesquisador utiliza os dados com frequência durante o estudo, revisa os questionamentos e busca fatos que acontecem no cenário estudado. A constante comparação durante a pesquisa é usada para desenvolver e refinar as categorias teoricamente relevantes. O processo de análise comparativa continua durante todo o procedimento de coleta de dados até a sua saturação. Ou até que a coleta de dados não produza novas informações. Independente da linha seguida, pesquisadores que utilizam a GT na contemporaneidade partilham da ideia de que não existe uma verdade sobre uma realidade externa que poderá ser descoberta. E valorizam as condições contextuais em que os fenômenos ocorrem. Estão centrados na dimensão humana da sociedade, nos significados que as pessoas atribuem às suas próprias vidas e nos aspectos subjetivos da vida em sociedade.

#### **4.2. A utilização da GT em várias áreas do conhecimento**

A origem da GT foi na área da saúde, mais especificamente na Enfermagem. E nessa área se desenvolveu e apresentou bons resultados em pesquisas em diversos países. Contribuiu e vem contribuindo para a expansão do conhecimento em Enfermagem. Estudo bibliométrico realizado no Brasil identificou 124 pesquisas, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidos em Faculdades de Enfermagem até o ano de 2009 (Baggio & Erdmann,

2011, p. 185). Também no campo da Enfermagem, Costa, Lima, Santos, Silva e Erdmann (2013) identificaram 22 estudos que fizeram uso da *Grounded Theory* em pesquisas na área da saúde da mulher desenvolvidas em programas de pós-graduação no Brasil, defendidas entre 2004 e 2011. Predominaram trabalhos sobre enfermagem oncológica, obstétrica e ginecológica. As autoras concluíram que há grande relevância da GT em estudos que buscam compreender os significados das experiências que as mulheres vivenciam nas fases da vida, fundamentando a produção científica da Enfermagem.

Mas a *Grounded Theory* vem sendo utilizada não só na área de Enfermagem. Por se tratar de uma abordagem interpretativa e sistemática, por extrair da experiência e da realidade dos atores sociais envolvidos, com procedimentos rigorosos para chegar a resultados confiáveis, vem atraindo a atenção de pesquisadores de outras áreas do conhecimento como Engenharias e Tecnologias da Informação. Nas ciências sociais aplicadas, como na Psicologia, na Educação e mais intensamente nas pesquisas científicas de Administração, a GT também vem sendo muito utilizada. Os registros de aplicação deste método na área da Comunicação começaram a aparecer no Brasil por volta dos anos 2000. Mas ainda é pouco utilizada nessa área.

Ramos, Pucinelli e Zilber (2020) em análise bibliométrica identificaram 162 artigos selecionados na base de dados *Web of Science* (WoS). Eles mapearam pesquisas que utilizaram a *Grounded Theory* para tratar de questões relacionadas à sustentabilidade no âmbito das organizações, ou seja, estudos da área de Gestão e Negócios. Outras investigações científicas (Ramires & Machado, 2017, Silva, Souza & Centeno, 2017 e Troccoli, 2014) analisaram o uso da *Grounded Theory* como metodologia em pesquisas na área da Administração de Empresas. Estas pesquisas tiveram como matriz inspiradora, estudos de artigos publicados em periódicos internacionais, realizados por Jacobus, Souza & Bitencourt (2012). Estes autores analisaram 45 artigos de alto impacto que continham o termo *Grounded Theory* em seu resumo e constataram que a quase totalidade dos trabalhos utilizou abordagem quantitativa e não produziu teoria.

Alguns resultados dos estudos destas publicações (Ramires & Machado, 2017; Silva, Souza & Centeno, 2017; e Troccoli, 2014) apontam que a *Grounded Theory*, enquanto método de pesquisa não tem sido aplicada de maneira uniforme. Muitos autores empregaram as etapas e os princípios básicos, mantendo, portanto, a essência do método. Mas alguns desconsideraram princípios elementares na sua construção e grande parte não produziu efetivamente uma teoria plena, senão aproximações teóricas. Esses estudos sobre pesquisas feitas no Brasil reproduziram resultados da investigação matriz realizada por Jacobus, Souza & Bitencourt (2012) que investigaram em periódicos internacionais, com pesquisas produzidas em outros países.

A percepção do uso de tecnologias da informação; no caso o *smartphone*, como uma solução para situações de necessidade foi analisada em uma *Grounded Theory* por pesquisadores da Suécia e da Dinamarca (Gustavsson; Ytterberg; Nabsen Marwaa; Tham & Guidetti, 2018). Eles estudaram a integração de tecnologias da informação no dia a dia de pessoas em situações precárias de saúde. Uma das principais categorias emergentes na referida GT aponta para o fato de que usar o *smartphone* fez com que essas pessoas se sentissem seguras. Permitiu também que se conectassem com seus pares, recriando novas rotinas; as quais passaram a incluir o *smartphone* como meio de comunicação que possibilitou melhorar o dia a dia e ajudar a superar obstáculos (Gustavsson; Ytterberg; Nabsen Marwaa; Tham & Guidetti, 2018).

Artigos recentes no Brasil (Oliveira & Nakayama, 2018; Silva, 2020; Alves, Martins, Pinho, Tobias & Barbosa, 2019) tentam fazer revisão dos procedimentos da *Grounded Theory* numa busca por alinhar a metodologia a um padrão que encontre consensos entre os pares. Mas a *Grounded Theory* mostrou internacionalmente um potencial estimulador para pesquisas que superam a rigidez de um manual. A GT obedece à sua própria matriz abdução, tendo-se enriquecido no decorrer do tempo pela pluralidade de disciplinas, temáticas e procedimentos adotados. Em seu conjunto, esses procedimentos excedem aos limites de procedimentos previamente fixados, prevalecendo seus princípios norteadores e a coerência metodológica auto evidente que mostra como a construção da teoria se enraíza nos dados dos processos e fenômenos estudados.

A *Grounded Theory* se propõe a lançar fundamentações para criação de teorias. Quando falamos em teoria a ser gerada por este método, estamos nos referindo a explicações para situações cotidianas. Segundo Bacellar (2005, p. 129) ao citar Glaser & Strauss (1967, pp. 32-33) existem 2 tipos básicos de teorias: as substantivas e as formais. Estas seriam as grandes teorias conceituais e abrangentes. Já as teorias substantivas são mais simples e acessíveis que procuram traduzir os fenômenos do dia a dia das pessoas. As teorias substantivas podem explicar melhor áreas específicas da pesquisa empírica, já que nascem diretamente de dados do mundo real, coletados pelo/a pesquisador/a nas suas imersões ao campo. E para evitar que a literatura sobre questões relacionadas ao objeto de estudo influencie na emergência de categorias que levarão à criação da teoria, deve-se tomar distância das construções teóricas já previamente elaboradas sobre o tema/fenômeno a ser estudado, no momento da análise dos dados.

Para Flick (2013, p. 97) “desenvolver uma teoria pode ser também uma forma de generalização em vários níveis. Esta teoria pode se referir à área substantiva que foi estudada”. Segundo este autor, um dos desafios ao criar uma teoria será de que maneira relacionar declarações e evidências concretas com interpretações mais gerais ou profundas para que suas inferências sejam apresentadas de forma clara e convincente. O autor (2013, p. 99) acrescenta que “sua questão de pesquisa concreta vai desempenhar um papel importante na definição de como você se concentra no seu tema conceitualmente e como o cobre empiricamente”. Por outro lado, “as teorias científicas estão em perpétua mutação. Não se deve isso ao mero acaso, mas isso seria de esperar, tendo em conta nossa caracterização da ciência empírica” (Popper, 1972, p. 74). Para este autor, as teorias têm caráter temporário.

Ao fazer um paralelo entre teoria e experimento, Popper (1972, p. 111) afirma que as teorias são derivadas de enunciados básicos que “são aceitos como resultado de uma decisão ou concordância. Nessa medida, são convenções”. E as decisões são tomadas de acordo com um processo disciplinado por normas. Dentre essas normas, a mais importante é aquela que recomenda não aceitar enunciados básicos dispersos, ou seja, desconexos. Deve-se aceitar somente enunciados básicos “que surjam no decorrer do processo de teste de teorias. A regra aconselha, ainda que proponhamos, acerca dessas teorias, questões minuciosas, a serem respondidas pelo acolhimento dos enunciados básicos” (1972, p. 111).

Estudos sobre migrações e refúgio (Botega, Dutra & Cunha, 2020) vêm salientando a importância do protagonismo dos próprios sujeitos em situação de mobilidade nas pesquisas e nas iniciativas que os colocam como objeto de atenção. A *Grounded Theory*, por seu próprio rigor intrínseco como procedimento metodológico, dá voz e reconhecimento aos elementos da realidade concreta assim como aos *insights* interpretativos dos sujeitos que participam da investigação como atores, ao mesmo tempo investigados e investigantes. As respostas que uma pesquisa com a metodologia da GT em contexto de migrações e refúgio fornece, para além de uma específica teoria, elementos que atribuem significado e explicam nuances dos fenômenos que as sociedades envolvidas e os próprios atores atravessam, enquanto os fluxos populacionais acontecem porque acontecem e como determinam processos humanos, socioculturais e econômicos durante e depois de acontecerem.

#### **4.3. O diferencial da abdução e os procedimentos da pesquisa da *Grounded Theory***

A GT segue uma lógica abdutiva de pesquisa. A abdução é um terceiro tipo de inferência para além da indução e da dedução. Novos conhecimentos emergem, principalmente, a partir da interação entre abdução e indução. No cerne do processo de teorizar na *Grounded Theory* está

a interação constante entre indução, dedução e verificação, num fluxo contínuo ao longo de todo o processo da pesquisa. Neste fluxo, as induções se referem ao trabalho de derivar conceitos e suas propriedades, a partir dos dados primários. As deduções dizem respeito ao esforço de gerar proposições sobre as relações entre os conceitos. Para isto são utilizados os dados que foram tratados pelo/a pesquisador/a, a partir dos dados primários. E as verificações ou validações dizem respeito ao processo de checar se novos dados primários sobre o mesmo fenômeno podem ser explicados pelo modelo teórico formulado.

De acordo com a lógica abduativa, toda categoria conceitual que emerge dos dados deve ser considerada provisória, até alcançar a saturação, pela qual a inclusão e interação com dados novos não aporta elementos novos ao processo de conhecimento e análise em resposta à pergunta de pesquisa. O processo de construção do saber pela GT inclui a escuta e a integração dos aportes de informantes que interagem com o/a pesquisador/a não somente enquanto fontes de dados, mas igualmente como atores qualificados a aportar significados e elementos de análise na construção da teoria que responda à interrogação desencadeadora da pesquisa.

O curso normal da ciência no que tange ao desenvolvimento de novas teorias envolveria, nesse caso, a coleta de fatos (indução) que dá vazão a uma (ou mais) abdução (criação ‘imaginativa’, novas ideias, intuições e palpites), que acaba se tornando um tipo de hipótese, que é então, testada por um novo ciclo de indução (Pinto & Santos, 2012, p. 421).

Estes autores citam Strauss e Corbin (1998) para explicar que em seu conceito de lógica abduativa de pesquisa “tanto a indução pura como a dedução pura são necessariamente estéreis” (Pinto & Santos, 2012, p. 421). Para eles, as novas ideias surgem como uma combinação desses elementos fundamentais.

A *Grounded Theory* determina como primeiro passo no procedimento à análise, logo após a primeira coleta de dados, a construção de esquemas. Estes têm como finalidade construir dados que façam emergir categorias interpretativas. Como orienta Kathy Charmaz: “the first turn in our grounded theory journey brings us to coding” (2006, p. 42). A pesquisadora acrescenta que este é o momento de o/a pesquisador/a fazer perguntas analíticas aos dados coletados. E a partir de então, iniciar os rascunhos, na forma de esquemas. Uma das dificuldades desta metodologia é imergir nos dados e ainda manter equilíbrio entre objetividade e sensibilidade. A objetividade é necessária para chegar à interpretação acurada e imparcial dos fatos. A sensibilidade é importante para perceber as sutis nuances e os significados dos dados. Também para reconhecer as conexões entre conceitos e as relações entre a pergunta que move

a investigação e as respostas que os dados vão fornecendo no complexo processo de interação entre realidade, atores envolvidos, dados coletados e o/a investigador/a. Tanto objetividade como sensibilidade são necessárias para fazer descobertas.

A GT é um processo de desenvolvimento teórico que recorre à análise interpretativa e à articulação dos conceitos emergentes em crescentes níveis de abstração. A *Grounded Theory* procura compreender o complexo mundo da experiência vivida segundo a perspectiva daqueles que a vivem e lhe atribuem significados. Para isto, é preciso interpretá-los. Esta visão e compreensão sobre a construção social dos fenômenos vem ao encontro do interacionismo simbólico, onde o mundo empírico é sempre o ponto de interesse central. “O que os actores sociais fazem, na perspectiva do interacionismo simbólico, é construir a sua acção e encaixá-la a sua linha de actividade em função dos significados atribuídos às acções dos outros seres humanos com quem interagem” (Oliveira, 2011, p. 54). O paradigma da complexidade, que tem Edgar Morin<sup>84</sup> como seu criador, é outra forma de interpretação dos dados em *Grounded Theory*.

Estudo realizado pela pesquisadora acima referida e colegas (Oliveira, Nogueira & Gomes, 2020) teve como questão de investigação: “como decorre o processo da transição de saúde do imigrante em Portugal?”. Por meio da *Grounded Theory* foi possível compreender e interpretar um fenômeno social. As cientistas sociais concluíram que “a GT é um método de investigação absolutamente dependente dos dados recolhidos (e da interpretação sobre eles realizada). Será nesses dados que a teoria será fundamentada (GT)” (2020, p. 752). Para a realização desta pesquisa as investigadoras utilizaram a entrevista como ferramenta principal e constataram que pesquisadores iniciantes podem ter dificuldade em construir questões que “reflitam a influência do interacionismo simbólico, que suscitem as perspectivas e o sentido atribuído pelos participantes, que evidenciem as ações socialmente empreendidas e consequências percebidas”. Elas acrescentam que “importa estar alerta e sensível para o modo como se usam as ferramentas no processo, e neste caso, como se pensa, desenha e realiza a entrevista num estudo (e uma teoria) que se pretende fundamentado nos dados, ou seja, *grounded*” (Oliveira, Nogueira & Gomes, 2020, p. 752).

Estudos recentes vêm aplicando a *Grounded Theory* como metodologia para discutir questões de gênero, como a tese de doutoramento de Eva Bessa Soares, defendida em 2019 na

---

<sup>84</sup> Edgar Morin é pesquisador, antropólogo, sociólogo e filósofo. Completou 100 anos de vida em 8 de julho de 2021. Ele é autor de “O método”, uma série de 6 volumes onde desenvolve o paradigma da complexidade, baseado no pensamento complexo.

Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas [FGV]. Esta pesquisadora obteve os dados a partir da coleta de narrativas de pesquisadoras/docentes atuantes em programas de pós-graduação de mestrado e doutorado do campo da Administração no Brasil e do campo de Gestão em Portugal. Desse grupo de entrevistadas, 18 são brasileiras e 15 portuguesas. Eva Soares aponta que no contexto estudado há discriminações quanto ao gênero, embora nem todas as entrevistadas as percebam e relatem da mesma forma.

Segundo Soares, mesmo possuindo altos níveis de formação escolar, as mulheres são sub-representadas nos altos cargos da academia, o que demonstra relações discriminatórias e excludentes no contexto estudado. A investigadora justificou a escolha da *Grounded Theory* em sua tese de doutoramento por ser uma abordagem teórica integrativa e pelo fato de a teoria sobre as relações de gênero na academia mostrar-se bastante documentada, e mesmo assim a investigadora não haver encontrado estudos “com o objetivo de apreender as percepções de docentes/pesquisadoras/investigadoras acerca das especificidades de serem mulheres em campos do conhecimento semelhantes e pertencentes a dois países, como foi o nosso propósito” (Soares, 2019, p. 67).

#### **4.3.1. Motivos para a escolha da *Grounded Theory***

O interesse acadêmico de compreender melhor um fenômeno tão dinâmico e sobre o qual há pouca produção acadêmica com a utilização desta metodologia, foi a principal razão para a escolha da *Grounded Theory*. Para além disso, há a intenção de trazer para a Comunicação uma abordagem metodológica ainda pouco utilizada nesta área do conhecimento. Dessas motivações iniciais decorrem as demais:

- O objetivo de inovar foi imperativo na opção pela *Grounded Theory* como procedimento para coleta e análise dos dados.
- O caráter complexo da temática e ao mesmo tempo a sua característica multidisciplinar, envolvendo as áreas das migrações internacionais, das comunicações e das novas tecnologias.
- A ausência de revisão de literatura fechada e de teorias pré-concebidas para serem testadas no trabalho de campo.
- A falta de um problema de pesquisa estabelecido e de hipóteses levantadas antes da primeira imersão no campo.
- A intenção de conhecer o cenário e o ambiente a ser trabalhado antes de concluir e consolidar a revisão bibliográfica.

- O conhecimento prévio da situação de imigrante em país estrangeiro a partir da própria experiência como imigrante em Portugal.
- A rara existência de teorias específicas sobre o assunto e a intenção de criar uma teoria substantiva, contribuindo assim para os estudos nas áreas da comunicação, das novas tecnologias e das migrações internacionais.
- O interesse de fugir do paradigma positivista e identificar uma metodologia mais adequada para as abordagens construtivista e interpretativista.
- A busca por um método mais adequado para uma pesquisa eminentemente de abordagem qualitativa.

#### **4.4. Identificação dos personagens**

Está em andamento a reconfiguração dos espaços migratórios no norte do Brasil. Este processo teve início em 2010 com a chegada dos haitianos pelos estados do Acre e do Amazonas e tem continuidade com os venezuelanos a ingressarem a partir de 2013, e com maior intensidade a partir de 2015, pelo estado de Roraima. A imigração venezuelana para o Brasil nunca havia ocorrido nessas proporções, principalmente pela fronteira terrestre. As cidades fronteiriças de Pacaraima, no lado brasileiro e Santa Elena de Uairén, na Venezuela, estão localizadas na Amazônia Legal, numa das regiões de menor densidade demográfica de ambos os países. Tanto ao sul da Venezuela como ao norte do Brasil, locais das fronteiras, há extensas terras indígenas e áreas de proteção nacional, com vegetação rasteira, conhecida como savana, sem abrigo do sol tropical, o que torna a área inóspita.

A imigração de venezuelanos para o Brasil pode ser inserida em movimentos importantes do ponto de vista das migrações internacionais na atualidade. Esses movimentos são as migrações: sul-sul; as transnacionais fronteiriças e as transnacionais de refúgio. Estas últimas incluem-se nas migrações de crise, que se configuram como forçadas. Este tipo de migração é caracterizado por apresentar um problema no país de origem; o que força o indivíduo a emigrar para outro país. No entanto, os problemas a serem enfrentados não cessam com a travessia da fronteira. Há outros nos países de passagem e de destino. São inúmeros e imprevisíveis os problemas que esperam pelos imigrantes forçados, apátridas, solicitantes de refúgio ou de residência temporária. Outro aspecto a destacar é a região onde ocorre a travessia da fronteira: na Amazônia, uma região sensível e de grande visibilidade internacional.

O dinamismo com que ocorrem as migrações internacionais é tão intenso que os teóricos têm dificuldade em acompanhar a evolução da realidade. A compreensão desse fenômeno

depende de inúmeros condicionantes econômicos, culturais e políticos; de forma que as elaborações teóricas dessa área do conhecimento retratam apenas determinados aspectos, sejam eles conjunturais ou particulares dos fluxos migratórios. Este fenômeno é multicausal e sempre fez parte da história da humanidade. A mobilidade humana para outro país diferente daquele de nascimento ocorre, na maioria das vezes, em condições de vulnerabilidade. O Direito Internacional dos Direitos Humanos dispõe de princípios que podem garantir proteção aos migrantes. No entanto, faltam ainda conceitos em número e complexidade suficientes para abarcar todas as situações migratórias ocorridas diariamente.

A complexidade da migração venezuelana no Brasil e na América Latina é um desafio até mesmo para os órgãos responsáveis pela questão migratória no país. Os governos locais e mundiais, assim como agências internacionais ainda não conseguiram disponibilizar para estudiosos e os cidadãos em geral informações consistentes sobre a emigração venezuelana. Para que sejam organizadas respostas humanitárias para as necessidades desses imigrantes, entre os quais, solicitantes de refúgio, é necessário trabalhar com dados consistentes e confiáveis, de forma a mapear o número e a localização de venezuelanos em suas jornadas migratórias.

Moreira (2021) elaborou para o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) relatório sobre o fluxo de migrantes venezuelanos em direção ao Brasil no qual constatou três fases migratórias. A primeira, nos anos 2015 e 2016, é composta por integrantes de classes mais altas. A segunda, formada por pessoas de classe média, a exemplo de comerciantes e profissionais liberais. Este fluxo foi mais representativo no ano de 2017. Mais recentemente, a partir de 2018, a maior quantidade de imigrantes venezuelanos em direção ao Brasil é formada por grupos mais frágeis economicamente. São aqueles que têm maior vulnerabilidade social, formados por indígenas e não indígenas em busca de ajuda humanitária no país (Moreira, 2021, p.32). Este mesmo relatório aponta que no ano de 2018 entraram 20.696 venezuelanos pelo estado de Roraima e apenas 8.746 saíram deste Estado de fronteira (Moreira, 2021, p. 40).

O referido estudo mostrou que muitos venezuelanos de baixa renda que tentam chegar a países mais ao sul, como Uruguai, Chile e Argentina, preferem rotas via terrestre e utilizam para isto o Brasil como país de travessia. “Isso acontece porque governos de países da chamada ‘rota andina’, nomeadamente Colômbia, Equador e Peru, incrementaram as restrições de acesso e circulação de migrantes venezuelanos dentro de seus territórios” (Moreira, 2021, p. 41). É suposto, de acordo com a autora deste relatório, que as restrições são consequência da superlotação de migrantes venezuelanos nesses países.

Venezuelanos altamente qualificados e melhor estruturados financeiramente deram início a uma transição migratória inicial, deixando o país por intermédio dos aeroportos. Posteriormente, como se numa outra etapa, surge a nova vaga da diáspora venezuelana, formada por pessoas da classe média. E em seguida, vieram aquelas empobrecidas, algumas que até deixaram emprego de anos porque perderam a capacidade de sobreviver com o salário corroído pela inflação. “Hoy en día los migrantes venezolanos se desplazan no sólo por aire, sino cada vez más por tierra y mar, produciéndose fenómenos como el de los llamados “caminantes” y “balseros” venezolanos” (Padilla, 2021, p. 9). Esses emigraram por via terrestre e em pequenas embarcações e buscaram os países mais próximos, especialmente os fronteiriços. No Brasil, por exemplo, nos anos de 2018 e parte de 2019 chegavam diariamente, via terrestre, cerca de 500 imigrantes venezuelanos, pela cidade de Pacaraima, no Estado de Roraima, distante cerca de 200km da fronteira com a Venezuela. Aqueles que pretendem retornar à Venezuela em breve permanecem no Estado fronteiriço. Ficam na capital, Boa Vista e se espalham também pelos municípios de Amajari, Alto Alegre, Rorainópolis e Mucajaí. Muitos preferem viver na porta de entrada: Pacaraima, retornando com frequência à Venezuela para levar dinheiro, alimentos e medicamentos para os familiares que lá permaneceram.

A Polícia Federal, encarregada dos trâmites migratórios no país estima que somente no primeiro semestre de 2018 aproximadamente 57 mil venezuelanos tentaram legalizar sua situação no Brasil dando entrada em solicitação de refúgio ou residência temporária<sup>85</sup>. No final do ano de 2018 nas cidades de Pacaraima e Boa Vista havia mais de 4 mil venezuelanos distribuídos nos 11 abrigos dessas cidades; dos quais, mais de mil seriam indígenas das etnias E’ñepá e Warao, sendo esta última, originária do norte da Venezuela, em sua maioria. No estado de Roraima há 2 abrigos exclusivos para a população indígena. Ambos com capacidade média de atendimento de 650 pessoas cada. O abrigo indígena de Boa Vista, de nome Pintolândia e o Janokoída, em Pacaraima, acolhem juntos aproximadamente 1.500 índios, entre homens, mulheres, crianças e idosos.

---

<sup>85</sup> Esta residência temporária é uma alternativa de regularização migratória ao pedido de refúgio. Em março de 2017 o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) aprovou a Resolução Normativa n.126 que previa a possibilidade de conceder residência temporária a imigrantes provenientes de países fronteiriços que não fossem contemplados pelo Acordo de Residência do Mercosul. Esta resolução expirou em março de 2018 e foi substituída pela Portaria Interministerial n. 9, de 14.03.2018. Esta tem como finalidade atender a interesses da política migratória nacional (conforme estabelecido no Art. 34, inciso III, do Decreto No 9.199/2017), que regulamenta a Lei de Migração - Lei 13.445/2017. Não se trata de uma residência com base na “acolhida humanitária”, apesar de ter sido criada como resposta ao atual fluxo de venezuelanos no Brasil.

O ACNUR estimava<sup>86</sup> que no final do ano de 2019 viviam no Brasil cerca de 224 mil venezuelanos e outros 269.800 haviam morado por um tempo e em seguida, abandonado o país. Já no início de 2020, segundo o relatório da R4V<sup>87</sup>, o número de venezuelanos a viver no Brasil havia subido para 253.500. Somente no ano de 2019 foram reconhecidos na condição de refugiados 21 mil venezuelanos. No entanto, apesar desse grande quantitativo de solicitantes de refúgio terem conseguido o reconhecimento, permanecia aí uma defasagem enorme, pois um total de 111.607 venezuelanos haviam solicitado<sup>88</sup> este estatuto. E 87.342 haviam solicitado residência temporária. O fluxo de migração forçada da Venezuela em direção ao Brasil representava 92% dos 23.976 solicitantes de refúgio de diversas nacionalidades registrados pelo Conare<sup>89</sup> em 2019.

Nessa vaga atual de imigrantes venezuelanos no Brasil é evidente a maioria de pessoas empobrecidas, “muchas de ellas en extrema necesidad de asistencia humanitaria” (R4V, 2020b, p. 46). O relatório aponta que a falta de acesso a bens e serviços básicos na localidade de chegada desses imigrantes acarreta riscos de proteção, acumulação de dívidas, exploração laboral, trabalho infantil, discriminações, abuso sexual, violência, problemas de saúde e desnutrição, entre outros riscos à vida. Este relatório (R4V 2020b, p. 52) registrou que no final do ano 2018 as 20 mil marmitas distribuídas diariamente em 11 abrigos do Estado de Roraima não eram suficientes para manter a segurança alimentar dos imigrantes venezuelanos que viviam em abrigos e os que se encontravam nas ruas.

Muitos desses venezuelanos, sem dinheiro para o transporte, fazem o trajeto à pé. A chegada dos imigrantes em larga escala causa desconforto, principalmente entre os gestores locais. Até agosto de 2018 a Polícia Federal havia registrado a entrada de 75.560 venezuelanos

---

<sup>86</sup> Informações adicionais em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/12/06/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-milhares-de-venezuelanos-como-refugiados/>.

<sup>87</sup> De acordo com estimativa publicada no relatório da R4V – Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela - até março de 2020 viviam no Brasil 253.500 venezuelanos. Mapa da emigração venezuelana na América Latina e Caribe. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/publisher.R4V,,,5e698be74,0.html>.

<sup>88</sup> Os dados consolidados relativos ao ano de 2018 estão disponíveis em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros\\_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf).

<sup>89</sup> Informações sobre decisões do CONARE estão disponíveis em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTQ4MTU0NGItYzNkMi00M2MwLWFhZWMtMDBiM2I1NWVjMTY5IiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDZlNC04YTBlLTY1NDNkMmFmO DBiZSIsImMiOjh9>.

no país. A pedido do governo brasileiro a Organização Internacional para as Migrações (IOM, 2018b), realizou duas rodadas da Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) da população venezuelana no Estado de Roraima. Esses estudos cobriram o primeiro semestre de 2018 e tiveram como objetivo conhecer o perfil desses imigrantes. Contando com o apoio técnico e financeiro do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a segunda rodada da DTM ampliou a pesquisa ao adicionar uma seção visando conhecer as características demográficas das crianças e adolescentes, assim como suas necessidades e vulnerabilidades.

O público entrevistado (3.785 pessoas) por uma equipe de 12 investigadores para o DTM nº 2 (IOM, 2018c) foi abordado em locais de trânsito e assentamentos de venezuelanos em Boa Vista e Pacaraima. Pessoas em situação de rua e vivendo em imóveis (públicos e privados) que estavam abandonados também foram entrevistadas. A maioria (56,3%) era formada por homens, dos quais a maior parte, solteiros. O nível de escolaridade detectado foi de 55% com formação secundária, 20% com nível superior completo e 11% com nível técnico. A situação de vulnerabilidade a que estão submetidos esses imigrantes chama a atenção: 31,5% dos entrevistados indicaram saber de casos de discriminação ou abuso desde que chegaram no Brasil. Entre as causas mais recorrentes estavam: xenofobia (75%), exploração laboral (38,9%) e algum tipo de violência (21,7%).

#### **4.5. As etapas da pesquisa de campo**

Descrevemos a seguir, a realização do trabalho de campo. Indicamos os períodos e os locais onde as entrevistas foram feitas (Anexo E – Termo de consentimento para entrevista); assim como o idioma utilizado e a forma de seleção dos venezuelanos com os quais conversamos. A nossa aproximação com venezuelanos aconteceu primeiramente com a observação de sua rotina na cidade de Boa Vista. Em seguida, nos aproximamos nos locais mais frequentados por eles para conversas informais, sem gravação. Após adquirir confiança deles e perceber a abertura para entrevistas, fizemos propostas para entrevistas, marcando hora e local para conversas individuais com a permissão para gravar e assinatura de termo de consentimento. Parafraseando Charmaz (2009), nossa “aventura pela teoria fundamentada” realmente começou quando entramos em campo para fazer uma imersão mais concreta na realidade vivida pela população escolhida como atores foco da pesquisa e para seguir com a coleta de dados.

Iniciamos o trabalho de campo com um primeiro *excursus* de imersão no contexto privilegiado de fluxo e estadia de venezuelanos no Brasil, nas proximidades da área fronteira entre Venezuela e Brasil. Viajamos até a principal porta de entrada de venezuelanos que cruzam a fronteira por via terrestre. O objetivo era conhecer a realidade local e compreender o cenário

com o qual se deparam esses imigrantes no primeiro contato com o solo brasileiro. Fomos a campo pela primeira vez em março de 2019. Permanecemos em Boa Vista, capital de Roraima, no período de 20 a 28 daquele mês (Anexo F – Breve cronograma das atividades de campo do período 20-28.03.2019). Fizemos uma imersão específica levando um guião de entrevistas, que foi utilizado na primeira aproximação dos venezuelanos. Naquela ocasião a metodologia ainda não estava inteiramente definida. Tivemos contato com atores sociais e acompanhamos a mídia local, regional e nacional, que naquele momento estava amplamente envolvida com essa questão, vista a emergência de um novo fluxo de imigração, para o qual o Brasil ainda não havia se posicionado nem preparado de forma suficiente ou adequadamente.

Nos hospedamos em um hotel quase em frente à Cáritas Brasileira, uma entidade filantrópica que presta assistência a imigrantes. Passamos as manhãs e tardes a observar o movimento de venezuelanos, que era intenso, naquela instituição. Conversamos com funcionários da Cáritas e pedimos indicação de pessoas que pudessem conceder entrevistas. Os imigrantes indicados que se dispuseram a conversar foram entrevistados. Circulamos também pela cidade, dialogamos informalmente com imigrantes provenientes da Venezuela e com brasileiros que lá viviam. A estes, questionamos sobre a impressão deles a respeito desse fluxo migratório. Esta primeira viagem a Roraima foi o reconhecimento do campo, do cenário e das pessoas com as quais pretendíamos trabalhar para tentar compreender o fenômeno da migração venezuelana naquele Estado e a importância do *smartphone* para aquela população. A primeira aproximação com venezuelanos rendeu relatórios, diários de campo, fotografias e muita emoção.

Numa visão panorâmica do perfil dos imigrantes venezuelanos com os quais conversamos nesta primeira viagem a Boa Vista, observamos que a faixa etária variou de 18 a 68 anos de idade (Anexo G – Perfil dos entrevistados em Boa Vista no período de 20 a 28.03.2019). No que diz respeito ao tempo de permanência no Brasil, encontramos desde venezuelanos que haviam acabado de chegar, há 8 dias, até o período máximo de 1 ano e 2 meses a viver em Boa Vista. A maioria dos entrevistados naquela altura havia solicitado residência temporária no país. Apenas três deles eram solicitantes de refúgio. Os motivos para a migração mais ouvidos dos venezuelanos foram: a crise no seu país e a busca de oportunidades. Por estas razões decidiram empreender a emigração. Grande parte deles, ancorados no reagrupamento familiar, na condição de ajudados por alguém da família. Havia também aqueles que empreenderam a jornada migratória sem a colaboração de ninguém conhecido, mas com o firme propósito de fixar residência para trazer familiares para o Brasil.

A maioria dos venezuelanos com os quais tivemos contato não possuía *smartphone*. Dos onze entrevistados, quatro haviam cursado o nível superior, um tinha curso superior incompleto e os demais haviam concluído um curso de nível médio ou técnico. As profissões ou ocupações que exerceram no país de origem citadas por eles foram: vendedora, pintor de paredes, vigilante, eletricista, encanador, mecânico, assistente social, professor, motorista de máquinas pesadas, comerciante, auxiliar de limpeza, cuidadora de bebês, atendimento ao público, auxiliar de enfermagem, segurança aeroportuária e lavador de carros.

Entre os entrevistados encontramos quem estava a viver em abrigos, em igrejas e alguns em situação de rua, na cidade de Boa Vista. Conversamos não apenas com os imigrantes, mas também com brasileiros que vivem na região. Questionamos sobre a chegada em larga escala de venezuelanos à cidade. E posteriormente, redigimos comentários a esse respeito. Elaboramos relatórios de viagem, memorandos e tiramos fotos. Todo esse material serviu como fonte e ferramenta de coleta de dados na primeira incursão no mundo da teoria fundamentada nos dados. Para adquirir uma visão geral sobre essa vaga migração e a relação dessa população com o *smartphone*, esta primeira incursão ao campo foi fundamental. As pessoas entrevistadas foram encontradas em locais públicos ou de atividades rotineiras. O idioma utilizado nas conversas era predominantemente o espanhol.

Após o retorno a Brasília, estivemos durante 5 meses avaliando o material coletado. Procedemos ao início da revisão de literatura, acompanhamos os noticiários a respeito da situação dos imigrantes no norte do país e aprofundamos o estudo quanto aos procedimentos e significados da utilização da *Grounded Theory*. Percebemos a necessidade de retornar à porta de entrada de venezuelanos no Brasil. Em setembro do mesmo ano, no período de 22 a 28, estivemos em Roraima. Desta vez, fomos até a Venezuela, visitando a cidade fronteiriça de Santa Elena do Uairém, passando primeiramente por Pacaraima. Fizemos o percurso inverso daqueles que se aventuram na jornada migratória em direção ao Brasil. A hospedagem naquela ocasião foi em um hotel localizado no centro comercial da capital roraimense. O objetivo era estar mais próxima dos imigrantes que procuravam sobreviver realizando pequenas empreitadas no centro da cidade.

Nesta segunda viagem seguimos as orientações de conversas em profundidade, conforme a metodologia empregada. Nossos contactados foram, em sua maioria, venezuelanos que haviam empreendido algum tipo de negócio ou serviço, formal ou ainda, na informalidade. Mas conversamos também com imigrantes venezuelanos em situação de rua. (Anexo H – Perfil dos informantes escutados durante as atividades de campo no período de 22 a 28.09.2019). As conversas com essas pessoas, no idioma espanhol, aconteceram em seus locais de trabalho ou

no hotel onde nos hospedamos. A faixa etária delas variou de 12 a 58 anos de idade. Entre essas, havia desde imigrantes que teriam chegado a Boa Vista há 3 dias da data da entrevista, até o período limite de 1 ano e meio. Uma das entrevistadas, de 35 anos de idade identificou-se como comerciante que há 4 anos fazia a viagem da Venezuela ao Brasil duas vezes ao mês para comprar mercadorias e vender no seu país de origem.

Os motivos mais ouvidos para a migração desse grupo de colaboradores foram: busca de oportunidades, a curta distância do país de origem e a motivação mais frequente: o reagrupamento familiar. A intenção de viver com alguém da família que empreendeu a jornada migratória anteriormente e enviou dinheiro para a sua viagem. Os membros da família que incentivaram a vinda desses são: filhos, maridos ou esposas, irmãos e outros parentes. Apenas uma das entrevistadas disse que não tem a pretensão de viver no Brasil. Atua como comerciante comprando mercadorias do lado brasileiro da fronteira para vender na Venezuela.

Nesta segunda viagem a Roraima conversamos com venezuelanos cujos níveis de escolaridade variavam desde o ensino fundamental completo até o ensino superior concluído. Ninguém se identificou como analfabeto. Apenas um deles informou ter concluído somente o primeiro ano do ensino fundamental. As profissões ou ocupações que esses entrevistados informaram terem exercido no país de origem foram: estudante, engenheira, professor, costureira, vendedor de plantas, dona de casa, comerciante, trabalhador rural, produtor, vidraceiro, perfurador de poços, pedreiro, bombeiro hidráulico, eletricitista, mecânico, chofer, enfermeira, ajudante da construção civil, técnico em manutenção, mecânico industrial, assistente social, cozinheiro e barbeiro.

Grande parte dos entrevistados em Boa Vista, nas duas visitas realizadas, encontravam-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica no sentido traduzido pelo Dicionário Crítico de Migrações Internacionais: “Vulnerabilidade é o substantivo que indica a condição de sujeitos ou grupos que se encontram em situações ou condições em que podem ser atacados ou estão indefesos, fragilizados, fracos” (Lussi, 2017, p. 726). Estão aí incluídos aspectos emotivos e psicológicos. As pessoas vulneráveis estão em perigo por algo de mal que pode vir a acontecer. É um estado de atenção constante pela possibilidade de vir a ser. Por alguém que poderia ser ferido ou maltratado e ainda não foi. Mas está na iminência de ser vítima.

Carmem Lussi, autora deste verbete no referido dicionário, lembra que as vulnerabilidades que afetam as pessoas e os grupos em mobilidade têm suas particularidades e são provenientes de 3 eixos:

as que estão relacionadas aos próprios sujeitos dos fenômenos migratórios; as que são determinadas pelas sociedades e suas respectivas instituições, inclusive suas leis, políticas e práticas formais e as que são imprevisíveis e dependem de contextos complexos, cuja matizes e causas podem ser múltiplas (Lussi, 2017, p. 727).

A situação em que se encontrava a maioria dos entrevistados venezuelanos, na condição de migrantes forçados, era de vulnerabilidade em diversos aspectos como: riscos relacionados à situação jurídica e social de estrangeiros, além da diferença cultural e linguística. O idioma português é uma grande barreira para estes migrantes de fala hispana. As dificuldades de gestão do próprio percurso migratório, especialmente daqueles que não possuíam um dispositivo de comunicação apresentaram-se como mais um agravante da vulnerabilidade a que estavam sujeitos. A vulnerabilidade dessas pessoas está vinculada a desigualdades sociais no que diz respeito à cidadania. Essa mesma vulnerabilidade pode, inclusive, ter origem em questões de gênero, identidade sexual, condição migratória e saúde, entre tantos outros motivos.

Na capital federal, local de nossa moradia, as conversas em profundidade foram realizadas nas residências dos imigrantes venezuelanos no período de 23 de outubro a 28 de novembro de 2019. Os idiomas utilizados foram o espanhol e o português, visto que alguns, muito poucos, compreendiam de forma bem básica, o idioma do país de acolhimento e até preferiam tentar falar o idioma local, que soava como “portunhol” – uma mistura de espanhol com português. A nossa participação na Rede Migrações DF, um coletivo da sociedade civil organizada, formado por brasileiros e imigrantes de várias nacionalidades, permitiu identificar e selecionar venezuelanos para colaborarem com este trabalho de pesquisa.

Nesta cidade foram ouvidos apenas adultos na faixa etária de 21 a 57 anos de idade, em sua maioria mulheres que são mães (Anexo I – Perfil dos informantes de Brasília). Eram imigrantes que estavam em estágio mais avançado de integração no país, a conviver com seus familiares; os quais participaram do processo de interiorização de venezuelanos, promovido pelo governo federal. Todos os entrevistados tinham profissão definida, estavam empregados ou em busca de emprego. A única exceção é para um casal de indígenas. Eles não foram selecionados por meio da Rede Migrações DF. Por acaso foram encontrados num semáforo a pedir esmolas. Não viviam em Brasília, estavam de passagem. Haviam se deslocado para a região Centro-Oeste com o único objetivo de arrecadar dinheiro e bens materiais para retornar à Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, onde moravam com seus filhos.

O casal de indígenas também representa exceção para o grau de escolaridade dos entrevistados. São os únicos que declararam não ter frequentado escola formal e serem

analfabetos. Todos os demais cursaram no mínimo o ensino fundamental, sendo que alguns completaram cursos técnicos e outros o ensino superior. As profissões que informaram ter ou ocupado no país de origem foram: cabeleireira, vendedora, costureira, garçonne, faxineira, ajudante de cozinha, atendente em casa lotérica, administradora, cantora, engenheiro civil, secretária, professor, assistente administrativa, mecânico, eletricitista, artesã, piloto de lancha, soldador, motorista, enfermeira e esteticista.

Em São Paulo os colaboradores desta pesquisa foram apenas dois idosos de 58 e 60 anos de idade, respectivamente. Ambos estavam a viver temporariamente na Missão Paz, uma instituição da igreja Católica que acolhe e presta assistência a imigrantes na capital paulista. Um deles afirmou ter sido proprietário de um restaurante na Venezuela e o outro disse ter como profissão a mecânica de automóveis, ofício aprendido no exercício da função. Nenhum deles concluiu o ensino fundamental. A viagem com o objetivo de realizar um curso de formação naquela cidade foi aproveitada para conhecer a Missão Paz, no dia 15 de janeiro de 2020, em visita guiada que havia sido agendada com antecedência. Encontrar dois venezuelanos a viver naquele abrigo, dispostos a conversar sobre o uso social que fazem do *smartphone*, foi um fato inesperado. E ao mesmo tempo, proveitoso para a diversificação dos entrevistados deste trabalho de pesquisa.

#### **4.6. As primeiras impressões sobre o cenário em Roraima**

Em ambas as viagens que fizemos à Roraima observamos enormes contingentes de imigrantes a andar pelas ruas sem destino certo. O que importava de fato, era conseguir comida e água. Aqueles que não estavam em abrigos e não tinham condições de pagar aluguel de imóvel ou hospedagem em hotéis e pousadas, o que visivelmente era maioria, dormiam em acampamentos improvisados em terrenos baldios, embaixo das marquises dos prédios comerciais ou na rodoviária (Anexo A – Foto da rodoviária de Boa Vista - RR), onde apenas famílias com crianças pequenas tinham direito a barracas. Os demais pernoitavam em papelões, espalhados pelo chão. A rotina era a seguinte: quem dormia na rodoviária tinha hora para acordar e desmontar acampamento: antes das 7h da manhã. E a partir desse horário já deveriam estar a caminho do centro de Boa Vista, onde instituições religiosas e voluntários distribuíam pão com manteiga e café com leite aos venezuelanos em situação de rua (Anexo B – Foto da porta de uma instituição religiosa antes das 7h da manhã).

O dia a dia daqueles que não tinham abrigo seguia assim: ao meio dia, responsáveis pela Operação Acolhida forneciam almoço em embalagem de marmita aos venezuelanos necessitados. O mesmo se repetia ao final do dia. Após a alimentação noturna os que haviam

conseguido barracas, assim como aqueles que iriam dormir no chão da rodoviária precisavam tomar banho nos sanitários, que também eram utilizados pelo público em geral. Utilizavam também, sanitários construídos para utilização temporária por essa população. Depois de higienizados, todos deveriam fazer silêncio e providenciar o recolhimento pessoal e dos seus familiares, sob pena de perder a oportunidade de dormir naquele local enquanto aguardavam vagas em abrigos. Diante desse quadro de miserabilidade, venezuelanos nessa situação não pensavam em outra coisa, a não ser em satisfazer suas necessidades humanas mais básicas e sobreviver naquela jornada migratória. Na maior parte do dia, podiam ser encontrados embaixo das árvores, em volta de mercados e nas portas das entidades filantrópicas. Nos semáforos os mais jovens limpavam para-brisas de veículos em troca de moedas. Alguns venezuelanos usavam a criatividade para empreender.

No entanto, era visível que o número de imigrantes que conseguiam empreender era infinitamente menor do que aqueles que viviam daquilo que conseguiam como retorno de esmolas. Pedintes se acumulavam em volta dos supermercados, restaurantes, hotéis e centros comerciais. No desespero por comida e até água para matar a sede, numa cidade onde a temperatura ambiente média fica em torno de 30 graus, alguns chegavam a bater nas portas das casas e implorar por ajuda.

O motivo alegado por grande parte dos entrevistados para a decisão pela emigração foi a crise econômica na Venezuela. Ao decidirem vir para o Brasil e não para outro país, como a Colômbia por exemplo, que é o destino da maior parcela dos emigrantes venezuelanos, alguns informantes disseram ter como apoio um parente ou amigo que já estaria a viver no Brasil. Assim, o reagrupamento familiar surge como motivação importante para justificar a emigração em direção ao Brasil. Alguns nesta condição confessaram que assim que tivessem condições, a intenção era aumentar o grupo de familiares e amigos apoiando a vinda de outros que ainda não conseguiram deixar o seu país de origem. A proximidade entre os dois países é outro forte motivo apontado à escolha do destino Brasil para o projeto migratório.

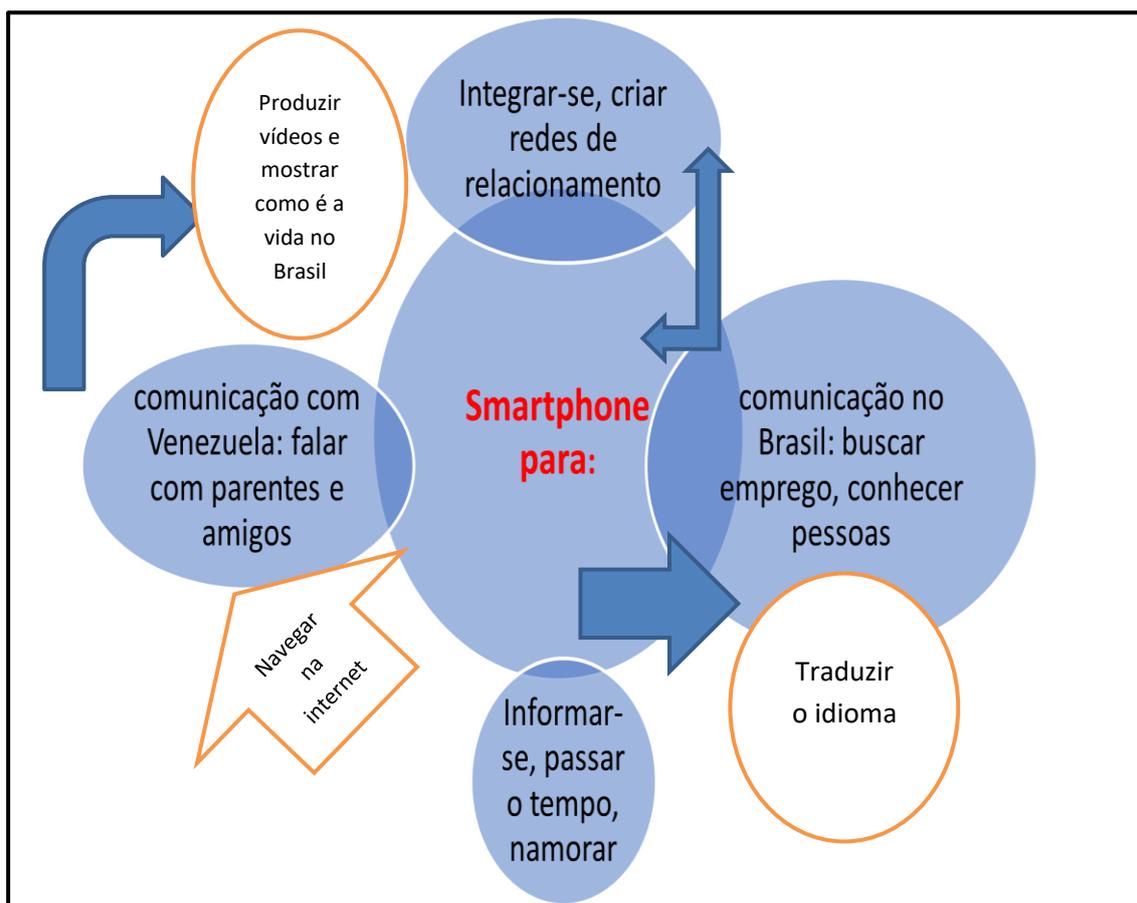
Quase metade dos venezuelanos com os quais conversamos nas duas idas a Boa Vista (Anexos F e G) possuía *smartphone*. Apenas uma mulher declarou estar de posse de telemóvel analógico. O uso que faziam de seus aparelhos era o chamado uso social; ou seja, utilizavam para fazer ligação de voz/vídeo, tirar fotos, navegar nas redes sociais, enviar e receber mensagens, em sua maioria via *whatsapp*, traduzir o idioma e fazer pesquisas na internet. Apenas um homem utilizava a trabalho. Ele vendia dim-dim (suco ensacado) nas ruas da cidade e nas repartições públicas. A partir do momento que fidelizava clientes, solicitava os números dos telefones para avisar, por meio de mensagens, quando estava chegando para tentar vender

seu produto. Mas informou que as pessoas não gostavam muito de fornecer o número de seu telefone. Portanto, suas vendas ocorriam mais na forma presencial e muitas vezes precisava voltar para a casa da mulher que produzia o dim-dim de maneira informal pelo fato de haver derretido. Com o clima quente de Boa Vista e a demora para vender, a perda do produto era constante.

Entre os venezuelanos que colaboraram com esta pesquisa não encontramos nenhum que tenha declarado dependência do *smartphone* ou abstinência por falta do aparelho. Os usos sociais foram a tônica de todos os entrevistados. E na troca de mensagens, chamadas de voz e/ou de vídeo a maior quantidade de finalidade explicada foi para falar com parentes, tanto no país de acolhimento, como na Venezuela. A manutenção dos laços afetivos, mesmo a distância, numa relação transnacional, mostrou-se como a principal motivação para ter ou usar por meio de empréstimo, o telefone móvel inteligente. Os contatos com novos amigos feitos no Brasil também começaram e se mantiveram pelo uso social do *smartphone*. A busca por emprego e local de moradia também foram apresentados como alguns dos principais usos do celular.

#### **4.7. Análise dos dados**

O primeiro passo após a imersão ao campo foi proceder à codificação aberta ou inicial das falas dos colaboradores. Queremos dizer que realizamos o processo de codificação, ou seja, a atribuição de *code* (em inglês) ou categorias, em português. Portanto, utilizaremos um ou outro termo: código ou categoria. E quando utilizarmos frases dos próprios migrantes usaremos o termo ‘categorias *in vivo*’. Portanto, ao dar início à categorização, surgiram os códigos de análise: assistência no Brasil, alimentação, comunicação na Venezuela, comunicação no Brasil, doenças e medicamentos, emigração para o Brasil, escolaridade, estatuto, habitação, interiorização, ocupação/rotina em RR, ponto de vista de brasileiros, reagrupamento familiar, sentimentos sobre o Brasil, e, especialmente, usos do *smartphone*. Priorizamos este código, a partir do qual, realizamos o primeiro diagrama.



**Diagrama 4.1:** Foco no uso do *smartphone*

Os códigos se inter-relacionam. Por isto, o uso das setas no diagrama. O *smartphone* serve como instrumento para a comunicação; seja com parentes e amigos que ficaram na Venezuela, seja para integrar-se no país de acolhimento. O informante<sup>90</sup> que utilizou o aparelho para produzir um vídeo do seu cotidiano, enviou-o para mostrar aos seus familiares como está decorrendo sua vida no Brasil. Em todos os casos daqueles que não dominam o português, o *smartphone* teve a função de traduzir o idioma para tornar a comunicação mais fluída, criando assim, redes de relacionamento e integração na nova vida que começa a ser construída fora do país de origem. A busca por informações e notícias sobre o que ocorre no mundo por meio da navegação na internet foi outra função recorrente no uso do telefone móvel inteligente.

<sup>90</sup> Bernardo, venezuelano de 32 anos de idade, que tem irmãos e primos imigrantes em 3 países diferentes da América Latina e gostaria de saber como eles vivem. Para incentivá-los à troca de experiências, deu início à exposição da sua vida no Brasil por meio de vídeos que retratavam o seu cotidiano e foram publicados no *Facebook*.

Neste primeiro esboço de organização das categorias identificadas no processo de análise dos dados coletados, constatamos que o uso do *smartphone* apresentou questões muito práticas que dizem respeito à sua usabilidade. No entanto, percebemos que a quantidade de venezuelanos que não possuía *smartphone* era grande. Muitos dos quais fizeram a travessia sem o aparelho, tinham a intenção de comprar um no Brasil, mas ainda não haviam conseguido. Mesmo aqueles que não possuíam, procuravam uma maneira de usar emprestado, nem que fosse por alguns minutos, para uma comunicação rápida, seja com familiares na Venezuela ou com pessoas recém conhecidas no país de acolhimento.

Observamos que a maioria, com raríssimas exceções, fez o trajeto migratório com a roupa do corpo e uma ou duas mudas para troca, água, nada de comida e pouco dinheiro. Há relatos de que mesmo trazendo o mínimo necessário, sem portar telefone móvel, ainda foram vítimas de furtos, cujos objetos mais cobiçados eram mochila de colocar nas costas, tênis ou sapato confortável e dinheiro. A maioria não levou consigo aparelho celular. Nem mesmo aqueles antigos analógicos. De acordo com alguns entrevistados, na Venezuela o sinal de internet é ruim e disponível em poucos pontos do país. Além do mais, os *smartphones* eram pouco usados naquele país devido ao difícil acesso da população empobrecida ao aparelho e à rede de internet. Na primeira incursão ao campo, encontramos uma única pessoa, uma senhora, de 68 anos de idade, que não sabia como utilizar *smartphone*.

**Tabela 4.7.1: Declarações *in vivo* sobre uso do *smartphone***

Declarações ‘ <i>in vivo</i> ’	Usos do <i>smartphone</i>
<p><i>Yo no sé leer ni escribir. Mi lengua es el warao. Hablo un poquito de español. Con este teléfono yo grabo mi voz, hago vídeos, saco fotos y así puedo decir lo que quiero a quien pueda comprenderme.</i></p> <p>(Declaração de um indígena que emigrou com a esposa e 5 filhos)</p>	<p>Mesmo sem ser alfabetizado, este homem consegue se comunicar por meio do telefone móvel inteligente.</p>
<p><i>Para mi, el celular es un objeto de trabajo. Soy mecánico industrial. Con él puedo navegar en la red y enviar mi currículo a las empresas que ofrecen vacantes de empleo.</i></p> <p>(Declaração de Davi, de 24 anos)</p>	<p>A utilidade do <i>smartphone</i> para buscar emprego</p>

<p><i>Yo he venido para vivir con mi novio que ya estaba acá. Antes de venir yo usaba el celular para nuestra relación amorosa y ahora que estamos juntos él teléfono sirve para saber lo que acontece allá.</i> Declaração de Carmen, de 19 anos de idade)</p>	<p>Uso do <i>smartphone</i> para namorar e para manter contato com familiares.</p>
<p><i>No sé por qué, pero tengo mucha dificultad para aprender el portugués. Gracias a Dios tengo este aparato y sé manejarlo un poco. Él que me ayuda a traducir el idioma. Así consigo comprender a los brasileños y comunicarme con ellos.</i> (Declaração de Eline, de 65 anos de idade)</p>	<p>O <i>smartphone</i> serve para traduzir o idioma e integrar-se no país.</p>
<p><i>Como no tengo empleo, el tiempo no pasa. Estoy siempre pidiéndole el celular a mi hermana para ver cosas en la red, enviar mensajes y pasar el tiempo.</i> (Declaração de Janice, de 18 anos de idade)</p>	<p>O <i>smartphone</i> como distração e entretenimento.</p>

Nas declarações acima, percebemos diversos usos para o telefone celular inteligente. No entanto, descobrimos uma forma que um venezuelano encontrou de usar o *smartphone* para ganhar dinheiro. Não temos a declaração da pessoa. Apenas uma foto que tiramos na rodoviária de Pacaraima quando voltávamos de Santa Elena do Uairén, na Venezuela. Não sabemos o nome do homem e nada sobre ele, uma vez que não lhe fizemos qualquer tipo de abordagem, pois estávamos de passagem, com o bilhete de volta a Boa Vista comprado e faltando poucos minutos para o embarque. O único diálogo que mantivemos foi o pedido de autorização para tirar a foto, ao qual ele consentiu. Mas a foto diz tudo (Anexo C – Foto de homem na rodoviária de Pacaraima): ele utiliza o seu *smartphone* para que imigrantes que não têm um instrumento de comunicação possam fazer chamadas à Venezuela.

Surgiu a partir de então um novo questionamento que foi: não ter/possuir um *smartphone*, o que pode causar? Percebemos que a importância atribuída ao *smartphone* por esses venezuelanos com o perfil acima referido varia, muitas vezes, de acordo com o grau de vulnerabilidade a que estão submetidos. De fato, o tema da vulnerabilidade, apesar de não aparecer claramente na lista do primeiro *round* de categorização dessa GT, apareceu amplamente e incidiu como pergunta que demandava mais aprofundamento, tendo acompanhado a pergunta central nas sucessivas incursões em campo. Poderá o *smartphone* fazer parte positiva ou negativamente – em caso de falta – no processo de interação e integração

no Brasil para essa população imigrante? Se sim, por quais motivos e com quais modalidades? Estrategicamente, como o celular inteligente e por quais fatores ou características tem significado e papel relevante nas trajetórias migratórias – ou em busca de refúgio – de venezuelanos no Brasil?

Ao cruzar as categorias emersas da primeira análise dos dados coletados, ainda não era possível conseguir respostas significativas para a pergunta de pesquisa. O instrumento de análise dos dados utilizado como apoio nesta investigação foi o ATLAS.ti. A partir do uso deste *software* trabalhamos com categorias de análise. Conseguimos dados importantes nas observações etnográficas e nas conversas informais com moradores de Boa Vista. Alves, Martins, Pinho, Tobias e Barbosa (2019), assim como Bandeira-de-Mello & Cunha (2003) utilizaram em seus estudos tendo a *Grounded Theory* como metodologia, o *software* ATLAS.ti como suporte às interpretações e à organização documental. Ambos os artigos relatam a experiência satisfatória da utilização deste *software* como auxiliar na análise dos dados. Segundo Bandeira-de-Mello & Cunha com a utilização do *software* é possível “tornar o pesquisador menos sobrecarregado para que exerça plenamente suas funções podendo, assim, aproveitar o prazer da descoberta e da constatação da emergência da nova teoria” (2003, p. 2).

Diante da leitura de artigos que relatam experiências exitosas no uso do ATLAS.ti resolvemos utilizar este *software* de apoio que auxiliou no processo de construção da *Grounded Theory*. Esta ferramenta favoreceu o rigor nos procedimentos, evitando os riscos das clássicas objeções que na academia costumam ser feitas a estudos marcadamente qualitativos. O ATLAS.ti de fato, ajuda a documentar e favorece a evolução dos procedimentos, mantendo e até mostrando com maior transparência como estrategicamente a fundamentação da teoria é radicada nos dados.

O que buscávamos na primeira incursão ao campo eram dados relevantes. No entanto, as condições ambientais apresentadas na cidade de Boa Vista, assim como um dos instrumentos de coleta: a entrevista com o uso de um guião, apresentaram-se insuficientes aos fins da investigação pretendida. Graças à liberdade e flexibilidade propiciadas pela pesquisa qualitativa e com maior amplitude na teoria fundamentada, tivemos a oportunidade de seguir as indicações que foram surgindo no trabalho de campo e de realizar algumas mudanças de percurso. Segundo Charmaz (2009, p. 30) “com os métodos da teoria fundamentada, você modela e remodela a sua coleta de dados, e portanto, refina os dados coletados”. Mas ela alerta para o fato de que os dados em si não têm nenhuma magia e não garantem pesquisa de qualidade. O que implica dizer, é que nem os métodos e tampouco seus instrumentos podem ser efetivos senão houver a coordenação e a sensibilidade de quem conduz a pesquisa.

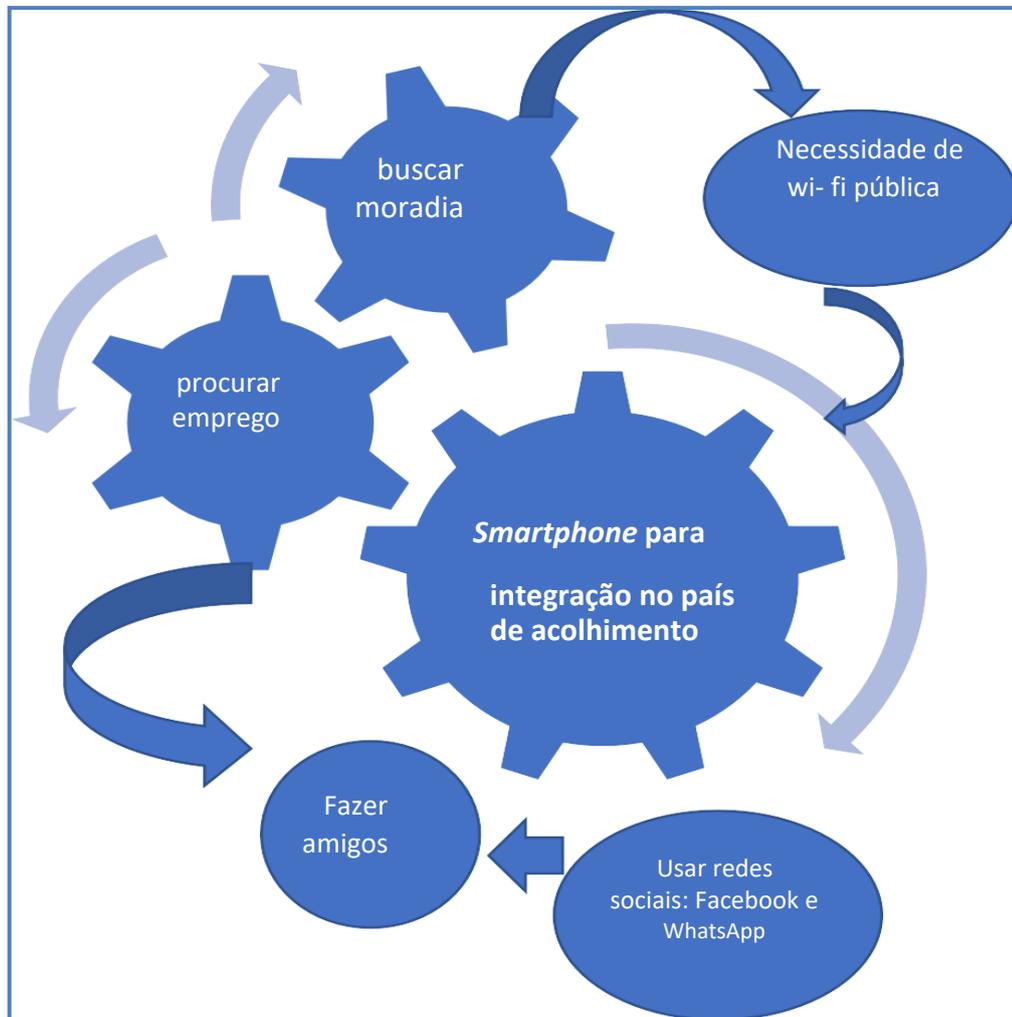
Da lista de categorias, algumas ainda não ganham significado no diagrama de análise, mas dois eixos iniciam a emergir dos dados. O primeiro é a relação entre estar em situação de vulnerabilidade e a necessidade de emigrar e precisar de apoio, para o qual o *smartphone* é um instrumento determinante, seja porque viabiliza acesso às informações, ou seja, pela possibilidade de manter algum contato com as pessoas recém deixadas para trás por causa de um projeto migratório ainda recente. O segundo é a utilização do *smartphone* como ferramenta para alavancar possibilidades para avançar na jornada migratória, seja para saber onde comer e comunicar com as poucas pessoas que os imigrantes foram inicialmente conhecendo na rotina precária da nova cidade – Boa Vista - que para tentar aceder a alguma alternativa à contingente situação de precariedade em que a maioria se encontrava, no momento da pesquisa em campo. Entre as alternativas, a busca por moradia, por tratamento médico e até a eventualidade de poder entrar na fila para interiorização. Em ambos os eixos, aparecem as redes sociais e a luta contra a exclusão, que se conjuga com o medo por reações xenófobas que iniciavam a registrar-se contra venezuelanos naquela cidade. O medo de ser roubado e o medo da violência também são recorrentes.

Muitos venezuelanos com os quais conversamos, relataram fatos ocorridos com eles próprios, quando foram vítimas de preconceito por parte de brasileiros, moradores da cidade de Boa Vista. Por este e outros motivos, a maioria tinha a opinião formada de que brasileiros não gostam de venezuelanos. Mesmo assim, a maior parte demonstrou intenção de permanecer no país porque, de acordo com o que se apurou por meio dos diálogos com venezuelanos, no Brasil não falta comida. Apesar das dificuldades enfrentadas, do clima hostil, diferente do seu país de origem, venezuelanos responderam de forma negativa quando questionados sobre a intenção de emigrar quando conseguirem dinheiro. Eles pretendiam permanecer no país e muitos no mesmo estado: Roraima, por ser mais próximo da fronteira, o que facilitaria o retorno, caso a situação econômica da Venezuela melhore.

Para avançar na interpretação dos resultados da GT que estava sendo construída, representamos no Diagrama 4.2 os novos *insights* que a análise foi revelando.

#### Diagrama 4.2: Foco na integração no país de acolhimento

O diagrama, construído a partir da primeira e de outras experiências (segunda viagem a Boa Vista, uma em São Paulo e entrevistas realizadas em Brasília – Anexos F e G, já citados;



mais Anexo H – Perfil dos informantes escutados durante as atividades de campo no período de 23.10.2019 a 28.11.2019; e, Anexo I – Perfil dos informantes escutados durante as atividades de campo no dia 15.01.2020 que não seguem uma linearidade, demonstra a necessidade de utilização do *smartphone* para reconstruir a vida no Brasil. A integração no país de acolhimento depende muito deste aparelho. É por meio dele que os imigrantes conseguem fazer amigos e manter contato com eles. Para isto, as redes sociais que aparecem como as mais utilizadas são: o *WhatsApp* em primeiro lugar como a mais largamente utilizada, seguida do *Facebook*. Alguns em escala bem menor, usam também o *Instagram*. Outras duas utilidades muito citadas para o uso do *smartphone* são a procura por emprego em primeiro lugar, seguida da busca por moradia.

Destes códigos que integram a categoria principal, ‘a integração no país de acolhimento’ surge um outro bastante importante que é: necessidade de *wifi* pública. Porque não basta possuir ou pedir emprestado um *smartphone*. Se não houver a rede de acesso, de nada serve o aparelho. Como ficou evidente na declaração da informante Clara:

yo no tengo celular. Pero si tuviera, no tendría como usarlo porque no tengo como pagar por internet. Acá en Boa Vista no hay wifi público. Si tú quieres usar la red tienes que comprar datos. Hay albergues que tienen wifi. Yo no estoy en un albergue, estoy en las calles. Entonces, tener un celular no es un sueño para mí. Primero necesito un albergue y comida.

O diagrama acima foi confeccionado na forma de engrenagens porque assim como elas, as categorias se engrenam e dependem umas das outras. E as setas que mostram sentidos variados seguem com a engrenagem como se estivessem a mover o cotidiano das pessoas que buscam reconstruir suas vidas em país estrangeiro. Uns dependem dos outros, que por sua vez, dependem de um aparelho que se mostra essencial para atividades do cotidiano de imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil, o qual também depende do acesso à internet para ter efeito. Este acesso à internet precisa ser pago, já que não existe *wifi* pública no Brasil, com raríssimas exceções em locais centrais das grandes capitais. A forma de consumo dos dados pagos é outro ponto de interrogação. Se nem mesmo a maioria dos brasileiros compreende como os dados são consumidos, para venezuelanos e venezuelanas que falam o português básico, esta é uma grande dúvida, como observamos na fala de Carlos Eduardo:

Yo compré créditos para mi celular, en la forma prepago. Mi intención era usarlos solamente para casos de primera necesidad. Entonces ahorré al máximo. No vi vídeos, no usé llamadas de voz, no hice casi nada que consumiera más créditos. Así mismo a cada día yo notaba que había menos datos disponibles. No sé cómo pasó eso. Porque este mes yo he comprado la misma cantidad del mes pasado, he usado menos y los créditos se han ido más rápido.

As operadoras de telefonia móvel não disponibilizam informações detalhadas sobre o consumo dos créditos. Além de pagar antecipadamente para uso futuro, consumidores não sabem ao certo quais as formas de consumo são mais caras, quais as que consomem menos dados e como é feito o cálculo dos créditos restantes. Existem casos em que os créditos não gastos no prazo de 30 dias não são repassados para o mês seguinte. Simplesmente se perdem por falta de uso. Há prazo para consumo, o que não está explícito em nenhum informativo ao

consumidor que adquire dados móveis na forma pré-paga. Para dar a volta a esta situação, uma outra alternativa seria fazer contratos com as companhias telefônicas na forma de pós-pago. No entanto, para contratar esta modalidade é necessário ter endereço fixo, firmar contrato por no mínimo 1 ano, além de outras garantias exigidas pelas operadoras. Mas há evidências de que esta forma de contratação pode ser ainda mais injusta e danosa para consumidores, com cobranças por gastos não efetivados. Dentre as denúncias e queixas registradas nos órgãos de defesa do consumidor no Brasil, as operadoras aparecem em primeiro lugar entre as denunciadas. O que revela um enorme problema enfrentado por brasileiros, o qual se agrava bastante quando se trata de estrangeiros que não dominam o idioma e sequer têm a chance de registrar reclamações e denúncias nos órgãos oficiais.

Para além da dificuldade com o idioma, grande parte dos imigrantes venezuelanos enfrenta uma outra dificuldade que é a falta ou o baixo nível de literacia digital. Muitos compram o *smartphone* usado, de segunda mão, que não vêm acompanhado do manual de instruções para uso. Aprendem a utilizar minimamente por meio de tentativas com erros e acertos, pedem orientações às pessoas que encontram e que se dispõem a ajudar. Não se apropriam inteiramente e não conseguem controlar por completo aquela mídia digital. Não têm muita noção das funções que consomem mais crédito e daquelas que necessitam de ótimo sinal de rede. Às vezes não sabem se os créditos pelos quais pagaram realmente foram entregues e estão ali no *chip* inserido para o seu uso. Não têm capacidade de avaliar se aquilo que foi comprado corresponde ao que se quer ou ao que se necessita. Alguns não sabem por exemplo, que chamadas de vídeo são mais pesadas e caras que as mensagens de texto ou mensagens gravadas de voz. Este é mais um complicador no uso e manuseio do *smartphone* de maneira que possa tirar maior proveito do aparelho de forma econômica.

**Tabela 4.7.2: Declarações *in vivo* sobre literacia digital**

Declarações ' <i>in vivo</i> '	Literacia Digital
<i>Es que yo no sé cómo se usan muchos aplicativos. Yo también estoy queriendo aprender. Pero tengo dificultad. Es que generalmente cuando veo cosas dudosas yo me aparto y no entro allí. Yo no sabía, por ejemplo, que se puede traducir el idioma e inclusive enviar dinero para Venezuela desde el teléfono. Yo no</i>	Por falta de literacia esta venezuelana deixa de aproveitar várias potencialidades do telefone, como enviar dinheiro para seus parentes que ficaram na Venezuela.

<p><i>conozco ningún sitio, yo quiero saber porque todo eso es información, ¡quiero enterarme de eso!</i></p> <p>(Declaração de Angela, uma senhora de 57 anos de idade que disse ser mãe e avó. Ela possui um <i>smartphone</i>, mas tem muitas dúvidas sobre o seu uso)</p>	
<p><i>Yo veo, pero no compro productos por internet usando el celular. Primero, no tengo cuenta en el banco. Sé que podría pagar por boleto. Pero tengo miedo de que no sea seguro.</i></p> <p>(Declaração de Djanet, uma mãe de 3 filhos que só faz compras em lojas presenciais)</p>	<p>Por não conhecer as maneiras seguras de fazer compras virtuais, a informante evita.</p>
<p><i>Nosotros enviamos dinero desde aquí hasta Roraima, enviamos el numero de la cuenta, el nombre de la persona y así mantenemos el contacto para confirmar si el dinero ya llegó y entonces ellos envían el dinero para Venezuela. No lo enviamos directo porque no es posible.</i></p> <p>(Declaração de Lina, uma jovem que tem vários familiares na Venezuela e costuma ajudá-los financeiramente)</p>	<p>Envios mensais de ajuda financeira para familiares que vivem na Venezuela dependem de terceiros porque ela acredita ser impossível enviar diretamente.</p>
<p><i>Mi hijo de once años sabe manejar el celular mejor que yo. ¿Tú lo puedes creer? Él busca vídeos, películas y páginas web de otros países que hablan español. Cuándo no sé algo yo le pregunto a él. Pero él no me enseña despacio. Es todo muy rápido. Casi no consigo comprender.</i></p> <p>(Declaração de Pablo, um senhor de 34 anos de idade que confessa saber menos sobre <i>smartphone</i> do que seu filho que ainda é uma criança)</p>	<p>Os filhos surpreendem seus pais ao demonstrar ter mais literacia digital que eles. Mesmo aqueles muito jovens.</p>

Para além das declarações ‘*in vivo*’, as anotações em geral, as fotos, as observações etnográficas e os memorandos também contribuem para a construção da *Grounded Theory*, como o trecho de um memorando abaixo exemplificado, que trata de observações sobre um dos informantes, que foi encontrado em Brasília.

**Tabela 4.7.3: Sobre literacia digital**

Trecho de anotações	Literacia digital
<p>Trecho de um memorando escrito antes da entrevista em profundidade com um homem que se identificou como indígena da etnia Warao (trata-se do mesmo indígena citado anteriormente)</p>	<p>Literacia Digital</p>
<p>Esta entrevista faz muito sentido para a tese de doutoramento porque Osório, mesmo sem saber ler e escrever e com pouco domínio do idioma espanhol e menor ainda com o português, possui e maneja um <i>smartphone</i>. A esposa dele, Maria e os 3 filhos menores não sabem manejar o telefone porque o pai não permite que ninguém pegue o seu aparelho. Foi por intermédio de seu celular inteligente que a entrevista foi possível. A entrevistadora ligou para o Osório, após tê-lo encontrado a pedir esmola num semáforo na região central de Brasília e pegar seu número de telefone. Ela pediu para ter um encontro com o homem para uma conversa. Osório disse que sim e que enviaria a localização. Esta veio de uma forma inusitada, porém, muito criativa. A entrevistadora aguardava o envio da localização por <i>Google Maps</i> ou GPS. Mas o que o homem fez foi tirar uma foto do endereço que estava afixado na parede externa da pousada onde estava hospedado com sua esposa e 3 filhos. Assim foi possível localizá-los. Outro aspecto notado foi que ele conseguia se comunicar com os outros filhos que haviam ficado em Porto Velho (RO), assim como com qualquer outra pessoa somente por meio de mensagens de voz gravadas no aplicativo <i>WhatsApp</i>; e também por meio de vídeos produzidos por ele e também enviados via <i>WhatsApp</i>.</p>	<p>Este informante apresenta baixo nível de literacia digital, conhece poucas funções do <i>smartphone</i>. Mesmo assim, usa a criatividade para se comunicar utilizando esta mídia digital.</p>

Outra questão que emerge dos dados é a seguinte: atividades que há cerca de uma década eram realizadas presencialmente tornaram-se remotas e algumas disponíveis apenas na forma virtual. Exemplos disso, são anúncios de ofertas de emprego e de imóveis para aluguel. Os anúncios antes publicados em jornais impressos já não existem. E as plataformas digitais tanto de imobiliárias como de agências de emprego passaram a ser a única maneira de acesso às ofertas. As relações interpessoais na atualidade ocorrem nas redes sociais, que agora são intermediárias e vitrines da vida privada. Nem mesmo as chamadas de voz, realizadas por telefone acontecem com frequência. As mensagens são escritas na forma de texto e publicadas ou são gravadas e postadas no *WhatsApp*, para o qual não há qualquer gasto financeiro, a não ser o pagamento por dados móveis para o acesso à internet.

Desta forma, ter acesso à rede, seja por *wifi* ou por pagamento antecipado de créditos, surge como uma necessidade imprescindível para a comunicação entre as pessoas, e destas com as empresas que oferecem vagas de emprego ou imóveis para arrendamento. No caso de venezuelanos e venezuelanas, essa tendência se transforma em exigência, uma vez que os demais canais para soluções às demandas da vida cotidiana, como o acesso a informações sobre vagas de emprego ou oportunidades de imóvel para alugar não estão disponíveis. E essas pessoas ainda não conhecem o jeito de ser e de viver no Brasil ou o tempo de estadia no local ainda é insuficiente para saber se articular no território, evitando suas amarras e desfrutando de vantagens e promessas.

Ao fazer um paralelo entre os dois diagramas acima percebemos que no primeiro, cuja categoria é ‘ter/possuir *smartphone* para usos diversos’, esta mídia digital aparece como a solução para inúmeros problemas. É quase um salvador, um protetor, um equipamento que serve como alavanca para subir degraus quase intransponíveis sem este auxílio. E então surgiu novamente uma questão central, abordada anteriormente: o que acarreta a ausência deste aparelho tão maravilhoso? Seja na forma de empréstimo ou na forma de posse? No segundo diagrama, que aprofunda e articula a categoria ‘integração no país de acolhimento’ também surgiu uma questão importante, para além das demais emergidas a partir dos dados analisados, que é: se não há acesso à internet, para que serve o *smartphone*? Esses questionamentos ficam ‘arquivados’ no desenvolvimento da *Grounded Theory* para que possamos buscar respostas ao longo do caminho que estamos a percorrer e se tornam como alertas de atenção ao avançar na construção dessa GT.

#### 4.8. Da imersão à complexificação

Da primeira análise dos dados apareceram muitas dúvidas e nuances, como: este aparelho de comunicação que, na maioria dos casos, não foi utilizado para o planejamento e nem mesmo para a jornada migratória, vai ganhando importância na medida em que a travessia da fronteira (espacial e imaginária) se concretiza. A necessidade de continuar mantendo contato com familiares e amigos que permaneceram na Venezuela faz com que se atribua grande relevância ao *smartphone*, que passa a ser o primeiro desejo de consumo em terra estrangeira. O aparelho de telefonia inteligente é almejado não apenas para consumo passivo de notícias e informações, senão para tornar esses imigrantes e refugiados como protagonistas da própria vida ao produzir vídeos, textos e áudios que relatem suas experiências migratórias. Num primeiro momento o desejo de ter/possuir/usar emprestado um *smartphone* ainda se relaciona com a manutenção dos laços afetivos dos imigrantes com a vida que deixaram para trás.

**Tabela 4.8.1: Declarações *in vivo* sobre usos do *smartphone* em relação ao país de origem**

Declarações ' <i>in vivo</i> '	<i>Smartphone</i> para manter laços existentes
<p><i>Estoy acá en Boa Vista desde hace 4 meses. Yo he dejado el teléfono que tenía con mi pareja que se quedó allá con nuestros hijos. En el mes pasado ayudé a un brasileño a pintar su casa. Con el dinero de ese trabajo yo compré un celular usado. Ahora estoy muy contento porque puedo hablar con mi familia y hacer planes para traerlos a vivir conmigo.</i></p> <p>(Trecho das declarações de José, um trabalhador de 44 anos de idade)</p>	<p>O objeto comprado com o primeiro dinheiro arrecadado no Brasil foi um <i>smartphone</i> para manter contato com familiares na Venezuela.</p>
<p><i>En él albergue donde estoy siempre ofrezco mis servicios a cambio de que me presten un celular para hablar con mis hijos que se quedaron con mi madre. Extraño mucho a mi hijos. Como tenemos wi fi en el albergue, sólo necesito él teléfono.</i></p> <p>(Declaração de Maria, de 43 anos de idade)</p>	<p>A saudade dos filhos faz com que ela se ofereça para consertar roupas, ensinar a manejar o celular, entre outros serviços.</p>
<p><i>Estoy acá sólo con mi papá. Me hacen mucha falta mi mamá y mis hermanos. No tengo celular, pero siempre uso</i></p>	<p>Este garoto usa diariamente o telefone do pai para falar e</p>

<p><i>el de mi padre para hablar a casa. Yo les envió mensajes de texto y de voz de WhatsApp a ellos, envió fotos, videos, todos los días. A veces más de una vez al día.</i></p> <p>(Declaração de Enrique, um garoto de 12 anos que emigrou com o pai)</p>	<p>trocar mensagens com o restante da família</p>
<p><i>Mi teléfono es éste, pequeñito. No es smartphone. No hace casi nada. Pero ya es alguna cosa. Con ello puedo enviar mensajes a mi mamá. Ella tiene uno como éste en Venezuela.</i></p> <p>(Declaração de Carmem de 38 anos de idade)</p>	<p>Um telefone, mesmo sendo analógico, permite manter contato com a família.</p>

A partir do momento em que venezuelanos e venezuelanas começam a se dar conta da necessidade de reconstrução da própria vida em terra estranha, onde a comunicação é feita num idioma que poucos dominam, aparece uma nova utilidade para o aparelho inteligente, que é traduzir o que pretendem dizer e tentar compreender o que é dito em português. Muitos deles, ao empreender essa jornada migratória, não sabiam nada sobre o país de destino e não tiveram a opção de escolher para onde seguir. Como disseram muitos dos informantes, a escolha pelo Brasil se deu porque: *es el país más cercano*. Ou porque já havia algum familiar que emigrou primeiro e enviou dinheiro aos demais da família para que pudessem se agrupar a ele. Navegar na internet para conhecer melhor o país onde estão a viver é mais confiável e seguro, já que essas informações podem ser traduzidas para o espanhol pelo próprio *smartphone*.

Os laços de amizade começam a se formar no país de acolhimento. Mas os diálogos e a troca de experiências já não podem se estabelecer apenas de forma presencial. Nos dias atuais os encontros são marcados com antecedência por meio de aparelhos de comunicação. As trocas, especialmente as mais urgentes, ocorrem virtualmente. Informações importantes sobre imóveis para locação, vagas de emprego disponíveis, distribuição de alimentos e produtos de higiene e até informações a respeito de postos públicos de atendimento à saúde podem ser obtidas por meio do *smartphone*. Mas para que tudo isto seja possível, faz necessário algo primordial que é o acesso à internet. Se há um aparelho tão imprescindível na vida dessas pessoas, este objeto de consumo é almejado por todos. Daí decorre um problema para quem o possui: o medo de ser roubado e até mesmo de perder a vida por possuí-lo. Então quem está em situação de rua, para não ficar ainda mais exposto ao perigo, não deveria possuir um objeto tão desejado. Mas se não possui um *smartphone*, como se integrar no país de acolhimento?

Em atenção à pergunta surgida a partir do primeiro diagrama sobre o significado e as demandas que a falta do *smartphone* pode representar, segue um relato feito por Janaína, uma venezuelana que está abrigada no SOS Aldeias Infantis, em Brasília:

Tener un celular es como tener ropa o como tener un lugar de abrigo. Todo se resuelve con un teléfono. A mi pasó, tenía un familiar muy, muy enfermo en Venezuela. Yo no tengo celular para saber noticias de allá. Hasta que un día yo conseguí que me prestaran un teléfono con datos móviles. Y lo que yo supe fue que el entierro había sido hace cuatro días atrás. Ahora, estoy participando como cantante en un coro en la Universidad de Brasília. Las compañeras hacen contacto para los encuentros por teléfono. Cuando yo les dije que no tenía el aparato, una de ellas se me ofreció un teléfono antiguo que tenía en su casa. Entonces, en la próxima cita, ella lo llevó para mí. Así yo tendré como comunicarme con todos los integrantes del coro. Acá en la villa tendremos wifi para todos los albergados y la forma de contacto que los integrantes del coro usan es WhatsApp, por lo cual no se paga.

As informações para conseguir emprego e imóvel para alugar estão predominantemente em plataformas digitais e para acessá-las é imprescindível ter acesso à internet e, no caso do público-alvo dessa pesquisa, usar *smartphone* emerge como a modalidade em absoluto preferida para o procedimento. Para que venezuelanos e venezuelanas possam integrar-se no país estrangeiro o telefone móvel inteligente é necessário para diversos outros propósitos como: fazer amigos e manter contato com eles, continuar obtendo informações sobre parentes e amigos que ficaram no país de origem, saber o que acontece no mundo, namorar, produzir e postar fotos e vídeos nas redes sociais, assim como muitas outras utilidades. No entanto, entre os dados analisados surgiu algo que vai na contramão de todas as atividades desenvolvidas na contemporaneidade, que é o contato com as instituições de acolhimento.

De acordo com alguns informantes com os quais tivemos contato em 2019, para conseguir atendimento em instituições, sejam elas religiosas, governamentais ou ONGs, só era possível presencialmente. Nem mesmo por intermédio de chamadas de voz poderia se obter respostas para questionamentos sobre abrigos, distribuição de alimentos, objetos de higiene pessoal e gêneros de primeira necessidade. Seja em Boa Vista, em Pacaraima, em Brasília e até mesmo na maior cidade brasileira, São Paulo, as informações para imigrantes e refugiados não estavam disponíveis de forma remota ou virtual. Como afirmou Alejandro e outros:

Yo intenté obtener informaciones sobre Cáritas Brasileira y sobre Consolata Brasil instituciones religiosas que ayudan a los venezolanos en Boa Vista. Primero busqué sobre ayudas financieras

para alquilar en las páginas web de esas y otras instituciones. No había nada. Después hice una llamada de voz para Cáritas y las Consolata Brasil. Cuando conseguí ser atendido, ellos dijeron que las informaciones sólo eran entregadas a las personas. Y hay que llegar temprano porque por la mañana la cola es grande, periodo en el que acontecen las atenciones.

Esta nova situação que surgiu a partir dos dados coletados nas conversas com venezuelanos coloca-nos mais uma questão que é: enquanto quase tudo se resolve por meio de um *smartphone*, seja por meio de consulta às páginas web, por mensagens trocadas via *WhatsApp* ou por chamadas de voz realizadas por telefone, por que as instituições que prestam acolhimento a refugiados e imigrantes no Brasil, naquela altura, em 2019, não se adequavam à nova realidade mundial? O que levava essas instituições a não disponibilizarem as informações relativas a acolhimento de forma mais simples e acessível? Se não havia funcionários suficientes para fazer atendimento via telefone, por que não alimentar sítios na internet, seja em redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, seja em páginas web das próprias instituições?

No Brasil as instituições que prestam acolhimento a imigrantes e refugiados disponibilizavam na internet, em 2019, ano da coleta de dados, poucas informações necessárias a este público. Conforme discutimos na revisão de literatura desta tese de doutoramento, nos países europeus que passaram a acolher refugiados a partir de 2015, o ano de aumento considerável do fluxo de imigrantes, foram criadas páginas web e aplicativos para celular em larga escala. Esses sítios que disponibilizavam informações básicas para pessoas em jornada migratória foram muito úteis em determinado momento. Mas nos anos seguintes, o turbilhão de informações disponíveis chegou à exaustão e começaram a surgir pesquisas científicas e relatórios cobrando a desativação de tantos mecanismos de informação que passaram a desinformar. A falta de atualização dos dados passou a prejudicar o seu público alvo. No Brasil em 2019, ano da coleta de dados para esta pesquisa, ainda não havia muitas fontes de informações criadas por instituições de acolhimento e disponibilizadas na internet e em redes sociais para imigrantes e refugiados no idioma espanhol.

#### **4.9. *Smartphone* e suas ambiguidades**

Dando prosseguimento à codificação, saímos da inicial e entramos agora naquela que Tarozzi (2011) classifica como ‘codificação focalizada’. Segundo ele, este “é também o nível no qual se interligam entre si as categorias e estas com suas propriedades [...] nessa fase começa o processo sintético: buscar linhas de coerência entre os dados” (2011, p. 135). Neste momento surge uma categoria muito forte que é o medo. Bem característico de populações vulneráveis

em situação migratória, o medo aparece com diversas facetas. Dentre os mais citados destacamos: o medo de emigrar e perder a casa que possuem na Venezuela e que ficou fechada; o medo de ser interiorizado, estar longe da fronteira e não poder dar assistência levando alimentos e medicação aos familiares que ficaram no país de origem; o medo de navegar em páginas web contrárias a imigrantes que difundem o discurso de ódio; o medo da violência (policial/militar, da sociedade e das autoridades); o medo da xenofobia; enfim, o medo de morrer.

Um medo que está diretamente relacionado ao *smartphone* é o medo de ser vítima de golpes aplicados com o uso deste aparelho, como alguns declararam e que mostraremos a seguir. Para além do medo de ter o *smartphone* como instrumento de aplicação de golpes, existe ainda o de ter o aparelho roubado, inclusive por meio do uso da violência. A categoria do medo surge nos dados como uma *core category* que leva a diversas interpretações e expõe algumas ambiguidades do *smartphone*. Ao mesmo tempo que este aparelho serve como tábua de salvação para diversas situações, proporciona a manutenção de contatos entre amigos e familiares que ficaram na Venezuela e também apresenta-se como mídia digital muito importante no processo de integração no país de acolhimento, pode representar perigo. Vejamos a seguir alguns exemplos:

**Tabela 4.9.1: Declarações *in vivo* sobre oportunidades e riscos do *smartphone***

Declarações ' <i>in vivo</i> '	Oportunidade	Risco
<p><i>Entonces, nos estafaron....era un premio.... nosotros hicimos el depósito en la lotérica y todo..... un premio y tenía que pagar. Y no hubo premio, no hubo nada, ¡sólo tafa! Y entonces ellos querían más dinero.... por una moto.... ¿que color de moto usted quiere? ¿Azul o negro? Y así fue.... Y entonces yo le dije al hombre: ahora no voy a depositar más. Sólo si me puedo a llevarme la moto ahora. Nosotros les creímos porque ellos hablaban así, tenían información mía. Mucha información, por eso.</i></p> <p>Entrevistadora: <i>Y ahora, ¿que hacen para no caer en esas estafas nuevamente?</i> Informante: <i>yo</i></p>	<p>O casal poderia ter adquirido uma moto, se não se tratasse de um golpe.</p>	<p>Por ingenuidade e falta de informações sobre possíveis golpes aplicados via <i>smartphone</i>, o casal perdeu dinheiro e não registrou ocorrência do golpe do qual que foram vítimas.</p>

<p><i>pregunto: hablo directamente con el responsable de la línea, ahí él nos dice: no, no es así no, punto final.</i></p> <p><i>Entrevistadora: ¿Ustedes han buscado a la policía para denunciar esto? no, porque yo le pregunté a un amigo que es brasileño y él me dijo que era de São Paulo. No pueden hacer nada.</i></p> <p>(Relato da esposa. Por meio do <i>smartphone</i>, ela e o marido foram vítimas de um golpe)</p>		
<p><i>Nosotros llegamos acá el 21 de diciembre y él cumplió años el 24. Ahí el padre le compró un nuevo celular y el que él tenía se lo dio de regalo al hijo. Y en el mes de febrero se lo robaron frente a la casa donde estaba viviendo. Llegaron con un cuchillo y le dijeron: dame el celular ahora o vas a morir. Él no reaccionó, afortunadamente. Pero está sin el celular que le había regalado su padre.</i></p> <p><i>Entonces tengo que compartir el mío con él. Y no lo sé por cuánto tiempo.</i></p> <p>(Declaração da mãe de um garoto de 14 anos que teve o seu <i>smartphone</i> roubado em frente à casa onde moram)</p>	<p>O adolescente poderia utilizar o aparelho para inúmeras utilidades positivas.</p>	<p>A distração do garoto com o <i>smartphone</i> e a falta de atenção sobre o que se passava à sua volta fez com que ele se tornasse vítima de roubo cujo desfecho poderia ser pior, já que o bandido estava armado.</p>
<p><i>Yo traje un smartphone desde mi ciudad, pero mi hermana que vive en Boa Vista me había alertado. Ella me dijo: Trae tu teléfono oculto en la bolsa. No se lo enseñes a nadie. No lo mires nunca. Sólo puedes usarlo cuando llegues a mi casa. En Brasil es muy peligroso. Pueden matarte para robar tu celular.</i></p> <p>(Declaração de um jovem de 19 anos de idade que atravessou a fronteira trazendo seu <i>smartphone</i>. Mas que não utilizou o aparelho durante o trajeto)</p>	<p>O jovem poderia ter utilizado o telefone para compartilhar a sua rota com parentes e amigos na Venezuela para sua própria segurança.</p>	<p>O medo de ser roubado deixou o jovem vulnerável durante a travessia e a imigração</p>

<p><i>Una vez entraron a mi Facebook y pusieron allí muchas cosas. Pidieron dinero en mi nombre, yo nunca entendí cómo fue, quién fue. Fue hace mucho tiempo... eso pasó porque lo rackearon.</i></p> <p>(Trecho da fala de uma venezuelana que foi vítima pelo Facebook)</p>	<p>O uso do Facebook como mídia social para integrar-se no Brasil</p>	<p>O medo de ter o telefone raqueado novamente fez com que ela deixasse de usar esta mídia social</p>
<p><i>Cerca de la navidad, acá en Brasil, yo recibí un mensaje por WhatsApp. Era una información de que Adidas iba a regalar zapatillas a las personas. Para ganar bastaba ingresar en el link y contestar algunas preguntas. Me puse muy contenta y le pregunté a una vecina brasileña si ella podía ayudarme a contestar la encuesta porque yo no comprendo portugués muy bien. Ella me dijo: ¡déjame ver! de pronto ella me alertó: no cliques en el link. Eso es Fake News y puede ser un virus que va a dañar tu teléfono. Acá en Brasil eso ocurre mucho, principalmente en el fin de año.</i></p> <p>(Relato feito por uma imigrante de 32 anos que está como refugiada no Brasil e quase foi vítima de Fake News)</p>	<p>O WhatsApp é o meio mais utilizado no país para comunicação porque é grátis e permite conversar <i>on-line</i>, assim como gravar mensagens de voz sem gastar dados móveis.</p>	<p><i>Fake News</i> é uma forma de enganar que pode causar danos irreparáveis.</p>

Ao fazer a análise dos dados acima, percebemos quão vulneráveis estão imigrantes e refugiados venezuelanos em situação migratória no Brasil. Estão aí incluídos aspectos emotivos e psicológicos. A situação em que se encontram a maioria dos entrevistados venezuelanos e venezuelanas na condição de migrantes forçados, é de vulnerabilidade em diversos aspectos, entre os quais, riscos relacionados à situação jurídica e social de estrangeiros, além da diferença cultural e linguística. O idioma português é uma grande barreira para estes migrantes de fala hispana. As dificuldades de gestão do próprio percurso migratório, especialmente daqueles que não possuíam um dispositivo de comunicação, apresentaram-se como mais um agravante da situação instável a que estão sujeitos. A vulnerabilidade dessas pessoas está vinculada a desigualdades sociais no que diz respeito à cidadania. Essa mesma vulnerabilidade pode,

inclusive, ter origem em questões de gênero, identidade sexual, condição migratória e saúde, entre tantos outros motivos. A vulnerabilidade é o fator de um processo, neste caso, migratório que por vezes desencadeia e outras vezes é marcadamente uma condição que evolui em consequência dos desafios da jornada migratória. E a mídia digital, conectada à internet, torna-se um elemento que empodera imigrantes e refugiados para administrar suas vulnerabilidades, superando-as. E até mesmo transformando-as em experiências positivas.

Os usos sociais de telefones inteligentes por venezuelanos no Brasil mostraram-se diferentes do uso que já foi amplamente estudado daquele feito por adolescentes (Moura, 2010; Halverson; Smith, 2009; Throuvala et all, 2019; Nagumo & Teles, 2016). No caso dos adolescentes o foco das pesquisas tende a ser relacionado com a necessidade de controle do uso do *smartphone* ou sua função para aprendizagem. Já as pessoas provenientes da Venezuela em percursos migratórios no Brasil, demonstraram que o uso está vinculado a necessidades relacionadas com a vida, cujo significado e conteúdo ganham força e eloquência pelo papel que desenvolvem. Estudos já mostraram, todavia, que também no universo escolar o uso criterioso do celular conectado à internet pode ser uma oportunidade de desenvolvimento de habilidades que vão além da aprendizagem de conteúdos, incluindo, por exemplo, capacidade de tomar decisões, noções de responsabilidade e capacidade de colaboração e participação em equipe (Daher, 2017).

Mecanismos de controle emocional, cognitivo e comportamental fazem do tema do uso do *smartphone* um tópico de estudos, inclusive usando a metodologia da *Grounded Theory*, pelo potencial de desenvolvimento de vulnerabilidades devido ao seu uso inadequado. No caso dos usos sociais do telefone conectado à internet pelos venezuelanos, a questão da vulnerabilidade vivida pelos sujeitos interessados é prévia à utilização do *smartphone*. E a relação entre esta população e o telefone celular inteligente se caracteriza pela potencialidade de o aparelho e seus recursos serem alavanca para a superação de vulnerabilidades. O uso do *smartphone* nas trajetórias migratórias dessa população, efetivamente, está relacionado com a capacidade do mesmo ser canal para a solução de problemas, uma estratégia para a prevenção de riscos e uma oportunidade que agrega valor e amplia probabilidades de sucesso nos esforços para avançar em seu processo de integração no território brasileiro em geral, e mais especificamente, no contexto em que se encontram.

No processo de análise dos dados com foco na pergunta de investigação dessa GT sobre a importância do *smartphone* para imigrantes provenientes da Venezuela, emerge uma relação expressiva entre a posse e o uso de *smartphones* e aspectos das vivências desses sujeitos

relacionados com situações de risco e vulnerabilidade. Por um lado, está a vulnerabilidade a que estão sujeitos no manuseio e uso do *smartphone*, apresentada acima com tabela de categorias *in vivo*; e por outro lado as vulnerabilidades que enfrentam em suas trajetórias migratórias e de refúgio, para as quais repetidamente o *smartphone* aparece como recurso que favorece e faz a diferença para encontrar vias de fuga, no caso de situações de risco e estratégias de superação, no caso de desafios e dificuldades relacionadas com situações pessoais ou socioeconômicas. Dessa vulnerabilidade falaremos mais abaixo.

O medo se dá como uma forma de vulnerabilidade relacionada com o *smartphone*, pois é através do telefone inteligente e o acesso à internet por meio desse aparelho que o discurso de ódio divulgado nas páginas web visivelmente contrárias aos imigrantes são conhecidas pelos venezuelanos que emigraram para o Brasil. Este medo apareceu nas falas de poucos informantes e quase todos referiram-se a páginas por eles visitadas que estão localizadas em países como Peru, Colômbia e Argentina. O fato de terem navegado por estas páginas quando ainda estavam na Venezuela contribuiu para que evitassem a migração para aqueles países. Mesmo porque, para além do que disseram: *a ellos nos les gustan los venezolanos*, não tiveram muita opção de escolha e decidiram migrar para o Brasil porque já havia algum familiar no país ou porque *es el país más cerca*.

Outro aspecto do uso do *smartphone* como fator de vulnerabilidade está relacionado com a falta ou o baixo nível de literacia digital, que expõe esses imigrantes a diversos tipos de golpes. Podem ser vítimas de *Fake News*, de chamadas de voz realizadas com o intuito de enganar e trapacear, de *hackers* que criam perfis falsos nas redes sociais utilizando dados de pessoas que não sabem como se proteger porque não têm conhecimento do que seja segurança cibernética. Enfim, a vulnerabilidade a que estão sujeitos pode tornar o *smartphone* um perigoso instrumento nas mãos daqueles que poderiam ser auxiliados por esta ferramenta que, ao mesmo tempo é muito importante para a integração no país de acolhimento. A falta de literacia digital parece ser o principal problema causador de outros medos como: das *Fake News*, dos golpes aplicados por chamada de voz, via *smartphone* e de ser enganado pelas operadoras de telefonia móvel. Esta vulnerabilidade é realmente muito difícil de ser contornada, uma vez que no Brasil, ao contrário daquilo que ocorre em outras regiões do mundo, como na União Europeia, por exemplo, não existe uma política articulada de disseminação de literacias (para os media e digital) desde a infância, tanto nas escolas, como em outros ambientes públicos culturais.

A vulnerabilidade relacionada com os riscos por estar de posse de um *smartphone* é menos incisiva que as vulnerabilidades intrínsecas à vida desafiadora em terra estrangeira e pode ser gerenciada com sucesso, pois a necessidade e a utilidade do aparelho prevalecem, como

veremos a seguir, quando trataremos das redes sociais e suas possibilidades para aumentar a resiliência de venezuelanos e venezuelanas em jornada migratória no Brasil.

Voltamos agora à questão posta anteriormente: o que pode causar a falta do *smartphone*? Em alguns casos, não ter e não utilizar *smartphone* pode significar segurança e ausência de medos. Esta é uma ambiguidade. Porque os inúmeros aspectos positivos de ter/possuir/usar emprestado um *smartphone* não anulam, nem minimizam o perigo de usá-lo de forma incorreta ou insegura. E assim voltamos à outra questão também colocada anteriormente: poderá o *smartphone* fazer parte positiva ou negativamente – em caso de falta – no processo de interação e integração no Brasil para esta população imigrante? Por quais motivos e com quais modalidades? Apesar de funcionar, na maioria das vezes, como uma alavanca ou um trampolim para uma vida melhor, mais bem informada sobre o que se passa ao seu redor e no mundo, o *smartphone* pode trazer medos diversos para aqueles que foram vítimas do seu mau uso. E para aqueles que não têm noção da potência (negativa e positiva) que têm nas mãos e o utilizam de forma ingênua, o *smartphone* pode representar perigo.

#### **4.10. O *smartphone* nas redes sociais e migratórias**

Na análise dos dados emergiu a categoria redes sociais. Embora não tenha surgido como uma categoria central, vale a pena discorrer um pouco sobre este tema porque os estudos sobre migrações, especialmente as contemporâneas, têm valorizado o conceito de redes sociais na tentativa de compreender melhor a configuração dos fluxos migratórios. Ao acrescentar o termo “migratórias” à frente de redes sociais podemos pensar essas redes como um emaranhado de relações interpessoais, mediadas por tecnologias, que formam e fortalecem vínculos dos migrantes com seus familiares e amigos do país de nascimento deles. Redes sociais e redes migratórias se cruzam enquanto as primeiras podem determinar traços caracterizantes para o êxito de projetos migratórios, especialmente a partir do foco no *smartphone* como ferramenta com potencial para fortalecer e dar eficácia às articulações entre sujeitos migrantes, entre estes e seus familiares e pessoas de referência na trajetória de deslocamento internacional. Ao mesmo tempo, o uso das redes sociais pelo *smartphone* pode incidir nas relações entre as pessoas em situação de mobilidade, nesse caso venezuelanos e venezuelanas imigrantes no Brasil, e potenciais atores que incidem em suas trajetórias, facilitando ou travando seu percurso migratório ou de refúgio. O uso das redes sociais por migrantes e refugiados tem sido amplamente estudado e este fluxo não é isento desta marca, apesar de ter aparecido com menor incidência nos dados coletados pela presente pesquisa.

As redes sociais migratórias possibilitam novos vínculos no país de acolhimento. Nessas redes são valorizadas questões culturais do país de origem, “ao mesmo tempo que são promovidas dinâmicas de participação no contexto local do país de migração” (Brignol, 2010, p. 70). Os fenômenos migratórios não acontecem isoladamente como resultado de decisões individuais. São resultados de grupos de pessoas que se relacionam por familiaridade e destino comum. Esses indivíduos empreendem projetos migratórios apoiados pelas redes sociais, mesmo quando na jornada migratória estão sozinhos. Eles se beneficiam de laços pessoais pré-existentes e de relações construídas no trajeto e até mesmo no país de migração.

As possibilidades das redes sociais são ampliadas pela mediação tecnológica, principalmente pelos usos da internet, feitos massivamente por meio do *smartphone*. Quando nos referimos às redes sociais no contexto de imigrantes forçados e refugiados venezuelanos a viver no Brasil, percebemos uma ligação muito forte entre essas pessoas, formando redes diversas, de acordo com interesses, ambientes e momentos da vida. Essas redes apresentam-se como um movimento associado ao processo de migração, presentes ou não, desde o início da construção do projeto migratório, continuando durante a jornada migratória e muitas vezes sendo fortalecidas no país de destino. As redes sociais, na maioria dos casos, permanecem atuando no processo de instalação no novo país e na manutenção de vínculos com o país de origem. Neste caso, com a mediação das tecnologias. Especificamente referindo aos sujeitos encontrados durante as atividades de campo para esta pesquisa, o *smartphone* surge como o principal e quase único instrumento de comunicação com a Venezuela. E o *WhatsApp* aparece como o aplicativo mais largamente utilizado para a manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e de amizade no país de origem, assim como no país de acolhimento.

Os jovens com os quais conversamos não utilizam muito, mas as pessoas mais maduras, especialmente mulheres, fazem uso do *Facebook* como rede social para trocar experiências. Assim como outras redes sociais, esta pode servir para fortalecer articulações com atores importantes de seu *background*. E até mesmo para impulsionar seu projeto migratório e avançar no processo de inserção no território nacional, sem perder o que ficou para trás, como relatou Idania, uma senhora de 35 anos, casada, que vivia em São Sebastião no momento da coleta de dados com seu esposo, 5 anos mais velho, também venezuelano e os 2 filhos dele.

Yo sigo a muchos venezolanos y a mí me gusta ver los videos posteados por ellos en Facebook. Cuando escucho himnos de nuestra tierra yo lloro como una niña. Un día yo vi un video donde una venezolana que vivía en Colombia mostraba lo que ella hacía en sus días. No era nada extraordinario, nada. Ella era una ama de casa y enseñaba como arreglaba su casa. Sólo eso.

Pero yo me sentí como era amiga de ella, yo me identifiqué con su vida. Y le dije a mi pareja: ¡voy a hacer como ella! Voy a mostrar a mis hermanas como yo vivo acá, cómo es mi vida de ama de casa en Brasil. Y voy a publicar en Facebook para que otras inmigrantes puedan ver que todo tipo de vida, por más simple que sea, es una buena vida si tenemos una casa y comida para nosotros y nuestros parientes.

O *smartphone* tem sido utilizado como porta de entrada para venezuelanos em redes sociais não apenas de seus conterrâneos ou estrangeiros de fala espanhola, mas também de brasileiros e brasileiras. Com este instrumento de comunicação é possível quebrar barreiras fronteiriças e culturais. Permite o aprendizado, mesmo que de maneira informal, do idioma português. Essas redes sociais são circuitos de empoderamento e socialização, de escolhas e de relações na perspectiva da integração no contexto local com vistas a permanecer no país de acolhimento. Assim a terra estrangeira vai deixando de ser apenas um território de passagem ou um espaço geográfico temporário de proteção.

#### **4.11. Falta do *Smartphone* e exclusão**

Outra categoria surgida a partir da análise dos dados foi a exclusão. Esta aparece como resultado da falta de ter/possuir *smartphone*. Está evidente na declaração de Elizabeth, uma jovem de 18 anos:

siempre que no tengo como usar el teléfono, sea por falta de dinero para comprar crédito o porque el mío está averiado, me siento como que excluida de la sociedad. No sé lo que pasa en el mundo, no puedo hablar con mis amigos y parientes, es como vivir alejada de todo.

Nesta fala específica subentende-se que Elizabeth sente-se excluída da sociedade em que vive. Há controvérsias quanto à capacidade explicativa do termo exclusão social. Mas não há dúvidas de que este tema esteve e continuará na ordem do dia. Especialmente quando a referência é migração.

No Brasil essa referência é particularmente efetiva, porque para a conjuntura brasileira, exclusão social implica em várias discussões, já que este é um dos países com maior desigualdade social no mundo. Seres humanos destituídos de condições dignas de vida ou de pleno acesso aos direitos universais seriam, grosso modo, as vítimas da exclusão, já que a pobreza e o pobre estão intimamente ligados à exclusão social. Nas Ciências Sociais há diferentes significados que podem ser atribuídos a este termo. Não cabe aqui discutir o conceito

de exclusão social. Mesmo porque, ao discutir a pertinência da expressão ‘exclusão social’ estaríamos dando início à discussão da questão social. E este é o objeto último da razão de existência da Sociologia (Zioni, 2006).

Conforme a autora, no caso brasileiro, este vocábulo, mais do que um conceito, está ligado à distribuição perversa da renda existente no país, que traz consigo uma série de nuances relacionadas com a exclusão social, que são explicadas, em modo particularmente claro, pela categoria da interseccionalidade, pela qual os indicadores de situações que excluem, ameaçam a dignidade ou impedem a superação de vulnerabilidade. São entrelaçadas entre renda, fenotipia, gênero, escolaridade, condição de saúde e *status* migratório, entre outros fatores.

Há um sentimento expresso por alguns informantes de estar à margem do mundo real pelo fato de não terem acesso a um *smartphone* ligado à internet, de forma que possam se comunicar com amigos e parentes, assim como informarem-se sobre o que ocorre ao seu redor e no restante do planeta. Este sentimento poderia ainda estar ligado à exclusão digital. Falar em exclusão digital no Brasil implica em falar de desigualdades socioeconômicas e culturais. Essas desigualdades são ainda mais evidentes nos estados menos desenvolvidos e distantes dos grandes centros urbanos, como é o caso de Roraima, localizada na região norte. Para Almeida, Paula, Carelli, Osório e Genestra (2005) “é impossível falar de exclusão digital sem mencionar outros problemas existentes na sociedade brasileira, como analfabetismo, desemprego, baixa renda e educação. A exclusão social e a exclusão digital são mutuamente causa e consequência” (Almeida et al, 2005, p. 12).

Várias falas e situações encontradas nas incursões em campo revelaram pessoas passando por sofrimentos relacionados com condições de vida no limite da miséria, com falta de segurança alimentar, acesso insuficiente aos serviços de saúde ou até mesmo pessoas vivendo em situação de rua. A exclusão expressa na fala, acena para uma inclusão simbólica que o *smartphone* poderia representar. Esta inclusão simbólica exprime a resistência para não desistir na difícil trajetória de avançar nos esforços para conseguir vida com dignidade no Brasil, país escolhido para viver em terra estrangeira. Contemporaneamente, a inclusão que paradoxalmente a posse e o uso do *smartphone* representa dá indícios de uma resiliência que o protagonismo desses sujeitos em mobilidade consegue ativar para alcançar as metas para as quais se propuseram ao decidirem emigrar de sua terra natal.

**Tabela 4.11.1: Declarações *in vivo* sobre *smartphone* e exclusão**

Declarações ‘ <i>in vivo</i> ’	<i>Smartphone</i> e exclusão
--------------------------------	------------------------------

<p><i>¿Usted ha visto algún joven como yo, de 17 años de edad que sea feliz sin un celular? No responda! Pues le digo yo: no es posible. Soy una persona triste. Yo tenía mi celular. Era viejo, pero funcionaba. Alguien me lo robó. No lo sé cómo. Había mucha gente en la cola para recibir comida. Mi teléfono estaba en el bolsillo trasero del pantalón. La persona sacó el teléfono con tanta agilidad que yo no me di cuenta. Sólo percibí cuando me acosté después del almuerzo. Cuando llevé mi mano al bolsillo, ¡la mala sorpresa!</i></p> <p>(Declaração de Daniel)</p>	<p>O jovem teve seu celular roubado e sentiu-se muito triste por isto.</p>
<p><i>Me siento como se no tuviera ropa. Me hace tanta falta un celular que no sé si voy a soportar. Lo peor es que no tengo previsión de cuándo tendré uno. No hay empleo acá en Boa Vista. Yo sé hacer muchas cosas, ya he trabajado en una tienda en Venezuela, ya cuidé a un anciano, ya reparé casas, ya cuidé a niños, ya hice casi de todo. Pero acá, no consigo empleo. Si tuviera un teléfono podría buscar empleo, hablar con mi mamá que se quedó allá... Estoy a punto de ir a la calle, como he visto a algunas chicas a venderse a ellas mismas para tener dinero. Sólo no hice eso porque ya no soy tan joven y nunca lo he hecho. Tengo vergüenza.</i></p> <p>(Declaração de Fernanda, de 24 anos de idade)</p>	<p>Esta jovem está desesperada por não possuir um telefone celular e por não ter previsão de quando poderá comprar um.</p>
<p><i>Llegué a Brasilia, hace 3 meses yo no tengo un celular, pero mi amiga me presta él de ella. A mi no me gusta estar pidiendo porque siempre tengo ganas de ver cosas en la internet. Todo el tiempo. Y no puedo estar pidiéndolo a todo momento. Siento una exclusión que no sé como explicar. Es muy malo. Estoy buscando empleo. He puesto mi currículum en algunas plataformas virtuales. Así que reciba mi sueldo, la primera cosa que voy a comprar es un celular de segunda mano. Sólo para salir de esta situación, Cuando pueda, compraré uno mejor.</i></p> <p>(Declaração de Joana, 32 anos de idade)</p>	<p>Mesmo sem emprego, esta mulher já tem planos para o primeiro salário: comprar um celular e sair da situação de excluída que declarou estar passando.</p>

<p><i>Cuando no tenía este celular, era como no tener comida. Era así que me sentía yo, como si tuviera hambre. No podía hablar con nadie, no tenía un medio para comunicarme con mis parientes en Venezuela, no podía hacer muchas cosas que ahora puedo. Entonces, empecé a vender helados (dim-dim y picolé) acá en Boa Vista. Acá hace mucho calor y las personas siempre buscan algo para refrescarse. Yo voy a las calles con la cajita de plumavit. Todavía no he conseguido un carrito de mano. No vendo para una empresa, vendo para una mujer que produce de forma casera. Voy a las calles al medio día, a la hora del sol más fuerte, cuándo las personas no soportan. Hay poca competencia. Por eso consigo vender satisfactoriamente. Ahora con mi celular puedo recibir mensajes de clientes que quieren comprar. Ya me conocen en los órganos públicos, en las agencias bancarias, estoy haciendo mi clientela.</i></p> <p>(Declaração de Carlos, 23 anos de idade)</p>	<p>O jovem se sentia como se estivesse com fome, como se não tivesse comida por não ter um smartphone. Quando comprou um pôde melhorar suas vendas e ganhar mais dinheiro.</p>
<p><i>Era muy difícil aguantar estar acá sin poder hablar con mis amigos y parientes, oír música, ver videos y además, tener el objetivo de encontrar un trabajo. Soy barbero y peluquero, necesito muchísimo un celular. Yo no tenía clientes. Nadie buscaba a mis servicios. Creo que porque no sabían de lo que soy capaz. Entonces tuve la idea de poner un banner en frente de la casa de mi hermana. Yo anuncié que hacía cortes de cabello e hice una oferta. Yo puse un precio muy bajo. Eso llamó la atención de las personas que pasaban por la calle. Vinieron a probar. Empecé a ganar dinero. La primera cosa que hice fue comprar un celular. Ahora las cosas están mejores. Puedo agendar horarios para los clientes, dar un poco de comodidad para ellos que oyen música mientras están siendo atendidos, y puedo hablar con mi familia y amigos. Puedo también hablar con mi novia. ¡Ahora estoy muy bien!</i></p>	<p>Além de se sentir excluído, o jovem tinha pouco desempenho no seu trabalho. A partir do momento que comprou um <i>smartphone</i>, a qualidade do seu trabalho e da sua vida mudaram para melhor.</p>

(Declaração de Jorge, de 21 anos de idade. Foto do <i>banner</i> citado no Anexo D)	
---	--

A exclusão digital está fortemente relacionada com outras formas de desigualdade social. E em geral, as taxas mais altas de exclusão digital encontram-se nos setores mais carentes. No campo das comunicações a desigualdade social não se expressa somente no acesso ao bem material, como um *smartphone* ou um *tablet* ligado à internet por exemplo, mas também na capacidade do usuário de extrair o máximo proveito das potencialidades oferecidas por cada aparelho tecnológico. Nos dados coletados em campo identificamos principalmente a exclusão digital de caráter passivo, especialmente por informantes que estavam a viver em Boa Vista em situações mais vulneráveis onde não dispunham de *smartphone*, ou outro equipamento de comunicação, nem de internet. Exemplificamos com a frase de Catarina, uma senhora de 32 anos de idade que havia emigrado para Roraima há 3 meses:

Mi familia es muy pobre y se quedaron en Venezuela. Yo vine a intentar vivir en Brasil con mis 2 hijos pequeños porque no conseguía darles de comer con mi sueldo, no alcanzaba. Nuestra casa quedó cerrada con todo que teníamos. Ahora estoy oyendo a los venezolanos decir que el gobierno va a tomar las casas que están cerradas para donar a los que no tienen techo. ¿Qué puedo hacer? ¿Cómo saber si mi casa aún no fue tomada? ¡Yo siempre necesito informaciones, cada día! No tengo celular, mis parientes que están allá tampoco. ¡Dios mío! A veces los venezolanos que están acá ofrecen prestarme un teléfono hasta con un poquito de saldo y dicen que puedo usarlo, pero solamente el WhatsApp, que consume poco. Pero yo no sé cómo se hace eso y no conozco en mi tierra quién tenga WhatsApp para pasarme las noticias. ¡Que tristeza!

Deparamo-nos novamente com a questão das literacias: a falta delas e/ou o baixo nível de literacias como fator que desencadeia as vulnerabilidades no uso inadequado ou inapropriado do *smartphone* ou a incapacidade de migrantes/refugiados venezuelanos a desfrutar das potencialidades que os poucos recursos digitais de que dispõem, poderiam proporcionar. Dos informantes encontrados no percurso de construção desta *Grounded Theory* aqueles que foram vítimas de golpes e de *Fake News* por falta de literacia digital adquiriram o medo e sofreram a influência negativa de um efeito perverso que, *a priori*, o *smartphone* poderia representar empoderamento e oportunidade, especificamente para lograr avanços em suas trajetórias de pessoas de origem estrangeira num país continental como é o Brasil. De fato, muitas vezes estes

imigrantes e refugiados deixam de explorar as inúmeras potencialidades do telefone móvel inteligente por insegurança gerada a partir do momento em que foram lesados.

#### **4.12. Reflexões finais do capítulo**

Este capítulo tratou da metodologia utilizada, a *Grounded Theory*. Abordou esta metodologia a partir dos pontos de vista de alguns autores. Trouxe exemplos da sua utilização em várias áreas do conhecimento, desde onde ela surgiu, no campo da saúde. Alertou para a pouca utilização na área da comunicação social e os motivos para a sua escolha nesta tese de doutoramento. Diferentemente de grande parte dos métodos de análise de dados, este que se apresenta como eminentemente qualitativo, parte da abdução, um terceiro tipo de inferência, para além da indução e da dedução, resultante da interação entre ambas. No cerne do processo de teorizar na *Grounded Theory* está a interação constante entre indução, dedução e verificação, num fluxo contínuo ao longo de todo o processo da pesquisa.

Após a explanação a respeito da metodologia foi iniciado o trabalho de imersão no campo com duas viagens a Roraima, uma a São Paulo e várias entrevistas realizadas em Brasília. Num processo circular, em forma de espiral, os dados foram analisados a partir de observações etnográficas, redação de memorandos, diários de campo, diagramas e fotos dos ambientes e das pessoas, as quais não estão incluídas no corpo do texto do capítulo, mas nos anexos. Os dados são apresentados gradativamente. As declarações ‘*in vivo*’ apoiaram as interpretações que os dados trouxeram.

O trabalho de campo foi guiado pela pergunta de pesquisa: qual a importância do *smartphone* para imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil? Assim como outras perguntas derivadas desta que seguem na mesma linha de raciocínio. As categorias principais e secundárias foram surgindo. Algumas foram descartadas e outras analisadas. Uma das principais, ‘*os usos do smartphone*’, foi responsável por trazer à discussão quais são as consequências para aqueles que não têm ou não usam um telefone móvel inteligente, nem mesmo emprestado.

A partir dos usos, surgem outras categorias consideradas também importantes que são: manter contato com familiares e amigos que ficaram no país de origem e posteriormente, a sua utilidade para integração no país de acolhimento. As diversas categorias que surgiam foram organizadas e catalogadas com o auxílio de um *software* de análise de dados. A necessidade de dispor de linha de acesso à internet aparece como algo imprescindível para essa população, uma vez que não existe *wifi* pública nas cidades brasileiras, com exceção para poucas zonas centrais das grandes capitais.

Dos dados emergiram uma questão central para o uso eficiente do *smartphone*, que é a literacia digital. Além de grande parte desses imigrantes não dominar o idioma português ainda apresentam baixo nível ou nenhuma literacia digital. Muitos não conhecem todas as potencialidades do *smartphone* e ao comprar créditos, pelos quais pagam antecipadamente, não sabem exatamente quais serviços estão pagando e como utilizá-los de maneira mais econômica. O *smartphone* apresenta-se como uma alavanca e até uma tábua de salvação para inúmeras necessidades. No entanto, foi constatado que alguns atendimentos aconteciam, na época da coleta de dados, somente de forma presencial, como o agendamento nas instituições governamentais e não governamentais de apoio a imigrantes.

Algumas ambiguidades nos foram apresentadas a partir da análise dos dados. A mais forte delas foi o medo de ser vítima de violência por parte de ladrões que têm interesse no *smartphone*. Ao mesmo tempo que este aparelho se mostra imprescindível, a posse dele pode representar perigo. Mas este medo não vem de forma isolada. Ele faz parte de uma série de outras vulnerabilidades a que estão sujeitos imigrantes e refugiados em país estrangeiro. O desconhecimento do idioma e a baixa literacia digital também podem levar essas pessoas a serem vítimas de golpes aplicados a partir do uso ingênuo ou inadequado do telefone móvel.

A possibilidade de participação em redes sociais é uma potencialidade do *smartphone*. E muitos dos informantes declararam frequentar essas redes, tanto as que utilizam o idioma espanhol como as brasileiras, contribuindo para quebrar barreiras fronteiriças e culturais. Novamente surge a questão das consequências de não ter/possuir/usar um telefone móvel inteligente. E a categoria central que surge desta nova questão é a exclusão, seja ela social ou mais especificamente a exclusão digital, como um desdobramento da marginalização decorrente da pobreza e da falta de recursos financeiros.

Passamos por diversas etapas em movimentos circulares e em espiral na análise dos dados. Isto conduziu-nos progressivamente à revelação da relação entre o *smartphone* e a busca por sucesso nos projetos migratórios do público-alvo estudado. E então conseguimos desenvolver uma reflexão teórica, que será apresentada no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 5

### O SMARTPHONE E A LITERACIA DIGITAL COMO POTENCIALIDADES PARA SUPERAR VULNERABILIDADES

*Yo estuve adentro, yo viví bien cerca. Yo era activista política. Yo tenía una ONG de mujeres. Entonces yo estaba en esos espacios con mujeres, y en todos los espacios que me permitían estar, con derechos humanos y esas cosas. La gente estaba allí participando, porque tiene mucho que ver con los derechos de las mujeres con derechos humanos, todo relacionado. Nuestra historia fué manipulada por intereses y yo voy a escribirla nuevamente.*

*Yo voy a escribir mi historia.*

*Allí yo fui un personaje real. Yo estaba allí en la escena, en ese lugar. Yo estoy hablando de las minas de oro. Las minas de diamante... en un lugar inhóspito.*

*Son lugares peligrosos, lugares tomados por el hampa. ¿Sabes qué es el hampa?*

*Nosotros llamamos “hampa” al crimen organizado donde están involucrados criminales comunes. Pero también hay personas poderosas que están involucradas y que los ayudan a expandirse y a hacer lo que tengan que hacer. Todo eso, en detrimento del pueblo. El pueblo es la gran víctima de todo ese negocio. Entonces, yo estuve allí, vi, palpé, conocí los personajes.*

*Tengo muchas cosas para contar. ¿Entendió?*

*Nuestra historia, nuestra realidad...<sup>91</sup>*

Os dados coletados em campo para esta pesquisa exploratória apontaram para as potencialidades que tem o *smartphone*. No caso específico de venezuelanos e venezuelanas em processos migratórios esta mídia digital pode, inclusive, ajudar a superar vulnerabilidades a que essa população está sujeita. Entre os imigrantes com os quais conversamos, não encontramos nenhum que seja ativista ou que utilize o aparelho para o ativismo social ou político. A venezuelana Aline, cuja frase abre este capítulo, mostrou-se uma ativista política na sua juventude. Mas na época ela não utilizava *smartphone*. Mesmo porque esses aparelhos ainda não existiam. Em seu relato, essa senhora contou que os meios de comunicação utilizados para a luta social na qual estava envolvida eram as rádios comunitárias. Atualmente ela está desempregada e leva uma vida pacata com seus familiares. Disse estar em processo de rascunho da sua biografia, o qual tem feito com caneta e papel, ou seja, manuscrito. Ela possui um

---

<sup>91</sup> Declaração de Aline, uma venezuelana de 57 anos de idade que vive atualmente na cidade satélite de Taguatinga, em Brasília-DF, com seu filho e netos.

*smartphone*, mas não faz uso de todos os seus recursos por falta de conhecimento, conforme confessou.

Para responder à pergunta sobre a importância do *smartphone* para migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil a metodologia da *Grounded Theory* nos fez percorrer o longo processo de categorização e análise, construindo e reconstruindo diagramas e tabelas, conexões e categorias até a saturação dos dados relacionados com *a core category* em torno do potencial que o telefone móvel inteligente representa para o enfrentamento das vulnerabilidades relacionadas com a jornada migratória. Cabe-nos neste capítulo discorrer sobre os resultados da pesquisa, com foco na categoria central e respectiva reflexão teórica que a pesquisa identificou, que é enraizada nos dados coletados, a saber, a GT do uso social do *smartphone* como alavanca para a superação das vulnerabilidades da jornada migratória, cuja potencialidade é ampliada e viabilizada pela literacia digital.

### **5.1. A resposta à pergunta de pesquisa**

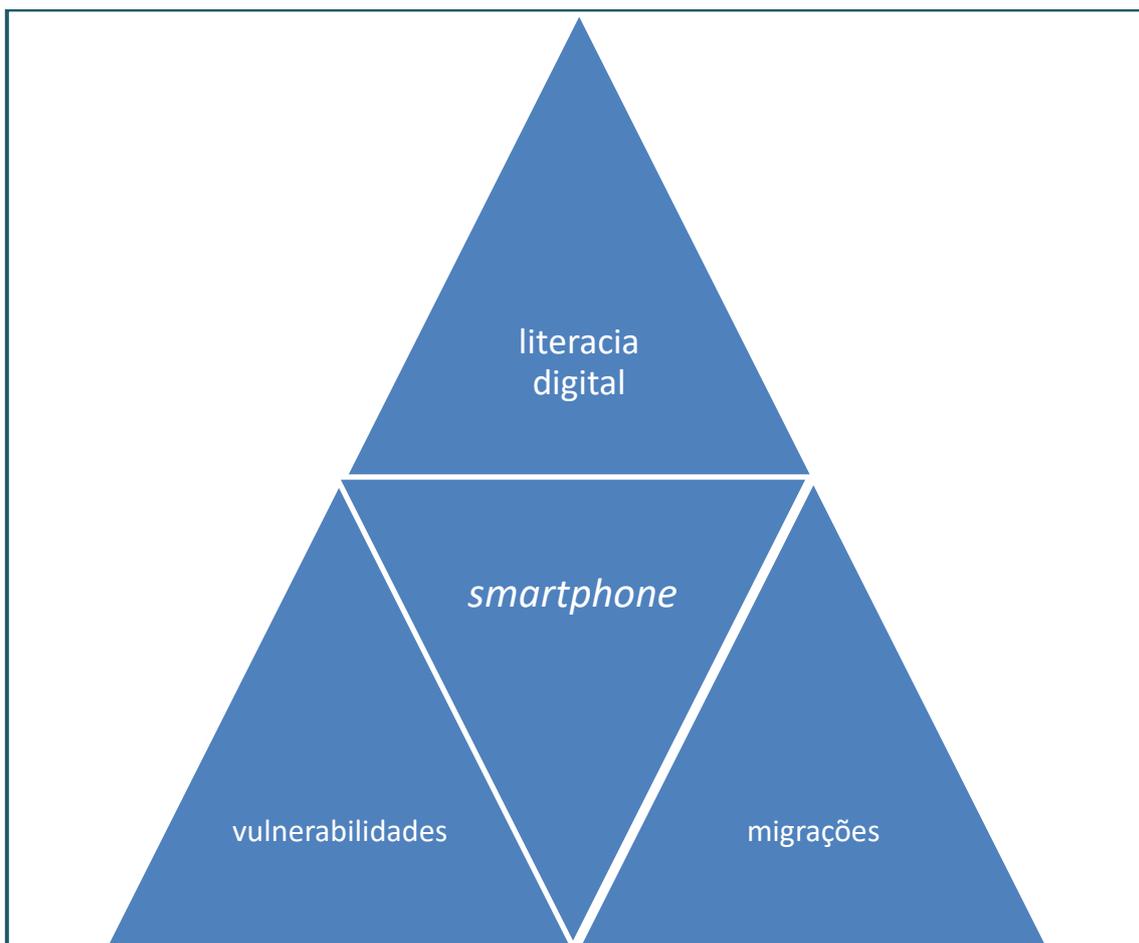
Retomamos à pergunta de pesquisa: qual a importância do *smartphone* para imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil? Assim como indicado inicialmente, a pergunta foi sendo reformulada e a interrogação aprofundada através de outras perguntas afins tais como: qual a relevância dessa mídia digital para a população em estudo? Como se configura e quanto incide nas trajetórias migratórias a importância do *smartphone*? Muitas respostas foram aparecendo no decorrer da investigação.

O esforço da escuta dos atores, do percurso humilde de análise dos dados, na paciente construção do estudo seguindo os procedimentos da metodologia escolhida e na interação entre os saberes das pessoas que vivem o fenômeno estudado e seus aportes, com a visão, os entendimentos e nossa bagagem de conhecimento e competências, vantagens e desvantagens do uso do *smartphone* foram dando lugar, no percurso de construção da reflexão teórica, a categorias mais relacionadas com a especificidade da jornada migratória e a ponte que as potencialidades do telefone inteligente conectado com a rede global de internet podem oferecer.

Ao colocar na balança os aspectos positivos e negativos de ter/possuir/usar emprestado um *smartphone* percebemos que os aspectos positivos são infinitamente maiores que os pontos negativos. A função social desta mídia digital no êxito do processo migratório parece evidente. Ela se apresenta como ferramenta estratégica para a inserção em território estrangeiro e a integração na nova vida que começa a ser construída no país de acolhimento. E ainda pode contribuir para a superação das vulnerabilidades a que estão sujeitos esses imigrantes e

refugiados, além de prevenir situações de exclusão e favorecer articulações com pessoas e redes que podem abrir oportunidades e fortalecer iniciativas nas trajetórias migratórias.

O processo de codificação na construção da reflexão teórica que os dados poderiam fornecer passou por etapas em movimentos circulares e em espiral, conduzindo progressivamente à emergência de algumas categorias centrais, revelando a relação entre o *smartphone* e a busca por sucesso nos projetos migratórios do público-alvo com o qual desenvolveu-se esta GT. A resposta que os dados nos trouxeram foi: o *smartphone*, aliado à literacia digital, tem potencialidade para superar as vulnerabilidades a que estão sujeitos imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil. No diagrama abaixo esta resposta está demonstrada na forma de pirâmide onde a literacia digital aparece no topo, uma vez que a forma consciente e empoderada de uso social do *smartphone* é condição para que as vulnerabilidades a que estão sujeitos imigrantes e refugiados em jornada migratória sejam superadas. Desta forma, as palavras: migração e vulnerabilidades aparecem na base da pirâmide, que tem em seu centro o objeto de estudo desta tese de doutoramento: o *smartphone*.



### **Diagrama 5.1:** Foco na principal potencialidade do *smartphone*

A principal potencialidade do *smartphone*, conforme extraímos dos dados analisados, é a possibilidade de superar vulnerabilidades de imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória, tentando reconstruir suas vidas no Brasil. Senão todas as vulnerabilidades a que estão sujeitos indivíduos imigrantes em país estrangeiro, pelo menos grande parte delas, especialmente aquelas que dependem da comunicação e da interação entre pessoas, ou que estão indiretamente ligadas a elas. Para que as potencialidades sejam aproveitadas em sua plenitude, é necessário que haja literacia digital. Porque quando o uso social desta mídia digital é feito de forma consciente, quando o utilizador maneja o *smartphone* com segurança e domínio pleno das suas funcionalidades, a efetividade de suas intencionalidades é garantida. Com a literacia digital fica afastado o temor de ser vítima de golpes aplicados por intermédio do próprio aparelho devido ao uso inocente e inadequado dessa ferramenta, e ao mesmo tempo, a utilização do telefone cumpre com as funcionalidades do uso básico da função de comunicação telefônica a instrumento para acessar e interagir local ou internacionalmente sobre qualquer tema.

Isso significa que há uma função social que o *smartphone* desempenha na jornada migratória dessa população que vai além do uso social de um instrumento de comunicação social, entrando no campo das lutas por dignidade, acesso a direitos e serviços até o exercício da cidadania em sentido amplo, por ser uma população que, por meio do uso do telefone móvel inteligente, avança na capacidade e na efetividade de assumir seu papel como cidadão ou cidadã no território em que se encontra, no sentido de pessoas que habitam o espaço como atores protagonistas; portanto, sujeitos de direitos. É a função social da comunicação que atribui valor e oportunidade nos parâmetros da vida democrática, que pelo *smartphone* consegue incluir pessoas imigrantes e em busca de refúgio, conforme os dados dessa GT revelaram, especialmente em relação a pessoas em situação de vulnerabilidade em trajetória migratória no Brasil.

A nossa reflexão teórica do uso social do *smartphone* com potencialidade para superar vulnerabilidades nas trajetórias de venezuelanos e venezuelanas em migração e/ou busca de refúgio no Brasil dialoga com a educação libertadora, que tem Paulo Freire como principal referência e com a cidadania, no sentido da cidadania que é histórica, acontece como processo e como resultado de transformação social e varia conforme o contexto vivido e o seu momento histórico. Uma cidadania que é conquista do povo, a qual aumenta na medida em que cresce a participação política de qualidade dos indivíduos. A cidadania que não se consolida com atos isolados, pontuais ou esporádicos. A cidadania que não é algo dado, mas construído,

especialmente para pessoas imigrantes ou refugiadas, para as quais, em muitos países, há limitações e até discriminação nos direitos humanos.

Constatamos que a cidadania está intimamente ligada ao exercício de reivindicação e apropriação de espaços e de direitos. O conhecimento desses direitos deve ser socializado com a população. E as literacias cumprem este papel na medida em que aqueles que as detêm podem ser sujeitos autônomos e críticos que atuam na sociedade de forma transformadora, contribuindo com o fortalecimento da cidadania. Nossa GT apontou exatamente para a potencialidade que o *smartphone* tem de contribuir para a transformação social e a conquista de cidadania para migrantes e refugiados, especialmente se utilizado por pessoas empoderadas de literacia digital, vivendo trajetórias no país onde encontram-se na condição de estrangeiros recém-chegados e decididos a avançar em projetos migratórios no país.

No entanto, no caso específico de migrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil, não constatamos informações ou experiências significativas sobre o uso do *smartphone* ou de qualquer outra mídia para o exercício da cidadania entendida em sentido amplo e coletivo. Assim como os dados coletados em campo para esta pesquisa mostraram, essa população ainda não se organizou em redes sociais de modo expressivo a mostrarem-se publicamente, ao menos durante os primeiros anos do novo fluxo, período da realização das atividades de campo dessa investigação. Seja porque é uma vaga migratória muito recente e por isto não houve tempo suficiente para esta mobilização, uma vez que seus atores/atrizes deixaram seu país numa migração forçada, sem planejamento; seja porque a prática da cidadania por meio do uso de TICs não é possível com o baixo nível de literacia digital que demonstraram ter grande parte dessas pessoas, com as quais tivemos contato, provenientes de um país em grave crise econômica, onde seus habitantes têm como preocupação primordial conseguir o pão de cada dia para si e para os seus, sem falar nas outras necessidades básicas como medicamentos e vestimentas. Este é mais um fator a aumentar o grau de vulnerabilidade a que estão submetidos os protagonistas desta nova vaga migratória; cuja superação, segundo os dados coletados nessa pesquisa, tem no uso qualificado do telefone inteligente um recurso efetivo e com poder de empoderar pessoas e processos migratórios.

A pesquisa exploratória que está na origem desta *Grounded Theory* revelou que, no caso específico desse fluxo migratório proveniente da Venezuela, e no que concerne ao período em que a investigação de campo foi realizada – entre 2019 e 2020 – enquanto a vaga de pessoas providas da Venezuela ainda era relativamente recente no Brasil, as mídias digitais utilizadas por essa população em mobilidade aparecem como usadas limitadamente e seu potencial só em pequena parte é desfrutado. A literacia digital é escassa e os meios e as oportunidades para

avançar nessa nova esfera da comunicação ainda não está disponível suficientemente para estes sujeitos. Se por um lado, questões e interesses relacionados com as redes sociais e esforços direcionados à formação de coletivos não tiveram relevância no conjunto dos dados coletados, porque não apareceram de fato entre os sujeitos e nos contextos onde foi realizada a investigação de campo, por outro lado, nas situações e para as pessoas que lançaram mão das potencialidades do *smartphone* conectado à internet sabendo ou ampliando sua capacidade de usar o aparelho, foi determinante o poder transformador dessa mídia digital registrado durante a pesquisa de campo.

## **5.2. A importância do *smartphone***

Fomos a campo com a pergunta de pesquisa: qual a importância do *smartphone* para imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil? Ao longo do percurso esta pergunta foi sofrendo algumas adaptações, sem perder a sua essência. Os dados coletados nas entrevistas, nas observações, nas leituras de mundo e nas conversas informais mostraram que a importância do telefone móvel inteligente não se encerra na sua utilidade. Que a importância também não está relacionada somente ao fato de ter, possuir ou usar emprestado este aparelho. A análise deve ser feita com atenção a outros aspectos mais abrangentes, com ênfase especial à literacia digital.

São vários entendimentos sobre uma complexidade de práticas. E a nossa inspiração para o que achamos necessário fazer neste momento, no ano de 2021, quando estamos concluindo esta pesquisa, cujos dados foram coletados em 2019 e 2020, no Brasil, onde vivemos atualmente, aponta para o uso do termo literacia digital. A nossa *Grounded Theory* responde à pergunta da pesquisa. E a resposta traz um elemento novo que aportou para significar e entender a importância, a necessidade e a relevância do *smartphone*. Mas esta importância vem conjugada à literacia digital. Portanto, a nossa *Grounded Theory* responde à pergunta alargando a interrogação e sinalizando para a centralidade da questão da alfabetização em mídias, informática, comunicação, de forma a fazer uso consciente e competente dos equipamentos eletrônicos digitais ligados à internet.

Não identificamos ninguém, com uma única exceção para a senhora cuja declaração *in vivo* abre este capítulo, que tenha se declarado ativista social, que tenha abordado a questão da cidadania no sentido de se considerar um cidadão consciente de seus direitos e deveres na situação de migrante em país estrangeiro. Muitos, inclusive, disseram ter solicitado o estatuto de refúgio ao ingressar no país e depois de algum tempo solicitaram residência temporária por acreditar que se adquirissem o estatuto de refugiado não teriam condições de ter carteira de

trabalho assinada e não estariam regulamentados juridicamente no país. O que se configura como um total desconhecimento dos seus direitos e deveres, seja como solicitante de refúgio ou como solicitante de residência temporária.

A questão principal que os dados permitiram identificar, na relação entre as pessoas em mobilidade provenientes da Venezuela e o *smartphone*, foi sua relevância determinante no enfrentamento de problemas e desafios nas trajetórias para a conquista de etapas exitosas no desenvolvimento e reinvenção de seus projetos migratórios em terras brasileiras. Ao mesmo tempo, todavia, por meio do *smartphone* os protagonistas do fluxo no qual foi realizada a pesquisa esperam viabilizar acesso a informações, direitos, recursos e oportunidades das quais sua condição de estrangeiro no país, muitas vezes, os exclui.

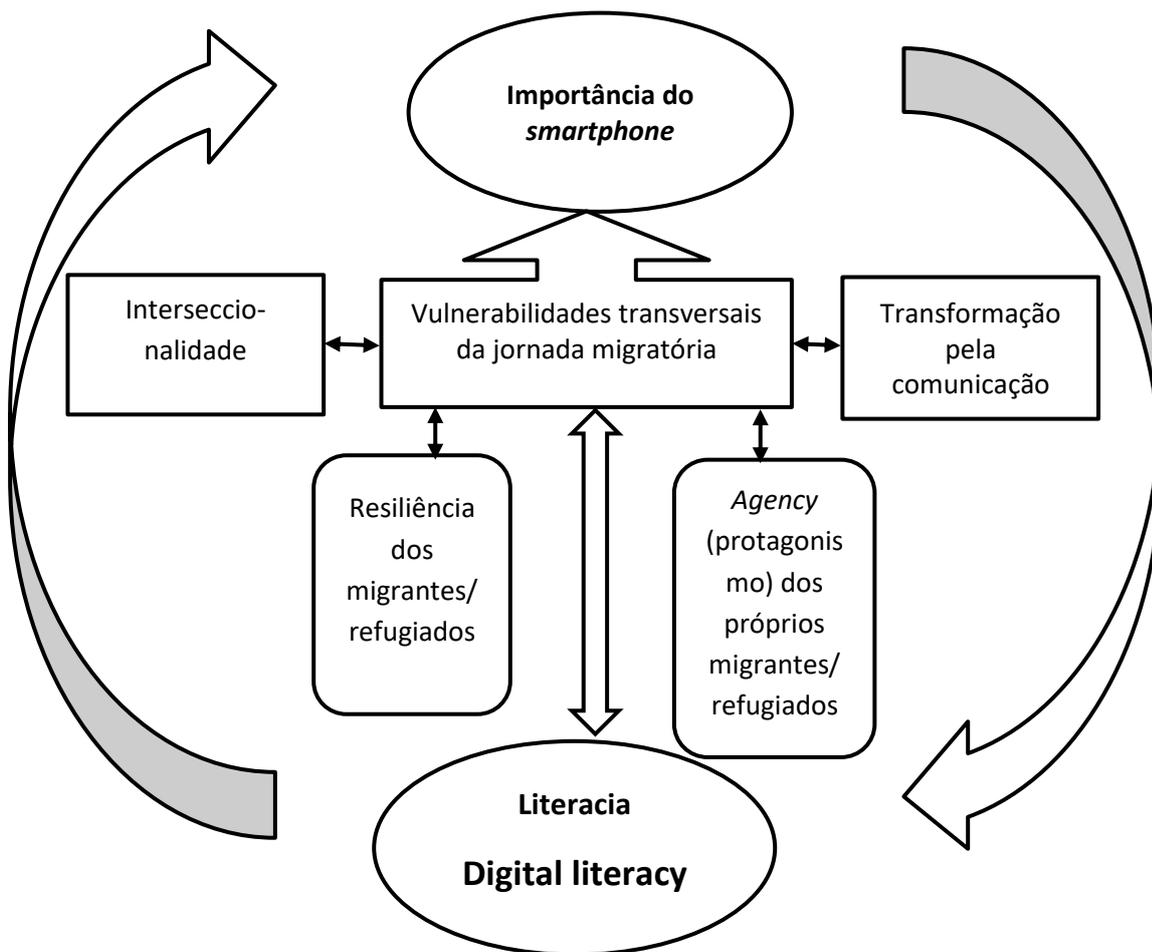
A bibliografia disponível sobre uso do *smartphone*, inclusive utilizando-se da metodologia da *Grounded Theory*, estuda normalmente o uso social do telefone inteligente, com atenção aos usos não sociais ou, sobretudo, ao seu uso problemático ou abusivo, especialmente em âmbito escolar e entre públicos infantis e de juventudes (Elhai, J. D., Hall, B. J., Levine, J. C., & Dvorak, R. D., 2017). Já a psicologia e a psiquiatria têm produzido estudos relacionados com o uso do *smartphone*, com foco na saúde mental das pessoas que o utilizam e, especialmente, buscando analisar questões relacionadas com a dependência no uso desta e de outras mídias digitais (Annoni, A.M.; Petrocchi, S.; Camerini, A.-L.; Marciano, L.; 2021. Elia; Abi-Jaoude, 2020). Estudos sobre o uso profissional do *smartphone* em ambiente de trabalho e no convívio social alertam sobre consequências negativas e riscos, para além das vantagens que pode apresentar (Pitichat; Thiraput, 2013).

Todavia, no que tange essa vaga de pessoas provenientes da Venezuela buscando reconstruir a vida no Brasil, os usos problemáticos do telefone inteligente foram quase fundamentalmente relacionados com raros casos de tentativa de roubo e de tentativa de fraude através do *smartphone*. Quanto ao seu uso, sendo de suma importância como estratégia para a superação das vulnerabilidades relacionadas com o processo migratório, a pesquisa não identificou usos problemáticos. O *smartphone* para essa população em trajetórias migratórias e em busca de refúgio no Brasil faz parte das soluções possíveis e desejáveis, estratégia e canal de empoderamento e de superação, tanto mais efetiva quanto mais avançado é o nível de literacia digital de quem o utiliza.

A falta de literacia no conhecimento, na familiaridade para o uso e no conhecimento das características técnicas e, portanto, das possibilidades e dos riscos dessa mídia digital, é evidente nos dados coletados. Mesmo assim, nos esforços e investimento dos venezuelanos e venezuelanas para desbravar o campo e avançar em percursos de interação e inserção no

contexto sociocultural e geográfico brasileiro, conseguir obter um *smartphone* habilitado efetivamente ao seu uso diferencial – respeito ao velhos telefones analógicos usados no país de origem – devido ao uso de dados através do aparelho, assume um valor simbólico de resistência que expressa a resiliência e o protagonismo de que são capazes, apesar dos entraves da jornada migratória tão exigente e, em muitos casos, dramática.

As respostas à pergunta de pesquisa podem ser resumidamente representadas no Diagrama, conforme segue:



**Diagrama 5.2:** Resumo da *Grounded Theory* do uso social do *smartphone* por venezuelanos/as imigrantes e refugiados/as no Brasil como potencialidade para a superação de vulnerabilidades

As flechas indicando circularidade entre a importância do *smartphone* e a literacia, explicada mais adiante nesse capítulo, apontam para o fato de que a importância do telefone celular inteligente depende da inclusão digital e das habilidades em conhecimento das funções

e potencialidades do aparelho e de seus aplicativos e funcionalidades quando conectado à internet, por parte de quem o utiliza. A literacia digital, de fato, é um diferencial que essa metodologia permitiu identificar no processo de análise dos dados em constante diálogo entre a organização e interpretação do material coletado em campo e a interação com as pessoas e os contextos em que a pesquisa foi realizada. A relevância do *smartphone* carrega intrinsecamente o pressuposto de que a população que o adota esteja em um nível de envolvimento e conhecimento dessa tecnologia, que não corresponde ao que a situação sociocultural e a condição migratória dessa população está vivendo nos contextos do Brasil, onde a pesquisa foi realizada. A narrativa da senhora venezuelana de 38 anos indica exatamente como a falta de literacia pode neutralizar o potencial do *smartphone*, além de servir como indicador para a relevância e a necessidade de políticas públicas que promovam inclusão digital como dimensão da promoção da dignidade humana e da cidadania:

Yo no sé explicar, pero no consigo aprender de todo el portugués, ni cómo manejar el celular. Mi hijo menor es sólo un niño de 10 años y después de pocos meses en la escuela ya habla como si fuera un brasileño. Cuando estamos en casa le presto el celular y él hace muchas cosas: habla con las personas por whatsapp, saca fotos, vé y graba videos. ¡Increíble! Yo soy una madre e intento aprender con mi hijo cómo usar el celular, cómo hablar y comprender el portugués. Así como hay escuela para los niños, deberían pensar en los no tan jóvenes que necesitan aprender cosas.

No centro do diagrama está a afirmação: importância do *smartphone*. No lado oposto, inferior, no mesmo alinhamento da importância do celular, aparece a palavra: literacia, de forma mais ampla, com o termo em inglês “*digital literacy*”. Infere-se daí que a importância do telefone móvel inteligente para a população investigada atinge a sua plenitude quando há literacia digital. A partir do momento que usuários/as desta mídia digital estão aptos/as a operar o aparelho dominando habilidades como a leitura, o uso de imagens, a avaliação crítica, a decodificação, a produção e o compartilhamento de conteúdo, a importância atinge níveis incomensuráveis. O empoderamento que o *smartphone* atribui ao indígena Warao analfabeto encontrado em Brasília é indicador desse aspecto tão eloquente que a GT revelou:

este aparato es muy importante para mantener contacto con mi familia en mi país y mis hijos mayores que están en Porto Velho, al norte de Brasil. Ellos tienen un celular y me enseñan a mí como manejar el mío. Mi papá y mi mamá están viviendo en Barranca, Venezuela. Para tener información de ellos, alguien de allá tiene que viajar muchas horas en lancha hasta un sitio

donde hay señal de internet. Desde hace 2 años, cuándo yo compré este celular no puedo estar sin saber lo que pasa con mi familia. Ellos también saben cómo estamos viviendo aquí. Yo saco y envío fotos, grabo mensajes de voz y les cuento todo.

A mais relevante consequência do uso do *smartphone* com literacia digital é a capacidade de superar diversas vulnerabilidades transversais a que estão sujeitos imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil. Os usos sociais do celular, com literacia digital, além de superar vulnerabilidades, são capazes de transformar vidas e promover o exercício da cidadania por meio da comunicação, fazendo o contraponto com o fato de que as vulnerabilidades relacionadas com a condição dessa população vivendo como estrangeiros no Brasil, se somam e se cruzam com outros fatores de sua identidade como fenotipia e gênero. Soma-se a tudo isso, a sua condição social como: analfabetismo e desemprego, fortalecendo-se, com aquilo que é conhecido pela Sociologia como interseccionalidade. Exemplo de que o baixo nível de escolaridade não é impedimento para ter literacia digital e posicionar-se melhor no mundo, foi expressado na fala da senhora de 65 anos que cursou somente até o terceiro ano do ensino fundamental e trabalhava como comerciante e costureira na Venezuela. Ela foi encontrada em Pacaraima, quando retornava para seu país de origem acompanhada da filha e do neto. R.T. havia passado 1 mês em Manaus. Sua intenção era conhecer o local onde estava vivendo seu companheiro, um homem bem mais jovem que ela com quem não tem nenhum filho. Caso gostasse, ela iria mudar-se para o Brasil. R.T. relatou:

Él es 20 años más joven que yo, pero no tiene celular, ni quiere tener uno. Desde que se fué de nuestra casa para vivir en Brasil, nuestro contacto era por el teléfono de un colega de trabajo por grabación de audio en whatsapp. Él siempre decía que Manaus era bueno y me llamaba para ir vivir con él. Pues, yo vine. Él trabaja como mesero en una quinta donde hay eventos y fiestas. Nosotros nos quedamos donde él vive, en la misma quinta. Para pagar la estadía, y la alimentación, me ofrecí para ayudar en la cocina. Y mi hija hacía trabajos de ama de casa. Era como una ayuda para costear los gastos. Pero a cada día el trabajo aumentaba más. Ya no teníamos tiempo para conocer el sitio. Después del desayuno empezaba el trabajo que sólo terminaba por la noche. Mi hija es peluquera. Cuando descubrieron eso, quisieron que ella arreglara los cabellos de las 3 mujeres de la casa todos los días, además de hacer el servicio de limpieza de la casa. Nos dimos cuenta que estábamos haciendo trabajo pesado sin recibir ningún sueldo. Entonces decidimos volver a Venezuela. Creo que todo eso se sucedió porque mi compañero no tiene una manera adecuada de comunicarse. No se puede vivir en el mundo de hoy sin un celular y una no se puede quedar lejos de la realidad. Yo soy casi una persona de

tercera edad, pero estoy mucho más cerca de todo lo que pasa de lo que muchos jóvenes están. Yo sé que en Brasil todavía existe trabajo esclavo y patrones como los de mi compañero no van a esclavizarme.

A categoria da interseccionalidade ajuda a entender os fatores de vulnerabilidade que essa população pode viver em suas trajetórias, conforme a teoria fundamentada nos dados dessa pesquisa apontou. A GT mostrou que, utilizado inteligentemente (Sarwar & Soomro, 2013), o aparelho de telefonia móvel inteligente favorece a superação dessas mesmas vulnerabilidades por meio de processos de empoderamento, superação pela capacidade fortalecida de tomar iniciativas e decidir sua sorte e pelo potencial transformador da comunicação, que o *smartphone* proporciona. O potencial que a literacia digital com o uso empoderado do *smartphone* podem exercer, contribuem para superar questões complexas como o cruzamento de fatores de risco e de exclusão, assim como os usos problemáticos e os riscos do uso inadequado do telefone móvel inteligente. O protagonismo ou *agency* dos migrantes e refugiados venezuelanos é ressaltado e maximizado a partir dos usos sociais do *smartphone* com literacia digital. Isto empodera ainda mais os/as usuários/as num movimento circular e ascendente que proporciona o aumento da resiliência dessa população.

O diagrama 5.2 representa graficamente e resumidamente os elementos que compõem a teoria fundamentada nos dados dessa pesquisa que será mais amplamente aprofundada nas páginas a seguir.

### **5.3. As potencialidades do *smartphone*: instrumento para resiliência e *agency***

A resiliência representada pelo *smartphone* é uma alavanca na qual migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio se apoiam para “volver à embarcação virada”, parafraseando Lussi (2017, p. 726), quando explica o significado etimológico da palavra resiliência, referindo-se ao gesto de quem se apoia no próprio barco que virou e está para naufragar, para emergir da água e reagir ao risco iminente. Ancorados no *smartphone* e na medida da capacidade de literacia alcançada até então, pessoas recém-chegadas da Venezuela no Brasil, mapeiam possibilidades para redesenhar suas trajetórias e persegui-las. Enquanto isto, descobrem que o contato com as pessoas distantes, seja os *left behind* que ficaram no país de origem, quanto os que os/as precederam e estão esparsos pelo continental país que é o Brasil, percebem que não é tão impossível quanto parecia antes de conhecer o telefone inteligente. Então, contar com *smartphone*, combinado com literacia digital para beneficiar-se do potencial que essa mídia dispõe, transforma um aparelho de telefonia móvel em uma ferramenta-alavanca, que quando

está disponível, exerce uma função social que vai muito além daquilo que é reconhecidamente atribuído à comunicação social ou a uma mídia digital específica.

O termo “resiliência” aqui empregado vem da psicologia e pode significar: resistência absoluta ao estresse. Esta palavra é referida frequentemente por processos que explicam a superação de crises e adversidades. Sejam essas crises individuais ou de grupos. A psicologia vem estudando atualmente com maior ênfase o fenômeno da resiliência, que já foi associado ao termo “invulnerabilidade”. Para Rutter (1993) um dos pioneiros no estudo da resiliência no campo da psicologia, “invulnerabilidade” passa a ideia de que os seres humanos podem suportar sofrimentos sem limites, como se todos fossem absolutamente resistentes no mesmo grau, numa quantidade fixa. Estudiosos (Zimmerman & Arunkumar, 1994; Rutter, 1993) dessa área do conhecimento já não aceitam a associação de ambos os termos por entenderem que resiliência refere-se à capacidade de superar adversidades. Mas que essa superação não significa para todos, sair das situações adversas sem sequelas. Há aqueles que superam com sucesso e os que adquirem graves sequelas.

Literacias, as mais diversas no campo da comunicação, com seus diferentes conceitos têm aspectos convergentes e indissociáveis que são: a educação, o protagonismo de seus praticantes e a comunicação para a mudança social. As tecnologias por meio das quais as mudanças acontecem não são fator determinante para que as mudanças ocorram. O olhar crítico e questionador sobre os *media* e as informações que eles divulgam são muito mais importantes do que qualquer tecnologia. Porque quem maneja e programa as máquinas, expressas na forma de tecnologias, são as pessoas empoderadas pela literacia, impulsionadas pela educação e dispostas a promover mudanças sociais e a melhorar o mundo em que vivem para si próprias e para seus semelhantes. Ter literacia digital não é apenas saber usar o telefone móvel inteligente ou qualquer outra TIC. É antes de tudo, aprender a interagir com as formas de poder e as forças dominantes. E lutar para que as literacias sejam ensinadas nas escolas formais desde a educação infantil e em outros espaços de cultura ao longo da vida, na forma de políticas públicas; é militar em favor de melhor qualidade de vida para todos/as. Não apenas para os cidadãos nativos do país, como também para imigrantes, seja da origem que for.

No Brasil a questão das literacias não está posta como política de governo na área da educação; é pouco discutida nos meios acadêmicos e desconhecida por grande parcela de educadores em atividade; seja no ensino básico ou superior. Os primeiros cursos de formação nesta área começaram a surgir com a aprovação e instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no final de 2018. Neste documento que orienta e regulamenta os currículos da educação básica em todo o país estão implícitos alguns princípios das literacias para a

comunicação e a educação. Se este tema tão recente para a maioria do professorado do país causa estranheza para quem tem a missão de educar, não é de se estranhar que não seja valorizado pelos gestores públicos.

Crianças, jovens e adultos da educação formal ou informal brasileiros ou estrangeiros, ainda não despertaram para a importância de ler o mundo e as notícias sobre o que acontece à sua volta de forma crítica. Na maioria das coberturas jornalísticas os imigrantes são tratados de forma pejorativa e depreciativa, como aqueles que vêm de fora para tomar os poucos empregos que existem para os nativos do país, para tirar as oportunidades que restam aos menos favorecidos, inclusive as raras políticas de inclusão social. A falta de literacia dos brasileiros faz com que esses discursos sejam naturalizados por eles e torna imigrantes vítimas de xenofobia e racismo. No caso específico de venezuelanos e venezuelanas, como constatamos nas pesquisas de campo, muitos deles estão ainda mais vulneráveis por não se sentirem capazes de reagir à própria vitimização. Isto ocorre por falta de literacia, e também por não possuírem *smartphone* ou outra tecnologia que possa servir como suporte para promover articulações e desenvolver protagonismo no sentido de exercer a cidadania em terra estrangeira.

*Agency*, traduzido para agência, ou capacidade de agência é um termo utilizado na forma traduzida em português. Protagonismo é outra palavra empregada quase como sinônimo de *agency*. De acordo com o Dicionário Crítico de Migrações Internacionais, “pode-se afirmar que os migrantes e suas organizações influenciam em graus distintos a vida política, social, econômica e cultural de seus locais de origem, de destino ou de ambos” (Cavalcanti; Botega; Tonhati e Araújo, (orgs.) 2017, p. 62). É como se os migrantes fossem a própria agência. No entanto, na mesma publicação há um alerta: “é importante advertir para o erro teórico de sugerir que os migrantes constituem em si mesmos agentes coletivos de transformação” (Cavalcanti; Botega; Tonhati e Araújo, (orgs.) 2017, p. 62). A justificativa é que seria necessário levar em consideração o jogo de interesses que nutre a participação de agentes e atores para compreender o papel desempenhado por eles. Ou seja: as dinâmicas das agências estão condicionadas pela ação dos atores envolvidos.

A compreensão do conceito de *agency* resulta de um debate sociológico histórico sobre duas terminologias: estrutura e agência. Esta última diz respeito a um segmento que compreende a sociedade como um produto contínuo e modificável das práticas dos agentes sociais. Já a estrutura tem o seu enfoque dirigido para as forças coercitivas que são impostas aos atores individuais pela macroestrutura social. “Agência/*Agency* pode ser definida como a capacidade que as pessoas têm de fazer escolhas independentes – de agir ou não agir diante de determinada situação específica” (CSEM, 2018, p. 17). Este conceito costuma ser utilizado no

sentido de demonstrar o grau de liberdade dos indivíduos em agir, mesmo sob a coação dos constrangimentos sociais. Isto reforça a ideia de que as pessoas têm um nível de liberdade de ações, as quais são limitadas pelos condicionantes sociais. Ao fazer referência específica à população estudada, “tais dinâmicas das agências estão condicionadas pela ação dos atores envolvidos, os migrantes e refugiados, que criam novos ambientes para se estabelecerem no novo local” (CSEM, 2018, p. 18).

O *smartphone* na mão de imigrantes é um sinal para as sociedades de chegada, pois apesar dos limites de escassa literacia digital, em muitos casos, migrantes e refugiados venezuelanos, amparados e fortalecidos pelas oportunidades que o uso eficaz do *smartphone* conectado à rede mundial de internet proporciona, estão tomando nas mãos suas histórias e fazendo caminho. Não esperam sentados ao sol o acesso aos direitos na nação que escolheram para viver, pois a tecnologia e a vida com dignidade é para todos/as. Ter literacia digital e um aparelho inteligente que favorece a comunicação é um recurso potente na luta por vida e futuro para quem reinventa seu projeto de vida através de deslocamentos populacionais, independentemente se por força maior ou por coragem de correr atrás de seus sonhos ou de soluções alternativas para entraves humanos, socioculturais ou políticos no país de origem.

O uso do *smartphone* é oportunidade que transforma um deslocamento geográfico forçado, para grande parte dessa população, por motivos relacionados com vida, direitos humanos e sobrevivência, em oportunidade. Com Inglês (2015) reconhecemos na mobilidade humana um recurso de que muitas pessoas, no caso dos venezuelanos, inteiras famílias dispõem para enfrentar os desafios e resolver problemas cruciais que viviam em sua terra de origem. A trajetória migratória reserva dificuldades, resistências e até riscos, que a pesquisa mostrou serem melhor interpretados e gerenciados no caso de dispor de um telefone inteligente conectado à internet, que empodera e conecta, ampliando as chances de sucesso de projetos migratórios e ampliando a capacidade dos sujeitos de tomarem iniciativas e assumirem decisões que os ajudem a transitar para fora das zonas de risco e avançar em seus percursos de vida e de mobilidade humana.

Estudos no campo da saúde apontam para o fato de que apropriar-se de um *smartphone* e suas ferramentas, como aplicativos, por exemplo (Moresi, 2017) é um processo de empoderamento das pessoas envolvidas, pela capacidade de autonomia que proporciona, além de ser um fator que incide na condição emocional do ser humano. Essas pessoas terminam por considerar o telefone inteligente um ponto de apoio e de alcance, para além de sua capacidade contingente de reação e de abrangência direta para resolver os entraves e superar as dificuldades que lhes causam dor, insatisfação, medo e que podem até afetar sua saúde mental. As pessoas

que participaram dessa investigação, de diferentes maneiras, sinalizaram para a importância do *smartphone* como instrumento que tem poder, que abre portas, que empodera.

Empoderamento é uma categoria transversal que a análise comparativa e circular em idas e voltas da GT indicou como aspecto relacionado com o protagonismo, emerso como necessidade de assumir a sorte da própria vida, nas labutas migrantes dessa vaga, no Brasil. Assim, o telefone móvel inteligente, usado inteligentemente, empodera porque fortalece as ações, da abrangência e abre ou até multiplica as oportunidades de contatos com familiares e amigos que estão longe e de acesso a informações, serviços e auxílios para avançar nos processos de inserção no território brasileiro e nas redes de articulação social e laboral. O *smartphone* deslança possibilidades sem medida para processos de inclusão digital, mesmo de quem nunca, antes, teve acesso a um aparelho digital nem à internet. Por isto, este dispositivo também representa uma resistência da comunicação que fortalece os esforços de reação de que é empurrado às margens da sociedade, das políticas e do acesso a direitos e oportunidades pela sua condição migratória e demais traços de sua identidade e posição sociocultural, que podem incidir em suas trajetórias existenciais, sociais e migratórias.

Assim como para as mulheres, a pesquisa dessa GT corrobora com a afirmação da ONU Mulheres (2018) que: “Comunicação é direito essencial para o empoderamento das mulheres”, destacam brasileiras sobre tema emergente ‘Mulheres e Mídia’ na CSW. ONU. Para homens, mulheres e crianças em jornada migratória, em vaga nova, relacionada com situações de crise no país de origem, um *smartphone* é, em muitos casos, a única oportunidade para aceder, talvez se apropriar de informações, canais de comunicação e de participação. Por isso *smartphone* é símbolo de poder, com potencialidade de empoderamento.

#### **5.4. Vulnerabilidades transversais aos processos migratórios e comunicativos: o peso da interseccionalidade**

Assim como as literacias representam um conjunto de oportunidades pela capacidade de incidência e pelo vasto leque de meios com os quais fazem acontecer ganhos e conquistas em tecidos humanos e sociais, proporcionalmente as vivências migratórias podem ser atravessadas por riscos, perdas e vulnerabilidades que neutralizam ou até transformam negativamente esse mesmo potencial. O mesmo aparelho inteligente proporcionador de estratégias de sucesso e dinamismo nas jornadas migratórias, assim como nas conquistas humanas e sociais de quem aprende a fazer do *smartphone* uma ferramenta para crescer e fortalecer ou ampliar cidadania e maturidade, pode representar contemporaneamente ou extemporaneamente risco ou até perdas, como no caso de uso ineficaz por falta de literacia digital ou de recursos para carregar dados,

de uso ambíguo por tornar-se instrumento para prejuízos de quem é lesado por *Fake News* ou até mesmo por ter seu aparelho roubado. As potencialidades que o *smartphone* favorece e que a literacia digital fornece não podem ser compreendidos em seu significado e aporte real em contexto migratório sem o cruzamento desse aspecto com a consideração apurada dos desafios e das situações, por vezes graves e duradouras, de vulnerabilidades que os sujeitos em mobilidade em terra estrangeira atravessam em suas trajetórias.

Recorremos à interseccionalidade para alertar que não se deve generalizar venezuelanas e venezuelanos como um grupo homogêneo que poderia ser analisado de forma global. Nos debates teóricos sobre migrações e gênero a interseccionalidade vem assumindo centralidade. Vejamos a origem do termo, a sua etimologia. A palavra interseccionalidade<sup>92</sup> deriva da junção do adjetivo “interseccional”, do latim *intersectio, onis*, de intersecção, cortar pelo meio, e do sufixo “idade”. A palavra interseccionalidade foi usada pela primeira vez em 1989 pela jurista e professora negra norte-americana Kimberly Crenshaw, no âmbito das leis de antidiscriminação. Em seu artigo *Mapping the margins: interseccionalidade, identity politics and violence against women of color*, Crenshaw (1993) declara: “a interseccionalidade fornece as bases para reconceitualizar a raça como uma coalizão entre homens e mulheres de cor” (p. 60) (*tradução livre*). Desde então, o termo ampliou valor semântico e abrangência a partir de disciplinas e sujeitos que tiveram, nesse conceito, uma ferramenta com forte poder de análise de contextos e de aprofundamento de temas e nuances sobre relações e processos humanos e socioculturais. As migrações internacionais, muitas vezes compostas por grupos que já pertenciam em suas terras de origem a categorias que a interseccionalidade ajuda a explicar como o caso de negros e de indígenas, de mulheres e de população LGBTQIA+, tiveram nessa categoria uma perspectiva de estudos que vem se fortalecendo.

O uso da interseccionalidade varia conforme o contexto, sendo na maioria das vezes utilizada para se referir às variadas implicações que contextos de opressão exercem sobre determinadas pessoas. Pode ser entendida como uma aposta teórica-metodológica para compreender as relações sociais de poder e os contextos em que se produzem as desigualdades sociais. Esta metodologia, que desde o início, se propõe a explicar o cruzamento e a sobreposição de opressões relacionadas à raça, ao gênero e à classe, especialmente aplicadas às realidades de mulheres negras, foi ganhando abrangência e hoje é adotada para aprofundar significados e implicações das mais variadas intersecções que atravessam os tecidos e as

---

<sup>92</sup> Mais informações em: <https://www.dicio.com.br/interseccionalidade/>.

relações humanas, de genealogia e modelos arcanos até escolaridade e localização de moradia ou profissão. Portanto, retoma questões centrais do pensamento feminista contemporâneo como o conhecimento dos efeitos que diferentes formas de classificação social têm sobre as identidades e as experiências humanas, assim como nas suas lutas para transformar as relações de poder.

A interseccionalidade é uma ferramenta importante para pensar processos e experiências sociais, especificamente os processos migratórios internacionais e as experiências dos/as sujeitos/as migrantes. A partir da interseccionalidade grupos minoritários como judeus, negros, muçulmanos, povos indígenas, imigrantes não brancos e comunidades LGBTQIA+ têm terminologia, elementos teóricos e perspectivas de análise para explicar as diferenças que denotam e produzem desigualdade, assim como favorecem costumes, falas e políticas de integração e coesão social; de equidade e de proteção da vida. Por não integrarem grupos dominantes na sociedade esses indivíduos costumam estar em situação de maior vulnerabilidade. Na América Latina, os estudos com abordagem na interseccionalidade tiveram início nos anos 1980. No Brasil especificamente começaram a aparecer dez anos depois com ênfase nos estudos sobre gênero, raça e colonialidade nos âmbitos social, político e acadêmico. “El punto central de estos marcos teóricos ha sido la localización geopolítica y corpo-política del sujeto que habla/enuncia en las coordenadas del poder global” (Magliano, 2015, p. 697).

Este diferencial dos estudos da interseccionalidade no Brasil que têm dado ênfase na colonialidade pode estar relacionado com a história das migrações neste país, já debatida na revisão de literatura desta tese. Desde o início dos processos migratórios, séculos atrás, as políticas migratórias brasileiras tiveram como centro de atenção os interesses políticos da época e nunca a questão humanitária. Tanto é que o eugenismo, a tentativa de purificação da raça, esteve na ordem do dia por muito tempo. Naquela ocasião tentava-se realizar neste país uma europeização de sua população onde o ideal de pureza era o sujeito caucasiano de pele e olhos claros. Os indígenas, povos originários, eram desprezados com inúmeras tentativas de sua escravização, assim como os negros, que só ingressaram no país para servir como mão de obra gratuita, como verdadeiros animais. Na América Latina, o Brasil foi o último país a abolir o regime escravocrata. Portanto, enquanto em outros países a interseccionalidade enfatiza raça, no Brasil as maiores ênfases estão nas questões da colonialidade e da etnicidade, com forte atenção para questões relacionadas com desigualdade social. A chegada de cidadãos com traços de exclusão social e com fenotípia marcadamente indígena desencadeou, em muitas realidades locais do Brasil, especialmente em extratos preconceituosos ou até racistas da população, razões de resistência aos processos de integração sociocultural dessa população imigrante, com

repercussões na mídia e nas redes sociais, em modo particular. Desta maneira, a categoria da interseccionalidade ajuda a entender os fatores de vulnerabilidade que essa população pode viver em seus percursos e o potencial que a literacia digital e o *smartphone* podem exercer, para além dos parâmetros tradicionais dos estudos migratórios que tratam temas complexos como o cruzamento de fatores de risco e de exclusão, com abordagens menos acuradas.

As categorias interseccionais raça, gênero e classe social, consideradas as principais, na maioria dos países, são pensadas de forma teórica e empírica no âmbito das múltiplas desigualdades e das individualidades complexas. Com o desenvolvimento da interseccionalidade, enquanto campo de estudos, vêm surgindo novas categorias como: idade, etnicidade, religião, sexualidade, país de origem, deficiência física e mental entre outras, como por exemplo, inclusão ou não no acesso a direitos fundamentais tais como à internet e à vacinação. Como os processos migratórios estão assentados em vários tipos de desigualdade, as análises empíricas e teóricas da interseccionalidade vêm se destacando na preferência dos estudiosos dessa área.

A interseccionalidade nos estudos de temáticas migratórias e de refúgio coloca em evidência que os sujeitos que migram de um país para outro têm características humanas e sociais relacionadas com todo o arco da vida, pois migram crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos; e com todas as condições sociais. São migrantes: pobres, pessoas que se consideram classe média e também ricos; migram analfabetos e pessoas com curso superior e até especialistas de alto nível. Atravessam fronteiras pessoas de todos os grupos humanos, marcados por diversidades nas escolhas ou nos traços hereditários como heranças étnicas e de opção sexual, com saúde ou não, normalmente em processos familiares de construção ou desconstrução de laços e de compromissos. Todas essas e outras variáveis, chegando aos contextos locais em terra estrangeira, entram em conflito ou se somam às inúmeras variáveis das populações que já habitavam tais contextos, como espaço territorial onde fixar moradia e lugar social onde se inserir no novo ambiente. A multiplicação de elementos de alteridade se complexifica pela presença, em todas as sociedades, de preconceitos e estigmas marcados por visões pejorativas, negativas e discriminatórias, que marcam oposição aos processos interativos através dos quais migrantes e refugiados buscam reconstruir suas vidas nos países que escolheram ou para os quais de alguma forma tiveram que se deslocar.

Os dados desta *Grounded Theory* apontaram para o fato de que o *smartphone* é determinante no modo como as pessoas concretas, esses sujeitos deste novíssimo fluxo migratório, que foram nossos informantes, provenientes de país onde poucos conseguem adquirir um telefone móvel inteligente, pudessem administrar suas vulnerabilidades. E estas

vulnerabilidades a que estão expostos os integrantes desta nova vaga migratória acontecem todas ao mesmo tempo. É uma situação com muitas nuances, as quais podem ser explicadas pela interseccionalidade. Vejamos o caso das mulheres: além de ser migrantes, elas são provenientes da Venezuela, um país ao qual os políticos e autoridades constituídas neste momento no Brasil se referem de forma preconceituosa e pejorativa. A isto se conjuga o fato de que essas mulheres têm aparência indígena. No Brasil os indígenas ainda são encarados por grande parte da população e pelos antigos livros de história como pobres, ignorantes, coitados, que devem ser mantidos nas florestas, afastados das zonas urbanas e ainda mais, neste momento, tratados como se fossem um problema para a nação. Ainda existem aqueles que consideram que os indígenas têm privilégios que devem ser extintos. Essas mulheres imigrantes na maioria dos casos estão desempregadas, não dominam o idioma português, têm documentação precária: são solicitantes de residência temporária ou de refúgio, ainda não possuem documentos definitivos. Outras têm filhos pequenos, que vieram com elas. Não encontram empregos domésticos porque além de necessitarem dormir no local de trabalho, trazem crianças e além do mais, há a desconfiança de que são “meio-índias”. Isto é um agravante porque neste país o estereótipo é de que ‘índio é preguiçoso, não tem higiene e até cheira mal’. Estas mesmas mulheres ainda podem estar mantendo diversas famílias, se considerarmos que pode haver pais ou familiares doentes aguardando remessas na Venezuela, marido com algum filho em projeto migratório que as antecedeu ou sucedeu e ainda a gravidez em curso ou recente maternidade, por vezes, indesejada ou fruto de relações precárias, senão até fruto de violência sexual. As lutas dessas mulheres não são representadas por categorias mais simples, elaboradas com foco em outros padrões, seja de vivências ou de referenciais teóricos. E uma vez explicada a pluralidade de fatores que determinam sua condição, suas situações de exposição a serem feridas (vulnerabilidade vem do latim *vulnus* – ferida) e suas margens de reação e resiliência, nos perguntamos sobre o quê e como amparar, fortalecer, apoiar e até empoderar essas migrantes. E da escuta atenta e criteriosa dos dados aparece quem indica que um alento, duas respostas, três dicas e muitos contatos que alinhavaram soluções foram possíveis através do *smartphone*, que sendo usado na necessidade foi sendo descoberto e conhecido para ser utilizado mais e melhor.

O *smartphone*, ligado à internet, é uma ferramenta que pode contribuir para atravessar e superar todas essas vulnerabilidades que vêm juntas e conjugadas. Mas não basta ter a tecnologia, é preciso dominá-la, assim como emigrar é um ato com potencial libertador e transformador, mas como em todas as vivências humanas, nada acontece por acaso nem automaticamente. Ações, decisões, envolvimento e participação fazem parte das dinâmicas que

fazem de um processo migratório um cabedal de conquistas e descobertas, assim como iniciativa, busca, exercícios e protagonismo fazem de uma oportunidade de apropriação de uma nova tecnologia se tornar um avanço determinante no nível de literacia digital de uma pessoa, especialmente quando está longe de seus ambientes e de suas relações fortes.

O *smartphone* pode proporcionar acesso a informações que são preciosas e que não estão dadas, é necessário buscar. E para buscar, há que se ter literacia. Por isto precisamos reforçar que a tecnologia não é tudo, que o determinismo tecnológico não cabe na reflexão teórica emergida dos dados nesta *Grounded Theory*. Se o *smartphone* fosse tudo, resolvesse todos os problemas, bastaria distribuir aparelhos e disponibilizar redes *wifi* para essa população imigrante e seus problemas deixariam de existir ou estariam assim encaminhados à solução. Nem mesmo o acesso às soluções que presumivelmente estariam à disposição da população local, sendo muitas vezes excluída a população imigrante e refugiada, estaria automaticamente assegurado.

Assim como se acreditou no Brasil, há pouco mais de 10 anos, que bastava distribuir *notebooks* para crianças carentes de escolas públicas<sup>93</sup> para que elas ingressassem no mundo digital e adquirissem conhecimento, disponível na internet. Mas nem mesmo os professores dessas escolas dispunham de literacia suficiente para manejar seus próprios aparelhos, quanto mais para explicar a seus alunos como buscar as informações, que tipos de informações eram relevantes e quais deveriam ser descartadas. Não havia e não há políticas públicas de formação, capacitação e disseminação de literacias para a comunicação no setor educativo brasileiro. Muitos *notebooks* foram subutilizados, muitos professores se negaram a utilizá-los por não saberem como, alguns foram danificados pelo mau uso e inúmeros foram devolvidos ao Ministério da Educação. No caso específico de venezuelanos em jornada migratória no Brasil, não houve qualquer iniciativa, seja governamental, seja de instituições da sociedade civil organizada, de fornecer *smartphones* para esses imigrantes. E mesmo que houvesse, de nada adiantaria, se essas mídias digitais não viessem acompanhadas de cursos de capacitação em literacias para a comunicação.

A função social do jornalismo é inquestionável. No entanto, para interpretar as informações e notícias divulgadas, seja por jornalistas profissionais, seja por pessoas comuns que passaram

---

<sup>93</sup> O programa denominado ‘um computador por aluno’ (Prouca) foi instituído pela Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010 e tinha por objetivo promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, mediante a utilização de computadores portáteis denominados *laptops* educacionais.

a ser produtoras de conteúdo com a massificação das TICs, é necessário ter literacia para os *media*, ter literacia digital, enfim, ter olhar crítico sobre o que se vê, lê e ouve. O uso consciente e letrado das TICs e em especial do *smartphone* constrói cidadãos. Ou seja, literacia proporciona cidadania. Aqueles que têm alto nível de literacia estão cientes de seus direitos e deveres enquanto integrantes de uma sociedade que deve respeitar a sua diversidade e pluralidade. Esses cidadãos atuam como protagonistas de suas próprias vidas e de seus destinos, contribuindo para a melhoria da própria qualidade de vida e de seus pares, agindo como verdadeiros ativistas sociais.

No contexto desta tese de doutoramento avaliamos que a capacidade de domínio das TICs de forma a tirar o melhor proveito delas depende da literacia que se tem para os meios de comunicação de forma geral e para cada dispositivo de tecnologia em específico. O *smartphone* é a TIC mais utilizada por migrantes em jornadas migratórias contemporâneas, especialmente pela população alvo desta pesquisa. Ter literacia digital ou ter literacia para o *smartphone* especificamente, pode significar o mesmo que possuir um conjunto de competências e conhecimentos que permitem a sua utilização consciente e informada de forma eficiente, gastando o menos possível. Com este único aparelho é possível navegar na internet, assistir vídeos, participar em *chats*, fazer ligações de voz com ou sem vídeo, gravar e enviar mensagens de voz que podem ser ouvidas imediatamente ou quando melhor convier, consumir, produzir e publicar conteúdo em *websites* e redes sociais; assim como fazer tradução para comunicar melhor e até encontrar pessoas das quais se perdeu o contato. Para o *smartphone* convergem vários dispositivos de comunicação que tornam este aparelho indispensável no cotidiano de todas as pessoas, independentemente da idade, etnia, gênero e posição social.

E é através desse mesmo aparelho que as pessoas reanimam os passos na caminhada através da qual vai acontecendo um distanciamento de sua terra natal e de seus entes queridos, sem perder a esperança porque o contato oral se torna também visual e o estresse de transmigração vai sendo gerenciado. É ainda através do *smartphone*, conectado à internet, que o muro de separação linguístico-cultural que pessoas recém-chegadas em um país que não dispõe de políticas públicas de acolhida e integração para imigrantes é superado com tradução, acesso a informações sobre o ‘jeito brasil de viver a coisa pública’ e articulações com conterrâneos, de modo a conseguir acesso a oportunidades, direitos e serviços de que necessita.

De fato, una manera para enfrentar la vulnerabilidad social de los inmigrantes es apoyarse en las redes sociales de sus propios colectivos, ya que estas les ofrecen un sentido de pertenencia y un significado social, ayudándoles, por tanto, a localizarse y ubicarse en el nuevo lugar (Ferrer, Palacio, Hoyos, & Madariaga, 2014, p. 569). E ainda, o telefone inteligente se torna

um espaço de protagonismo e de aculturação, entendida como o processo pelo qual uma pessoa se apropria de uma nova cultura ou de seus elementos caracterizantes, enquanto também compartilha seu idioma, seus valores, sua visão do mundo, seus sabores e cores, enfim, elementos de sua cultura para ser conhecido e apreciado, até mesmo adotado, pelo ambiente circunstante, abrindo brechas para *la participación social del inmigrante en la sociedad receptora* (Ferrer, et al., 2014, p. 568), considerado um fator importante para um modelo intercultural de sociedade, no qual imigrantes progressivamente podem ser tratados com reconhecida equidade na convivência cidadã.

Também os *vínculos de solidaridad* (Portes, como citado por Oroza Busutil & Puente Márquez, 2017, p. 568) são fortalecidos e até mantidos graças ao *smartphone*, uma vez que no caso de venezuelanos e venezuelanas, a opção de gerenciar esta vaga migratória através da interiorização dispersou essa população em diferentes estados do Brasil, dificultando sobremaneira seus processos de agregação e associação (Anexo J - Informe OIM/junho 2020 – Deslocamentos assistidos de venezuelanos). Mesmo sem tratar especificamente do *smartphone*, estudos ressaltam a influência da comunicação e sobretudo das redes sociais para as migrações internacionais e, especialmente, para o modelo de processos socioculturais e psicológicos que acontecem nas sociedades de destino dos fluxos (Oroza Busutil & Puente Márquez, 2017).

No entanto, os dados coletados em campo não trouxeram, da população investigada, exemplos de protagonismo ou ativismo social com uso das TICs. Um dos motivos pode ter sido o fato de que grande parte dos informantes não tem afinidade com o *smartphone*. Como alguns declararam, na Venezuela este aparelho tem um custo elevadíssimo para o atual estado de empobrecimento da população. E mesmo quando conseguem adquirir o telefone móvel inteligente, o seu uso pleno é dificultado pela falta de redes de acesso. Quase não existe *wifi* pública, o cabeamento de fibra óptica no país é bastante deficitário e além do mais, os planos de aquisição de dados móveis são caros e inacessíveis para grande parcela da população venezuelana. Além disso, não basta ter acesso. Há que se pensar: qual tipo de acesso, como houve esse acesso, de onde ele ocorreu, com qual finalidade e quais foram as suas consequências. Existe ainda uma importante questão, que é a desigualdade no acesso, tanto ao *smartphone*, como à rede mundial, a internet.

### **5.5. Vulnerabilidades transversais aos processos migratórios: a importância da comunicação que tem potencial de transformar**

Ficaram conhecidas no mundo inteiro as matérias jornalísticas publicadas em 2015 e 2016 quando imigrantes solicitantes de refúgio começaram a chegar em larga escala no continente

européu. Jornalistas mostravam-se surpresos ao constatar que imigrantes sírios, turcos, argelinos e afegãos entre outros, provenientes do oriente médio apareciam fazendo *selfies* com seus *smartphones* e enviando para parentes e amigos que haviam ficado no país de origem para mostrar que haviam conseguido atravessar o oceano e que estavam vivos. Esses tipos de comunicadores chegaram a questionar: como refugiados que não tinham o que comer e por isto emigravam poderiam possuir telefones móveis inteligentes? Esta foi uma falsa questão que perdurou por pelo menos dois anos na Europa. Os motivos que levavam essas pessoas a empreender um projeto tão arriscado de atravessar o mar mediterrâneo em botes precários levando consigo crianças e mulheres até mesmo grávidas, poucas vezes foram discutidos.

O tipo de comunicação que se preocupa com o espetáculo, com o escândalo, com a tentativa de vender jornal, também conhecida como a “espetacularização da notícia”, segue a um agendamento, explicado pela teoria do *agenda-setting*. Esta teoria do jornalismo, formulada na década de 1970 pelos norte-americanos Maxwell Mc Combs & Donald L. Shaw, defende que o público consumidor de notícias tende a acreditar que as notícias veiculadas com maior destaque e repetidas em diversos veículos são as mais importantes. Isto potencializa a sua disseminação e até a sua ‘viralização’, para usar um termo bem atual, massificado com o advento das redes sociais. Este tipo de filosofia vai na contramão da comunicação para a mudança social, conhecida em espanhol como *comunicación para el cambio social*. No Brasil as comunidades negras e indígenas vêm trabalhando muito bem essa comunicação e vêm conseguindo excelentes resultados com o auxílio das redes sociais.

O exemplo mais recente foi a comemoração do 19 de abril. Esta data foi designada por décadas como ‘dia do índio’. Nos últimos anos e mais incisivamente em 2021, as comunidades indígenas realizaram uma campanha, veiculada mundialmente para discutir a situação atual dos indígenas no país e para mostrar que a designação ‘índio’ não os representa. A data agora é denominada como: dia de luta da diversidade indígena. Diversos temas foram abordados, inclusive a explicação, feita por eles, de que esta não era uma data a ser comemorada, um dia em que as crianças deveriam continuar a se fantasiar de indígenas e ir para as escolas brincar de índios, que aquilo não era folclore. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apip) realizou pelo segundo ano consecutivo, com maior repercussão em 2021, atividades em formato *online*<sup>94</sup>, devido à pandemia do novo coronavírus. Como era de se esperar, as mobilizações indígenas não receberam a cobertura dos veículos de comunicação tradicionais. Mas um veículo

---

<sup>94</sup> Informações adicionais em: <https://cimi.org.br/2021/04/apib-inicia-programacao-do-acampamento-terra-livre-2021/>.

alternativo que vem se destacando nos últimos anos e que tem uma enorme penetração na sociedade, o Mídia Ninja<sup>95</sup>, fez cobertura *on-line* de toda a programação.

Indígenas eram vistos sob o estereótipo de que não queriam o progresso, que não gostavam de trabalhar e só reivindicavam demarcação de terras para passarem os dias deitados em rede, na preguiça. A partir do momento que essas populações, estimadas em mais de 200 etnias no Brasil, com suas línguas próprias, começaram a ter acesso às universidades e passaram a habitar os centros urbanos, muita coisa mudou. Mas os media tradicionais continuaram a tratá-los como “o outro, o exótico”. A Universidade de Brasília foi a instituição pública federal pioneira na adoção de políticas afirmativas de ingresso de estudantes, implantando em 2004 cotas para negros e pardos nos cursos de graduação. Dez anos depois incluiu indígenas e estudantes provenientes de escolas públicas e ampliou para cursos de pós-graduação. Os bons resultados dessa política começaram a surgir poucos anos depois.

Os jornalistas adeptos da espetacularização da notícia interessavam-se em divulgar essas conquistas somente quando estudantes dessas categorias conseguiam concluir seus cursos, sem abordar seus percursos e dificuldades enfrentadas, assim como as necessidades dessas ações afirmativas. Foram diversas manchetes do tipo: primeira índia a ter diploma de mestrado, ou primeiro índio doutorado na UnB, ou ainda: primeira índia médica cirurgiã com diploma de graduação.

No caso das pessoas provenientes da Venezuela, em fluxo concentrado no tempo e no espaço, e no caso dos que se direcionaram ao Brasil, expostas a debates políticos internos com relação ao posicionamento do país sobre as causas políticas e socioeconômicas que causaram a emigração de grandes contingentes da população venezuelana, a *agenda-setting* causou forte impacto. E os traços de fenotípias com influência indígena entre a população migrante, em muitos casos, os reduziu aos clichês atribuídos tradicionalmente aos indígenas no Brasil. As notícias manipuladas e enviesadas chegaram a provocar episódios de violência extrema contra venezuelanos e venezuelanas em Boa Vista. Mas no oceano da comunicação, ilhas de sobrevivência e protagonismo assinalaram, pelas vozes e experiências coletadas durante as atividades de campo dessa GT, que a comunicação é intrinsecamente determinada pelas portas que abre, pelas possibilidades que favorece, pelo dinamismo que insere nas relações e nos processos humanos e socioculturais. O *smartphone*, no caso dessa pesquisa, foi a ferramenta

---

<sup>95</sup> Página web do Mídia Ninja: <https://midianinja.org/>. Canal no Youtube: <https://www.youtube.com/user/midianinjafly>

que amplamente se destaca pelo potencial positivo que é capaz de desencadear, especialmente para quem sabe usá-lo e proteger-se dos riscos ou perigos relacionados ao aparelho e ao seu uso.

O casal de indígenas da etnia Warao que aceitou colaborar com esta pesquisa foi encontrado a pedir esmolas num semáforo na região central de Brasília. Eles seguravam um papelão com uma frase escrita em espanhol na qual se identificavam como venezuelanos e indígenas. Aparentemente estavam em situação de rua, acompanhados de 3 filhos menores, com idades entre 7 e 10 anos. No entanto, ao aceitarem conversar, marcaram para logo mais à noite, quando estivessem no local de dormida. O endereço foi passado por meio de uma foto que o pai da família tirou com seu *smartphone* da placa em frente à pousada. A troca de informações ocorreu por meio da gravação de voz, enviada por *WhatsApp*. Mesmo sem falar bem o idioma espanhol, sem saber ler e escrever, o senhor se comunicava utilizando o *smartphone* onde gravava vídeos e áudios, assim como tirava fotos. A esposa e os filhos não sabiam manejar o aparelho porque o pai não deixava que ninguém o tocasse. Todos estavam banhados, penteados, trajavam roupas limpas e novas.

Antes do início da conversa, ele foi logo deixando claro que não falaria nada, assim como sua esposa, se não houvesse uma contrapartida. E sugeriu que fosse paga pelo menos uma diária da pousada em que estavam hospedados no centro da capital federal. E logo descobrimos que não se tratava de qualquer dormitório, senão a mesma pousada que hospedava lideranças indígenas conhecidas internacionalmente, como o cacique Raoní, entre outros. A pesquisadora se ofereceu para pagar 2 diárias e a conversa teve início. Diferente do que parecia à primeira vista, eles não estavam em situação precária. Já haviam arrecadado mais de 500 kg de alimentos e haviam ganho as passagens de volta a Rondônia, onde viviam e os aguardavam os 2 filhos maiores de idade. Só não estavam prontos para deixar Brasília porque ainda não tinham conseguido negociar na rodoviária para levar de ônibus todo aquele material sem pagar uma passagem a mais e faltavam ainda 2 dias para a data marcada de retorno. Como eles não se comunicavam bem com pessoas que não falam espanhol, não era possível haver a negociação. No dia seguinte à entrevista fomos à rodoviária e conseguimos acertar o retorno da família indígena sem pagar além das 5 passagens já adquiridas.

Relatamos esse episódio para exemplificar o que a *Grounded Theory* é capaz de trazer à tona com a análise dos dados de campo. Para além do potencial do *smartphone* de aportar transformação social na vida de sujeitos em mobilidade viabilizando acesso a informações e colocando as pessoas em comunicação com outras pessoas e com oportunidades, a pesquisa mostrou também que o telefone inteligente usado com literacia e cidadania, se torna ponte da

exclusão para a integração, do isolamento social para a articulação com atores estratégicos e, destes, para a inclusão em percursos e em etapas novas de projetos migratórios que se reinventam. Na velocidade da era digital, pessoas às margens da sociedade e das políticas públicas podem contar no *smartphone* com um trampolim para ter acesso à informação que tem poder transformador, que as exclui quando é opressora e que as perde quando não tem literacia, mas que tem poder de incluí-las quando é transformadora e quando, própria pela facilitação proporcionada pelo *smartphone*, inclui porque faz participar, interagir e consumir informação, formação e serviços.

Abordamos esta questão em retorno da comunicação para a transformação social porque os dados dessa GT apontam para uma série de movimentos circulares entre *smartphone* e literacia digital, entre falta de literacia digital e exclusão social, entre acesso à rede mundial de internet e reinvenção de projetos migratórios e, enfim, entre comunicação midiática tradicional estranha à causa migratória na perspectiva dos direitos humanos e eventos ou canais de comunicação transformadora, que abre caminhos, falas, visões e, portanto, esperanças para pessoas e inteiros grupos em mobilidade. O denominador comum dessas circularidades está no desenvolvimento – ou na negação dessa possibilidade – de sucesso em labutas e conquistas em empreitadas que a jornada migratória enseja, dependendo da efetiva inclusão no mundo da comunicação digital e da disponibilidade de aparelho e de rede para comunicação de dados, ao invés de sua indisponibilidade ou intermitência.

A disponibilidade ou participação que o *smartphone* simboliza e efetiva no caso de populações em processos de deslocamentos como o contexto no qual se desenvolveu a pesquisa de campo à base dessa GT, tem um caráter pessoal e interpessoal, como já amplamente argumentado nesse estudo, mas tem também uma dimensão social e significativamente coletiva, porque à literacia dos sujeitos em mobilidade aguçada pelo potencial enriquecedor para sua trajetória existencial e migratória, corresponde a competência da grande mídia em narrar seus dramas, suas demandas, seus significados e suas perspectivas na linha de uma comunicação manipuladora ou na lógica de uma fala que transforma comunicando, porque tem poder de mudar o olhar, enfraquecer preconceitos, mostrar realidades nunca antes imaginadas e fortalecer passos e anseios, que as trajetórias migratórias escondem e cultivam ao mesmo tempo.

## 5.6. *Smartphone* com literacia: circularidade que empodera migrantes e refugiados

A pergunta norteadora que orientou o início da pesquisa de campo que gerou essa *Grounded Theory* foi: qual a importância do *smartphone* para imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil? Avançando na escuta e busca entre os informantes e em seus contextos de vida, a pergunta sobre o papel do *smartphone* e suas potencialidades nas jornadas, lutas, desafios e conquistas migratórias foi desenhando uma resposta que emergiu para além das muitas informações pontuais que respondiam sem resolver o quesito.

A descoberta revelada pela análise dos dados é que existe uma relação intrínseca entre a comunicação digital e os sofrimentos, as demandas, os riscos e perigos, os projetos e os anseios, as necessidades e as esperanças dos homens e mulheres que migram da Venezuela para o Brasil e essa relação não é unilateral nem unívoca, não é simplista nem hermética, mas é o eixo de significado que indica a resposta à nossa pergunta norteadora que embasou essa tese de doutoramento e explica a *Grounded Theory* do *smartphone* e da literacia digital como instrumentos de empoderamento para pessoas em mobilidade na gestão e superação das vulnerabilidades enfrentadas na trajetória migratória.

Essa conexão entre a comunicação digital, especificamente, entre o *smartphone* e as metas perseguidas pelas pessoas que deixam seu país: Venezuela na busca por uma vida melhor no exterior, nesse caso, o Brasil, se concretiza no cotidiano de sujeitos, que muitas vezes atravessam a fronteira Venezuela-Brasil literalmente sozinhos ou só com parte de seus núcleos familiares, deixando um mundo para trás, por vezes ‘deixando tudo’. A mágica da conexão com o mundo da comunicação via internet e seu potencial transformador, que apesar de limitados riscos e ameaças circunstanciais, tem o poder de fazer a diferença nas trajetórias migrantes e refugiadas, é um divisor de águas. Antes do *smartphone* conectado e cada vez mais comunicante – porque a literacia digital se desenvolve quase automaticamente para quem tem necessidade de aprender e avançar no domínio do aparelho e de seu potencial – uma pessoa emigrante da Venezuela, deixando seu aparelho analógico para trás, é um ser fragilizado e isolado. Com *smartphone* e acesso à rede internet, temos um sujeito igualmente em situação de vulnerabilidade, mas praticamente vinculado em processos de protagonismo que podem transformar sua vida, sua condição, sua trajetória, seu futuro e a de seus familiares.

Trata-se de potencialidade, não de automatismo. Há quem foi roubado e ficou sem telefone inteligente; há quem não conseguiu se mobilizar para ter acesso à rede *wifi* e sem recursos não pode desfrutar dos benefícios do *smartphone* e nem avançar em sua literacia digital e há quem foi excluído dessas oportunidades por outros motivos ou outros atores. Todavia, para quem o

*smartphone* se tornou uma ferramenta à mão, literalmente, no âmbito dos dados coletados nos encontros, visitas, convivências e escutas que originou essa GT, se desencadeou um movimento de circularidade virtuosa, que conta com o telefone inteligente como instrumento imprescindível. Esta mídia digital mostrou-se essencial, tanto para continuar a manter contato com familiares e amigos que ficaram no país de origem, como para integrar-se no país de acolhimento num crescendo de descobertas, lutas e conquistas, que acompanham etapas e ganhos de literacia digital, enquanto igualmente favorecem letramento no idioma do país.

A circularidade à qual nos referimos é um termo utilizado em várias disciplinas. Em cada uma delas pode assumir valor semântico e função diferentes. Uma referência é a circularidade no pensamento sistêmico de Edgar Morin e seus estudos sobre a complexidade (Mariotti, 2011). Em comunicação a circularidade está relacionada com processos de produção e compartilhamento de sentidos. Isto acontece entre sujeitos interlocutores e é realizado por meio de uma materialidade simbólica da produção de discursos. A circularidade na comunicação está inserida em contextos sobre o qual atua e recebe os seus reflexos (Morin & Moigne (2009). Em sociologia a circularidade aparece com diferentes acepções, entre as quais, um princípio pelo qual Cipolla, designa como: “conservar a circularidade significa ir além do problema indivíduo-sociedade, para alcançar uma ideia de socialização fundada no ‘co’; isto é, na correlação entre indivíduo e sociedade, sendo ambas autonomias relativas que, juntas se constituem (2002, p.441).

Para alguns estudiosos, a circularidade é um termo utilizado para criticar o modo de procedimento de determinados contextos acadêmicos. Procedimentos estes que, ao invés de aprofundar ou construir novidades no conhecimento, não vão além da citação de outros autores já conhecidos, sem nada acrescentar ao saber existente. Nesta tese de doutoramento o valor semântico que o termo assume e que mais se aproxima ao que estamos tratando é o conceito de circularidade cultural. Utilizado em diferentes disciplinas, principalmente nas artes, na história cultural e na antropologia, a circularidade cultural refere-se à comunicação, à interação e ao intercâmbio intercultural e interclasses.

A principal referência nos estudos sobre circularidade cultural é o historiador e escritor Carlo Ginzburg (Santana da Silva, 2017). Ginzburg escreve no clássico volume *O queijo e os vermes* que circularidade cultural é o “influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica” (Ginzburg, 1987, p.13). Nas palavras de Santana da Silva

o termo circularidade bastante presente nas obras de Mikhail Bakhtin e seu Círculo serviu para que o historiador Carlo Ginzburg corroborasse a presença de uma comunicabilidade que

transcorria de maneira dialógica, circular e, por conseguinte, de forma mútua e recíproca – para utilizarmos mais especificamente os termos originais bakhtinianos – entre a cultura das classes subalternas e das dominantes existentes em uma Europa pré-industrial (2017, p. 72).

Essa circularidade como comunicabilidade que dá e recebe, fornecendo aportes e credenciando elementos novos em ambas as partes da relação, como um movimento circular, nos fornece uma categoria que ajuda a concluir a apresentação do que entendemos pela teoria enraizada nos dados empíricos da literacia e do *smartphone* como instrumento de empoderamento para migrantes e refugiados gerenciarem e superarem as vulnerabilidades que enfrentam em suas trajetórias.

Neste estudo a circularidade refere-se ao movimento pelo qual, por um lado o uso do *smartphone* por este público específico proporciona comunicação, interação, intercâmbio intercultural e interclasses, avanços em processos e conquistas de dignidade e de cidadania, que em uma palavra chamamos de literacia; enquanto, por outro lado, empoderados pela maior literacia obtida no uso emergencial e por razões de necessidade, por vezes extrema, os mesmos atores ampliam o uso que fazem do aparelho, transformando um equipamento eletrônico fundamentalmente estranho, em uma estratégia e instrumento potente que determina avanços nos processos de integração no país e interação sociocultural nos ambientes novos de chegada de suas trajetórias internacionais. É a GT do *smartphone* que junto com a literacia digital fazem a diferença, e só com ambos e nunca separadamente, nesse caso. O *smartphone* sem a literacia representa mais perigo e problema, que oportunidade; a literacia sem *smartphone* é carro sem combustível, se transforma em dívida inútil. Se houver literacia digital, a circularidade cultural é também um processo de produção de significados, de reinterpretação, de circulação de saberes, produção de conhecimento e transformação social, que por sua vez alcança também os atores circunstantes, brasileiros ou de outras nacionalidades, e não só os protagonistas dos fluxos em deslocamento. Quando há o *smartphone* e a literacia que, reciprocamente e por movimentos de circularidade virtuosa, se nutrem e se multiplicam, pode haver também influxos recíprocos entre culturas daqueles subalternos em situação de vulnerabilidade, com a cultura hegemônica do país de acolhimento, como tradicionalmente se compreende a circularidade cultural. No entanto, neste movimento circular, se não houver literacia por parte de imigrantes e refugiados, possuindo ou usando emprestado um *smartphone*, este mesmo aparelho pode significar perigo, possibilidades de cair em golpes, acreditar em *fake news*, não conseguir se localizar ou geo referenciar, fazer contatos com segurança e navegar em sítios confiáveis, livres de racismo, de aversão a imigrantes e discursos de ódio.

Traduzido para o português: “notícias falsas”, o termo *fake news*, também utilizado em inglês como *misinformation*, traz consigo a complexidade do assunto que pode ser uma combinação de rumores, teorias da conspiração, sátiras, enganos propositados e até francas ameaças híbridas e manipulação estrangeira (Frau-Meigs, 2018). Este fenômeno não é novo. Mas foi potencializado pela massificação do uso da internet. Suas principais características são: a possibilidade de atingir zilhões de pessoas numa verdadeira viralização; poder ser monetizada, gerando tráfego e lucro; e também ser passível de automatização, sendo amplificada por robôs e algoritmos. Diversas iniciativas surgiram para tentar combater as notícias falsas. Mas de acordo com Frau-Meigs (2019), “a solução a longo-prazo continua a ser a educação, especialmente a Literacia dos Média e da Informação (LMI, no inglês MIL), de modo a criar resiliência e incentivar o pensamento crítico no público em geral” (Brites, Amaral e Silva, p.78). É o aparelho móvel inteligente conectado à rede mundial de internet que coloca migrantes e refugiados na possibilidade de participar ou aceder a essa oportunidade, pois diferentemente dos cidadãos autóctones, imigrantes e refugiados da primeira ora não sabem o idioma, não conhecem os canais de informação alternativos para saber filtrar e acumular informação de qualidade e nem participam de redes informais locais de informação veicular. Também nesse sentido, a circularidade entre literacia e *smartphone* emerge como compasso promissor: com *smartphone* podem ter acesso a informações e conhecer fontes de dados confiáveis e de serviços, acedendo aos quais amplia sua literacia e potencializa a capacidade de uso do telefone inteligente para avançar, por exemplo, inscrevendo-se em curso *online* e qualificando-se digitalmente e profissionalmente.

Nessa circularidade surge mais uma questão positiva para imigrantes em terra estrangeira que têm literacia digital, que a reflexão aponta como lacuna, por não termos constatado elementos significativos nos dados analisados que fundamentaram esta *Grounded Theory*. Ao continuar a manter contato com seus familiares e amigos que ficaram no país de origem por meio do *smartphone* ou outra mídia digital, venezuelanos e venezuelanas em jornada migratória no Brasil, podem também não multiplicar a literacia digital, porque não as têm a princípio. E perderam a oportunidade de ensinar o idioma português para aqueles que ficaram na Venezuela. Mesmo porque, grande parte dos nossos informantes ainda não aprendeu o novo idioma. Ao contrário dos estudos realizados por Vieira (2016) os quais constataram que além de alfabetizar para as mídias digitais, emigrantes brasileiros que viviam em país de língua inglesa também ensinaram o idioma para seus familiares que permaneceram no Brasil. Enquanto muitos pesquisadores investigam a remessa de dinheiro dos emigrados para seus familiares que permaneceram no país de origem, esta pesquisadora se debruçou sobre as “remessas por escrito”

constatando que a alfabetização no outro idioma e também a literacia digital são condições para esta troca, realizada por meio de uma mídia digital. Considerada um objeto de valor emocional e econômico a comunicação, seja online com utilização de vídeo, seja por escrito, que emigrantes e seus entes queridos praticam de forma transnacional, a literacia digital enriquece nas diversas acepções da palavra, não apenas quem emigrou, mas também quem permaneceu no país de origem.

Paradoxalmente, como a pesquisa que serviu de base para a construção dessa GT revelou amplamente, apesar de ter escassa literacia digital, as condições desafiadoras da labuta por sobrevivência e pela reconstrução de projetos migratórios em terra estrangeira forjam habilidades, que as plataformas digitais favorecem porque contam com automatismos e robôs a serviço de suas estratégias comunicativas. Venezuelanos e venezuelanas, por vezes mesmo mal sabendo manusear o *smartphone*, se apropriam do instrumento porque percebem sua potencialidade para solucionar emergências ou correr atrás de soluções para seus impasses e problemáticas, normalmente relacionadas com a própria sobrevivência com dignidade, em situação de vulnerabilidade e, não raras vezes, sem algum suporte de laços familiares ou do aparato público. O *smartphone* e, com este, o acesso à internet, já se reconheciam em estudos há mais de 10 anos, “se convierte así en una ventana por la que el emigrante se asoma y observa lo que ocurre en su país, y de esta forma, como señala Myria Georgiu (2002), la distancia entre el lugar de origen y el de acogida se reduce” (Viruela Martínez, 2007, p. 274). Depois de tantos anos, a falta de literacia digital faz registrar pessoas em situação de marginalização e sem capacidade de otimizar as possibilidades que essa mídia digital pode oferecer. A plataformização favorece o uso, mas a sua compreensão e até mesmo a descoberta da sua existência é inacessível para quem não dispõe de literacia.

## **5.7. Reflexões finais do capítulo**

Neste capítulo procuramos explicar a reflexão teórica que emergiu dos dados desta *Grounded Theory*: o *smartphone*, aliado à literacia digital, tem potencialidade para superar as vulnerabilidades a que estão sujeitos imigrantes venezuelanos em jornada migratória no Brasil. Esta é a resposta para a pergunta desta pesquisa exploratória: qual a importância do *smartphone* para imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil? Pergunta esta que sofreu algumas modificações e adaptações, sem contudo, perder a sua essência. O dado novo que os dados trouxeram foi a importância das literacias ligadas à comunicação, sem as quais,

somente o uso do *smartphone* não apresenta potencialidade alguma para a superação de vulnerabilidades deste público específico.

Apresentamos estudos nos quais imigrantes e refugiados em jornada migratória no Brasil e em outros países do sul global, empoderados pela literacia digital, utilizaram as redes sociais para praticar cidadania em território estrangeiro. Enquanto protagonistas em migração transnacional, esses atores foram capazes de criar relações ao ponto de se sustentarem e se articularem por meio das mídias digitais. Eles se engajaram em ações ativistas e criaram espaços midiáticos para discutir a questão migratória, produziram estratégias de agregação, debateram seus direitos e deveres de migrantes. Por meio da internet relacionaram entre si e com nativos do país de acolhimento, construindo narrativas de si, mantendo vínculos, construindo redes de apoio e discutiram entre outros assuntos, políticas antirracistas.

Em contraposição a esses estudos, os dados que emergiram do nosso trabalho de campo não trouxeram experiências como as acima referidas. Nesta novíssima vaga migratória e no período da coleta de dados: 2019 e 2020 não identificamos o uso do *smartphone* para ativismos políticos em redes sociais. Poucos demonstraram ter um mínimo de literacia digital. Muitos não possuíam *smartphone*, apesar da maioria desses ter afirmado saber manejar um aparelho móvel inteligente e pediam emprestado a colegas para manter contato com seus familiares. Percebemos que grande parte dos informantes não tinha consciência dos seus direitos e deveres enquanto solicitantes de refúgio ou de residência temporária no Brasil porque solicitavam um estatuto e depois mudavam por entender que um ou outro seria mais benéfico em determinada situação, mas sem segurança daquilo que solicitavam. Ou seja, não se consideram cidadãos. E grande parte daqueles com os quais conversamos, sequer falava ou compreendia o português.

O domínio das literacias na área da comunicação e especificamente a literacia digital, emergiu dos dados analisados como ponto central na construção desta teoria. E a educação libertadora fundamentada na filosofia de Paulo Freire, aliada à comunicação para a transformação social, que pressupõe o exercício da cidadania, são partes integrantes desta GT. A Interseccionalidade, enquanto proposta teórico-metodológica nos ajuda a compreender essa teia de complexidade que envolve o uso do *smartphone* por imigrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil. Num movimento circular, por meio do que se designa circularidade cultural, enxergamos a reflexão teórica que emergiu dos dados nesta *Grounded Theory*. Mas estes estudos são limitados e não conclusivos, com possibilidade e necessidade de novas imersões ao campo e novas revisões de literatura, conforme abordaremos nas considerações finais.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois do caminho percorrido nesses mais de quatro anos de estudos entre Portugal e Brasil, chegou o momento do fechamento deste ciclo. Cabe agora expor algumas considerações finais, que não são conclusivas, uma vez que a ciência é sempre passível de ser contestada. Aqui estão as pistas dos percursos feitos, os quais poderão ser refeitos por qualquer pesquisador/a que se interesse pelo tema e que poderá chegar à sua confirmação ou refutação. Ainda mais levando em consideração que as metodologias qualitativas, como foi o caso desta, são ambivalentes e passíveis de múltiplas interpretações. O objetivo da pesquisa qualitativa é entender situações sociais, fenômenos, fatos, grupos e suas interações. Neste tipo de processo investigativo procuramos compreender o fenômeno social a partir da comparação, reprodução, catalogação e classificação do objeto de estudo.

A metodologia utilizada não estava definida *a priori*, apenas o tipo de abordagem, que definitivamente deveria ser qualitativo. Não havia definição também sobre o *corpus*. Desde o início inquietava-nos a situação dos refugiados, desde a nossa matrícula neste programa, em 2016, quando vivíamos em Portugal e o fluxo de imigrantes provenientes do mundo árabe, atingia níveis altíssimos. De volta ao Brasil, encontramos no norte do país um fluxo migratório recente e para o qual não havia qualquer preparação ou sensibilidade. Estudar venezuelanos e venezuelanas foi a primeira definição. Em seguida, fazer a ponte com a comunicação era essencial. Ao assistir telejornais, ler e ouvir matérias jornalísticas sobre o tema, identificamos que o aporte ao saber neste programa de doutoramento seria o aprofundamento deste nicho específico: as tecnologias da informação e comunicação. E surgiu a pergunta de pesquisa: qual a importância do *smartphone* para esses imigrantes e refugiados?

A *Grounded Theory* foi uma feliz descoberta que veio após a primeira incursão ao campo e nos trouxe muitas respostas, inclusive possibilitou a emergência de uma reflexão teórica: o *smartphone*, aliado à literacia digital, tem potencialidade para superar as vulnerabilidades a que estão sujeitos imigrantes venezuelanos e venezuelanas em jornada migratória no Brasil. Para chegar a esta conclusão fizemos duas viagens a Roraima, sendo que na segunda delas atravessamos a fronteira da Venezuela, numa trajetória oposta aos que imigrantes e refugiados

começaram em maior escala em 2015 e continuam a percorrer atualmente. Fomos também a São Paulo. E assim como em Boa Vista, Pacaraima e São Paulo, conversamos com imigrantes venezuelanos/as em Brasília, onde vivemos.

O *smartphone* foi identificado sem a menor sombra de dúvida como a mídia digital mais utilizada por esta população. No entanto, grande parte dos informantes não trouxe o aparelho da Venezuela. Segundo informaram, o telefone móvel inteligente ainda não é largamente utilizado naquele país. Lá a população empobrecida quase não tem condições de adquirir um bem considerado não tão essencial quanto alimento, medicação e vestimenta, itens pelos quais lutam para que possam sobreviver com dignidade. O *smartphone* surgiu, a partir da análise dos dados, como o primeiro item na lista de prioridades assim que conseguem ingressar no Brasil e ter garantidas moradia e alimentação.

Quanto maior o tempo de permanência no país de acolhimento, maior a quantidade de portadores de *smartphone*. Os informantes que encontramos em Brasília são os que mais possuem este aparelho porque, em sua maioria, são venezuelanos e venezuelanas que estiveram por um tempo em Roraima, o estado nortense que faz limite com a Venezuela e conseguiram ser realocados por meio de um projeto de interiorização para a capital do país. Quando são transferidos desta forma, já conseguiram uma certa estabilidade, geralmente viajam em família, chegam com moradia garantida, possibilidades de escolas públicas para os filhos e previsão de emprego para os adultos. Havíamos conversado com dezenas de venezuelanos e venezuelanas em Roraima, antes de iniciar os contatos em Brasília. Mas para a *Grounded Theory*, não importam os números, a quantidade. E sim, os dados relevantes. E estes podem surgir em grande quantidade numa única entrevista em profundidade. Foi o que constatamos em campo.

A *Grounded Theory* é uma metodologia rigorosa que, por meio da abdução, promove uma interação constante entre indução, dedução e verificação, num fluxo contínuo ao longo de todo o processo da pesquisa. E assim nos deixamos conduzir por este movimento em forma de espiral que nos proporcionou a revelação de conceitos subjacentes às percepções vindas não apenas de perguntas e respostas ou de diálogos. As observações são acuradas e as respostas vão surgindo de onde menos se espera. De acordo com a lógica abdutiva, toda categoria conceitual que emerge dos dados deve ser considerada provisória, até alcançar a saturação, pela qual a inclusão e interação com dados novos aporta elementos que podem agregar ao processo de conhecimento e análise em resposta à pergunta de pesquisa. A GT é um processo de desenvolvimento teórico que recorre à análise interpretativa e à articulação dos conceitos emergentes em crescentes níveis de abstração.

Para chegar à resposta para nossa pergunta principal, após observações presenciais, longas conversas com aqueles que se dispuseram a colaborar, elaboramos diagramas, categorizamos declarações ‘*in vivo*’, cruzamos categorias, refletimos, analisamos e reanalisamos a realidade daquelas pessoas e os ambientes em que estavam inseridas. Algumas categorias foram valorizadas e outras descartadas. Num primeiro momento nos deparamos com as inúmeras vulnerabilidades a que estão expostos imigrantes e refugiados venezuelanos, principalmente nos primeiros meses após a travessia. Em seguida, os dados foram demonstrando que essas vulnerabilidades podem ser superadas; e um dos meios primordiais que auxiliam para essa superação é o *smartphone*.

Para compreender essas vulnerabilidades e o *corpus* estudado, recorremos à interseccionalidade, uma proposta teórico-metodológica que vem sendo utilizada em trabalhos com minorias, pessoas marginalizadas, mulheres, homossexuais e migrantes transnacionais, entre outros. Por meio desta perspectiva, estamos cientes que venezuelanas e venezuelanos em jornada migratória no Brasil não integram um grupo coeso e homogêneo. Estamos certos que os resultados desta GT não podem ser generalizados porque cada pessoa com a qual conversamos é um universo, com suas particularidades e histórias de vida, que são únicas. Mas ao mesmo tempo, necessitamos fazer este recorte para analisar os dados que são provenientes de aproximações com pessoas provenientes da Venezuela num determinado espaço de tempo, localizadas geograficamente, num fluxo migratório muito recente, sobre o qual ainda existem poucos estudos e em cujo contexto damos um aporte ao conhecimento do fenômeno e à sua interpretação através dos resultados desta pesquisa e a elaboração dessa GT.

A primeira constatação desta investigação exploratória traz um alento e um alerta para gestores públicos e instituições de apoio a imigrantes e refugiados: fornecer *smartphone* com acesso à internet para essa população pode ser um passo decisivo e determinante para ajudá-los no processo de integração no país de acolhimento. No entanto, se afirmássemos que apenas o fornecimento deste aparelho ligado à rede mundial de internet resolve o problema de pessoas em situação de refúgio e residência temporária, estaríamos sendo ingênuos. E mais ainda: cairíamos num determinismo tecnológico em que estaríamos de acordo que a tecnologia seria a solução para inúmeras dificuldades. Mas os dados desta GT falaram mais profundamente. Apontaram para o fato de que toda tecnologia é criada, programada e coordenada por seres humanos. E que no caso específico dos *smartphones*, é necessário ter inteligência para isto. O nome desta inteligência é literacia para a comunicação e os média, para as quais existem várias denominações. Escolhemos a literacia digital, devido ao tempo, ao espaço, ao contexto em que se enquadra, assim como às afinidades da pesquisa e do tema.

Então concluímos que o uso consciente e letrado do *smartphone* constrói cidadãos. Ou seja, literacia proporciona cidadania. Aqueles que têm alto nível de literacia estão cientes de seus direitos e deveres enquanto integrantes de uma sociedade que deve respeitar a sua diversidade e pluralidade. Esses cidadãos atuam como protagonistas de suas próprias vidas e de seus destinos, contribuindo para a melhoria da própria qualidade de vida e de seus pares, agindo como verdadeiros ativistas sociais. Sem literacia digital, o *smartphone* pode fazer muito pouco ou quase nada para que essas pessoas superem suas vulnerabilidades.

Ter literacia digital ou ter literacia para o *smartphone* especificamente, pode significar o mesmo que possuir um conjunto de competências e conhecimentos que permitem a sua utilização consciente e informada de forma eficiente, gastando o menos possível. Com este único aparelho é possível navegar na internet, assistir vídeos, participar em *chats*, fazer ligações de voz com ou sem vídeo, gravar e enviar mensagens de voz que podem ser ouvidas imediatamente ou quando melhor convier, consumir, produzir e publicar conteúdo em *websites* e redes sociais; assim como fazer tradução para comunicar melhor e até encontrar pessoas das quais se perdeu o contato. Para o *smartphone* convergem vários dispositivos de comunicação que tornam este aparelho indispensável no cotidiano de todas as pessoas, independentemente da idade, etnia, gênero e posição social.

A cidadania está intimamente ligada ao exercício de reivindicação e apropriação de espaços e de direitos. O conhecimento desses direitos deve ser socializado com a população. E as literacias cumprem este papel na medida em que aqueles que as detêm podem ser sujeitos autônomos e críticos que atuam na sociedade de forma transformadora, contribuindo com o fortalecimento da cidadania. No caso específico de migrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil, não constatamos informações ou experiências significativas sobre o uso do *smartphone* ou de qualquer outra mídia para o exercício desta cidadania para além das histórias pessoais e familiares das pessoas com as quais conversamos no percurso de investigação. A dimensão coletiva e associativa ainda não haviam se fortalecido nas pautas de interesse e envolvimento desses sujeitos, quando participaram deste estudo. A falta de literacia no conhecimento, na familiaridade para o uso e no conhecimento das características técnicas e, portanto, das possibilidades e dos riscos dessa mídia digital, é evidente nos dados coletados. Isto pode estar relacionado com a etapa em que esta vaga migratória está acontecendo, marcadamente recente.

Ao contrário de outros imigrantes, apontados em diversos estudos, dotados de literacia e conscientes de sua cidadania que se organizaram em redes sociais e conseguiram agir para a transformação social, os imigrantes e refugiados provenientes da Venezuela com os quais

tivemos contato, ainda não tiveram esta oportunidade. Esta situação pode mudar. Mas vai depender do tempo, das condições sociais e ambientais, assim como da educação que irão receber para se tornarem protagonistas da própria vida e se enxergarem enquanto cidadãos em país estrangeiro. Para além da necessidade de adquirir literacia digital, esses imigrantes necessitam ainda, e isto é até mais urgente, aprender o idioma português. Grande parte daqueles com quem conversamos, no momento em que nos encontramos, compreendiam pouco e não falavam quase nada do idioma do país onde estão a viver.

A criação e circulação de mensagens nas mídias é um tipo de competência comunicacional, essencial para a participação cívica e política. A esta competência denomina-se também literacia cívico-mediática, tratando-se de um processo comunicativo coletivo e não prática de indivíduos isolados, que proporciona a transformação social. Literacias, as mais diversas no campo da comunicação, com seus diferentes conceitos têm aspectos convergentes e indissociáveis que são: a educação, o protagonismo de seus praticantes e a comunicação para a mudança social. As tecnologias por meio das quais as mudanças acontecem não são fator determinante para que as mudanças ocorram. O olhar crítico e questionador sobre os *media* e as informações que eles divulgam são muito mais importante do que qualquer tecnologia. Porque quem maneja e programa a tecnologia, são as pessoas empoderadas pela literacia, impulsionadas pela educação e dispostas a promover mudanças sociais e a melhorar o mundo em que vivem para si próprias e para seus semelhantes.

A descoberta revelada pela análise dos dados é que existe uma relação intrínseca entre a comunicação digital e os sofrimentos, as demandas, os riscos e perigos, os projetos e os anseios, as necessidades e as esperanças dos homens e mulheres que migram da Venezuela para o Brasil e essa relação não é unilateral nem unívoca, não é simplista nem hermética, mas é o eixo de significado que indica a resposta à nossa pergunta norteadora que embasou essa tese de doutoramento e explica a *Grounded Theory* do *smartphone* e da literacia digital como instrumentos de empoderamento para pessoas em mobilidade na gestão e superação das vulnerabilidades enfrentadas na trajetória migratória. Todavia, para quem o *smartphone* se tornou uma ferramenta à mão, literalmente, no âmbito dos dados coletados que originaram essa GT, se desencadeou um movimento de circularidade virtuosa, que conta com o telefone inteligente como instrumento imprescindível. Esta mídia digital mostrou-se essencial, tanto para continuar a manter contato com familiares e amigos que ficaram no país de origem, como para integrar-se no país de acolhimento num movimento de descobertas, lutas e conquistas, que acompanham etapas no processo migratório.

Esperamos ter contribuído para uma melhor compreensão das situações de vulnerabilidades a que estão expostos imigrantes e refugiados, especialmente venezuelanos e venezuelanas em jornada migratória no Brasil. Esperamos também que as soluções aqui apontadas sirvam de luz para aqueles que encontram-se em processo de migração, para instituições que trabalham no acolhimento de imigrantes e ainda para gestores públicos que trabalham com esta população ou que assessoram parlamentares na elaboração de políticas públicas para imigrantes e refugiados.

### **Limitações do estudo**

Este estudo abrangeu um número total de 63 participantes que concederam entrevistas na qualidade de depoentes respondendo a perguntas e interagindo com a pesquisadora. Desse total, 11 foram entrevistados em Boa Vista no período de 20 a 28 de março de 2019. De volta a Roraima, no mesmo ano, no período de 22 a 28 de setembro, entrevistamos 33 pessoas nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. De 23 de outubro a 28 de novembro de 2019 entrevistamos em Brasília 17 migrantes e refugiados venezuelanos. E no ano seguinte, em 2020, no dia 15 de janeiro, participaram da pesquisa 2 solicitantes de refúgio na cidade de São Paulo. Sendo assim, o período de coleta de dados por meio de entrevistas, observações, conversas informais e redação de relatórios aconteceu no período de março de 2019 a janeiro de 2020.

A conclusão do trabalho de elaboração da tese de doutoramento coincide com o início da percepção geral do trabalho feito e da avaliação dos resultados alcançados. Nesse caso, a gratificação pelo projeto executado cruza com as expectativas, pois a avaliação por pares é a melhor maneira de perceber o conjunto da obra, por unir os saberes e conhecimentos partilhados com os que já se consolidaram por experiência e maturidade acadêmica. Apesar disso, de antemão é possível identificar algumas limitações que cabe destacar encerrando esse trabalho. Destaco três: a relativamente recente vaga migratória com poucos estudos já publicados; os limites da atividade de campo; e a novidade da metodologia adotada para a construção do saber a aportar com o doutoramento.

Os poucos estudos encontrados na revisão de literatura sobre este fluxo migratório muito recente é limitação desta tese. Apenas cinco anos desde o seu início em larga escala, que se deu a partir de 2015, até 2020 quando concluímos a coleta de dados desta pesquisa, é considerado um espaço temporal ainda muito curto para que haja publicações científicas a analisar um determinado fenômeno migratório. Portanto, as pesquisas ainda estão sendo realizadas e os resultados devem demorar alguns anos para começar a ser publicados em revistas científicas. Houve o esforço de buscar estudos relativos aos temas da pesquisa, mesmo desenvolvidos com

outros fluxos e em outros contextos geopolíticos, mas a especificidade deste fluxo misto, composto por migrantes e refugiados, sua singularidade devido ao contexto social, econômico e político no país de origem, entre outros fatores, se revelaram como uma realidade pouco estudada, o que pode empobrecer a tese por falta de comparação com estudos afins. A continuidade desse estudo poderá relevar elementos novos, no diálogo com disciplinas, abordagens e investigações que se complementam.

Outra limitação desta pesquisa exploratória foi o baixo conhecimento por parte dos informantes, do idioma português. Apesar de falarmos o espanhol, embora sem fluência, percebemos que ficaram algumas interrogações. Às vezes informantes diziam palavras incompreensíveis, especialmente os mais jovens que costumam usar gírias. Quando havia mais de um/a venezuelano/a junto, no momento da conversa, o/a colega tentava ajudar na tradução. Mas não é a mesma coisa quando ambos (entrevistadora e entrevistado) falam a mesma língua. A falta de ligação afetiva entre os participantes da pesquisa, ou seja, não faziam parte de grupos familiares ou de amigos, eram pessoas desconhecidas entre si; pode ter contribuído para que as conversas individualizadas, trouxessem dados que muitas vezes não convergiam entre si, pareciam muito distantes, como se não viessem de um grupo que enfrenta dificuldades e vulnerabilidades parecidas. O fato de as atividades de campo terem acontecido em locais e em tempos diferentes no decorrer do desenvolvimento da pesquisa ajudou a prevenir e a superar essa dificuldade; assim como a metodologia utilizada permitiu aprofundar nas questões da investigação apesar da inicial aparente fragmentação; todavia, sabe sinalizar que essa percepção ocorreu e ulteriores estudos podem alargar e aprofundar os resultados, avançando na escuta e nos dados que os sujeitos envolvidos podem fornecer a quem pesquisa esse fenômeno.

Enfim, outra limitação a sinalizar é que foi a primeira vez que utilizamos a *Grounded Theory*, uma metodologia tão complexa e rigorosa. A decisão pelo seu uso veio tardiamente, depois que já havíamos feito a primeira imersão ao campo. Isto não impossibilitou a continuidade da pesquisa com esta metodologia, mas certamente pode ter deixado brechas que poderiam ter sido aparadas, caso a sua adoção tivesse ocorrido logo no início, desde a primeira viagem à fronteira do Brasil com a Venezuela. Para o desenvolvimento da pesquisa com a metodologia da *Grounded Theory*, foi crucial contar com consultoria metodológica especializada e leituras de fontes diretas e indiretas para assegurar ao melhor o uso correto das ferramentas e seus procedimentos. Por isso, consideramos ter alcançado resultados confiáveis, não só estritamente pelos resultados, cujos conteúdos já dialogados com nomes de referência nos temas tratados o mostram com evidência, mas também pela transparência e pelo rigor seguidos nos procedimentos da GT.

## **Pesquisas futuras**

A partir do que foi discutido nesta pesquisa exploratória, abrem-se inúmeras possibilidades de continuidade de estudos de forma multidisciplinar, em diversas áreas e com pontos de vista variados. Este novo fluxo migratório proveniente da Venezuela com destino prioritário à Colômbia, seguido do Brasil, tem preferido a América Latina, configurando-se numa migração transnacional sul-sul. Há lacunas e pontos obscuros a serem estudados nessa população. Partindo das questões levantadas nesta tese poderíamos observar a desigualdade no uso das tecnologias da informação e comunicação, especialmente do *smartphone*. O acesso é desigual tanto pelo fato de possuir ou usar emprestado, como da literacia digital para saber operá-lo. E quando falamos em falta de literacia, referimo-nos também às literacias cívico-mediáticas e educacionais da população com a qual foi realizada a pesquisa, quanto de seus ambientes de origem e de parte expressiva das pessoas que se encontram em suas trajetórias no Brasil.

Como a coleta de dados para esta pesquisa foi realizada, em sua maior parte, em 2019, muita coisa pode ter sido alterada desde então. Portanto, é necessária atualização na coleta de dados. Sugerimos investigar não apenas os indivíduos que acabam de chegar, número que foi bastante reduzido no ano de 2020 e segue em redução em 2021 devido à pandemia do novo coronavírus; como também coletar dados junto à população que foi levada para outras regiões e encontra-se em processo de integração no país. A falta de domínio do idioma português foi um grande obstáculo observado para que essa população tivesse um melhor trânsito e acompanhamento das políticas e ações em favor dos imigrantes e refugiados, assim como para fazer amizade e conviver melhor com brasileiros e brasileiras. Sugerimos investigar se houve o aprendizado do idioma, especialmente por aqueles/as que estão há mais tempo no país. Se eles/as fizeram cursos, se aprenderam de outra maneira e como foi que melhoraram a comunicação a partir deste aprendizado. Se apenas compreendem o português ou se conseguem se expressar no idioma do país de acolhimento.

Saber como o governo brasileiro se organizou para lidar com este novo fluxo migratório, se foram implementadas políticas públicas de acolhimento é outra possibilidade de estudos. Até onde chegamos havia uma ação coordenada pelo Exército brasileiro trabalhando em conjunto com diversas agências internacionais e a sociedade civil organizada com grande participação de instituições religiosas no projeto macro denominado Operação Acolhida. Mas com a pandemia da Covid-19 muita coisa pode ter mudado, uma vez que a prioridade no país passou a ser o tratamento das vítimas desta doença que segue sem controle no Brasil e até esta data,

dia 28 de dezembro de 2021, já matou mais de 610 mil pessoas e deixou milhares de crianças órfãs, inclusive filhos e filhas de imigrantes e refugiados.

Implementar projetos de pesquisa semelhantes aos aqui mencionados: DiCi-Educa, Media in Action e Radio Active Europe com grupos de venezuelanos e venezuelanas para formação por meio da educomunicação e posteriormente avaliar os resultados práticos dessas formações na atuação dos formados enquanto cidadãos e cidadãs no país onde estão a viver. Esta é uma sugestão para estudos futuros. Outra possibilidade seria realizar, por meio da netnografia ou outra metodologia que vai direto à internet, pesquisas com esse novo fluxo migratório, como as que vem sendo realizadas por Denise Cogo e Liliane Brignol e suas equipes com outros grupos de imigrantes e refugiados a viver no Brasil e em outros países da América Latina há mais tempo, conforme mencionamos ao longo desta tese.

Sugerimos os projetos acima por se tratarem de iniciativas extra-oficiais, fora da educação formal, que podem ser encabeçadas por grupos de investigadores agindo individualmente ou em grupo, em ações de extensão ligadas ou não às universidades às quais estão ligadas. Mas existem também possibilidades de pesquisas a serem feitas nas redes oficiais de ensino onde venezuelanos e venezuelanas estejam matriculados/as e cursem seus respectivos anos letivos. Poderiam ser pesquisas intergeracionais, com grupos matriculados em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou com faixas etárias definidas, estudando crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental e jovens e adultos do ensino superior.

E, em particular, a Teoria Fundamentada nos Dados relativamente ao *smartphone* que, conjuntamente com a literacia digital, tem potencialidade para empoderar migrantes e refugiados para superar as vulnerabilidades que encontram em sua jornada migratória, desafia e conclama quem, por dever recebido em sede eleitoral, num estado democrático de direito, a responder institucional e pessoalmente pelas demandas que essa população apresenta, mesmo quando não possui canais formais para manifestá-las, especialmente num país que tem em sua Norma Constitucional Art. 5º a seguinte afirmação: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

As possibilidades de continuidade de estudos para ter um panorama mais completo e competente deste novo fluxo migratório de venezuelanos e venezuelanas são inúmeras. Deixamos aqui apenas uma pequena contribuição, ainda embrionária. Esperamos ter acendido uma luz a iluminar o longo percurso a ser feito numa estrada ainda pouco percorrida e, portanto, pouco conhecida.



## FONTES

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2020a). *Relatório mensal de registro e abrigo em Roraima*. <https://data2.unhcr.org/es/documents/details/76386>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. (2020b). *Relatório Anual ACNUR. Tendências Globais: Desplazamiento Forzado en 2019*. [https://acnur.org/5eeaf5664#\\_ga=2.219350813.540992572.1592504853-1402332347.1572286895](https://acnur.org/5eeaf5664#_ga=2.219350813.540992572.1592504853-1402332347.1572286895)
- Amnesty Internacional (2015). *The Global Refugee Crisis. A conspiracy of neglect*. London: Amnesty International, 2015.
- Conseil de L'Europe (2017). *Rapport du Conseil de l'Europe: Couverture médiatique de la « crise des réfugiés »*. Perspective Européenne. DG1, 03, 2017.
- Conselho Nacional dos Direitos Humanos. (2018). *Relatório das Violações de direitos contra imigrantes venezuelanos no Brasil*. Brasília – DF. <https://conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/05/relatorio-sobre-violacoes-de-direitos-humanos-contra-imigrantes-venezuelanos-no-brasil>
- Grupo de Lima. (2019). *Declaração da XV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima* (português). Nota à imprensa nº 192/2019. Buenos Aires, 23 de julho de 2019. Disponível em: [Declaração da XV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima \[português\] — Português \(Brasil\) \(on line\)](#)
- Grupo de Trabajo de la Organización de los Estados Americanos. (2019). *Informe preliminar sobre la crisis de migrantes y refugiados venezolanos en la región*. [https://us.embajadavenezuela.org/wp-content/uploads/2019/08/Informe-preliminar-2019-Grupo-Trabajo\\_Venezuela.pdf](https://us.embajadavenezuela.org/wp-content/uploads/2019/08/Informe-preliminar-2019-Grupo-Trabajo_Venezuela.pdf)
- CSEM. (2018). *O protagonismo de migrantes e refugiados (as)*. Núcleo Duro dos Estudos e Pesquisas do CSEM. Brasília. [https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Breve\\_N%C3%BAcleo-Duro-de-Estudos-e-Pesquisas-do-CSEM-1.pdf](https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Breve_N%C3%BAcleo-Duro-de-Estudos-e-Pesquisas-do-CSEM-1.pdf)
- Human Rights Watch. (2019). *Relatório Mundial. Nossa Revisão Anual dos direitos humanos ao redor do mundo*. [https://www.hrw.org/sites/default/files/world\\_report\\_download/hrw\\_world\\_report\\_2019.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/hrw_world_report_2019.pdf)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico 2010. Características gerais dos indígenas. Resultados do universo*. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd\\_2010\\_indigenas\\_universo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2009). *Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado de Roraima*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95887.pdf>
- Instituto Nacional de Estadística. (2010). *IV Censo Económico 2007-2008. Primeros resultados*. <http://www.ine.gov.ve/documentos/Economia/IVCensoEconomico/pdf/InformeIVCE.pdf>
- International Organization for Migration. (2020). *World Migration Report*. <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020>
- International Organization for Migration. (2018a). *Analysis: Venezuelan Migration Flows in South America*. <https://reliefweb.int/report/colombia/analysis-venezuelan-migration-flows-south-america-may-2018>

- International Organization for Migration. (2018b). *DTM Brasil n° 1. Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano*.  
[https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/DTM/MDH\\_OIM\\_DTM\\_Brasil\\_N1.pdf](https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/DTM/MDH_OIM_DTM_Brasil_N1.pdf)
- International Organization for Migration. (2018c). *DTM Brasil n° 2. Monitoramento do fluxo migratório venezuelano, com ênfase em crianças e adolescentes*.  
[https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/DTM/OIM\\_Brasil\\_DTM\\_N2-PT\\_VF.PDF](https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/DTM/OIM_Brasil_DTM_N2-PT_VF.PDF)
- Naciones Unidas. Consejo de Derechos Humanos. (2018). *Promoción y protección de los derechos humanos en la República Bolivariana de Venezuela*.  
[https://ap.ohchr.org/documents/S/HRC/d\\_res\\_dec/A\\_HRC\\_39\\_L1\\_rev1.pdf](https://ap.ohchr.org/documents/S/HRC/d_res_dec/A_HRC_39_L1_rev1.pdf)
- OCDE (2016). Se requiere una respuesta internacional integral y coordinada para resolver la crisis de refugiados, dice la OCDE, s/d. Disponível em  
<<https://www.oecd.org/centrodemexico/medios/se-requiere-una-respuesta-internacional-integral-y-coordinada-para-resolver-la-crisis-de-refugiados-ocde.htm>>.
- OECD (2016), *International Migration Outlook 2016*, OECD Publishing, Paris.  
[http://dx.doi.org/10.1787/migr\\_outlook-2016-en](http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2016-en)
- OECD (2015). Migration Policy Debates, n. 7, September 2015. [www.oecd.org/migration](http://www.oecd.org/migration)
- ONU Mulheres Brasil (2018). *Comunicação é direito essencial para o empoderamento*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/comunicacao-e-direito-essencial-para-o-empoderamento-das-mulheres-destacam-brasileiras-sobre-tema-emergente-mulheres-e-midia-na-csw-62/>
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. (online). [https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao/?gclid=Cj0KCQiA8\\_PfBRC3ARIsAOzJ2urPSD65nE\\_sS5PvjPfKc1y1k6To1pDs9caf9fi0\\_RskMMHzaKVrKU4aAuxQEALw\\_wcB](https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao/?gclid=Cj0KCQiA8_PfBRC3ARIsAOzJ2urPSD65nE_sS5PvjPfKc1y1k6To1pDs9caf9fi0_RskMMHzaKVrKU4aAuxQEALw_wcB)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1982). *Declaração de Grünwald* (online). [http://www.unesco.org/education/pdf/MEDIA\\_E.PDF](http://www.unesco.org/education/pdf/MEDIA_E.PDF)
- Organização dos Estados Americanos. (2019). *Informe preliminar sobre la crisis de migrantes y refugiados venezolanos en la región*.  
[http://www.oas.org/es/centro\\_informacion/informe\\_anual.asp](http://www.oas.org/es/centro_informacion/informe_anual.asp)
- Organização Internacional para as Migrações. (2018). *Deslocamentos assistidos de Venezuelanos*. Subcomitê Federal para Interiorização.  
[https://www.gov.br/acolhida/restapi/sites/default/files/image\\_1\\_1596324302\\_0.pdf](https://www.gov.br/acolhida/restapi/sites/default/files/image_1_1596324302_0.pdf)
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2009). *Recomendação 2009/625/CE*.  
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32009H0625&from=FR>
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2007). *Comunicação da Comissão sobre Literacia Mediática (20.12.2007)*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A52007DC0833>
- R4V – Respuesta a venezolanos. Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela. (2019). *Plan Regional para Refugiados y Migrantes de Venezuela*.  
<https://data2.unhcr.org/es/documents/download/68669>
- R4V – Respuesta a Venezolanos. Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela. (2020a). *Mapa da emigração venezuelana na América Latina e Caribe*.  
<https://www.refworld.org.es/publisher,R4V,,,5e698be74,0.html>
- R4V – Respuesta a Venezolanos. Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela. (2020b). *RMRP 2020 para refugiados y migrantes de Venezuela – Plan de*

- Respuesta para refugiados y migrantes 2020 Enero-Diciembre.*  
<https://r4v.info/en/documents/download/74747>
- Roraima (Estado). Procuradoria Geral do Estado. Ação Civil Originária de 12 de abril de 2018. Pedido de Tutela Provisória. ACO 3121
- Senado Federal (2012). *Manual de Comunicação da Secom*. Glossário.  
<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/tics>
- United Nations Human Rights. Office of the High Commissioner. (2018). *Human Rights Violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight.* [https://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/VenezuelaReport2018\\_EN.pdf](https://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/VenezuelaReport2018_EN.pdf)
- UNHCR. The UN Refugee Agency (2021). Mid-year trends.  
<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/618ae4694/mid-year-trends-2021.html>
- United Nations High Commissioner for Refugees. (2018a). *Venezuela Situation. Responding to the needs of people displaced from Venezuela.* Supplementary Appeal.  
<https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/unhcr%20venezuela%20situation%202018%20supplementary%20appeal.pdf>
- United Nations High Commissioner for Refugees. (2018b). Situational Update. Venezuela Situation. <https://data2.unhcr.org/documents/download/63242>

## REFERÊNCIAS

- Alencar A. (2020). Mobile communication and refugees: An analytical review of academic literature. *Sociology Compass*, 14, artigo 12802. <https://doi.org/10.1111/soc4.12802>
- Alfaro, R. M. (2005). Derechos comunicativos para la afirmación ciudadana. *Contexto*, 13, 46-72. <https://revistas.ulima.edu.pe/index.php/contratexto/article/download/736/708>
- Almeida, L. B. de., Paula, L. G. de., Carelli, F. C., Osório, T. L. G., & Genestra, M. (2005). O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. *JISTEM – Journal of Information Systems and Technology Management*, (online), 2(1). <https://doi.org/10.1590/S1807-17752005000100005>
- Almeida, W. G. (2008). *Relações Inter étnicas em conflito entre Macuxi e Wapixana na Terra Indígena Raposa Serra do Sol*. [Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/12256>
- Alves, Â. G., Martins, C. A., Pinho, E. S., Tobias, G. C., & Barbosa, M. A. (2019). Estudo da prática pedagógica na formação de enfermeiros com uso de uma Grounded Theory. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 7(15), 414-427. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2019.v.7.n.15.191>
- Annoni, A.M.; Petrocchi, S.; Camerini, A.-L.; Marciano, L. *The Relationship between Social Anxiety, Smartphone Use, Dispositional Trust, and Problematic Smartphone Use: A Moderated Mediation Model*. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2021, 18, 2452. <https://doi.org/10.3390/ijerph18052452>
- Araújo, E., & Ferreira, F. (2013). A “Fuga de Cérebros”: um discurso multidimensional. Em Araújo, E., Fontes, M., & Bento, S. (Eds.), *Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros*, (pp. 58-82). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. <https://www.researchgate.net/publication/291814029>
- Arruda, A. M. T. (2015). Brasil e Canadá: uma breve comparação sócio-histórica das políticas migratórias entre os Séculos XIX e XXI. Em A. M. Vasconcelos & T. Botega (Orgs.), *Política Migratória e o paradoxo da globalização* (pp. 11-32). EDIPUCRS; CSEM. [https://csem.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-BOOK\\_Politica\\_migratoria\\_e\\_o\\_paradoxo\\_da\\_globalizacao.pdf](https://csem.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-BOOK_Politica_migratoria_e_o_paradoxo_da_globalizacao.pdf)
- Bacellar, F. C. T. (2005). *Contribuições para o ensino de marketing: revelando e compreendendo a perspectiva dos professores*. [Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo]. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/9963/desenvolvimento-e-aplicacao-de-um-modelo-de-ensino-da-teoria-das-restricoes-com-base-em-uma-abordagem-multiagente>
- Bacishoga, K. B., Hooper, V. A., & Johnston, K. A. (2016). The role of mobile phones in the development of social capital among refugees in South Africa. *The Electronic of Information in Developing Countries - EJISDC*, 72(1), 1-21. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/j.1681-4835.2016.tb00519.x>
- Baeninger, R., & Silva, J. C. J. (Orgs.). (2018), *Migrações Venezuelanas*. Unicamp/Nepo. [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf)
- Baeninger, R. (2018). Governança das migrações: migração dirigida de venezuelanos e venezuelanas no Brasil, em R. Baeninger & J. C. J. Silva (Orgs.), *Migrações Venezuelanas* (pp. 135-140). Unicamp/Nepo. [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf)

- Baeninger, R. (2017). Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. Em C. Lussi (Org.), *Migrações Internacionais. Abordagens de Direitos Humanos* (pp. 13-30). CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. [https://csem.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-BOOK\\_Migracoes\\_Internacionais\\_ABordagens\\_de\\_DDHH\\_CSEM.pdf](https://csem.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-BOOK_Migracoes_Internacionais_ABordagens_de_DDHH_CSEM.pdf)
- Baggio, M. A., & Erdmann, A. L. (2011). Teoria Fundamentada nos Dados ou *Grounded Theory* e o uso na investigação em Enfermagem no Brasil. *Revista de Enfermagem Referência III*, (3), 177-188. Escola Superior de Enfermagem em Coimbra. <http://www.index-f.com/referencia/2011pdf/33-177.pdf>
- Bakewell, O. (2008). Research Beyond the Categories: The Importance of Policy Irrelevant Research into Forced Migration. *Journal of Refugee Studies*, 21(4), 432-453. <https://doi.org/10.1093/jrs/fen042>
- Bakewell, O., Engbersen, G., Fonseca, M. L., & Horst, C. (Eds.). (2016), *Beyond networks: Feedback in international migration*. Basingstoke, Palgrave MacMillan
- Baldassar, L., Nedelcu, M., Merla, L., & Wilding, R. (2016). ICTbased co-presence in transnational families and communities: Challenging the premise of face-to-face proximity in sustaining relationships. *Global Networks*, (16) 133–144. <https://doi.org/10.1111/glob.12108>
- Bandeira-de-Mello, R., & Cunha, C. J. C. de A. (2003). *Operacionalizando o método da Grounded Theory nas pesquisas em estratégia: técnicas e procedimentos de análise com apoio do software Atlas/TI*. ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração). [http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod\\_evento=3&cod\\_edicao\\_subsecao=56&cod\\_evento\\_edicao=13&cod\\_edicao\\_trabalho=4866#](http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=3&cod_edicao_subsecao=56&cod_evento_edicao=13&cod_edicao_trabalho=4866#)
- Bellardi, N., Busch, B., Hassemer, J., & Scifo, S. (2018). *Spaces of Inclusion: Na explorative study on needs of refugees and migrants in the domain of media communication and on responses by community media*. Council of Europe and Commit (Community Media Institute). <https://rm.coe.int/dgi-2018-01-spaces-of-inclusion/168078c4b4>
- Benton, M. (2019). *Digital Litter: The Downside of Using Technology to Help Refugees*. <https://www.migrationpolicy.org/article/digital-litter-downside-using-technology-help-refugees>
- Bittencourt, M. (2015). Grounded Theory como metodologia de pesquisas em Mídias Digitais. *Comunicação & Sociedade*, 39(1), 143-167. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n1p143-167>
- Blanes Sala, J., Bertino Moreira, J. (2018). Migrações Forçadas: categorização em torno de sujeitos migrantes. Em L. L. Jubilut, F. de M. D. Frinhani & R. de O. Lopes (Orgs.), *Migrantes forçad@s: conceitos e contextos* (pp. 15-42). Editora da UFRR. [https://www.academia.edu/37229626/Migrantes\\_For%C3%A7ad\\_at\\_s\\_Conceitos\\_e\\_Contextos](https://www.academia.edu/37229626/Migrantes_For%C3%A7ad_at_s_Conceitos_e_Contextos)
- Bomfim, M. (2005). *A América Latina: males de origem*. Topbooks. <https://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>
- Botega, T., Dutra, D., & Cunha, I. B. (Orgs.). (2020), *Movilidad en la frontera Tijuana como espacio de (re)construcción de la vida*. CSEM. <https://www.csem.org.br/livros/lanzamiento-del-libro-movilidad-en-la-frontera-tijuana-como-espacio-de-reconstruccion-de-la-vida/>
- Botelho-Francisco, R. E. (2017). Literacias emergentes em contextos digitais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [número especial], (13), 4-26. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/653>



- Faculdade de História da Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3114>
- Cabalceta, D. C. (2018). Migrantes conectados. El impacto de la telefonía móvil en la migración. *Communication, technologies et développement*, (En línea, 6). <https://doi.org/10.4000/ctd.539>
- Cipolla, C. (A cura di). (2002). *Principi di Sociologia*. Franco Angeli. 2ª.ed.
- Campos, G. B. de. (2015). *Dois séculos de imigração no Brasil: a construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015*. [Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura]. [http://midiacidade.org/img/tese\\_final\\_GBC\\_final.pdf](http://midiacidade.org/img/tese_final_GBC_final.pdf)
- Castro, F. R. de. (2020). A atuação da sociedade civil no processo brasileiro de refúgio. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 28(58), 147-163. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880005809>
- Castells, M. (2009). Internet e Sociedade em Rede. Em D. de Moraes (Org.), *Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder* (pp. 255-287). Record
- Castells, M. (2007). Communication, Power and Counter-power in the Network Society. *International Journal of Communication*, (1), 238-266. <http://ijoc.org>
- Cavalcanti, L., Oliveira, T., & Macedo, M. de (Orgs.) (2019). *Imigração e Refúgio no Brasil. A inserção de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho. Relatório Anual 2019*. Série Migrações. OBMigra, Observatório das Migrações Internacionais. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>
- Cavalcanti, L.; Botega, T.; Tonahti, T.; Araújo, D. (orgs.) (2017). *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Editora da UnB.
- Cernadas, P. C. (2016). A linguagem como instrumento de política migratória. Dossiê Sur sobre Migração e Direitos Humanos. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, 13(23), 97-112. <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/09/sur-23-completo-portugues.pdf>
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: um guia prático para análise qualitativa*. Artmed
- Charmaz, K. (2006). *Constructing Grounded Theory: a practical guide through qualitative analysis*. Reprinted in 2009. Sage. [http://www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Charmaz\\_2006.pdf](http://www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Charmaz_2006.pdf)
- Clark, L.S; Jimenez, C. & Suskin, B. (2019). Literacias Cívico-Mediáticas. Em M. J. Brites, I. Amaral & M. T. Silva (Eds.). (2019), *Literacias cívicas e críticas: refletir e praticar*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho. [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/issue/view/258](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/258)
- Claro, C. de A. B. (2020). Do estatuto do estrangeiro à lei de migração: avanços e expectativas. *Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI*, (26), 41-53. [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9820/1/BEPI\\_n26\\_Estatuto.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9820/1/BEPI_n26_Estatuto.pdf)
- Coelho, P. M. F; Costa, M. R. M., & Neto, J. A. M. (2018). Saber digital e suas urgências: reflexões sobre imigrantes e nativos digitais. *Educação & Realidade*, 43(3), 1077-1094. <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/74528>
- Cogo, D., & Alles, N. L. (2020). Imigrantes haitianas no Brasil, usos de TIC e experiências de ativismo. *RAEIC. Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*. 7(13), 24-49. <https://doi.org/10.24137/raeic.7.13.2>
- Cogo, D., & Zanforlin, S. (2020). Media, Mobility and Citizenship in the Global Capitalism Context: Reflections on the Trajectory of a Syrian Refugee. *IJMS International Journal*

- of Media Studies*, 1(2). [https://www.efluniversity.ac.in/Journals-Communication/II/IJMS2\\_Cogo&Zanforlin.pdf](https://www.efluniversity.ac.in/Journals-Communication/II/IJMS2_Cogo&Zanforlin.pdf)
- Cogo, D. (2015). Internet e redes migratórias transnacionais: narrativas da diáspora sobre o Brasil como país de imigração. *Revista Novos Olhares*, 4(1), 91-104. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2015.102224>
- Cogo, D., ElHajji, M., & Huertas, A. (Eds). (2012). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*. Bellaterra, Incom UAB – Universitat Autònoma de Barcelona. [https://oestrangeriodotorg.files.wordpress.com/2013/03/diaporas\\_migraciones\\_tic\\_identidades1.pdf](https://oestrangeriodotorg.files.wordpress.com/2013/03/diaporas_migraciones_tic_identidades1.pdf)
- Cogo, D., & Badet, M. (2012). *Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores – Migrantes no Brasil*. Coleção de Diversidade Cultural para Comunicadores/as. Instituto Humanitas Unisinos; Instituto de la Comunicación de la UAB. [https://migramundo.com/wp-content/uploads/2013/12/guia\\_migracoes\\_transnacionais\\_e\\_diversidade\\_cultural\\_migrantes\\_no\\_brasil.pdf](https://migramundo.com/wp-content/uploads/2013/12/guia_migracoes_transnacionais_e_diversidade_cultural_migrantes_no_brasil.pdf)
- Cogo, D. & Barth, D. L. (Julho/Dezembro, 2009). Redes sociais e usos da internet por migrantes brasileiros na Espanha. *Revista O público e o Privado*, 14. <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2614>
- Cohen, R. (2008). *Global Diasporas: an introduction*. 2nd Edition. Routledge. <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.470.8830&rep=rep1&type=pdf>
- Community Media Institute. (2018). *Spaces of Inclusion - An explorative study on needs of refugees and migrants in the domain of media communication and on responses by community media*. Council of Europe Report DGI. <https://rm.coe.int/dgi-2018-01-spaces-of-inclusion/168078c4b4>
- Corbin, J. M., & Strauss, A. (1990). Grounded Theory Research: Procedure, Canons and Evaluative Criteria. *Qualitative Sociology*, 13(1), 3-21. <https://doi.org/10.1007/BF00988593>
- Costa, M. C. M. D. R, Lima, S. P., Santos, L. M. C., Silva, E. R. da., & Erdmann, A. L. (2013). Teoria Fundamentada nos Dados em pesquisas na saúde da mulher: estudo bibliométrico. *Revista de Enfermagem – UFPE* (on line), 7 (esp) 1531-8. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11644/34510>
- Crenshaw, Kimberly (1991). Mapping the margins: intesectionality, identity politics and violence Against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1297. [http://ec.msvu.ca:8080/xmlui/bitstream/handle/10587/942/Crenshaw\\_article.pdf?sequence=1](http://ec.msvu.ca:8080/xmlui/bitstream/handle/10587/942/Crenshaw_article.pdf?sequence=1)
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2 ed. Artmed.
- Daher, W. Student Voice in the Mobile Phone Environment: A Grounded Theory Approach. *International Journal of Mobile and Blended Learning*, v. 9, n. 3, p12-23, 2017.
- Dekker, R. & Engbersen, G. (2012). How social media transform migrant networks. International Migration Institute. Departamento de Desenvolvimento Internacional de Oxford. Working Papers, Paper 64. <https://www.migrationinstitute.org/publications/wp-64-12>
- Demo, P. (2013). *Participação é conquista*. Cortez Editora, 6ª Ed.
- Diminescu, D., Bourgeois, M. & Renault, M. (2011). Digital Diasporas Atlas. Exploration and Cartography of Diasporas in Digital Networks. [Conference Paper]. Fifth International AAAI Conference on Weblogs and Social Media. Association for

- Advancement of Artificial Intelligence.  
<https://www.researchgate.net/publication/221297833>
- Diminescu, D. (2008). The connected migrant: an epistemological manifesto. *Social Science Information*, 47(4), 565-579. <https://doi.org/10.1177/0539018408096447>
- Dutra, D. (2013). *Migração Internacional e trabalho doméstico. Mulheres peruanas em Brasília*. CSEM; OJM. [https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2020/04/E-book\\_Migracao\\_internacional\\_e\\_trabalho\\_domestico\\_2a\\_prova.pdf](https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2020/04/E-book_Migracao_internacional_e_trabalho_domestico_2a_prova.pdf)
- Elhai, J. D., Hall, B. J., Levine, J. C., & Dvorak, R. D. (2017). *Types of smartphone usage and relations with problematic smartphone behaviors: The role of content consumption vs. social smartphone use*. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, 11(2), article 3. doi: 10.5817/CP2017-2-3)
- Elia Abi-Jaoude MSc MD, Karline Treurnicht Naylor MPH MD, Antonio Pignatiello MD. *Smartphones, social media use and youth mental health*. CMAJ 2020 February 10;192:E136-41. doi: 10.1503/cmaj.190434.
- Enetério, H. S; Enetério, N. G. P; Silva, A. M. (2019). *O paradigma da atuação dos militares nas questões de migração forçada: um olhar interdisciplinar entre a política e psicologia*. REMHU, Rev. Interdisc. Mobil. Human. Brasília, v. 27 n.55, abr., 131-147.
- Everett, A. (2009). *Digital diaspora: A race for cyberspace*. State University of New York Press
- Eyzaguirre, L.B. (2006, Otoño). Comunicación y Migración: el caso de Ecuador. *Historia Actual Online*, (11). <https://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/hao/article/view/174>
- Faist, T. (2010). Diaspora and transnationalism: what kind of dance partners? In: Baubock, R.; Faist, T. (eds.). *Diaspora and Transnationalism. Concepts, Theories and Methods*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Ferrer, R., Palacio, J., Hoyos, O., & Madariaga, C. (2014). Proceso de aculturación y adaptación del inmigrante: características individuales y redes sociales. *Psicología desde el Caribe*, 31(3), 557-576. DOI: <http://dx.doi.org/10.14482/psdc.31.3.4766>
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Penso. <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativ%20e%20qualitativ%20-%20IFES/Bauman,%20Bourdieu,%20Elias/Livros%20de%20Metodologia/Flick%20-%20Introducao%20%20C3%A0%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>
- Fundação Getúlio Vargas. (2020). *A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas* (online). FGV / DAPP [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano\\_compressed.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf)
- Fundação Getúlio Vargas. (2017). *Debate sobre a Lei de Migração*. <http://dapp.fgv.br/debate-sobre-lei-de-migracao-nas-redes-mobiliza-discurso-de-odio/>
- França, T., & Padilla, B. (2018). Imigração brasileira para Portugal: entre o surgimento e a construção mediática de uma nova vaga. *Cadernos de Estudos Sociais*, 33(2), 207-237. <https://doi.org/10.33148/CES2595-4091v.33n.220181773>
- Frau-Meigs, D. (2018). *Societal cost of “fake News” in the single digital Market*. Parlamento Europeu. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/626087/IPOL\\_STU\(2018\)626087\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/626087/IPOL_STU(2018)626087_EN.pdf)
- Frau-Meigs, D. (2018). Notícias falsas e desordens informativas. Em M. J. Brites, I. Amaral & M. T. Silva (Eds.). (2019), *Literacias cívicas e críticas: refletir e praticar*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho. [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/issue/view/258](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/258)

- Freitez, A. (2019). Crisis humanitaria y migración forzada desde Venezuela. In: Gandini, L.; Lozano A. F.; Prieto, V. (coords.). *Crisis y migración de población venezolana. Entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica*. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México. p. 22-58.
- Freitez, A. (2018). Prólogo. In: Koechlin, J; Eguren, J. (eds.). *El éxodo venezolano. Entre el exilio y la emigración*. Lima: Konrad Adenauer Stiftung; Universidad Antonio Ruiz de Montoya. P.9-14.
- Frouws, B., Phillips, M., Hassan, A., & Twigt, M. (2016). *Getting to Europe the 'WhatsApp' Way. The use of ICT in contemporary mixed migration flows to Europe*. Regional Mixed Migration Secretariat Briefing Paper. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2862592>
- Fuchs, C. (2017). *Social Media: a critical introduction*. 2nd edition. Sage
- Furtado, C. (2008). *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Contraponto
- Fusco, W. (2002). *Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares*. Textos Nepo. UNICAMP, Núcleo de Estudos de População (NEPO). [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos\\_nepo/textos\\_nepo\\_40.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_40.pdf)
- Gajjala, R. (2008). South Asian technospaces and “Indian” digital diásporas. Em R. Gajjala & V. Gajjala (Eds.), *South Asian technospaces* (pp. 37–48). Peter Lang
- Garcia, L. (2005). La migración de brasileños en el contexto de la globalización. *Migraciones Internacionales*, 3(1), 165-173. [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1665-89062005000100007](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-89062005000100007)
- Gillespie, M., Osseiran, S., & Cheesman, M. (2018, January-March). Syrian Refugees and the Digital Passage to Europe: Smartphone Infrastructures and Affordances. *Social Media + Society*, 1-12. <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305118764440>
- Ginzburg, C. (1987). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Companhia das Letras.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1965). *Awareness of Dying*. Aldine Transaction (digital reprint version)
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Reprinted in 2006. Aldine Publishing
- Gómez, C. T; Freeman, M., & Velásquez, E. M. (Eds). (2018). *Arqueología transmídia en América Latina: mestizajes, identidades y convergencias*. Editorial EAFIT. [https://www.academia.edu/37962716/Arqueolog%C3%ADa\\_transmedia\\_en\\_Am%C3%A9rica\\_Latina\\_mestizajes\\_identidades\\_y\\_convergencias](https://www.academia.edu/37962716/Arqueolog%C3%ADa_transmedia_en_Am%C3%A9rica_Latina_mestizajes_identidades_y_convergencias)
- Gros, B., Zhang-Yu, C., Ayuste, A., & Escofet, A. (2018). La apropiación de los dispositivos móviles en ciudadanos inmigrantes: el segundo nivel de división digital. *Athenea Digital*, 18(3), e2175. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2175>
- Guizardi, M. L. (2012). Conflicto, equilibrio y cambio social en la obra de Max Gluckman. *Papeles del CEIC*, 88(2). <https://ojs.ehu.eus/index.php/papelesCEIC/article/view/12465>
- Gustavsson, M.; Ytterberg, C.; Nabsen Marwaa M; Tham, Kerstin & Guidetti, S. Experiences of using information and communication technology within the first year after stroke – a grounded theory study. *Disability and Rehabilitation*, v. 40, n. 5, pp. 561-568, 2018.
- Hall, S. (2003). Pensando a diáspora. Reflexões sobre a terra no exterior. Em L. Sovik (Org.), *Stuart Hall. Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais* (pp. 25-50). UFMG; Representação da Unesco no Brasil. [http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/Da\\_Diaspora\\_-\\_Stuart\\_Hall-book.pdf](http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/Da_Diaspora_-_Stuart_Hall-book.pdf)
- Halverson, R.; Smith, A. How new technologies have (and have not) changed teaching and learning in schools. *Journal of Computing in Teacher Education*, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 49-54, 2009.

- Hamid, S. C. (2012). *(Des) Integrando Refugiados: Os processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil*. [Tese de Doutorado defendida na Universidade de Brasília]. [http://dan.unb.br/images/doc/Tese\\_109.pdf](http://dan.unb.br/images/doc/Tese_109.pdf)
- Harrel-Bond, B., & Voutira, E. (2007). In Search of 'Invisible' Actors: Barriers to Access in Refugee Research. *Journal of Refugee Studies*, 20(2), 281-298. DOI:10.1093/jrs/fem015
- Horst, H. A. (2006). The blessing and burdens of communication: cell phones in Jamaican transnational social fields. *Global Networks*, (6), 143-159. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2006.00138.x>
- Hepp, A., Bozdog, C., & Suna, L. (2011). *Mediale migranten* [Mediatized migrants]. VS Verlag. DOI:10.4324/9780203148600
- Inglês, P. (2015). Globalização, mobilidade humana e criatividade: desafiando categorias a partir de três casos de migração forçada em Angola. In: Ana Maria Nogales Vasconcelos & Tuila Botega (Orgs.). *Política migratória e o paradoxo da globalização*. Brasília: CSEM, Porto Alegre, EDUPUCRS, p. 169-188
- International Organization for Migration. (2018). *Migration Trends in the Americas – Bolivarian Republic of Venezuela*. International Organization for Migration. [https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias Migratorias Nacionales en Americas Venezuela-EN Septiembre 2018.pdf](https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_Americas_Venezuela-EN_Septiembre_2018.pdf)
- International Organization for Migration. (2018). *Global Migration Indicators. Insights from the Global Migration Data Portal* (Online). [https://publications.iom.int/system/files/pdf/global\\_migration\\_indicators\\_2018.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/global_migration_indicators_2018.pdf)
- Jacobus, A. E., Souza, Y. S. de., & Bitencourt, C. C. (2012). *O que fazem afinal os pesquisadores que praticam Grounded Theory?* [XXXVI EnANPAD]. Rio de Janeiro – RJ. [http://www.anpad.org.br/diversos/down\\_zips/63/2012\\_EPQ1663.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/63/2012_EPQ1663.pdf)
- Jenkins, H. (2008). *Cultura da Convergência*. Editora Aleph
- Jiménez-Martínez, C; Tufte T.; & Suzina A. C. (2020). Desconstruyendo la comunicación participativa y el desarrollo de la sociedade civil en 2020: una perspectiva inspirada en Paulo Freire. *Commons Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital*, 9(2), 16-47. <http://doi.org/10.25267/COMMONS.2020.v9.i2.01>
- Jiménez-Martínez, C; Tufte T.; & Suzina A. C. (2020). Qual a mensagem de Paulo Freire para os dias atuais? *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo*, (11), 11-18. <https://www.researchgate.net/publication/339018059>
- Jorge, A., Brites, M. J., & Francisco, K. (2001). Contactar, entreter, informar: um retrato da inclusão digital de jovens e seus familiares em Portugal. *Observatório (OBS) Journal*, 5(3), 101-131. <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/479/449>
- Jubilut, L. L., & Fernandes, A. P. (2018). A atual proteção aos deslocados forçados da Venezuela pelos países da América Latina. Em R. Baeninger & J. C. J. Silva (Orgs.), *Migrações Venezuelanas* (pp. 164-177). Unicamp/Nepo. [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf)
- Jubilut, L. L., Frinhani, F. de M. D., & Lopes, R. de O. (Orgs.). *Migrantes Forçad@s: Conceitos e Contextos*. Editora da UFRR. [https://www.academia.edu/37229626/Migrantes For%C3%A7ad at s Conceitos e Contextos](https://www.academia.edu/37229626/Migrantes_For%C3%A7ad_at_s_Conceitos_e_Contextos)
- Kanaan, C., Tássio, M., & Sidmar. (2018). *As ações do Exército Brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos*. Em R. Baeninger & J. C. J. Silva (Orgs.), *Migrações Venezuelanas* (pp. 68-71). Unicamp/Nepo. [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf)

- Labrador, R. C., & Merrow, W. (2019). *Post-transition Venezuela: a 'hybrid military-civilian regime'?*. <https://www.demdigest.org/preparing-for-a-post-transition-venezuela/>
- Latonero, M., & Kift, P. (Jan-Mar, 2018). On digital Passages and Borders: Refugees and the New Infrastructure for Movement and Control. *Social Media + Society*, 1-11. <https://doi.org/10.1177/2056305118764432>
- Leurs, K. & Smets, K. (January-March, 2018). Five questions for Digital Migration Studies: Learning from Digital Connectivity and Forced Migration In(to) Europe. *Social Media + Society*, 1-16. <https://doi.org/10.1177/2056305118764425>
- Leurs, K. & Prabhakar, M. (2018). Doing Digital Migration Studies: Methodological Considerations for an Emerging Research Focus. Em Zapata-Barreto, R. & Yalaz, E. (Editors). *Qualitative Research in European Migration Studies*. Barcelona, Spain. [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-76861-8\\_14](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-76861-8_14)
- Levy, M. S. F. (1974). O papel da migração internacional na evolução da população brasileira [1872 a 1972]. *Revista de Saúde Pública*, 8 (sup.), 49-90. [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101974000500003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101974000500003&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Lussi, C. *Vulnerabilidade*. (2017a). Em L. Cavalcanti, T. Botega, T. Tonhati & D. Araújo (Orgs.). *Dicionário crítico de migrações internacionais* (pp. 726-732). Editora UnB
- Lussi, C. *Protagonismo*. (2017b). Em L. Cavalcanti, T. Botega, T. Tonhati & D. Araújo (Orgs.). *Dicionário crítico de migrações internacionais* (pp. 574-579). Editora UnB
- Madianou, M., & Miller, D. (2012). *Migration and new media: Transnational families and polymedia*. Routledge
- Magliano, M. J. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Revista Estudos Feministas*, 23(3), 691-712. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p691>
- Malinowski, B. (2002). *Argonauts of the western Pacific. An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. First published [1922]. Routledge & Kegan Paul Ltd
- Mancini, T., Sibila, F., Argiropoulos, D., Rossi, M., & Everri, M. (2019). The opportunities and risks of mobile phones for refugees experience: a scoping review. *Plos ONE*, 14(12). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0225684>
- Marino, S. (July-December, 2016). Making space, making place: Digital togetherness and the redefinition of migrant identities online. *Social Media + Society*, 1-9. <https://doi.org/10.1177/2056305115622479>
- Marinucci, R. (2015). Transmissão e incidência dos estudos migratórios. Uma reflexão a partir da Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, REMHU. Em A. M. Nogales Vasconcelos & T. Botega (Orgs.), *Política migratória e o paradoxo da globalização* (pp. 67-80). EDIPUCRS; CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. [https://www.csem.org.br/csem\\_em\\_foco/politica-migratoria-e-o-paradoxo-da-globalizacao/](https://www.csem.org.br/csem_em_foco/politica-migratoria-e-o-paradoxo-da-globalizacao/)
- Mariotti, H. (2005). *Reduccionismo, 'holismo' e pensamentos sistêmicos e complexos. Suas consequências na vida cotidiana*. Instituto de Estudos de Complexidade e Pensamento Sistêmico. <http://www.saosebastiao.sp.gov.br/ef/pages/linguagem/experiencia/leituras/r1.pdf>
- Martin, S., Weerasinghe, S., & Taylor, A. (Fall/Winter, 2013). Crisis Migration. *Brown Journal of World Affairs*, 20(1). <https://www.jstor.org/stable/24590889?seq=1>
- Martino, L. M. S. (2015). *Teoria das Mídias Digitais: Linguagens, ambientes, redes*. Vozes
- Melella, C. (2016). Asociaciones de migrantes andinos en la web. Relevancia de redes virtuales en el establecimiento de lazos comunitarios. *Cadernos de Comunicação*, 20(1), art.1, 1-24. <https://doi.org/10.5902/2316882X17632>

- Melella, C., & Perret, G. (Mayo-Agosto, 2016). Uso de la internet en contextos migratorios. Una aproximación a su estudio. *Enl@ce. Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*, 13(2), 71-92. <https://www.redalyc.org/pdf/823/82349540005.pdf>
- Milesi, R., & Andrade, W. C. de. (2010). *Migrações Internacionais no Brasil. Realidade e Desafios Contemporâneos*. Instituto de Migrações e Direitos Humanos. <https://www.migrante.org.br/artigos-e-textos/>
- Milesi, R., Coury, P., & Rovey, J. (2018). Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, (13), 61-82. <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2019/01/FINAL-para-web-IMDH-Caderno-de-Debates-ed13.pdf>
- Moreira, J. B., & Sala, J. B. (2018). Migrações Forçadas: categorização em torno de sujeitos migrantes. Em L. L. Jubilut; F. de M. D. Frinhani & R. de O. Lopes (Orgs.), *Migrantes forçad@s: conceitos e contextos* (pp. 15-42). Editora da UFRR. [https://www.academia.edu/37229626/Migrantes\\_For%C3%A7ad\\_at\\_s\\_Conceitos\\_e\\_Contextos](https://www.academia.edu/37229626/Migrantes_For%C3%A7ad_at_s_Conceitos_e_Contextos)
- Moreira, P. (2021). Imigração Venezuela-Roraima: evolução, impacto e perspectivas. Ministério do Desenvolvimento Regional. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília
- Moresi, E. A. D. (2017). *Tecnologia Social e empoderamento: o caso do aplicativo Solidarius*. Sistemas, Cibernética e Informática, vol. 14, n. 1, p. 34-41, 2017 - <http://www.iiisci.org/journal/pdv/risci/pdfs/CB065CG17.pdf>
- Morin, E. & Moigne, J-L. (2009). A inteligência da complexidade. Epistemologia e pragmática. Piaget Editora.
- Motta, D., & Fiúza, R. (2020, 23 de julho). Pobreza cresce na Venezuela e já atinge 96% da população do país, diz estudo. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/07/23/pobreza-cresce-na-venezuela-e-ja-atinge-96-da-populacao-do-pais-diz-estudo>
- Moura, A. M. C. (2010). *Apropriação do telemóvel como ferramenta de mediação em mobile learning: estudos de caso em contexto educativo*. 2010. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga,.
- Nagumo, Gustavo; TELES, Lucio França. O uso do celular por estudantes na escola: motivos e desdobramentos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (online), Brasília, v. 97, n. 246, p. 356-371, maio/ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/371614642>
- Nascimbeni, F. (2019). Digital Literacy for children: exploring definitions and frameworks. Universidad Internacional de La Rioja Steven Vosloo, Unicef. <https://www.unicef.org/globalinsight/media/1271/file/%20UNICEF-Global-Insight-digital-literacy-scoping-paper-2020.pdf>
- Neves Angelini, L. (2020). *Venezuelanas no Brasil: um estudo sobre gênero e etnia nas experiências migratórias*. [Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para obtenção do Grau de Bacharel em Relações Internacionais]. Uberlândia. Repositório Institucional UFU. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/30949>
- Ogunyemi, O. (2020). On the Issue of diaspora's terminological dispersal. *Journal of Global Diáspora & Media*, 1(1), 3-14. DOI:10.1386/gdm\_00001\_2
- Oliveira, A. T. R. (2017). Imigrantes no Brasil. Aspectos da seletividade e da questão étnico-racial. Em C. Lussi (Org.), *Migrações Internacionais. Abordagens de Direitos Humanos* (pp. 137-156). CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. [https://csem.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-Book\\_Migracoes\\_Internacionais\\_ABordagens\\_de\\_DDHH\\_CSEM.pdf](https://csem.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-Book_Migracoes_Internacionais_ABordagens_de_DDHH_CSEM.pdf)

- Oliveira, C. M. G. S. de. (2011). *O cuidado confortador da pessoa idosa hospitalizada: individualizar a intervenção conciliando tensões*. [Tese de Doutoramento defendida na Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3815>
- Oliveira, C. M. G. S. de., Nogueira, R. M., & Gomes, I. D. (2020). A entrevista em *Grounded Theory*: aprender com os participantes. *Investigação qualitativa em saúde*, (742-753). <https://doi.org/10.36367/ntqr.3.2020.742-753>
- Oliveira, C. R. (Coord.). (2020). *Entrada, Acolhimento e Integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal. Relatório Estatístico do Asilo 2020*. Coleção Imigração em Números. Observatório das Migrações. Lisboa, ACM. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/440932/Sumario-Relatorio-Asilo-2020-OM.pdf/049c6fa4-4bfe-4354-b155-c16475afeda8>
- Oliveira, P. C. de., & Nakayama, M. K. (2018). Operacionalização de uma *Grounded Theory*: o percurso metodológico. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 6(12), p. 572-594. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2018.v.6.n.12.220>
- Oliveira, S., & Caetano, R. (2017). *Literacia para os Media e Cidadania Global: Caixa de Ferramentas*. Europress. [https://www.cidac.pt/files/2114/8597/6548/20170117\\_LMedia\\_cor\\_150dpi.pdf](https://www.cidac.pt/files/2114/8597/6548/20170117_LMedia_cor_150dpi.pdf)
- Oliveira-Soares, I. de (2019). Educomunicación Universal: derechos y deberes ante las pantallas. Em: I. Aguaded, A. Vizcaíno-Verdú & Y. Sandoval-Romero (Eds). *Competência mediática y digital: del acceso al empoderamiento*. Grupo Comunicar Ediciones. Huelva. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=782746>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2013). *Alfabetização Midiática e Informacional: Currículo para Formação de Professores*. Unesco. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/129895/mod\\_resource/content/1/Digital%20Literacy.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/129895/mod_resource/content/1/Digital%20Literacy.pdf)
- Organização Internacional para as Migrações. (2009). *Glossário sobre Migração*. Direito Internacional da Migração, nº 22. <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>
- Oroza Busutil, R., & Puente Márquez, Y. (2017). Migración y comunicación: su relación en el actual mundo globalizado, (25),10-16. <http://scielo.sld.cu/pdf/rnp/v13n25/rnp02117.pdf>
- Oyarzabal, P. J., & Alonso, A. (Eds). (2010). *Diasporas in the new media age: Identity, politics, and community*. University of Nevada Press
- Padilla, Bl. & López, M. (2021). *Venezolanos en Argentina, Estados Unidos e Portugal: una diáspora en construcción*. REMHU. Rev. Interdiscip. Mobil. Human., Brasília, v. 29, n.62, ago. 2021, p. 15-30. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006202>.
- Paiva, A. R. & Gonçalves, A. G. P. (2021). Operação Acolhida: entre a militarização e a assistência social. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*. Vol.13, n. 26. Janeiro-Junho, 2021.
- Palotti J., Adler, N., Morales-Guzman, A., Villaveces, J., Sekara, V., Herranz, M. G., Al-Asad, M., & Weber, I. (2020). Monitoring of the Venezuelan exodus through Facebook's advertising platform. *PLoS ONE*, 15(2), e0229175. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0229175>
- Panagakos, A. N., & Horst, H. A. (2006). Return to Cyberia. Technology and the social worlds of transnational migrants. *Global Networks*, (6), 109-124. DOI:10.1111/j.1471-0374.2006.00136.x
- Patarra, N. L. (2012). O Brasil: país de imigração? *e-Metropolis*, 9(3), 6-18. <http://emetropolis.net/artigo/64?name=o-brasil-pais-de-imigracao>
- Pereira, S., Aguiar, A., & Pereira, L. (Orgs.). (2018). *Agenda de Atividades de Literacia Digital*. Universidade do Minho.

- [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29799/1/Ebook\\_atividades\\_literacia\\_digital.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29799/1/Ebook_atividades_literacia_digital.pdf)
- Pérez Tornero, J. M., & Martire, A. (Eds.). (2017). *Educación y nuevos entornos mediáticos. El desafío de la innovación*. Editorial UOC.
- Peruzzo, C. M. K. (1999). Comunicação comunitária e educação para a cidadania. *Revista Comunicação e Informação*, 2(2), 205-228. <https://doi.org/10.5216/c&i.v2i2.22855>
- Petrini, M. & Pozzebon, M. (2009). *Usando Grounded Theory na construção de modelos teóricos*. *Revista Gestão e Planejamento*. Salvador, v.10, n.1, p. 1-18. Jan-jun.
- Pinto, M; Pereira, S & Brites, M. J.(orgs.) (2015). *Os media e a crise dos refugiados*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho. [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/issue/view/184](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/184)
- Pinto, M. de R., & Santos, L. L. da S. (2012). A *Grounded Theory* como abordagem metodológica: relatos de uma experiência de campo. *Revista O &S. Salvador*, 19(62), 417-436. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302012000300003>
- Pinto, M., Pereira, S. Pereira, L., & Ferreira, T. D. (2011). *Educação para os Media em Portugal. Experiências, Actores e Contextos*. Lisboa, Entidade Reguladora para a Comunicação Social. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/44959>
- Pinto, M. (2003). Correntes da educação para os media em Portugal: retrospectiva e horizontes em tempos de mudança. *Revista Ibero-americana*, (32), 119-143. <https://rieoei.org/historico/documentos/rie32a06.htm>
- Pinto, M. (1999). *A formação para o exercício da cidadania numa sociedade mediatizada*. Comunicação apresentada na Conferência Internacional “Os cidadãos e a sociedade da informação. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3067>
- Popper, K. R. (1972). *A lógica da pesquisa científica*. Editora Cultrix
- Quint, J. C. (1967). *The Nurse and the Dying Patient*. MacMillan
- Ramires, A., & Machado, L. (2017). *Grounded Theory: uma análise da produção científica brasileira em Administração no período de 2000 a 2014*. *Revista Alcance*, 24(2). <http://www.spell.org.br/documentos/ver/46493/grounded-theory--uma-analise-da-producao-cientifica-brasileira-em-administracao-no-periodo-de-2000-a-2014->
- Ramos, C., Pucinelli, R. H., & Zilber, M. A. (2020). Grounded Theory e sustentabilidade nas organizações: um estudo bibliométrico. *Unítalo em Pesquisa*, 10(2). [https://www.researchgate.net/publication/341193814\\_Grounded\\_Theory\\_e\\_Sustentabilidade\\_nas\\_Organizacoes\\_um\\_estudo\\_bibliometrico](https://www.researchgate.net/publication/341193814_Grounded_Theory_e_Sustentabilidade_nas_Organizacoes_um_estudo_bibliometrico)
- Rehder, M. & Saldanha, F. (2019). *Educação para a comunicação social: experiências educativas com o jornalismo em Portugal. Entrevista com Manuel Pinto*. *Comunicação & Educação*, (1). <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v24i1p95-107>
- Requena, J., & Caputo, C. (2016). Pérdida de talento em Venezuela: migración de sus investigadores. *Interciencia*, 41(7), 444-453. <https://www.redalyc.org/pdf/339/33946267002.pdf>
- Resende, Ê. (1992). *Cidadania – o remédio para as doenças culturais brasileiras*. Sumus Editorial, 3ªed.
- Rivera, A. (2016). La «crisi dei rifugiati» è la crisi dell’Unione europea. *Teoria politica. Nuova serie* [Online], n. 6, p. 273-286. Disponível em: <http://journals.openedition.org/tp/674>
- Russi, P. (2010). *Meios de comunicação na migração. Uruguaios no sul do Brasil*. Entremeios
- Rutter, M. (1993). Resilience: some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*, (14), 626-631. [https://doi.org/10.1016/1054-139X\(93\)90196-V](https://doi.org/10.1016/1054-139X(93)90196-V)
- Sahoo, A. K., & De Kruijf, J. G. (2014). *Indian Transnationalism Online. New Perspectives on Diaspora*. Routledge

- Sales, T., & Loureiro, M. (2004). Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 21(2), 217-239. <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/270>
- Santana da Silva, L. (2017). Carlo Ginzburg: o conceito de circularidade cultural e sua aplicação nos estudos sobre a música popular brasileira. *Revista Augustus*, 22(43), 72-83. <http://dx.doi.org/10.15202/19811896.2017v22n43p72>
- Sant'egidio (2019). *Corridoi Umanitari in Europa*. Aggiornato al 25 settembre 2019. Disponível em <http://www.santegidio.org/downloads/Dossier-Corridoi-Umanitari-ITA.pdf>.
- Santos, J. L. G. dos, Cunha, K. S. da, Adamy, E. K., Backes, T. S., Leite, J. L., & Sousa, F. G. M. de. (2018). Análise de dados: comparação entre as diferentes perspectivas metodológicas da Teoria Fundamentada nos Dados. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, (52), 1-8. <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2017021803303>
- Sarwar, M. & Soomro, T.R. (2013). *Impact of smartphone's on Society*. European Journal of Scientific Research. Vol. 98, N.2, March, pp. 216-226. ISSN 1450-216X / 1450-202X <http://www.europeanjournalofscientificresearch.com>.
- Schiesaro, G. (2018). *Migranti con lo smartphone*. Il contributo dei nuovi media digitali al viaggio, all'accoglienza e all'integrazione dei migranti. VIS; Agenzia Italiana per la Cooperazione allo Sviluppo. [https://www.volint.it/vis/sites/default/files/Migranti%20con%20lo%20smartphone%20\(e.d.%20VIS\).pdf](https://www.volint.it/vis/sites/default/files/Migranti%20con%20lo%20smartphone%20(e.d.%20VIS).pdf)
- Selee, A., & Bolter, J. (2020). *An Uneven Welcome Latin American and Caribbean Responses to Venezuelan and Nicaraguan Migration*. Migration Policy Institute. <https://www.migrationpolicy.org/sites/default/files/publications/Venezuela-Nicaragua-Migration2020-EN-Final.pdf>
- Silva, A. S. (2008). *Informação e Cidadania*. In: Martins & Pinto (orgs.). Comunicação e Cidadania. Actas do 5. [Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho]. Braga. <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sopcom/issue/current/showToc>
- Silva, C. A. S. da. (2013). *A política brasileira para refugiados (1998-2012)*. [Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital LUME. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88351>
- Silva, C. R. da. (2020). A metodologia da *Grounded Theory* na produção de conhecimento em computação. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 23(2). <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2020.v23i2.685>
- Silva, J. C., & Abrahão, B. A. (2018). *Migração pela Sobrevivência – o Caos dos Venezuelanos em Roraima*. Em L. Jubilut, F. Frinhani & R. de O. Lopes (Orgs), *Migrantes Forçad@s: Conceitos e Contextos* (pag. 636-661). Editora da Universidade de Roraima. [https://www.academia.edu/37229626/Migrantes\\_Forc%C3%A7ad\\_at\\_s\\_Conceitos\\_e\\_Contextos](https://www.academia.edu/37229626/Migrantes_Forc%C3%A7ad_at_s_Conceitos_e_Contextos)
- Silva, L. M., Souza, I. R., & Centeno, A. P. L. (2017). *A evolução da prática da Grounded Theory na Administração: um estudo de 2012 a 2016*. [XX SemeAd. Seminários em Administração]. São Paulo. <https://www.researchgate.net/publication/320853519>
- Silva, S. A. (2016). Entre o Caribe e a Amazônia: haitianos em Manaus e os desafios da inserção sociocultural. *Estudos Avançados*, 30(88), 139-152. DOI: 10.1590/S0103-40142016.30880010
- Silveira, S. A. (2001). *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. Fundação Perseu Abramo

- Simões, G. da F., & Rocha, R. (2018). Governança no âmbito da imigração venezuelana no Estado de Roraima: o papel da Universidade Federal de Roraima. Em R. Baeninger & J. C. J. Silva (Orgs.), *Migrações Venezuelanas* (pp. 78-86). Unicamp/Nepo. [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf)
- Soares, E. B. (2019). *Trajetórias de acadêmicas no Brasil e em Portugal: um olhar sobre o gênero a partir de uma Grounded Theory*. [Tese de doutoramento defendida na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas]. FGV Repositório Digital. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27364>
- Sorj, B. (2020). *Em que mundo vivemos?* Edições Plataforma Democrática. [https://bernardosorj.org/wp-content/uploads/2020/09/Em\\_Que\\_Mundo\\_Vivemos.pdf](https://bernardosorj.org/wp-content/uploads/2020/09/Em_Que_Mundo_Vivemos.pdf)
- Sorj, B., & Fausto, S. (Orgs.). (2015). *Internet e mobilizações sociais. Transformações do espaço público e da sociedade civil*. Edições Plataforma Democrática. <https://bernardosorj.org/#work>
- Sorj, B. (2003). *brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação*. Jorge Zahar Editor; Unesco. [https://bernardosorj.org/wp-content/uploads/2021/01/Brasil\\_@\\_povo\\_com.pdf](https://bernardosorj.org/wp-content/uploads/2021/01/Brasil_@_povo_com.pdf)
- Sousa, J. D. R. (2016). *O ensino de História Regional no ensino médio de Roraima*. [Monografia de Licenciatura em História]. Universidade Federal de Roraima.
- Sousa Santos, B. (2018). *Construindo as epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume 1: Para um pensamento alternativo de alternativas*. 1ª ed. CLACSO. <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/homepage.php>
- Staedicke, S. (2018). As Venezuelan Crisis Deepens, South America Braces for More Arrivals and Indefinite Stays. Migration Policy Institute. <https://www.migrationpolicy.org/article/top-10-2018-issue-1-venezuelan-crisis-deepens-south-america-braces-more-arrivals-and>
- Takahashi, T. (2000). *Sociedade da Informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/434>
- Tarozzi, M. (2011). *O que é grounded theory? Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados*. Vozes
- Thomas, J. A. (2019). Fuga de uma ditadura: a saga dos venezuelanos no Brasil. *Revista Veja*, 02.08.2019. <https://veja.abril.com.br/mundo/fuga-de-uma-ditadura-a-saga-dos-venezuelanos-no-brasil/>
- Thomas, M., & Lim, S. S. (2010). On maids, mobile phones and social capital – ICT use by female migrant workers in Singapore and its policy implications. Em J. Katz (Ed.), *Mobile Communication and social policy* (pp. 175-190). Transaction
- Throuvala, Melina A.; Griffiths, Mark D.; Rennoldson, Mark; & Kuss, Daria J. A ‘Control Model’ of Social Media Engagement in Adolescence: A Grounded Theory Analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 2019, v. 16, p. 4696; doi:10.3390/ijerph16234696 [www.mdpi.com/journal/ijerph](http://www.mdpi.com/journal/ijerph)
- Troccoli, I. R. (2014). E os pesquisadores brasileiros que praticam *Grounded Theory*: o que fazem? *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 12(2), 20-37. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v12i2.1601>
- Tufte, T. (2013). O renascimento da comunicação para a transformação social – redefinindo a disciplina e a prática depois da ‘Primavera Árabe’. *Intercom, RBCC*, 13(2), 61-90. <https://www.redalyc.org/pdf/698/69831537004.pdf>
- Vertovec, S. (2004). Cheap calls: The social glue of migrant transnationalism. *Global Networks*, 4(2), 219-224. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2004.00088.x>
- Vieira, K. (2016). *Writing Remittances: Migration-Driven Literacy. Learning in a Brazilian Homeland*. *JSTOR*, 50(4), 422-449. <https://www.jstor.org/stable/24889943?seq=1>

- Vieira, J. G. (2003). *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. [Tese de Doutorado defendida na Faculdade de História da Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Digital da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7322>
- Viruela Martínez, R. (2007). Migración y nuevas tecnologías de la información y la comunicación: inmigrantes rumanos en España. *Migraciones*, (21), 259-290. <https://revistas.comillas.edu/index.php/revistamigraciones/article/view/2899>
- Vitorio, B. da S. (2007). *Imigração Brasileira em Portugal: Identidade e Perspectivas*. Editora Universitária
- Vlachou, M. (Coord.). (2017). *A inclusão de migrantes e refugiados: o papel das organizações culturais*. Almada, Acesso Cultura
- Vollmer, S. M (2020). *The Digital Literacy Practices of Newly Arrived Syrian Refugees: a Spatio-Visual Linguistic Ethnography*. [Submitted in accordance with the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. The University of Leeds – School of Education]. [https://www.researchgate.net/publication/348743283\\_The\\_Digital\\_Literacy\\_Practices\\_of\\_Newly\\_Arrived\\_Syrian\\_Refugees\\_a\\_Spatio-Visual\\_Linguistic\\_Ethnography](https://www.researchgate.net/publication/348743283_The_Digital_Literacy_Practices_of_Newly_Arrived_Syrian_Refugees_a_Spatio-Visual_Linguistic_Ethnography)
- Wejsa, S., & Lesser, J. (March 29,2018). Migration in Brazil: The Making of a Multicultural Society. *Migration Information Source*, 2018. <https://www.migrationpolicy.org/article/migration-brazil-making-multicultural-society>
- Wilding, R. (2006). Virtual intimacies? Families communicating across transnational contexts. *Global Networks*, 6(2), 125–142. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2006.00137.x>
- Witteborn, S. (2018). The digital force in forced migration: Imagined affordances and gendered practices. *Popular Communication. The International Journal of Media and Culture*, 16(1), 21-31. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15405702.2017.1412442>
- Yepes, J. A. G., Reyes, J. H., & Páez, G. (2019, 18 de enero). *Datanalisis al Día*. Plan Económico de Recuperación y Crecimiento para la Prosperidad Futura: a 5 meses de su implementación. *Escenarios Datanalisis*. <https://www.datanalisis.com>
- Zetter, R. (2007). More labels, fewer refugees: remaking the refugee label in an era of globalization. *Journal of Refugee Studies*, 20(2), 172–192. DOI:10.1093/jrs/fem011
- Zioni, F. (Set-Dez, 2006). Exclusão social: noção ou conceito? *Revista Saúde & Sociedade*, 15(3), 15-29. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300003>
- Zimmerman, M. & Arunkumar, R. (1994). Resiliency research: implications and policy. *Social Policy Report: Society for Research in Child Development*, 8(4), 1-18. <https://doi.org/10.1002/j.2379-3988.1994.tb00032.x>

## ANEXOS

### ANEXO A – Foto da rodoviária de Boa Vista



**Legenda:** Na rodoviária de Boa Vista foram instaladas algumas barracas destinadas preferencialmente para mulheres e crianças.

**ANEXO B – Foto da porta de uma instituição religiosa**



**Legenda:** Antes das 7h da manhã, horário que começa a distribuição de café da manhã, em frente a uma instituição religiosa que apoia imigrantes.

**ANEXO C – Foto de homem na rodoviária de Pacaraima**



**Legenda:** O uso do *smartphone* para sobreviver vendendo chamadas para a Venezuela.

**ANEXO D – Foto do banner anunciando corte de cabelo**



**Legenda:** Depois que colocou a faixa a anunciar corte de cabelo a preço popular, o cabeleireiro conseguiu clientes e arrecadou o suficiente para comprar um smartphone que o tirou da situação de vulnerabilidade em que se encontrava.

## **ANEXO E – Termo de consentimento para entrevista**

Meu nome é Denise Gomes de Moura. Esta entrevista é parte da investigação científica desenvolvida no âmbito do Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE para a minha tese de doutoramento em estudos de comunicação, tecnologia, cultura e sociedade.

Para todos os fins, está assegurado o **sigilo** de identificação (nome e dados pessoais dos entrevistados). Serão divulgados apenas os dados referentes aos perfis, sem identificação nominal.

Esta pesquisa busca resposta para a pergunta: qual a importância do smartphone para migrantes e refugiados venezuelanos em jornada migratória no Brasil?

A entrevista será gravada. Eu irei seguir os seguintes princípios:

- 1 – Farei perguntas direcionadas sobre a situação sócio-econômica dos entrevistados.
- 2 – Farei perguntas sobre a forma como utilizam o telefone móvel inteligente, ou seja, o smartphone, conhecido no Brasil como celular.
- 3 – A entrevista é voluntária, de livre e espontânea vontade do/a colaborador/a, que poderá desistir de continuar a responder quando quiser.
- 4 – O/a colaborador/a poderá interromper a entrevistadora a qualquer momento e poderá fazer as perguntas que considerar necessário.
- 5 – Ao concluir a tese de doutoramento as gravações serão destruídas.
- 6 – Caso tenha interesse, a entrevistadora poderá ser contactada pelo número de telefone: 61-99143-1675 ou pelo email: [dgmas@iscte-iul.pt](mailto:dgmas@iscte-iul.pt).

Por gentileza, assine aqui, dando o seu consentimento para a entrevista:

---

Podemos começar?

**ANEXO F – Breve cronograma das atividades de campo do período 20-28.03.2019, realizadas em Boa Vista - Roraima**

Dia 20.03	Visita ao PETRI – Posto de Triagem de Imigrantes, em Boa Vista. Entrevista não gravada com funcionário da ONU que não tinha autorização para dar o seu nome, nem falar em nome da instituição. Nesta data também ocorreram conversas informais com motoristas de aplicativos e brasileiros que vivem na cidade. O tema foi o fenômeno migratório de venezuelanos, especialmente em Boa Vista.
Dia 21.03	Entrevistas com imigrantes solicitantes de refúgio e de residência temporária a viver em Boa Vista.
Dia 22.03	Entrevista com Irmã Olga, Missionária da Casa Consolata, da igreja católica, localizada no centro de Boa Vista. Foram realizadas também entrevistas com venezuelanos que estiveram nesta data, aguardando na porta da Casa Consolata, para receber o <i>desayuno</i> , como dizem, antes das 7h da manhã.
Dia 23.03	Conversa informal com casal de idosos, que são comerciantes, donos de uma loja de artesanato indígena. Também foram realizadas entrevistas com venezuelanos.
Dia 24.03	Entrevistas com venezuelanos em jornada migratória no Brasil que se encontravam a viver em Boa Vista
Dia 25.03	Conversas informais com brasileiros que desempenhavam na ocasião atividades no comércio e no setor de serviços. Realizadas ainda, entrevistas com venezuelanos.
Dia 26.03	Entrevista com Cel. Carla Beatriz Medeiros de Souza Albach, assessora de comunicação da Operação Acolhida. Concedida na sede da Operação, na 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista. Nesta mesma data, participação de reunião inter-agências com a presença do então coordenador geral da Operação Acolhida, Gen. Eduardo Pazuello.
Dia 27.03	Entrevistas com venezuelanos em locais diversos de Boa Vista e conversas com brasileiros.

**ANEXO G – Perfil dos entrevistados em Boa Vista no período de 20 a 28.03.2019**

<b>Gênero, idade</b>	<b>Status migratório</b>	<b>Tempo no Brasil</b>	<b>Motivo/emigração</b>	<b>Possui Smartphone</b>	<b>Ofício/profissão</b>	<b>Nível/escolaridade</b>
M, 20	R.T*	1 ano e 2 meses	Buscar emprego e trazer esposa	Sim	Lavador de carros	Ensino médio
M, 58	R.T	3 meses	Buscar oportunidade em aeroporto	Sim	Segurança aeroportuária	Licenciatura em educação
F, 68	S.R.*	8 meses	Crise na Venezuela	Não	Auxiliar de enfermagem	Técnico em aux. enfermagem
F, 18	R.T	1 mês e meio	Sonho viver no Brasil	Não	Limpeza, atendimento, cuida bebês	Ensino médio incompleto
F, 37	R.T	2 meses	Encontrar o marido	Não	Comerciante	Superior incompleto
M, 23	R.T	3 meses	Trabalhar e enviar dinheiro p/família	Sim	Motorista máquinas pesadas	Ensino médio completo
M, 45	R.T	8 dias	Ficar com filho vive aqui	Não	Professor	Licenciado em sociologia
F, 40	R.T	8 dias	Reagrupamento familiar	Não	Assistente social	Superior em informática
M, 52	S.R.	2 meses	Busca de oportunidades	Não	Eletricista, encanador, mecânico	Bacharel em humanidades
M, 30	S.R.	2 meses	Crise na Venezuela	Sim	Pintor de paredes, vigilante	Ensino médio
F, 38	R.T	7 meses	Ficar com esposo. Trouxe 2 filhas	Não	Vendedora	Ensino médio

\*R.T. – Solicitou residência temporária

\*S.R. – Solicitou refúgio no Brasil

**ANEXO H – Perfil dos informantes escutados durante as atividades de campo no período de 22 a 28.09.2019, realizadas em Boa Vista e Pacaraima, Roraima**

<b>Gênero, Idade</b>	<b>Status migratório</b>	<b>Tempo no Brasil</b>	<b>Motivo/ migração</b>	<b>Possui <i>Smart-phone</i></b>	<b>Ofício/ profissão</b>	<b>Nível de Escolaridade</b>
M, 21	R.T*	3 meses	Encontrar a irmã	Sim	Barbeiro e pedreiro	Secundário incomp.
M, 23	R.T.	9 meses	Busca oportunidades	Sim	Cozinheiro	Sec. Incomp.
F, 38	R.T	1 ano e 3mees	País grande. Mais oportunidades	Não. Só telefone analógico	Assistente social	Licenciada em as.social
F, 19	S.R.*	1 ano e 7 meses	Viver com o namorado que vivia aqui	Sim	Estudante	5º ano ensino fundamental
M, 24	R.T	4 meses	Viver com o irmão que já vivia aqui	Sim	Mecânico industrial	Técnico superior de Mecânica industrial
M, 17	R.T	1 mês	Viver com padrasto	Não	Manutenção e ser.téc.	Ensino médio incompleto
M, 19	R.T	2 meses	Viver com a mãe	Não	Ajudante const. civil	4º ano ensino secundário
F, 33	R.T	8 meses	Encontrar com parentes e amigos	Não	Enfermeira	Técnico Superior Enfermagem
F, 24	R.T	6 meses	Viver com irmão	Não	Dona de casa	5º ano ens. fundamental
M, 30	R.T	5 meses	Viver com irmã	Não	Mecânico e chofer	1º ano ensino fundamental
F, 65	R.T	1m ês	Viver com o companheiro que vive cá	Sim	Costureira, comerciante	3º ano ensino fundamental

M, 12	R.T	10 meses	Viver com familiares que estão cá	Não	Estudante	6º ano ensino fundamental
F, 18	R.T	9 meses	Viver com a mãe	Sim	Vendedora	Técnico em informática
M, 21	R.T	1 dia	Porque é mais perto	Sim	Comerciant e	Fundamental completo
M, 58	R.T	20 dias	Morar com minha filha	Não	Pedreiro	1º ano ensino fundamental
F, 21	R.T	4 meses	Porque é mais perto	Não	Dona de casa	5º ano ensino fundamental
M, 20	R.T	4 meses	Morar com a irmã	Não	Eletricista	Técnico nível médio
M, 44	S.R.	1 ano	Viver com parentes	Sim	Pedreiro, bombeiro hidráulico,	Técnico de máquinas industriais
M, 24	R.T	2 anos	Viver com parentes	Não	Vendedora	Ensino médio completo
M, 32	R.T	1 mês e meio	Vai trazer esposa e filhos	Não	Vidraceiro, perfurador de poços	1º ano secundário
F, 18	R.T	10 meses	Viver com a família	Sim	Vendedora	Ensino médio completo
M, 21	S.R.	3 meses	País grande, muitas fazendas, oportunidades	Não	Trabalhador rural	ensino fundamental
M, 50	R.T	40 dias	Tem vontade desde os 20 anos	Sim	Professor e produtor	Licenciado em tradução
F, 35	R.T	Pendular há 4 anos	Não quer viver no Brasil. Vai e volta a cada 15 dias	Sim	Comerciant e. Compra mercadorias e vende na Venezu.	Superior incompleto
F, 42	R.T	40 dias	Não queria. Marido a convenceu	Não	Docente Educação infantil	Licenciada em Pedagogia

F, 45	R.T	1 ano	Viver com minha irmã	Sim	Dona de casa	3º ano ensino fundamental
M, 18	S.R.	5 meses	País mais perto	não	Vendedor de plantas	5º ano ensino fundamental
F, 46	Turista	3 dias	Quer conhecer. Talvez viver com filhos	Sim	Professora	Licenciatura em pedagogia
F, 43	R. T	4 dias	Quer ficar 7 dias, ganhar dinheiro, comprar comida e voltar	Não	Docente	Licenciada em geografia
F, 54	R.T	1 ano e meio	Mais fácil obter documentos	Sim	Costureira	3º ano ensino fundamental
M, 32	R.T	17 dias	Morar com parentes	Não	Professor	Licenciado em pedagogia
M, 15	S.R.	7 meses	É mais perto. Viver com parentes	Não	Estudante	7º ano ensino fundamental
F, 49	R.T	17 dias	Viver com a irmã	Não	Engenheira	Superior Engenharia elétrica

\***R.T.** – Solicitou residência temporária

\***S.R.** – Solicitou refúgio no Brasil

**ANEXO I – Perfil dos informantes escutados durante as atividades de campo no período de 23.10.2019 a 28.11.2019, realizadas em Brasília, Distrito Federal**

<b>Gênero, Idade</b>	<b>Status migratório</b>	<b>Tempo no Brasil</b>	<b>Motivo/ Emigração</b>	<b>Possui <i>smart-phone</i></b>	<b>Ofício/ profissão</b>	<b>Nível de escolaridade</b>
F, 57	R.T*	1 ano	Viver com filho, que está aqui	Sim	Esteticista	Ensino fundamental
F, 32	S.R.*	3 meses e meio	Viver com a irmã	Não	Enfermeira	Superior enfermagem
M, 35	S.R.	3 meses e meio	Viver com a cunhada	Não	Soldador, motorista	5º ano fundamental
M, 40	S.R.	2 Anos	Viver com filhos rem RO	Sim	Artesão Piloto de lancha, soldador	Não estudou
F, 37	S.R.	2 Anos	Viver com filhos em RO	Não	Costureira, Artesã, Ajudante de cozinha	Não estudou
M, 22	S.R.	2 anos e 1 mês	Viver com o pai, esposa e 3 filhos	Sim	Mecânico, eletricista,	Superior manutenção industrial
F, 21	S.R.	2 anos e 1 mês	Viver com o sogro	Sim	Assistente administrativa numa granja	Técnico em assistente administrativo
M, 30	R.T	2 anos e meio	Estudar e tentar dar aulas	Sim	Professor	Licenciatura em educação musical
F, 30	R.T	4 anos	Conseguir emprego	Sim	Secretária e garçonne	Superior incompleto
M, 33	R.T.	4 anos	Melhorar de vida	Sim	Engenheiro civil	Licenciado em

						Engenharia civil
F, 38	S.R.	1 ano	Trazer filha jovem p/estudar	Não	Administradora e cantora	Licenciatura em Adm. Empresas
F, 32	S.R.	2 anos	Trazer 2 filhos pequenos	Sim	Atendente numa lotérica	Superior incompleto
F, 39	S.R.	10 meses	Tentar vida melhor	Sim	Costureira e ajudante de cozinha	Fundamental completo
F, 31	S.R.	1 ano	Morar com uma amiga	Sim	Faxineira e ajudante cozinha	Fundamental completo
F, 21	S.R.	3 meses	Viver com a mãe	Sim	Garçoneiro em restaurante	Curso técnico incompleto
F, 29	R.T.	11 meses	Morar com companheiro	Sim	Vendedora em loja e costureira	Curso técnico incompleto
F, 24	R.T.	1 ano	Se reunir com companheiro	Sim	Cabeleireira e vendedora em loja	Fundamental completo

\***R.T.** – Solicitou residência temporária

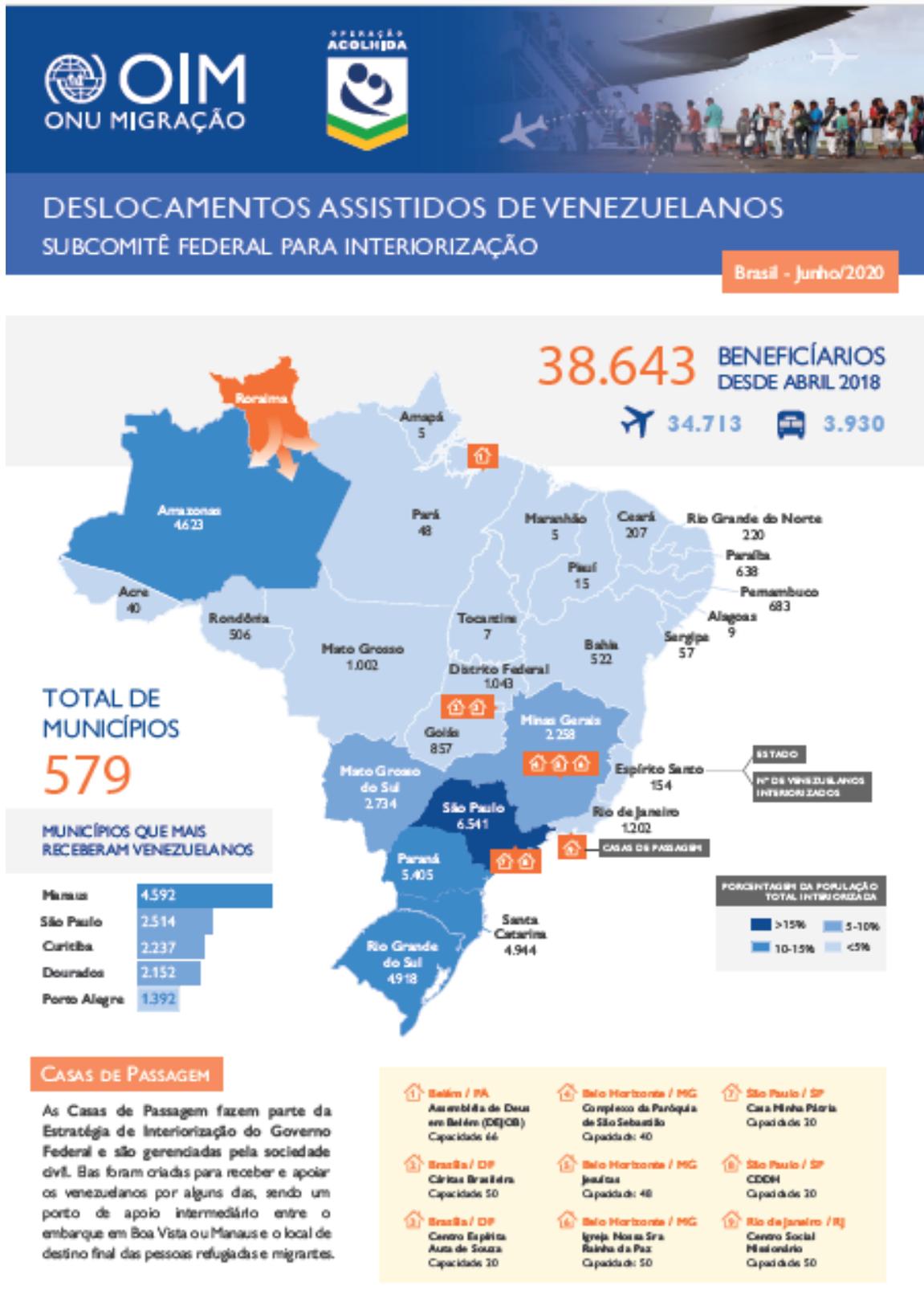
\***S.R.** – Solicitou refúgio no Brasil

**ANEXO J – Perfil dos informantes escutados durante as atividades de campo no dia  
15.01.2020, realizadas na cidade de São Paulo, SP**

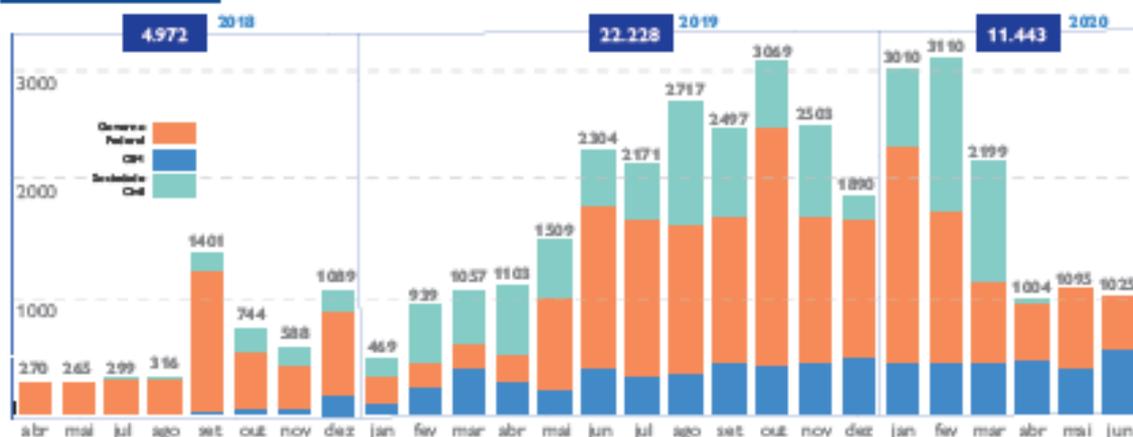
<b>Gênero, idade</b>	<b>Status migra- tório</b>	<b>Tempo no Brasil</b>	<b>Motivo/ Emigração</b>	<b>Possui <i>smart- phone</i></b>	<b>Ofício/ Profissão</b>	<b>Nível de escolaridade</b>
M, 58	Solicitante de refúgio	1 ano, 11 meses em RR e 1 mês em SP	<i>Situación económica en Venezuela. Busco oportunidades.</i>	Não	Comerciante. Tinha restaurant e na Venezuela	Ensino fundamental incompleto
M, 60	Solicitante de refúgio	1 ano no Brasil. 2 meses em SP	<i>Pensé ir a Peru y Colombia, donde tengo hijos. No conseguí documentos. Entonces vino a Brasil.</i>	Sim	Mecânico de auto-móveis	2º ano do ensino fundamental

**ANEXO K – Informe da Organização Internacional para as Migrações [OIM] referente à Operação Acolhida: Deslocamentos assistidos de venezuelanos. Brasil – Junho/2020**

Página 1:

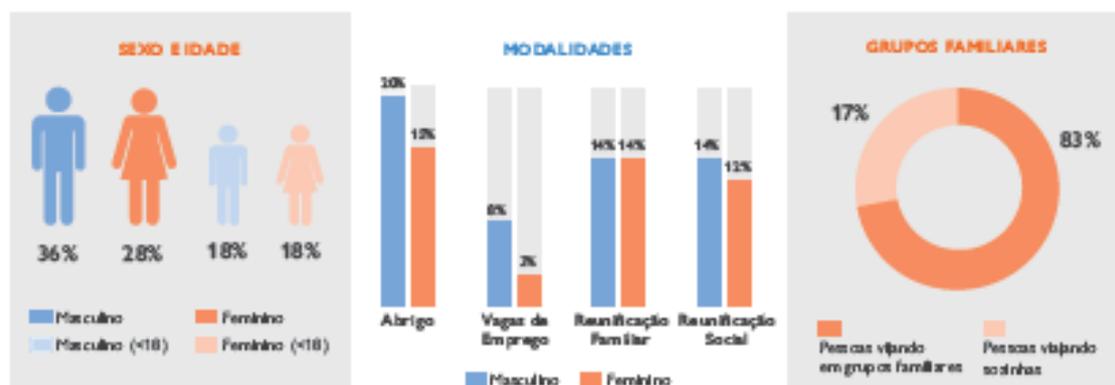


## DESLOCAMENTOS



## PERFIL DOS VENEZUELANOS

\* Dados referentes às informações disponíveis sobre os casos do Governo Federal e da OIM



## UMA NOVA VIDA PARA A FAMÍLIA ROJAS EM SEARA (SC)



Ricardo (direita) e sua família foram beneficiados por Seara Catarinense pelo projeto "Acolhidos por meio do trabalho"

Ricardo Rojas migrou da Venezuela para o Brasil em 2018. Ele e a família ficaram em Boa Vista (RR) por um ano até serem interiorizados, com apoio do Governo Federal, pelo projeto "Acolhidos por meio do trabalho", quando ele e o irmão foram contratados para trabalhar em uma indústria frigorífica em Seara (SC).

Hoje, Ricardo já mantém a família numa casa alugada em seu nome e está positivamente a adaptação na nova cidade. "Agora tenho uma perspectiva para o futuro, para trabalhar e fazer uma nova vida. Doqui para a frente, a única expectativa é manter nossa qualidade de vida", prevê o venezuelano.

Esta interiorização foi realizada pelo projeto "Acolhidos por meio do trabalho" numa parceria com o Serviço Jesuítas a Migrantes e Refugiados (SJMR). O projeto é implementado pela AVSI Brasil e Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), com o envolvimento da Fundação AVSI e AVSI-USA, e financiado pelo Departamento de População, Refugiados e Migração (PRM), do governo dos EUA.

